



.....

FORMAÇÃO HISTÓRICA
DA NACIONALIDADE
BRASILEIRA

Oliveira Lima

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 158



Manuel de Oliveira Lima (*Recife, 25/12/1867 – †Washington, 24/3/1928),
historiador, crítico e embaixador do Brasil.

.....

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA
NACIONALIDADE BRASILEIRA



Mesa Diretora

Biênio 2011/2012

Senador José Sarney
Presidente

Senadora Marta Suplicy
1ª Vice-Presidente

Senador Wilson Santiago
2ª Vice-Presidente

Senador Cícero Lucena
1º Secretário

Senador João Ribeiro
2º Secretário

Senador João Vicente Claudino
3º Secretário

Senador Ciro Nogueira
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Gilvam Borges
Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval
Senadora Vanessa Grazziotin

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 158

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

Oliveira Lima

Tradução de Aurélio Domingues



Brasília – 2012

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 158

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2012

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-393-4

.....

Lima, Oliveira.

Formação histórica da nacionalidade brasileira / Oliveira
Lima ; tradução de Aurélio Domingues. – Brasília : Senado
Federal, Conselho Editorial, 2012.

244 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 158)

1. Brasil, história, 1500-1889. I. Título. II. Série.

CDD 981

.....

.....

Sumário

Prefácio da edição brasileira
por Gilberto Freire
pág. 11

Prefácio da edição francesa
por Ernest Martinenche
pág. 17

Prólogo
Um diplomata da atualidade
por José Veríssimo
pág. 21

I

O Século XVI. – A descoberta e os primeiros ensaios de colonização.
– O índio como elemento de população e o indianismo como
manifestação literária. – Os jesuítas e a catequese.
– Uma festa brasileira em Ruão em 1550.
pág. 33

II

As tentativas de ocupação francesa durante os séculos XVI e XVII,
no sul e no norte. – Villegaignon e La Ravardière. – A defesa portuguesa.
– O sentimento nacional se revela por uma literatura nascente.
pág. 50

III

A união hispano-portuguesa e suas conseqüências para o Brasil.
– A ocupação holandesa no século XVII. – A administração
de Maurício de Nassau. – O sentimento nacional.
– Despertar do espírito de rebelião.
pág. 67

IV

A conquista do interior durante a época colonial.

- Os bandeirantes paulistas e sua grande obra.
- O espanhol como inimigo.
- A fixação dos limites.

pág. 86

V

Bahia, centro de luxo, e Minas Gerais, centro de atividade.

- A prosa dos versos e a poesia do ouro. - As minas, fonte de pobreza.
- O sistema da administração portuguesa.

pág. 102

VI

O espírito de autonomia contra o espírito de despotismo.

- A conspiração de 1879, produto da filosofia francesa e da sugestão republicana dos Estados Unidos. – Democracias neolatinas da América.
- O suplício de Tiradentes.

pág. 118

VII

A corte portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro em 1808.

- Um rei sábio. – A transformação política e social sob a influência das novas idéias. – O Brasil reino.

pág. 134

VIII

A Independência se consuma como uma espécie de divórcio.

- Papel importante de José Bonifácio.
- O Príncipe real, fator principal da separação.

pág. 151

IX

O Império frente a frente das grandes potências européias.
– A papel da Áustria e o da Inglaterra. – Missão de Sir Charles Stuart
no Rio de Janeiro. – O golpe de Estado de 1823, a Constituição
de 1824 e a Confederação do Equador.

pág. 167

X

Impopularidade de D. Pedro I causada por suas tendências
autocráticas e pela perda da Província Cisplatina. – A adaptação do
regime parlamentar. – A abdicação e a Regência.

pág. 183

XI

D. Pedro II. – Sua maioridade e sua aprendizagem de soberano.
– Características de seu reinado. – O federalismo e o princípio da
autoridade. – O célebre “poder pessoal” e as liberdades nacionais.

pág. 197

XII

O papel dos partidos constitucionais e os grandes problemas políticos,
econômicos e administrativos. – Quarenta anos de paz e de prosperidade.
– Os motivos determinantes da mudança de regime.

pág. 215

.....

Prefácio da edição brasileira

GILBERTO FREIRE

A IDÉIA que ocorreu ao Sr. Barbosa Melo, de publicar em português as conferências que Oliveira Lima leu na Sorbonne, em 1911, sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira, é uma das mais felizes que poderiam ocorrer a um editor do Rio com relação à obra meio esquecida e meio ignorada do historiador de Dom João VI no Brasil. Já estava tardando a iniciativa editorial que entregasse o livro de Oliveira Lima, escrito em francês, na literatura histórica e sociológica do Brasil, escrita em português.

Felizmente o próprio Dom João VI no Brasil tão desconhecido pelas gerações mais novas de brasileiros, que dir-se-ia escrito também em ignorado francês, parece que vai ter igualmente este ano sua reedição, há tanto tempo esperada e reclamada pelo público inteligente do Brasil e de Portugal: iniciativa do Sr. Jaime Cortesão que será decerto acolhida nos dois países com um interesse quase igual ao que despertaria uma obra nova do desassombrado

historiador brasileiro. Pois tanto quanto Formation Historique de la Nationalité Brésilienne, Dom João VI no Brasil é livro que muitos conhecem só de oitiva e poucos diretamente e de fato.

São talvez os dois melhores trabalhos que Oliveira Lima nos deixou. Em Dom João VI revela o historiador todas as virtudes do seu poder de análise, que era extraordinário; em Formation Historique de la Nationalité Brésilienne ele nos surpreende com um poder de síntese igualmente raro. Dificilmente se imagina um resumo dos fatos da formação nacional do Brasil mais rico dos traços essenciais dessa formação e escrito de forma mais capaz de iniciar o brasileiro ou o estrangeiro no conhecimento do passado luso-americano. Forma lúcida e atraente que o editor Barbosa Melo encarregou um escritor autêntico — o Sr. Aurélio Domingues — e não um tradutor qualquer, de procurar conservar no português, já que Oliveira Lima, esmeradamente educado desde pequeno por padres franceses, escrevia no idioma dos seus mestres com inteiro desembaraço e rara precisão. Surpreende que Formation Historique, trabalho escrito originalmente em língua francesa e para ser lido pelo historiador na Sorbonne, só agora apareça em português, traduzida para a língua materna do autor como se fora livro de estrangeiro. Repete-se, de algum modo, na literatura histórica do Brasil, o caso da Retirada da Laguna, a obra clássica do Visconde de Taunay.

A verdade é que mesmo em português a admirável síntese que é Formation Historique de la Nationalité Brésilienne guardará alguma coisa de supranacional no seu modo de resumir dos acontecimentos brasileiros do passado o que eles contêm de interesse humano e não apenas de importância particularmente nacional. Aspecto do livro que parece não ter escapado ao seu prefaciador francês, o Professor Ernest Martinenche. É o Professor Martinenche quem observa: “Un étranger qui aurait fait dans les archives les

recherches de M. de Oliveira Lima, ne parlerait pas du Brésil avec plus de liberté.”

*Mesmo assim, creio que as conferências de Oliveira Lima sobre a formação brasileira dão importância demasiada aos acontecimentos políticos, às vezes com sacrifício dos fatos de interesse econômico e dos processos sociológicos do desenvolvimento nacional do Brasil. O próprio autor, aliás, nos adverte contra a tendência dos historiadores brasileiros mais antigos no sentido de se ocuparem exclusiva ou principalmente dos fatos políticos e militares. Tendência – seja observado de passagem – que encontraria no próprio Oliveira Lima, em Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alfredo de Carvalho, Nina Rodrigues, Manuel Bonfim, João Ribeiro – e não apenas em Capistrano de Abreu, destacada pelo autor de *Formation Historique de la Nationalité Brésilienne* como historiador particularmente inclinado ao estudo da história brasileira como história social e não apenas política – um grupo de dissidentes prestigiosos. Desses dissidentes foram as primeiras obras brasileiras caracterizadas pela extensão dos estudos históricos aos assuntos de interesse sociológico ou econômico, antropológico ou geográfico. Obras que teriam em nossos dias continuadores ilustres, um deles, Oliveira Viana.*

Nas conferências de Oliveira Lima sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira – na síntese que ofereceu aos franceses, dessa formação – há evidentemente uma filosofia de história do Brasil. Dessa filosofia talvez o traço mais característico seja aquele “otimismo robusto e sincero” a que se refere o Professor Martinenche. Dentro de tal otimismo há, porém, um saudosismo que dá à filosofia de história brasileira de Oliveira Lima uma ponta de melancolia nem sempre disfarçada pelo diplomata fino: pelo ministro do Brasil em Bruxelas que era o conferencista na Sorbonne em 1911.

Trata-se, na verdade, de trabalho escrito na fase monarquista do autor. E em Oliveira Lima o monarquismo foi principalmente uma expressão de “saudosismo” às vezes exagerado. É possível que ele se estreme, na sua síntese agora traduzida, em elogios a D. João VI, a Pedro II e aos estadistas do Império. Mas sem que a obra adquira sabor de obra apologética do regime monárquico: de suas virtudes unitárias e autoritárias que aos olhos de muitos teriam sido as únicas ou as principais.

Não suponha ninguém que o Oliveira Lima seduzisse no regime monárquico, dentro do qual o Brasil se formou e se estabilizou, o Estado ou o Governo Forte, a mística de Ordem, o sentimento de Unidade absoluta. Ao contrário: tanto quanto Joaquim Nabuco, Oliveira Lima temia principalmente na República um governo no qual fosse essencial ao brasileiro, como a outros povos sul-americanos, “desistir da liberdade para obter a ordem”. Seu pendor pelo regime monárquico vinha, em grande parte, do fato de ter sido um longo período de relativa liberdade e não apenas de relativa estabilidade para grande parte da população brasileira. Um período em que, dentro de condições nem sempre favoráveis a requintes morais, a dignidade humana foi respeitada pelos homens de governo: às vezes magnificamente respeitada. Tradição que empalideceria na República: na atual ainda mais do que na primeira.

É certo que as eleições brasileiras no tempo do Império nem sempre foram exemplo de dignidade ou correção cívica. O parlamentarismo então florescente assentava mais sobre a ficção que sobre a realidade da representação nacional. Seu ritual político correspondeu a um mínimo, nunca a um máximo, de autenticidade democrática. Houve, em suma, no regime que se praticou no Brasil durante o reinado de Pedro II muita simulação e alguma hipocrisia.

Mas não se estenderá à esfera política e conceito de que a hipocrisia é uma homenagem do vício à virtude? E da prática da hipocrisia, na esfera política, não resultará mais prestigiada a virtude do que o vício? Parece-me que foi o que sucedeu no Brasil imperial com seu Imperador constitucional, seus Ministérios de modo nenhum eternos, suas eleições disputadas às vezes a bala: sinal lamentável, mas inegável de um excesso de vitalidade não sei se diga cívica que hoje nos repugna. O que não nos repugna é o fato de ter sido a monarquia, mais do que qualquer república, um período da história brasileira em que a nação andou perto do ideal de governo honesto, ditatorialmente honesto, até.

Os indivíduos com a coragem de reconhecer no passado virtudes ou valores que nem sempre se encontram na atualidade são sumariamente acusados de “saudosistas” pelos anti-saudosistas sistemáticos, que dão à expressão “saudosismo” sentido constante ou inteiramente pejorativo. Não sendo sistematicamente de uma tendência nem da outra, creio poder acompanhar às vezes o Oliveira Lima de Formation Historique no saudosismo em que resvala ao sugerir confrontos – que de modo nenhum estabelece nem mesmo esboça – entre práticas republicanas e monárquicas no Brasil.

Evidentemente o Brasil de hoje tem o que aproveitar e desenvolver de sua experiência monárquica, subordinada esta, é claro, à tradição decisivamente brasileira de relações inter-humanas que foi sempre e continua a ser a étnica e socialmente democrática. Por mais paradoxal que pareça, vamos encontrar na tradição monárquica do Brasil mais de um anteparo a excessos autoritários que se desenvolveram entre nós com a República: esta de algum modo nos fez experimentar o caudilhismo iberamericano, de que a monarquia, com todos os seus defeitos e todos os seus ridículos, nos preser-

vara. De modo que, hoje, o melhor saudosismo que se volta para a experiência brasileira de monarquia não é o que se regala no ritual do poder, no gosto de estabilidade, na mística de unidade nacional então dominante, mas no prestígio que adquiriram no Brasil de Pedro II valores morais superiores a todos os ritos e místicas: o culto da dignidade humana, o da liberdade política, o da honestidade na vida pública, o da própria justiça – menina dos olhos azuis do segundo Imperador.

No saudosismo monárquico repito que me parece ter havido mais de um excesso da parte de Oliveira Lima, de quem o desencanto pela República chegou a fazer adepto da restauração do Império no Brasil com D. Luís por terceiro Imperador. Mas o historiador conservou-se o mais possível vigilante contra o político; e a amizade com Salvador de Mendonça e Euclides da Cunha, místico do republicanismo, parece ter concorrido para atenuar em Oliveira Lima a extrema saudade da monarquia.

Essa saudade reflete-se nas conferências lidas na Sorbonne. Mas sem desfigurar trabalho tão inteligente – acentue-se mais uma vez – em apologia sistemática de um regime ou, antes, de uma experiência brasileira, que incontestavelmente nos enriqueceu a tradição democrática de sociedade e de cultura, afirmada na miscigenação, nas bandeiras e nas revoluções de Minas e de Pernambuco, acrescentando-lhe um gosto ou sentimento aristocrático de qualidade e de seleção moral e intelectual, que ainda hoje distingue o brasileiro de formação mais antiga de outros povos da América. O fato pode ser reconhecido sem que haja motivo para fazer-se dele base de um sebastianismo político, fácil de tornar-se simplesmente ridículo ou de tomar colorido reacionário numa época, como a nossa, em que a preocupação dominante – a de reconstrução social do Brasil em harmonia com a mundial, embora

sem desprezo pelo passado nacional brasileiro – deixa na sombra quase todas as outras preocupações.

No início de uma obra de reconstrução desse porte não há, evidentemente, lugar para mesquinhas saudades ou nostalgias políticas da monarquia, muito menos da Primeira República, de tal maneira precisam as inteligências e as vontades brasileiras de se concentrarem para o esforço tremendo que o após-guerra vai exigir de nós. Um esforço em esfera nova: de maior interdependência inter-humana e internacional. Um esforço que Oliveira Lima anteviu nos seus últimos e tristonhos anos de vida, já superado seu saudosismo monárquico pela sua intensa preocupação com um futuro de modo nenhum remoto e que seria o começo de nova organização mundial. Organização profundamente diversa da ainda dominante nos dias em que o historiador brasileiro, hóspede em Paris do tranqüilo Lutetia, juntamente com outro brasileiro cosmopolita, Odilon Nestor, leu, na Sorbonne, as conferências sobre o Brasil que agora se publicam em português.

Santo Antônio de Apipucos, abril, 1944

.....

Prefácio da edição francesa

ERNEST MARTINENCHE

NÃO ME exporei ao ridículo de apresentar o Sr. de Oliveira Lima que adquiriu, por tão belos títulos, a estima de todos os que, em nosso país, se desvanecem de uma cultura um pouco geral. Falarei apenas dos motivos a que devemos sua nova obra.

O francês que faz pela primeira vez a viagem a São Paulo tem encantadoras surpresas. Desembarcando em Santos, admira uma atividade, cuja explicação se acha mais acima, nos planaltos onde a terra roxa fornece ao mundo dois terços do café que este consome. Através de maravilhosa decoração tropical o viajante sobe para a capital do Estado por uma estrada de ferro mantida, como um jardim de luxo, por uma administração, cuja prodigalidade parece rivalizar com a exuberância da vegetação. E ei-lo transportado para uma grande cidade, que tem o bom gosto de conservar casas que são lares e estender-se largamente em vez de esmerar-se em arranhar o céu. Nesse quadro, sem cessar alargado, vive uma sociedade

de escol, que acredita firmemente no futuro da latinidade, e que nos faz a honra de conservar preciosamente a tradição da cultura francesa. Não poderei indicar todos aqueles que, sob a presidência do Dr. Bettencourt Rodrigues, entretêm as mais fecundas relações com o nosso Agrupamento das Universidades e Escolas Superiores da França para as relações com a América Latina. Os franceses recebidos pela União Franco-Paulista têm a sensação do que é esquisito e delicado.

A distância torna naturalmente esse privilégio bastante raro. Todos os que dele não puderem fruir nem por isso deixarão de ser reconhecidos à União Franco-Paulista desde que lhe devem o livro do Sr. de Oliveira Lima. Foi ela, com efeito, que nos permitiu organizar o curso que o eminente ministro do Brasil em Bruxelas teve a bondade de nos fazer este ano na Sorbonne. É inútil falar do êxito que ele obteve. Compreender-se-á isso lendo o volume em que se acham reunidas as conferências que atraíram e prenderam a atenção de um público numeroso e atento.

Como se formou a nacionalidade brasileira? Por que períodos passou esse país, ou antes, esse continente, no qual a Europa, à parte a Rússia, poderia se conter à vontade? A grandeza desse assunto torna inescusáveis ignorâncias que não são absolutamente dissipadas. É natural que a história da civilização mediterrânea continue a ocupar o primeiro lugar na educação da Europa; seria absurdo não fazer entrar para ela um quadro geral dessa América latina que guarda as promessas de um futuro necessário ao ritmo da humanidade. A atividade industrial dos Estados Unidos já nos inspirou por vezes uma admiração que não deixava de ser, também por vezes, injusta. Ver-se-ão no livro do Sr. de Oliveira Lima as dificuldades quase insuperáveis, impostas ao Brasil pelo clima e pela extensão, e pelas próprias condições de seu desenvolvimento.

Haver conseguido resolver pela assimilação, e não pela destruição, o problema das raças, e manter uma unidade moral na diversidade das províncias federadas, ter-se elevado das antigas Capitânicas até a idéia realizada de uma nação independente e capaz de uma cultura largamente humana, e ter, nesta evolução, tão rápida, malgrado sua aparente lentidão, e tão sabiamente progressivo, de que se permitir e se justificar todas as esperanças.

Já em 1618, um autor anônimo escrevia os Diálogos das Grandezas do Brasil, em que se manifesta tão curiosamente contra os preconceitos e os desdêns dos belos espíritos da metrópole, o amor apaixonado de uma terra magnífica ainda mais conquistadora que conquistada, desde que aspirava já a se tornar uma pátria. Chegado o momento com que o Brasil, após a queda do Império, entra na história contemporânea, o Sr. de Oliveira Lima se recusa o prazer de lançar sobre o passado um olhar orgulhoso. Tendo nos explicado a mudança de regime de seu país, deixa-nos o cuidado de retornar pelo caminho percorrido, e tirar por nós mesmos as conclusões. E, exatamente por não ter nunca desprezado as sombras ao lado das luzes, por haver sempre falado como historiador imparcial, seu livro exala um otimismo robusto e sincero, em sua simplicidade voluntária, o mais comovente “Monólogo das Grandezas do Brasil”.

A essas grandezas nenhum país aplaudiu com mais profunda simpatia que o nosso. A França começou por amar o Brasil com um amor que não era desinteressado. Contou-se também entre seus inimigos, mas da espécie desses de que o Sr. de Oliveira Lima diz tão belamente que a inimizade é uma homenagem, desde que tem origem na mais viva das amizades. A França sonhou tornar-se no país dos papagaios e do ouro uma França “antártica e equinocial”. As incursões dos corsários normandos ou bretões, no século

XVI, e a expedição de Duguay-Trouin, em 1711, não tiveram mais êxito que a diplomacia de Catarina de Médicis, para arrebatrar aos portugueses uma colônia que não devia ser conquistada senão por si mesma. Dessas pretensões que os brasileiros nos fazem a honra de declarar lisonjeiras, não resta senão o nome de Ville-gaignon, dado a uma das ilhas dessa maravilha do mundo que se chama a baía do Rio do Janeiro. Foi um francês que parece ter escolhido para o Brasil o local de sua futura capital. Não deixou certamente de ter gosto.

A grande e legítima ação da França no Brasil foi toda moral e intelectual. Para nós não é um interesse dos menores do livro do Sr. de Oliveira Lima fazer-nos ver como a evolução de nossas idéias orienta, por assim dizer, o desenvolvimento político e social de um país que começa em 1789 a conspirar pela liberdade, não chega à independência senão substituindo pela noção tradicional de reino a concepção napoleônica do Império, e após ter sofrido o contragolpe de 1830 e de 1848, prepara em 1870 o triunfo de uma república que parece ter querido esperar, para se impor, o primeiro centenário de nossa revolução.

Não é a um francês que convém dizer o que o Brasil pôde ganhar em ser posto assim na escola de nosso liberalismo. Mas como não se felicitaria ele, pela história lhe fornecer uma razão de mais, para ter uma dileção particular por uma nação que, sem cessar de ser ela mesma, comunga, com a sua, num mesmo ideal?

Esse ideal não tem necessidade, para se exprimir, das palavras sonoras que se censura ordinariamente aos latinos. O patriotismo refletido do Sr. de Oliveira Lima não busca razões na razão, e não quer seduzir senão por uma pintura fiel dos homens e das coisas. Esse diplomata, que viajou e leu muito, ganhou o hábito de nunca se contentar com um ponto de vista. Penetrou, alternativamente, no

espírito ianque e na alma japonesa, e seus passeios pela Europa alargaram ainda mais uma cultura que não se cansa de controlar nos livros de ontem as observações de hoje. Um estrangeiro, que tivesse feito nos arquivos as pesquisas do Sr. de Oliveira Lima, não falaria do Brasil com mais liberdade. Um francês não escreveria com uma clareza mais fácil. A crítica não fez senão uma reserva a respeito de seus livros, e que incidia precisamente sobre a reserva do autor, do Sr. de Oliveira Lima tem a elegância da discrição. E é por isso que sua obra é propriamente um encanto para aqueles que sabem ler nas entrelinhas. É por isso que me absterei de falar de sua pessoa e da gentileza de sua amizade. Desejaria, contudo agradecer-lhe não ter-me dado a honra de pedir-me este enfadonho prefácio. Mas não terei já dito demais?

.....

Prólogo

UM DIPLOMATA DA ATUALIDADE

JOSÉ VERÍSSIMO

N A OBRA, considerável por mais de um título, do Sr. Oliveira Lima, há um livro intitulado *Coisas Diplomáticas*, composto de vários artigos relativos ao assunto assim indicado e publicado primeiro na imprensa periódica, de 1903 a 1907.

I

Na variedade dos temas e dos motivos esses artigos conservam, todavia, uma completa unidade. Esta resulta menos do fato de tratarem todos de assuntos concernentes à diplomacia, que do argumento fundamental e constante, desenvolvido através das trezentas páginas do volume. O argumento não é outro senão este: — para corresponder às necessidades atuais, a diplomacia moderna não pode se assemelhar à diplomacia clássica —, das intrigas políticas, dos gabinetes secretos, da habilidade e da astúcia maquiavélicas, das atitudes e rigidezes protocolares disfarçadas ou arrebicadas de elegâncias mundanas e de bazófras cortesanescas. Menos ainda

quando se trata da diplomacia de uma democracia, sem tradições capazes de trazer obstáculo à desenvoltura natural de sua juventude, e que, além disso, sendo quase inteiramente desconhecida, experimenta uma imperiosa necessidade de se fazer conhecer e estimar. Bem ao contrário, a diplomacia dessas nações e mesmo a das nações antigas e célebres, deve ser em nossos dias um agente vivo, de aspecto múltiplo e variado, do progresso de seus interesses de todo o gênero, um agente que corresponda a qualquer oportunidade triunfante dos entraves da rotina. A asserção pode ser facilmente corroborada por exemplos ilustres, e o Sr. Oliveira Lima dá muitas provas disso em seu livro.

O progresso de nossa época, favorecido pela mais vasta publicidade e, ao mesmo tempo, pela comodidade e rapidez das comunicações, anulou com efeito o antigo método diplomático, exatamente no que constituía seu emprego: as relações políticas entre os povos, por meio de delegados junto aos governos respectivos. Essas relações se estabelecem agora de governo a governo, de chancelaria a chancelaria, e o papel dos ministros diplomatas ficaria reduzido hoje ao de simples mensageiros se, de conformidade com as condições da nova era, não se abrissem para eles novos domínios. Agentes comerciais com a categoria de cônsules, quando a oportunidade econômica os reclamar; agentes intelectuais, quando o interesse da cultura nacional os requerer; – agentes da honra e do crédito do país, quando o renome da civilização os exigir; – agentes industriais, quando a indústria nacional solicitar seus serviços; tais serão, necessariamente, os diplomatas de amanhã, a despeito da presunção hierárquica ligada à “carreira”, e sob pena de se tornarem nulidades revestidas de soberbos uniformes.

Creio que a expondo assim, não traio a idéia essencial do livro Coisas Diplomáticas. Honestamente, como homem de cora-

ção que é, o Sr. Oliveira Lima diplomata esforçou-se por se harmonizar sempre com o Sr. Oliveira Lima publicista. E o volume atual – para o qual escrevo bem inutilmente este prefácio, que não pude recusar às solicitações de um amigo – vale para nós por um novo testemunho da superioridade com a qual ele soube realizar seu nobre ideal.

Mesmo antes de escrever Coisas Diplomáticas, cujas páginas encerram um programa completo de reforma diplomática, apoiando-se em razões e demonstrações sólidas e práticas, o Sr. Oliveira Lima havia já começado a realizar a diplomacia que preconiza, a qual tem por si, mais que as melhores razões, a própria força das coisas.

É que o autor não entrou para a diplomacia como um jovem bacharel qualquer, seduzido pelos ouropéis e galanterias da carreira, ávido de correr o mundo, de representar o dândi longe da pátria e à custa desta, e não se sentiu nunca arrastado pelo atrativo de outras puerilidades sublimes desse gênero. Tais não foram absolutamente os motivos que determinaram sua vocação. Apenas entrou para as funções, revelou seu caráter grave e seu temperamento estudioso. Na jovem diplomacia republicana em que estreou, em 1890, aos vinte e três anos, e em que se distinguiu logo, foi, se não me engano, o primeiro a ocupar-se durante os longos lazeres que deixa, a acreditar nos maldizentes, o serviço de nossas legações, e a entregar-se a outros exercícios além dos consignados no ritual diplomático mundano. Dessa discordância em relação à sua casta é resultado o livro no qual, pode-se dizer, ele achou o segredo de tornar interessante a história local de uma antiga província brasileira: Pernambuco e seu desenvolvimento histórico (Berlim, 1895). Esta obra, inda que assinalada dos sinais inevitáveis de um primeiro livro de juventude, é, em seu gênero,

um modelo pelo qual o autor não tinha, em nosso país pelo menos, nenhum exemplo a imitar.

Havendo recebido sua educação longe de sua terra natal, e desde sua juventude ausente da pátria, o Sr. Oliveira Lima pôde fortificar livremente seu nacionalismo e seu patriotismo – para nos servir da distinção que ele próprio estabeleceu – e pôde entregar-se desde então ao estudo de um e de outro, de sua história no passado e no presente, de suas instituições, de sua literatura, dando com isso prova de muita inteligência e ao mesmo tempo de um amor profundo e sincero. Desse apego às coisas da pátria deviam resultar, além da obra já citada, mais: Sete Anos de República no Brasil (Paris, 1896), refutação e esclarecimento da opinião pública européia menos simpática às nossas novas instituições: – Aspecto da Literatura Colonial Brasileira (Leipzig, 1896); Memória sobre a Descoberta do Brasil e Negociações Diplomáticas a que deu lugar (1900); – O Reconhecimento do Império (1901); – Relação dos Manuscritos interessando o Brasil existentes no Museu Britânico de Londres (1893); – Elogio Acadêmico de F. A. Varnhagen (1903); – trabalhos, mais ou menos, de grande extensão, livros e brochuras, todos revelando, entretanto, a mesma vocação do historiador de sua pátria e a mesma afeição inspirada constantemente por esta. Na lista desses livros convém incluir: – Nos Estados Unidos (1899) e No Japão (1903), assim como a obra de ficção teatral, onde o autor se mostra, aliás, mais historiador que artista, O Secretário do Rei (Paris, 1900).

Em duas obras, que ele compôs durante sua residência, como diplomata, nesses dois últimos e interessantes países, o único pensamento de servir ao seu, fica sempre evidente, porque é ao Brasil a que se referem, quando é oportuno, suas observações e suas reflexões.

À mesma preocupação se apegava também sua peça de teatro, cujo principal personagem representa um dos mais insignes brasileiros dos tempos coloniais, Alexandre de Gusmão.

II

Esses livros e os que ele publicou depois garantem ao Sr. Oliveira Lima um lugar pouco comum na literatura brasileira contemporânea, senão por uma correção perfeita da forma – com que o autor não se preocupa bastante, e deploro ter de consigná-lo – ao menos pelas qualidades de saber e de pensamento. O autor não é talvez um estilista, mas é um escritor. Há sempre, em tudo que expõe uma idéia de que nos quer persuadir – sinal mais elevado pelo qual se conhece um escritor – e devemos confessar que o consegue. Sua concepção do ofício das letras é, se não me engano, que este comporta encargos e responsabilidades perante a cultura e a civilização, de que as mesmas letras devem ser os graves servos e não o frívolo ornamento. É por isso que o Sr. Oliveira Lima levou a cabo, desde o início da carreira diplomática (1890-1904) a obra que ora vemos, pondo em prática sua própria máxima, que consiste em servir seu país além das tarefas obrigatórias da profissão; foi assim que estudou e divulgou nossa história tão mal conhecida, que rebuscou apaixonadamente os arquivos, nos instruiu no exemplo dos grandes países, que nos era interessante conhecer melhor, e das questões que se debatiam no exterior e a que não podíamos ficar indiferentes; foi assim que defendeu o Brasil contra toda suposição injusta e errônea, contribuindo desse modo para o bom juízo que se poderia dele ter, e esclarecendo os estrangeiros a respeito de nossos esforços no caminho da cultura e da civilização.

Sendo dado seu espírito e seu caráter, o Sr. Oliveira Lima não poderia ficar tantos anos na carreira, nela ocupar cargos e exercer missões tão diversas, sem se apoderar de todos os aspectos desses

cargos e missões, dos alcances e atribuições ou finalidades, sem conhecer deles as falhas e todos os erros. Não sendo um homem feito para conformar-se com tudo, não sendo nem um intrigante nem um neutro, devia-se esperar que tornasse público o resultado de suas investigações, tanto mais quanto não se tratava de nenhum segredo diplomático, mas unicamente de fatos de observação pessoal. O que sobretudo o honra é não ter publicado seu livro pelo prazer de mal-dizer da “carreira”, mas unicamente para dar um testemunho da necessidade de melhorá-la e de torná-la mais proveitosa ao país. O Sr. Oliveira Lima não é um contemplativo da antiga diplomacia; não lhe nega absolutamente os méritos e os serviços que prestou. Ao contrário, conhece-os, reconhece-os e proclama-os mesmo em muitas das passagens de seu estudo, assim como no perfil bem traçado de alguns de nossos diplomatas mais estimados, tais como o Barão de Carvalho Borges, o Barão do Penedo, Sousa Correia, Visconde de Cabo Frio, seus primeiros mestres ou antigos chefes. Apenas lhe parece, a ele, espírito menos rotineiro e dos mais apercebidos contra as miragens profissionais, que, se tudo no mundo está sujeito à evolução, a diplomacia não pode ficar estacionária e são necessários, às situações novas, métodos novos.

Foi a coragem patriótica de denunciar uma situação anormal, por ser incoerente, dado o momento atual, com a nossa vida pública, que lhe inspirou a coleção de Coisas Diplomáticas e outro volume, aparecido no mesmo ano e de assunto análogo: – Pan-Americanismo (1908). É certamente um sinal de superioridade de alma esse desapego do suposto espírito de corporação, esse desprezo pelas vulgares camaradagens de classe. Só os mediócrs e os interesseiros se agarram, na expectativa egoística de proventos pessoais, aos manipanços da grei. O Sr. Oliveira Lima preferiu honrosamente servir seu país e elevar a própria classe, desafiando-lhe os precon-

ceitos e se esforçando por indicar os meios de reformá-la, a fim de salvá-la da crítica de inutilidade dispendiosa, com que a oprimem – com alguma razão – quase todos os brasileiros.

Juntando o exemplo à palavra, o Sr. Oliveira Lima levou a cabo a bela obra de fecunda diplomacia desse último período de sua carreira, e não cessou de dedicar-se a ela desde seu regresso à Europa como ministro plenipotenciário.

Na Bélgica, onde é acreditado nesta qualidade, e onde alcançou rapidamente uma alta reputação, na Suécia, onde exerce as mesmas funções junto ao governo, em Viena, em Paris e em outras capitais, soube se fazer reconhecer, segundo a feliz expressão do grande sueco Bjorkman, como embaixador-intelectual do Brasil. Em conferências, por meio de artigos em jornais e revistas, por meio de livros e brochuras numerosas, em Congressos, em Universidades e Câmaras de Comércio, sua ação inteligente, esclarecida e, ao mesmo tempo, cheia de ardor e de tato, se exerceu incansavelmente em favor e em proveito do Brasil. Desapercebida de todo concurso oficial de seu país, mas se apoiando em primeiro lugar na doce colaboração de sua esposa, tão inteligente e dedicada quanto modesta e discreta, em seguida, consciente de estar fazendo o bem e ter a aprovação dos compatriotas, a obra do Sr. Oliveira Lima, de grande e eficaz diplomacia, nos tem sido da maior vantagem.

À reputação de país, ainda meio colonial, de uma bela natureza selvagem e de imensas riquezas inexploradas, de primeiro produtor de café e borracha, o Sr. Oliveira Lima juntou – sem desprezar nada dos aspectos econômicos, que sabe proclamar e fazer sobressair quando é oportuno – as qualificações de país, onde crescem e desabrocham a cultura européia e a civilização ocidental. Num Congresso científico, em Viena, conseguiu se aceitasse nossa obscura e desdenhada língua portuguesa como um dos idiomas oficiais da

reunião, o que não se houvera visto antes. Nessa mesma cidade, num Congresso de música clássica, conseguiu se ouvir, a par das de Haydn e Mozart, as composições de nosso Pe. José Maurício, ressuscitado pelo generoso esforço do sempre lembrado e deplorado Visconde de Taunay.

Levou a intelectualidade francesa a celebrar na Sorbonne – isto é, no centro tido como o fórum intelectual da Europa – a intelectualidade brasileira por meio de uma solenidade à memória de Machado de Assis. Fez que se reconhecesse na Bélgica a necessidade de se criarem cadeiras da língua portuguesa no país, e terá a satisfação de presidir, em outubro próximo, a inauguração de uma dessas cadeiras, instituída na Universidade de Liège. Fez que fosse apreciada, na mais divulgada talvez das revistas francesas, a obra literária do Brasil contemporâneo. Atraiu a atenção dos capitalistas europeus para as riquezas do nosso país, da mesma maneira que despertou o interesse das classes cultivadas da Europa pelas manifestações de nossa civilização. Favoreceu o acréscimo de nossas relações comerciais ao encorajar a criação de Câmaras de Comércio, destinadas a desenvolver nossas trocas no estrangeiro.

Desse laborioso período datam, além de suas duas obras relativas a assuntos diplomáticos, A Língua Portuguesa e a Literatura Brasileira, Machado de Assis e sua Obra Literária, A conquista do Brasil, publicadas em francês, e ainda conferências, discursos, artigos, pronunciados, uns, em reuniões de sociedades, de congressos, de academias, escritos, outros, em jornais e revistas, tudo animado do mesmo sentimento de elevado e corajoso patriotismo – sobretudo corajoso – e do desejo de servir ao país, aumentando em favor deste a consideração do estrangeiro.

O “amor da pátria, não movido de prêmio vil” (Camões, Lusíadas) o Sr. Oliveira Lima tem sabido sentir e proclamar – e ne-

nhum elogio maior se poderia, penso, fazer-lhe – sem nenhum desses reclamos gritantes nem dessas exhibições que merecem, muitas vezes, se designem de “ênfatuação”, epíteto sempre prestes a atingir, não sem motivos, quase tudo que é latino-americano. Bem longe disso, a dignidade de conduta e a discrição de sua propaganda revelam sempre o gentil-homem no diplomata que louva a pátria.

Desse período data também o livro capital da obra do Sr. Oliveira Lima: Dom João VI no Brasil. É mais que monografia do príncipe que presidiu a organização do Brasil e preparou sua independência apressando-lhe os destinos. É a história geral do país, econômica, política, social, literária, durante toda a época que vem de 1808 até 1821. Ficará como um dos melhores trabalhos e mais perfeitos, escrito sobre nossa cultura histórica desses últimos tempos.

III

Em 15 de março último, no anfiteatro Turgot, da Faculdade de Letras da Sorbonne, o Sr. Oliveira Lima inaugurava a série de suas conferências – ou de seu curso, como se expressou oficialmente a alta administração da Universidade de Paris – sobre a Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira. Ao apresentar o conferencista ao numeroso e escolhido auditório, que viera ouvi-lo, o Sr. Alfred Croiset, grande helenista e historiador, decano da Faculdade, fez notar que o Sr. Oliveira Lima era o primeiro diplomata estrangeiro que ocupava uma cadeira no célebre instituto da ciência e das letras francesas.

Oferecer uma síntese de nossa evolução histórica a um público que a ignorava inteiramente, era tarefa já difícil, o mais difícil; porém, era tornar essa síntese interessante para estrangeiros. Sem evitar de todo as prolixidades, a que essa ignorância, prevista, mas desculpável, fatalmente o obrigava, o Sr. Oliveira Lima venceu valorosamente a primeira dificuldade. Tratou de vencer habilmente

a segunda, talvez maior, que era introduzir em suas lições todo o pitoresco que a parte narrativa comportasse, especialmente a respeitante à nacionalidade de seus ouvintes, estendendo-se na parte que os franceses tomaram nessa história. O ponto importante, para uma série de conferências desse gênero, não era, todavia, de modo nenhum, dar a conhecer, mesmo na generalidade, a história de um país distante e desconhecido, como o nosso. Não se poderia, em nenhum caso, esperar tanto. O que mais importava, era interessar o auditório, durante o espaço de algumas semanas, deixando-lhe uma idéia, mesmo vaga, da evolução do país. Segundo informações de origem francesa, e não se querendo aceitar senão essas, o objetivo foi plenamente alcançado pelo Sr. Oliveira Lima. Não só para o Brasil, mas também para a América do Sul, aquelas conferências tiveram imediatamente um efeito útil, pois foi apresentado ao Conselho Municipal de Paris um projeto tendente a criar na Sorbonne uma cadeira de história e geografia das repúblicas latinas desta parte da América, projeto manifestamente inspirado pelas conferências do Sr. Oliveira Lima.

Ainda mais significativo do interesse despertado pelas ditas conferências – se isso pode valer mais – foi o convite que o Sr. Oliveira Lima recebeu, primeiro da Universidade de Leland Stanford, da Califórnia, para ali lecionar quer a história do Brasil, quer a da América do Sul, e, em seguida, de um grupo de universidades americanas para empreender, em várias faculdades, uma série de conferências sobre esses temas. O Brasil, e em particular a intelectualidade brasileira, não poderiam receber uma homenagem maior dos representantes da alta cultura norte-americana.

O interesse que as conferências do Sr. Oliveira Lima provocaram na Sorbonne, este livro, em que as reuniu, servirá não apenas para justificá-lo inteiramente, como também contribuirá para

fortificá-lo e mantê-lo. Os franceses – e os europeus familiarizados com a língua francesa – encontrarão neste livro, em grossos traços é verdade, mas firmes e nítidos, a narração exata dos acontecimentos de uma nação americana, que se atém à honra de não deixar perder-se ou periclitara entre suas gentes a herança de civilização européia; de uma nação cuja existência não tem sido, aliás, inteiramente desprovida de glória, seja mesmo a glória provinda do ardor com que se tem empenhado por manter e aumentar essa herança.

Aproveitando utilmente – conforme o declara, com lealdade, em cada página de suas lições – o melhor da erudição brasileira, a que ele próprio pertence, o Sr. Oliveira Lima pôde instruir seus ouvintes dos últimos resultados a que chegou nossa historiografia. Utilizando copiosa e sabiamente as narrações de numerosos viajantes estrangeiros, que nos têm visitado e estudado desde nossos começos, substituiu judiciosamente as opiniões e impressões nacionais, talvez suspeitas, pelos julgamentos e testemunhos isentos de todo o preconceito patriótico, os quais assim merecerão, esperemo-lo, melhor acolhida e maior crédito da parte do público estrangeiro. Demais, a literatura brasileira de ficção lhe serviu para notar ou provar certos traços de nossos costumes ou de nosso caráter nacional, que lhe permitiram completar, como tão engenhosamente tentou nas páginas deste livro, a fisionomia particular de nosso país e de nossa gente. Achar-se-á aqui, sem reticências nem deslizes da verdade, o juízo esclarecido do historiador, aliado ao afetuoso sentimento do patriota.

Este livro é, com efeito, a obra de um diplomata atual e também distinto homem de letras, que sabe exercer com honra as obrigações regulamentares e os deveres protocolares, e põe em realce o exercício do cargo, quando, com um fervor inteligente e exemplar, recomenda sua nação à estima de todos.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1911.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DA
NACIONALIDADE BRASILEIRA

.....

I

ANTES DE COMEÇAR, devo pedir-vos perdão de minha audácia. Dar na Sorbonne um curso sobre uma história, que poderíeis acreditar ser pouco interessante, já é ousadia; mas fazê-lo em francês é, vale melhor dizê-lo, temerário. Não havia, contudo, meio de proceder de outro modo, para realizar, neste caso particular, um dos fins a que se propõe o notável Agrupamento das Universidades e Altas Escolas da França para as relações com a América Latina. Um curso em português seria coisa inteiramente inútil aqui: valeria por não tentar a aventura. E nós pensamos – cada povo tem suas vaidades – que o Brasil ganha em ser conhecido pelo seu lado histórico, e que ele oferece um resumo da evolução da cultura moderna. Victor Hugo, por ocasião da morte de seu amigo Ribeyrolles, um proscrito do 2 de Dezembro, que se havia refugiado em nosso país, escreveu que nós brasileiros éramos uma nação generosa. “Vós tendes – tal é a frase lapidar do grande poeta, e eu a reproduzo com emoção e orgulho – vós tendes a dupla superioridade de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um grande passado histórico vos liga ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da América.”

Disto, julgareis por vós mesmos. Peço-vos somente alguma indulgência para os erros do francês que falo, não patrioticamente mal, como o personagem do romancista português Eça de Queirós, mas involuntariamente mal, como quase todos os estrangeiros.

Entre pessoas estudiosas, discute-se sempre no Brasil a fim de saber se o descobrimento foi obra do acaso ou resultado de um plano no sentido, bem entendido, de que as caravelas de Álvares Cabral iam, como muitas outras, à procura de terras desconhecidas, ou, melhor, mal conhecidas, desde que vagas tradições, profecias sempre interpretadas como vindas ao encontro do nosso desejo, e mesmo exposições cartográficas, mais ou menos fantasistas, se harmonizavam em colocar ilhas misteriosas na altura do duplo continente americano. Poderia eu citar-vos várias dessas cartas e mesmo desses globos terrestres. Seria isto erudição fácil, de que vos poderíeis prover algures e com todas as minúcias. Lembrarei somente, de passagem, que o gravador italiano de uma medalha de bronze com a efigie de Carlos IV de Anjou, conde de Maine, tendo, pelo meado do século xv, de desenhar um mapa-mundo, designou, com o espírito de resolução que destingue sua raça, sob o nome de “Brume” (em latim Bruma) o quarto continente, o qual prendia então de uma maneira muito viva a atenção dos cosmógrafos.

A obsessão heróica de arrebatrar a Terra Santa aos infiéis, que a retinham, e poluíam com sua presença impura o sepulcro do Cristo – obsessão que gerou as Cruzadas e reinou na Idade Média – sucedeu, na aurora da Renascença, a preocupação mais prática de arrebatrar a esses mesmos infiéis o comércio do Oriente, que eles mantinham, pelo Egito e pelo mar Vermelho, e que enriquecia Veneza. A rivalidade mercantil entre cristãos impeliu para o mar Tenebroso as nações da Península Ibérica, a que os fenícios haviam transmitido um pouco do seu instinto dos negócios. E o século xv foi empregado por uma delas na tarefa de contornar a África, a fim de achar uma rota para as Índias. Uma o conseguiu, ao mesmo tempo que outra. Tomando o caminho do Ocidente, para atingir as regiões maravilhosas do Levante, seus navegantes se acharam de uma vez em face de um mundo que se chamou novo, mas do qual já se suspeitava a existência.

Não me remontarei ao Dilúvio. Mas, no decurso da antiguidade clássica, Aristóteles, o filósofo grego, e Estrabão, o geógrafo de cultura

greco-latina, ambos tiveram a intuição de continentes povoados, elevando-se em pleno Oceano Atlântico, a distância do Mediterrâneo. Estrabão, sobretudo, deu como certa a existência de uma terra ocidental, que, mais tarde, se tornou, por assim dizer, o objeto constante da imaginação de numerosos sábios, com tendências humanistas, – terra que ora se reduzia à ilha das Sete Cidades, ou Antilhas, ora tomava as proporções de uma “Terra firme.”

Cabral não era decerto sábio. Nós o imaginamos antes como um homem com a linguagem e as maneiras de um cortesão, de inteligência viva, bem informado sobre esses dados, ou, melhor, sobre essas conjeturas. Além de que, tinha consigo, a bordo, um físico, Mestre João, instruído por ofício, senão curioso por natureza. São dois elementos em favor da segunda hipótese. Mas eu teria receio de complicar as coisas, sobretudo para ouvintes estranhos ao assunto, se lembrasse outras probabilidades, que não alterariam quase a resolução do problema histórico, visto que esta igualmente lhe falta.

Não quero dizer que a característica dos problemas históricos é ficarem insolúveis, mas é bem certo que se apóiam sobre suposições e discussões, pois que o papel do historiador é completar o do analista e tentar explicar os feitos da humanidade – e é ainda preciso que eles não sejam inventados – pondo em evidência seus móveis e suas consequências, isto é, o espírito filosófico que encerram. A história seria então a realidade social, a atividade moral interpretada – exatamente como a arte é a interpretação da natureza.

Eu próprio, no terreno do assunto da descoberta do Brasil, tomei, num pequeno trabalho sem pretensão, uma posição entre dois extremos: são sempre as mais cômodas, a miúdo, as mais justas, às vezes, as mais estáveis. Álvares Cabral dirigia-se ostensivamente e efetivamente para as Índias, descobertas havia pouco por Vasco da Gama, quando contornara o cabo da Boa Esperança. O próprio Vasco da Gama houvera recomendado à nova expedição que navegasse o mais possível para oeste, a fim de evitar as calmarias podres da Guiné, que os veleiros dessas paragens conheciam muito bem. Cabral teve-o por dito, e é mesmo bem possível que tivesse tomado o conselho ao pé da letra, na esperança secreta de ver, a seu turno, alguma das ilhas fabulosas, que, rompendo o encanto que as embelezava,

surgiam cada dia aos olhos dos marinheiros, surpresos de que o mar, chamado outrora Tenebroso, encerrasse tantas coisas ignoradas.

Sobreveio talvez uma tempestade – coisa facilmente admissível – pois que há necessidade de justificar a bonança. As condições ordinárias bastariam entretanto para levar a navegação ao mesmo resultado. Os doze navios da frota, mais afastada cada dia da rota mais direta a seguir para ganhar o Oriente, foram arrastados pelos alíseos e pelas correntes, que os oceanógrafos reconheceram no mesmo local, até as margens de um continente que tomaram naturalmente por uma ilha – erro de que os viajantes ulteriores autorizaram a retificação. Os ventos e as correntes, que da Guiné se dirigem para a América do Sul, se acham assinalados, desde os primeiros roteiros de navegação. E, no século XVIII, o holandês Linschot renovava ainda o conselho dado pelos pilotos portugueses aos navegadores: dirigir-se em linha reta do Senegal ou da Serra Leoa ao Brasil, para dali volver para o sul da África, a fim de dobrar com mais segurança o cabo da Boa Esperança. (E. Guérin, *Les Français au Brésil*.)

A aventura de 1500 tornava-se mais importante do que Cabral teria podido imaginá-la. O Brasil era descoberto em uma longitude que o colocava na esfera, não da influência, mas do domínio atribuído a Portugal pela Santa Sé.

A história da partilha romana do Novo Mundo está feita, e M. Henry Harrisse, o trabalhador infatigável da Americana Vetustíssima, deu-lhe os últimos retoques. Não foi graças a um movimento espontâneo de generosidade, da parte de Santa Sé, que Portugal conquistou os direitos à conversão dos pagãos e à salvação dos infiéis. Os requerimentos dirigidos aos soberanos pontífices se sucederam – a série das bulas e dos breves lhes dão fé – e as concessões papais tornam-se ainda mais o objeto de negociações com a Espanha, quando esta se põe igualmente a proteger os cometimentos audaciosos para além das colunas de Hércules, e quando lhe coube a sorte de aceder às sugestões de Colombo.

O impulso foi mesmo de tal ordem, que em 1500, ano em que Cabral lançou âncoras em Porto Seguro, Yáñez Pinzón descobriu uma parte da costa norte do continente meridional, e ancorou na enorme emboadura do Amazonas, que tomou por um mar de água doce. Enquanto Diego de Leppe, outro espanhol, se deteve diante das costas setentrionais

do Brasil, assinalou o cabo de Santo Agostinho, e verificou que o litoral, a partir dali, se inclina gradualmente na direção de sudoeste.

As dificuldades diplomáticas não provinham contudo somente de Castela, onde aliás elas haviam sido aplainadas por tratados, cuja exatidão matemática estava longe de ser perfeita, mas que punha um pouco de ordem na porfia pouco a pouco desenfreada, através do desconhecido, da miragem do ouro. Também a França tinha marinheiros audaciosos e comerciantes ambiciosos. Os armadores de Honfleur e de Dieppe eram, com razão, reputados entre os mais opulentos da época, e os corsários armados por eles eram tidos entre os mais ousados em cruzar os mares.

Um dos problemas históricos, de que vos falei há pouco, e que continua sem solução definitiva, não obstante o ardor que empregou em estudá-lo o falecido M. Margry, erudito de grande envergadura, pois tinha consigo, além da ciência, a paixão do patriotismo, é exatamente o da prioridade do descobrimento do país pelos navegadores normandos. Indico-vos a este respeito, entre outros, os belos trabalhos de M. Paul Caffarel e de M. E. Guérin – os deste último, recentes – e limito-me a chamar vossa atenção para a perseverante cobiça da França de outrora em relação à região que ela estava um dia destinada a dominar pela inteligência e pelo sentimento, por se tornar a educadora de nosso espírito, em busca de horizontes mais largos, e a inspiradora de nossa alma sedenta de liberdade.

Os primeiros colonos do Brasil foram deportados, que o governo português ali desembarcava à força, geralmente em grupo de dois, para aprender a língua do país e servir de intérpretes às futuras expedições. Eram aventureiros que não recuavam diante da solidão moral, marinheiros escapos a naufrágios bastante comuns nos escolhos da costa, entre as embarcações, que se enviavam para efetuar reconhecimentos ou carregamentos, eram enfim especuladores que traficavam com tudo, e se deixavam embair pelos incentivos da barbárie. O número desses colonos crescia em cada ano, assim como o daqueles que para lá não se dirigiam senão como aves de arribação.

Alguns desses personagens deixaram uma recordação imperecível. Assim foi o chamado Bacharel de Cananéia, licenciado em Direito, deportado por delito qualquer e desembarcado naquele porto em 1501, pela pequena frota que viera em serviço de reconhecimento, logo que a desco-

berta houvera sido anunciada em Lisboa, e que trazia, a bordo de uma das caravelas, Américo Vespúcio, na qualidade, de piloto experimentado. Trinta anos depois a esquadra de Martim Afonso de Sousa, despachada com a missão de ocupação formal da nova colônia, encontrou o Bacharel vivendo pacificamente em meio dos índios.

Um outro foi João Ramalho, que se instalara no cimo do planalto, cuja encosta desce quase a pique sobre a faixa de litoral raso onde está situado o porto de São Vicente, na vizinhança da atual cidade de São Paulo, para a fundação da qual ele prestou seu concurso, sem renunciar à nova roda, que, segundo se refere, ficou sendo a sua durante sessenta anos, vindo a morrer como verdadeiro patriarca e deixando naturalmente uma numerosa descendência, documento vivo da fusão das duas raças: a invasora e a subjugada.

O Caramuru é o mais célebre entre esses personagens, por motivo desse apelido em que repousa uma das mais antigas e mais espalhadas tradições de nossa primitiva história. Ao desembarcar na Bahia, em 1510, muito provavelmente em consequência de um acidente de navegação, o português de nome Diogo Álvares se viu cercado de índios, cujas disposições eram hostis, nem mais ou menos. Para espantá-los, Diogo Álvares teve feliz idéia de descarregar seu bacamarte. A detonação semeou o espanto entre os índios, e fazendo-os passar, sem demora, da animosidade ao respeito, valeu a Álvares, da parte deles, o famoso apelido de Caramuru, nome de um peixe, do gênero da enguia, cujas descargas elétricas provocam uma violenta comoção.

Herói de graciosas lendas, de poemas épicos e de dramas líricos, o Caramuru não poderia nunca ser desde então esquecido. Uma lenda, que a história ratifica, fá-lo desposar a filha de um chefe índio: é a história da Princesa Pocahontas, da Virgínia, e do capitão Smith, que se reproduz no nosso continente. Uma outra lenda, falsa porém, fá-lo vir à França com sua mulher, a quem Catarina de Médicis teria servido de madrinha de batismo. A lenda mais tocante, das que se ligam ao nome de Caramuru, é entretanto aquela de que frei Santa Rita Durão se utilizou para a composição da epopéia, que Eugène de Monglave traduziu em francês, haverá em breve um século, e que faz as mulheres abandonadas por Caramuru – porque ele se tornara polígamo como os outros – seguirem a nado o barco que o levava

para a Europa e mais a bela, Paraguaçu. Uma das mulheres, a mais ardente em perseguir o barco, a pobre Moema, esgotada de fadiga e mais ainda de dor, deixou-se por fim envolver pelas ondas que rompera durante horas com todo o vigor de que fora capaz sua chama amorosa.

Nenhum personagem dos primeiros tempos do Brasil poderia gabar-se de haver passado por uma série de aventuras mais longas que o espanhol Dom Rodrigo de Acuña, o qual, seguindo a rota do primeiro circunavegador do globo, Fernão de Magalhães, a quem chamais correntemente Magellan, dirigiu-se em 1525 para o arquipélago das Molucas. Tendo a esquadra, de que fazia parte seu barco, se dispersado, antes da passagem do estreito que leva ao Pacífico, Dom Rodrigo buscou abrigo num porto do sul de Santa Catarina, onde uma parte de sua equipagem, encontrando-se com antigos companheiros de Solis, o explorador do rio da Prata, preferiu antes ali se estabelecer a correr novos riscos. Decidindo-se por esses motivos, a voltar para a Espanha, Dom Rodrigo fez escala na Bahia, onde perdeu ainda alguns homens, aprisionados pelos selvagens, e mais adiante, na vizinhança do rio São Francisco, teve de procurar um porto, pois que seu navio metia água. Três navios franceses estavam exatamente ali, a carregar pau-brasil. A acolhida foi benévola, e dois calafates foram postos à disposição dos recém-chegados. Mas, quando o navio espanhol adernou de todo um bordo, os franceses quiseram apoderar-se dele. Dom Rodrigo conseguiu, porém, engodá-los por meio de um importante presente de vinho e de azeite. Ora, enquanto o negócio se tratava, os que haviam ficado a bordo, vendo a reparação acabada, conseguiram fazer o navio refluir, levantaram o ferro e se fizeram de vela. Quando os outros perceberam a coisa, o navio espanhol singrava velozmente o alto-mar. Dom Rodrigo seguiu-o numa canoa de vela, durante quase dois dias, a gritar e a gesticular como um possesso: não o quiseram ouvir, nem ver. O navio sumiu-se em breve no horizonte, e o desgraçado comandante, com os marinheiros que lhe ficaram fiéis tiveram de voltar para terra, e desembarcaram dez léguas mais ao norte do porto, onde já se haviam detido e onde chegaram, caminhando ao longo da praia.

Entrementes dois dos navios franceses haviam partido, e o terceiro deu-lhes abrigo por algum tempo, mas não quis transportá-los. Abandonados na canoa, tornaram a subir a costa, descendo, aqui e ali, em terra,

para apanhar moluscos e colher frutos selvagens, assim como para renovar a provisão de água. Na ilha de Santo Aleixo, acharam um pouco de farinha de trigo, um tonel de bolachas molhadas, e anzóis que lhes serviram para apanhar muitos peixes. Dali, foram ter a uma feitoria portuguesa, onde por cúmulo de desgraça, Cristóvão Jaques lhes recusou passagem de volta, de sorte que Dom Rodrigo de Acuña não volveu a ver a Europa senão mais tarde, parece, quando Jaques foi chamado e levou consigo trezentos prisioneiros, feitos entre os corsários franceses.

As queixas do mal-aventurado navegador foram entretanto transmitidas aos seus destinatários da Espanha e de Portugal, e é graças a esta circunstância que se conhecem os pormenores desta sequência de desventuras, rara, mesmo nessa época de perigosas viagens. Estais a ver que havia vida nas costas do Brasil, na primeira metade do século XVI, e não lhe faltavam peripécias movimentadas nem interesse dramático.

A feitoria onde Dom Rodrigo de Acuña veio ter era a de Pernambuco, erigida, tanto quanto a de Iguaraçu, em face da ilha de Itamaracá, por aquele mesmo Cristóvão Jaques, espanhol de nascença; pelo que se supõe, que, em 1526, comandara a primeira esquadra de defesa das costas brasileiras, que, já em 1521, houvera visitado o litoral da nova descoberta e provavelmente subido o rio da Prata. As duas feitorias eram destinadas a servir de ponto de partida para a Capitania que foi oficialmente chamada a Nova Lusitânia.

Durante a primeira metade do século XVI os carregamentos de pau-brasil – madeira de tintura, cujo nome, derivado de brasa, por causa da cor vermelha, substituiu o de Terra da Santa Cruz, que o país houvera cristãmente recebido a princípio – foram o motivo de ásperos combates no mar em torno de simulacros de feitorias, que começavam a se esboçar por uma paliçada que franceses e portugueses se encarniçavam alternativamente por levantar e demolir. Essa rivalidade, sangrenta, a que práticas intermináveis, oficiais ou clandestinas, entre Francisco I da França e João III de Portugal, realizadas por intercessão de embaixadores e agentes privados, não conseguiram apaziguar, tornou-se mesmo a causa da ocupação efetiva do país pelos portugueses.

Estes, estando a braços e interessados com todo o Oriente, começaram por desprezar a nova possessão, não obstante as belas frases da

narração sobre a descoberta, redigida no próprio local pelo escrivão Vaz de Caminha, louvando os encantos da nova terra, e os elogios excessivos de um personagem tão célebre quanto Américo Vespúcio, que se esforçou por perceber nela o paraíso terrestre, nem mais nem menos.

A carta de Vaz de Caminha é o ato de batismo do Brasil. Era dirigida ao Rei, e dava contas do grande achado. Vivia-se afinal numa época em que semelhantes surpresas eram quotidianas. O verboso escrivão descreveu de maneira muito minuciosa, mas divertida, com muitas observações, ora ingênuas, ora picantes e sempre curiosas, os mínimos incidentes desse primeiro encontro entre portugueses e índios americanos. Descreveu desde a recepção de dois selvagens, que haviam sido trazidos a bordo – recepção que os de bordo se esforçaram por tornar solene, tendo o chefe da expedição tomado lugar num assento erguido em meio de um tapete, e exibindo intencionalmente um grosso colar de ouro, para tratar de saber se a terra não encerrava o precioso metal – até a participação nas danças dos índios de um dos personagens da frota, homem de gênio alegre, que presa do desejo de divertir-se, se fez acompanhar de um tocador de gaita de foles e, tomando os selvagens pelas mãos se pôs a dar cambalhotas com eles, ao som da música, acabando mesmo por lhes oferecer uma sessão de acrobacia, que os regozijou muito, mas não lhes dissipou absolutamente a desconfiança, desconfiança que ainda era todavia benevolente.

Sobre o próprio país Vaz de Caminha não podia dissertar pois não houvera visto senão uma extensão muito limitada. Descreveu-o coberto de extensas florestas, dotado de uma temperatura amena e entre os mais abundantemente irrigados. – “A terra é em tal maneira graciosa, que em se querendo dar-se-á nela tudo.” Os aventureiros normandos e bretões perceberam logo a excelência da terra que os portugueses haviam anexado ao seu domínio, e as vantagens que ela oferecia ao tráfico marítimo.

Com efeito, se o Brasil foi logo dividido em capitanias, distribuídas em doações entre os gentis-homens da intimidade do Rei e entre os veteranos das guerras da Índia e das outras regiões asiáticas, o foi sobretudo porque a defesa contra os franceses se impunha, e não podia sofrer adiamento, tanto mais quanto os índios lhes davam geralmente provas de uma simpatia que se traduzia por alianças ameaçadoras.

Essa simpatia renovou-se algures na América do Norte principalmente, e a observação do falecido Paul Bert é perfeitamente verdadeira, quando se mostra indignado da acusação dirigida contra os franceses, de não serem colonizadores. Deveis lembrar-vos de suas palavras: “Não somos colonizadores! Perguntai aos indígenas de todos os países, por onde passamos, que pensam da raça alegre, benevolente, sem arrogância, apta em adotar os costumes dos vencidos, mais capaz de produzir, que destruir...”

Os indígenas eram entretanto seres belicosos, de quem o indianismo literário brasileiro do século XIX procriado por Chateaubriand e estimulado pelo espírito político da Independência, ansioso de romper toda a ligação com a época colonial, havia de fazer criaturas superiores pela bravura, a altivez e a nobreza. “– Onde estão esses povos primitivos?” – perguntava nosso romancista José de Alencar, há um meio século, num poema indianista, inacabado, e que a *Revista da Academia Brasileira* imprime neste momento – “que foi feito, ó minha pátria, de nossos irmãos, teus primogênitos, teus filhos selvagens? Extinguiram-se. Alguns erram dispersos, abrigam-se em antros, como feras perseguidas, havendo perdido o antigo brilho, descendentes degenerados da casta ativa e pura. Alguns, abjurando seus ritos, para abraçar a cruz, misturaram à sombra desta o seu sangue com o sangue estrangeiro. Quase todos morreram defendendo o solo que encerrava os restos de seus antepassados, os campos, a glória, e conquista dos avós, e a liberdade, a lei, direito sagrado, mais que direito ou lei, culto profundo, religião rude de um povo indômito. A serpente rasteja, fremente de indizível prazer, em torno de sua ninhada. Regozija-se ternamente ao ver seus rebentos crescerem à sua semelhança...”

De repente, no poema, o gavião aparece pairando acima das nuvens, o olhar maligno, as garras contraídas enquanto a serpente se ergue, agitando a cauda, a língua bífida prestes a destilar a peçonha. Receosa todavia de errar o bote, engole os filhotes, a fim de impedir que venham a se tornar vítimas da ave de rapina. – “Sepultando no seio que a gerou” – é a própria expressão do mesmo poeta – “a ninhada que não pôde salvar.”

“Assim, ó minha pátria”, continua Alencar, “tinhas embalado teus filhos à sombra das florestas espessas, sobre as águas, aos rumores das cascatas. Enlaçava-os, com ternura, no regaço dos teus vales em flor. Mas

o sol da adversidade eleva-se no horizonte. E, quando errantes, refugiados nas florestas, passaram a ser estrangeiros na terra que lhes foi berço, tu lhes abriste teu seio e aí os recolhiste. Preferiste ser uma mãe órfã de seus filhos, antes que a pátria de uma vil raça de escravos.”

Traduzi esses trechos dos “Filhos de Tupã” – Tupã quer dizer trovão, fenômeno julgado sobrenatural pelos índios, manifestação de seu incompleto naturalismo religioso, em que se quis, a princípio e falsamente, descobrir a revelação de uma crença panteísta em uma divindade, bem afastada da abstração concebida por esses selvagens, que não haviam conseguido individualizar as forças da natureza – traduzi essa passagem, digo, a fim de indicar-vos a orientação espiritual que veio a tomar em nosso país a geração romântica. Aliás, fez disso a sua originalidade como o sentimento fará o valor. Ao mesmo tempo, vos conduzo logo a medir a distância que separa o Brasil de ontem (onde florescia essa errônea, mas sincera concepção patriótica, que ligava o país, que se tornara independente, à raça aborígine) do Brasil dos começos, onde os aventureiros portugueses reduziam à escravidão as populações que os cercavam, e em seguida as que se puseram a perseguir.

A amenidade, por momentos mesmo a cordialidade das primeiras relações, tinha violentamente cessado. Os índios perceberam em breve o que significava a tomada de posse de seu território, a qual os tinha a princípio divertido: a cruz grosseira, feita de dois troncos de árvore, que se tinha erguido sobre a areia sob um caramanchão armado à pressa, e diante do qual um frade barbudo, revestido de uma branca sobrepeliz e uma casula vistosa, havia celebrado ritos estrangeiros. Ordenaram-lhes obedecer, de então em diante, aos recém-chegados, e na linguagem destes, obediência queria dizer servidão perpétua.

Se não fossem aqueles homens vestidos inteiramente de preto, continentes, ascéticos, de palavras mansas e de gestos carinhosos, que correram, pouco depois, a defendê-los, ninguém os teria protegido.

As más paixões tinham curso entre as gentes, com as quais um laço comum era a esperança na fortuna. Mas os recém-vindos, que acompanharam um governador-geral, enviado a toda pressa para fazer cessar a anarquia verdadeiramente feudal dos donatários, e centralizar a administração disseminada e lânguida, conduziram bravamente a campanha

em favor dos oprimidos, fundando missões para os neófitos, e ao mesmo tempo informando a Corte sobre as condições morais daquela sociedade longínqua em formação.

Resgataram assim, com um devotamento e uma perseverança que não deixaram de suscitar sangrentas represálias, o crime coletivo de servidão do começo, de toda uma raça espoliada dos seus mais elementares direitos, e que teve de ser substituída, nos trabalhos penosos, pelos negros, importados da África, e considerados desde descobrimentos, como simples mercadoria. Os jesuítas denunciavam simultaneamente os abusos das autoridades, estigmatizavam os vícios dos colonos, e uniam-se e impunham-se, inda que em pequeno número, formando uma cruzada contra a imoralidade e a violência. É o que o escritor alemão Bohmer, recentemente traduzido por Gabriel Monod, denomina tão bem: “tomar a dianteira aos governos coloniais, enfrentar, abordar e resolver, de maneira independente, os grandes problemas da civilização, que as terras virgens propunham aos conquistadores, com as suas prodigiosas riquezas naturais e seus milhões de indígenas selvagens...”

O nome da Ordem ficou portanto popular no Brasil, onde o terceiro centenário da morte de Anchieta, o santo apóstolo dos índios, foi, há alguns anos, festejado pelos intelectuais de mais renome, e celebrado pelas vozes mais eloquentes de um país de tradições e de idéias liberais, que não hesita, não obstante em cumprir o ato de justiça, de associar para sempre os piedosos missionários do século XVI, à fundação da cultura nacional. Pode-se mesmo chegar a afirmar, sem nenhum risco de engano, que a grata recordação dos serviços prestados pelo clero à civilização brasileira valeu de muito para favorecer o tratamento generoso conferido à Igreja, ao tempo de sua separação do Estado, decretada pelo governo provisório da República em 1890. A separação – o fato é muito conhecido – efetuou-se de maneira digna e elevada, consciente dos direitos do mais forte, tanto quanto respeitosa dos direitos do mais fraco. Foi uma solução em que o Estado teve garantida toda sua independência leiga; e em que a Igreja manteve toda sua dignidade moral; em que as ordens religiosas conservaram todo o patrimônio que gerações de crentes lhes haviam outorgado, e em que as escolas neutras fraternizam com as de todos os credos. Foi portanto uma solução de que o país pode se honrar.

Acrescentemos que o mesmo se passou com a abolição da escravatura, que data de 1888, um ano antes da Separação, e foi conduzida sem abalo por uma legislação progressiva, que começou em 1818, para se realizar, após uma série de rudes campanhas parlamentares e pacíficas manifestações populares.

Eis aqui aliás como é que o melhor tratado escolar de história do Brasil, adotado para o curso superior do Ginásio Nacional, considera a obra dos jesuítas e lhe faz justiça. O que é tanto mais notável, quanto nenhum país no mundo é menos clerical que o Brasil, se por clericalismo se deve entender o espírito ultramontano exagerado e antipatia para com as idéias liberais. Basta dizer que os revolucionários brasileiros, periclitados no cadafalso no fim da época colonial, eram, em grande parte, padres, e que o princípio da autoridade se encarnou durante a Regência, isto é, durante a mais grave crise política do Brasil no século XIX, num cura: o padre Feijó, que soube dar cumprimento às idéias federativas, ao mesmo tempo que conseguiu manter a unidade do Império.

O manual do Sr. João Ribeiro exprime-se como se segue.

“O padre Nóbrega e os primeiros jesuítas imaginaram exagerar o culto externo para despertar a atenção do gentio. Nesse tempo as procissões e romarias eram frequentes; trombetas, tambores e música, sons ruidosos e panejamento de lábaros e pálios vistosos e flâmulas que adejavam pelas ruas enramadas e pelo solo tapizado de folhas, impressionavam fortemente os catecúmenos. A esse aparato Anchieta, que era poeta, juntou o singular encanto do seu estro, compondo autos ao modo dos que a literatura peninsular já possuía, mistérios religiosos e diálogos em versos que as crianças indígenas representavam nas aldeias de catequese. Foi ele o primeiro mestre da língua tupi, que ordenou em livros e em gramática e afeiçãoou às necessidades da religião e da vida nova que trazia aos selvagens; e foi talvez também o primeiro mestre da língua portuguesa dos primeiros brasileiros brancos ou mamelucos. E não é só o mestre, é o diplomata nas tristes eventualidades das guerras, é o médico que aprende dos índios as virtudes das plantas e conhece da medicina do seu tempo os remédios próprios, e é enfim o enfermeiro dedicado. Trabalha em todos os ofícios, que aprende por esforço próprio. Das suas habilidades a imaginação dos coevos lhe engenhou a reputação de taumaturgo, merecida pelos verdadeiros milagres que realizava.

“No tempo de Anchieta a província do Brasil já possuía três colégios e residência da Companhia, templos da virtude e do trabalho, onde não penetravam as rudezas da luta pela existência, e onde a piedade pelo próximo era o primeiro dever. Pode-se avaliar dos seus serviços quando se sabe que os padres estavam sempre ao lado dos governadores nas rebeliões selvagens, e desses os que já haviam ouvido a voz dos jesuítas podiam chegar a cem mil, diz Anchieta.”

Toda a história brasileira do século XVI se resume em poucas palavras. Esforços continuados da metrópole para organizar a colônia cujo valor foi, por fim, compreendido, e que a Coroa reivindicou com os titulares das primitivas concessões, educando o funcionalismo, fundando a vida municipal pela outorga de franquias e alvarás, dando provimento à sua defesa, criando a indústria agrícola, instituindo a organização eclesiástica, olhando com bons olhos as entradas para o interior da terra, desde que o quinto dos metais preciosos que por lá se buscavam cabia ao rei.

Esforços dos colonos para se adaptarem às novas condições mesológicas e sobretudo sociais – se se pode dar o nome de sociedade à mistura dos primeiros lustros que se seguiram à descoberta – farejando os tesouros mineiros ocultos na terra entre os seixos e a areia do leito dos rios, entregando-se por força a uma certa cultura dos campos, a fim de se munirem de provisões aclimando a cana-de-açúcar, como o melhor dos produtos de lucro.

Esforços dos inimigos de fora, franceses e, com o correr do tempo, também ingleses, que, a partir do reinado de Henrique VII, começaram a percorrer os mares em corsários, para quebrar a cadeia de estabelecimentos costeiros erigidos pelos portugueses, e se apoderar dos proveitos já acumulados.

Esforços dos missionários para introduzir a disciplina entre os europeus e a civilização entre os indígenas, começando por tornar estes sedentários, isto é, concentrando-se em aldeias ou reduções, visto que os deslocamentos continuados da vida nômade acabavam por subtrair as tribos à influência religiosa.

As boas palavras do Evangelho eram assim igualmente semeadas entre os poderosos de uma raça e os oprimidos de outra. Esta última, assaltada e perseguida, arrojou-se primeiro ao ataque, ébria de vingança; mas vivia muito dispersada, era demasiado inferior em comparação com os

recursos de todo gênero dos invasores, era, enfim, demasiado débil, na sua barbárie, e não podia resistir a tal ímpeto. Curvou-se, recuou, viu-se dizimada pelas guerras e pelas epidemias, sentiu-se aniquilar, não pela sugestão de uma consciência nacional ou mesmo comum, que lhe fazia inteiramente falta, mas pelo terror que se propagara de tribo a tribo.

Sendo a inteligência, mal despertada, da raça indígena, segundo seu espírito, mal desenvolvido, em que as lendas valiam por conhecimentos, a potência, a força de destruição deviam encarniçar-se contra ela, personificadas nos estrangeiros impiedosos. Perdera-se sua existência autônoma, que na realidade não era ocupada senão de combates entre hordas hostis, seguidos de festins antropófagos, mas que o poeta, valendo-se das liberdades que lhe confere a Musa, descreve como edênicos. “Corrente de leite e mel, raio de luz, eflúvio, a vida se entreabria aqui como uma flor; os lábios a colhiam com um sorriso, antes que um sopro anelante a queimasse, sem que as pérolas do suor a poluíssem. Até a morte a vida era doce e a terra materna; um áspide na relva, uma gota de veneno, e a noite vinha, e com ela o sono sem sonhos...”

Não vos convidarei a seguir-me os passos pelo caminho das considerações etnológicas e etnográficas, porque este caminho não é senão um dédalo semeado de hipóteses e envolvido na treva das fábulas. É necessário alguém ser muito hábil para não perder-se nele. Todas as suposições foram formuladas para explicar a origem dos índios da América – desde a mais simples, a ascendência mongólica, que se explicaria pelas migrações dos asiáticos através do estreito de Behring, ponto em que o Velho e o Novo Mundo quase se tocam, até as mais absurdas, que fazem os selvagens brasileiros descendentes de fenícios, cujos barcos teriam garrado até virem dar às nossas praias, ou mesmo de alguns rebentos de Noé, após sua dispersão causada pela falência da torre de Babel.

A única conclusão, pouco mais ou menos certa, a que chegaram os especialistas nesta matéria, é a de que existiam no território em que se formou o Brasil independente, raças vencidas e raças invasoras; que as diferenças entre elas são frisantes – disso a linguagem fornece, aliás, a melhor prova – e que à segunda categoria pertencem os tupis, que ocupavam o litoral, e foi naturalmente o objeto da maior atenção da parte dos primeiros viajantes, e, mais tarde, dos estudiosos e eruditos.

Tapuias era o nome genérico dado pelos tupis aos seus inimigos, àqueles que eles julgavam bárbaros, e que algumas razões antropológicas justificadas – principalmente a perfeita identidade das características anatómicas do crânio deles com as do crânio paleozóico de Lagoa Santa, exumado pelo sábio dinamarquês Lund – permitem classificar entre os antigos habitantes conhecidos da América meridional. Os invasores tinham-nos repellido para o interior da terra. Não são, aliás, o único agrupamento estrangeiro aos tupis-guaranis, pois esses dois não formam senão um.

Contam-se também os aruaques do norte, dos quais o explorador alemão Karl von Steinen se ocupou de maneira especial, e que representavam uma civilização superior, ou, para dizer melhor, uma barbárie inferior à da raça vitoriosa da costa, à qual haviam muito provavelmente ensinado a cultivar a mandioca. Eles próprios se distinguiam pelo conhecimento que possuíam da cerâmica, que lhes fora transmitido talvez pelos povos infinitamente mais cultivados dos planaltos dos Andes. Mas vejo agora que me demoro, sem querer, nas hipóteses contra as quais vos recomendei acautelar-vos, e que serei, ainda assim, forçado a abandonar à erudição dos mais competentes, entre outros, à de meu compatriota Sr. Alfredo de Carvalho, que publicou, não há ainda dois anos, uma obra muito documentada sobre a pré-história sul-americana.

Essas migrações e essas misturas de raças aborígenes não possuem afinal nenhuma influência direta sobre a formação histórica da nacionalidade brasileira. Neste domínio a fantasia frui insofismavelmente um papel importante – a ciência não é compatível com a imaginação – e é um terreno onde geralmente falta uma base sólida às deduções. O elemento que vale verdadeiramente para a época posterior à descoberta, que, estabelecido no litoral leste do continente, recebeu o choque dos primeiros europeus, foi a princípio perseguido pelos colonos e defendido pelos missionários. Tomou parte nas mais sangrentas lutas do período colonial. É o elemento tupi, constituído de tribos de caçadores e de pescadores, muito mais que de agricultores, particularmente dotados do instinto nômade. Ajuntemos-lhe os caraíbas, que ocupava a costa norte da América, desde a embocadura do Amazonas até o lago de Maracaibo. Eram indígenas que o sábio alemão Martius considerava ainda como irmãos dos tupis, mas que, de fato, não oferecem, em comparação com estes, senão uma evolução

semelhante. Haviam como eles descido os rios, na direção do litoral e, se tinham transformado gradualmente em piratas audaciosos do mar das Antilhas, e não somente em guerreiros cruéis das planícies inundadas da região do Amazonas e do Orenoco.

Ficareis certamente surpreendidos de saber – bem poucos de entre vós hão de conhecer esta minúcia – que em 1550, cinco anos depois da ocupação do Rio de Janeiro por Nicolas de Villegaignon, cinquenta índios da tribo dos tupinambás divertiram com seus combates simulados e exercícios guerreiros “ao alegre, triunfante e novo acontecimento da chegada à cidade de Ruão de S. Majestade Henrique II e da muito ilustre Senhora Catarina de Médicis, sua esposa.” O fato é, entretanto, autêntico, e sua descrição vem numa brochura editada em 1551, com gravuras em seu apoio, representando os “brisilians”, chegados à França. Esta brochura não se acha mais hoje; mas foi reeditada, com muitos comentários, uns eruditos, outros graciosos, pelo falecido Ferdinand Denis.

Permiti que eu me detivesse aqui para prestar uma sentida homenagem à memória desse dileto escritor, de quem alguns de entre vós sem dúvida se recordam, pois ele exerceu, durante numerosos anos, as funções de conservador da biblioteca de Santa Genoveva, em Paris. O Brasil lhe é devedor de uma longa, constante e inteligente simpatia. Sou daqueles – e em meu país eles são numerosos felizmente – que dão valor e sabem reconhecer os serviços com que nos honram os estrangeiros do porte de Ferdinand Denis.

Tendo estado no Brasil na sua juventude, ao tempo da Restauração na França, Ferdinand Denis faleceu ao tempo da Terceira República, aos noventa anos, e desde 1822 até a morte, pode-se dizer que seu espírito e sua pena estiveram sempre votados ao serviço das tradições históricas e literárias do país sul-americano e de sua antiga metrópole portuguesa – dois assuntos sobre os quais escreveu toda uma biblioteca de obras sábias e interessantes. Esses volumes, de uma variedade extraordinária, desde que vão das lendas árabes às sugestões poéticas da natureza sob os trópicos, e desde as manifestações artísticas pré-colombianas às crônicas peninsulares, são de uma leitura constantemente agradável, e podem ser tidos entre os melhores que celebram o nosso passado, que evocam os mitos indígenas e estão impregnados do nosso lirismo. Nenhum deixa de valer como prova

da curiosidade intelectual, da suavidade, o gosto discreto, a diligência do incansável ancião – um dos representantes mais autênticos da penetração, do encanto e da simpatia humana que distinguem o espírito francês. No dia em que a França e a América brasileira estiverem verdadeiramente unidas pelo coração, como já o estão pelo espírito, tarefa a que nos votamos, o nome de Ferdinand Denis irradiará como o de um precursor que merece entre nós as mesmas honras de que é merecedor outro compatriota vosso – Auguste de Saint-Hilaire.

II

Para imaginarmos bem, segundo a narração da época, a festa brasileira de Ruão, a que vos fiz alusão, noutro dia, ao terminar, não temos mais a fazer senão recordarmo-nos de uma dessas numerosas aldeias javanesas, senegalesas ou iroquesas, que têm constituído uma parte das *attractions* de todas as exposições universais de nossos dias. Na verdade, nada de novo existe debaixo do sol. Numa praça protegida pela sombra de árvores, tinha-se estabelecido o rancho dos tupinambás, composto de cinquenta indivíduos, número elevado a trezentos, à maneira francesa, “enfeitados e equipados à moda dos selvagens da América, de onde se traz o pau-brasil”, e que “tendo visitado o país mais de uma vez” – na Normandia não faltavam marinheiros familiarizados com a nossa costa – “falavam tão bem a língua e reproduziam com tanta candidez as maneiras e gestos dos selvagens, como se fossem nativos do próprio país.”

Aliás nada houvera sido poupado para aumentar a aparência de realidade. Havia árvores carregadas de frutos de diversas cores e espécies imitando a natureza. Havia choças construídas de troncos de árvores, cobertas de caniços, na falta de folhas de palmeira, e cercadas de paliçadas. Havia animais vivos e autênticos acolá, trepando-se pelos ramos das árvores, tais como papagaios bons faladores, saguis, que se chamavam “monos, macacos”, importados em grande número para dar animação, vida, a antigos castelos feudais e a novas habitações burguesas. Os índios, verdadeiros e falsos, se exercitavam em atirar de arco nos pássaros, corriam atrás dos macacos, balouçavam-se em redes, fingiam cortar na floresta o pau-brasil e carregá-lo para um grande navio de velas abertas e bandeiras ondulantes, ou então lutavam entre si a golpes de clava e a tiros de flecha.

Não faltava a cor local a esse espetáculo então bem pouco vulgar, e que impressionou as imaginações de maneira bastante forte, e tal, que chegou a exercer influência sobre os escultores e pensadores. A igreja de São Jaques, em Dieppe, possui, com efeito, admiráveis baixos-relevos, em que se podem ver indígenas americanos, de cocar e cinto de penas, e tendo, como acessórios, folhas de palmeira, um arco e carcaz cheio de flechas. De outro lado, um autor tão ilustre quanto o dos *Ensaíos*, deixou-se seduzir, dois séculos antes de Jean-Jacques Rousseau, pela sugestão da vida selvagem, de que fez a apologia, tendo, segundo a expressão de Ferdinand Denis, um menosprezo deliberado pelos nossos costumes, onde não havia senão manifestações de um estado social ainda na infância. Ferdinand Denis lembra ainda que o estribilho de uma canção brasileira indígena, propagada por um dos companheiros de Villegaignon, inspirara Montaigne, que lhe dera apreço, pela graça singela que ele próprio lhe emprestava, pelas observações sobre o gênio primitivo, sobre a poesia liberta de todas as regras, sobre a altivez do espírito de independência de uma gente que, na sua simplicidade, oferecia o modelo de uma sociedade sábia. Eles não pecavam, segundo Montaigne, senão “porque não usavam calções”, havendo mesmo representado dessa maneira demasiado ingênua, diante do Rei da França e da bela Diana de Poitiers, sua *seyaumaquia* selvagem: expressão um tanto ou quanto bárbara, que pertence aos eruditos do tempo, e significa, segundo sua etimologia grega, combate com a própria sombra, – por extensão, simulação de combate, e, por natureza, exercício de atletas.

Se o autor dos *Ensaíos* foi neste ponto imaginativo, não é espantoso que nossos indianistas, sempre a se esforçarem, com espírito patriótico, por idealizar os indígenas, tenham imaginado para eles uma teogonia completa; os tenham dotado de sentimentos e de idéias, que não poderiam ser senão o produto de uma longa evolução de cultura; lhes tenham atribuído inspirações guerreiras, de uma elevação e de um ardor extremos, e tradições literárias de uma piedosa emoção. Era já assim que se pronunciava vosso célebre moralista, quando, na sua tarefa de cepticismo, oposta à vaidade do dogmatismo, gabava a poesia natural e puramente natural, única que podia ser comparada “à principal beleza da poesia perfeita segundo a arte – a poesia medíocre, que não se exprime nem mal nem bem, não merecendo nem que a honrem, nem que lhe deem valor.” O cepticismo moderno, que

difere forçosamente, em suas conclusões, do autor dos *Ensaio*s, resultou de mais essa ilusão, que no nosso país se denomina indianismo.

O século XVI no Brasil não teve – pode-se dizer que lhe falta em toda a literatura, pois o indianismo do século XIX não foi em suma senão uma convenção poética enxertada sobre uma ruptura política – um poeta da terra, que tivesse exprimido, com toda a sinceridade da alma, a paixão da luta da cultura contra a natureza, luta que constituiu a trama bem unida da história inicial do país. Não que a metrópole, de que a colônia nua era senão o prolongamento moral, fosse desprovida de desenvolvimento intelectual. Este era, ao contrário, intenso. Este século foi mesmo a bela época literária de Portugal, o século em que, com Camões, a poesia se elevou até a fusão admirável de graça, da tradição católica da Idade Média com a renascença pagã, e em que a prosa adquiriu, com João de Barros, uma amplitude e um esplendor que denunciavam já o comércio com os tesouros fabulosos do Oriente. Mas além-mar a atmosfera era, por assim dizer, composta de elementos diferentes e aqueles que se habituavam a respirá-la, abandonavam, pouco a pouco, todo contato físico e moral com aquilo que havia outrora constituído seu ambiente, e perdiam até a recordação dela.

O fato é que os gestos heróicos de antanho esperam ainda seu cantor. Os índios foram idealizados pelo romantismo à busca de almas altaneiras. Os africanos acharam defensores nos soberbos idealistas, mas os valentes pioneiros da raça conquistadora, que tinham decerto a estatura épica, não mereceram ainda absolutamente uma semelhante simpatia literária, posto que Lamartine, no seu livro *Entretiens sur la Litterature*, tivesse sonhado com um novo poema *Lusíadas*, composto além-mar, nessa língua portuguesa, mais latina, dizia ele, e mais bela que a espanhola.

Existe, não obstante, um livro que constitui, por si só, toda nossa bagagem literária do século XVI, – se não queremos juntar-lhe os relatos dos jesuítas, tão preciosos para a formação histórica do país. O livro em questão não é nem muito elegante como estilo, nem muito interessante como imaginação, e, contudo, vale uma biblioteca, pois representa o balanço da obra portuguesa na América Meridional, no momento da união com a Espanha, e porque deixa já despontar a ternura ingênua pelo país, e que fará vir à luz amanhã um novo sentimento patriótico.

Este livro é uma descrição do Brasil, escrita na Bahia – a capitania escolhida como centro administrativo da colônia – por um plantador de cana-de-açúcar, um português, naturalmente, que foi assaltado mais tarde pela febre das minas, e foi a Madri solicitar concessões, que se faziam, como sempre, esperar por aqueles a quem faltavam altos protetores. Os dias passados nas antecâmaras dos ministros pareciam bem longos. Os serões eram bem glaciais, apesar das braseiras. Para livrar-se do tédio, ocupar-se de alguma coisa nas suas vigílias, justificar suas pretensões pelo exposto dos recursos, de que tinha a intuição, e evocar a terra ausente – pois era já sua terra a que ele havia deixado atrás de si – Gabriel Soares escrevia seu esboço corográfico, ornado de traços da história e de dados sobre a raça e os costumes indígenas. Pelo amor que dedicou ao seu trabalho, pelo espírito local de que impregnou inconscientemente sua obra, esta sobreviveu a todas as descrições mais completas, mais exatas e mais literárias, que nos foram conservadas no decorrer dos tempos. O trabalho de Gabriel Soares foi, de alguma sorte, a primeira afirmação escrita por uma nova entidade nos Anais do mundo.

No século xvii o Brasil viu aumentar de muito o número de seus inimigos. Eu deveria antes dizer – de seus amigos, pois todos eles não desejavam senão possuir, cada qual para si só, a promissora terra que, aos seus olhos ganhará os aspectos de uma terra prometida. Àqueles que atacavam Portugal juntaram-se os que combatiam a Espanha, pois, a partir de 1580, Filipe II reinava sozinho, e bem sabeis que reinava inteiramente na Península. O sonho da União Ibérica se havia enfim realizado, em proveito do mais forte, – coisa que está, aliás, na ordem natural.

Das pequenas nacionalidades, que haviam formado pela resistência dos elementos celtas, romanos e visigodos – para não falarmos senão dos mais importantes – fundidos em uma amálgama cristã, – de suas usurpações sucessivas e sucessivas vitórias, exercidas e ganhas contra o invasor árabe, em breve encurralado em Granada e, mais tarde, forçado a refugiar-se em Marrocos, – Castela havia conseguido reunir, sob seu cetro, a Gália, Leão e Aragão. Era de prever, sobretudo depois que uma sequência de heranças dinásticas acabara de fazer de Carlos X um novo Carlos Magno, emprestando, portanto, à Corte de Madri uma singular fascinação, a que, na primeira oportunidade, Portugal não estaria à altura de escapar.

Este movimento fatal – de uma fatalidade aliás transitória, pois seu centro perderia logo o prestígio – produziu-se para a nacionalidade portuguesa quando o ciclo heróico da atividade desse país, começado em 1385 com a batalha de Aljubarrota, que lhe consagrara a Independência, e tendo tido, como ponto culminante, as descobertas da Índia e do Brasil, se encerrou, tristemente, com a derrota de Alcácer-kebir, em Marrocos, onde perecera o rei Sebastião em companhia dos melhores de seus bravos.

Invocando direitos de sucessão, indiscutíveis, mas que poderiam ser igualmente reivindicados por outros (a casa de Bragança, por exemplo, que era nacional, mas que se reservou para tempos mais afortunados), o rei da Espanha pôs em fuga, graças, como sempre à espada do duque d’Alba, o rei aclamado pela população de Lisboa. Esse rei era o pobre D. Antônio, prior do Crato, neto bastardo de João II, o qual veio a morrer na França, abandonado e pobre, após haver, por um momento, imaginado ir estabelecer sua realeza popular no Brasil, para, em seguida, negociar com a astuta Catarina de Médicis a cessão do mesmo Brasil à França, em troca do apoio decisivo dessa potência ao seu sonhado advento à Coroa de Portugal.

Existem documentos – achou-se mesmo recentemente, em São Petersburgo, um bilhete autógrafo de Catarina de Médicis dirigido a Strozzi – que confirmam esse ensaio de combinação política, o qual não nos surpreende muito, quando nos lembramos da habilidade empregada pelo primeiro dos Valois, durante o longo desfile das reclamações portuguesas contra as incursões dos corsários normandos e bretões, o que tudo fazia crer num plano assentado para a ocupação permanente de algumas terras brasileiras. E, ainda mais, quando nos recordamos das duas tentativas, cujo êxito esteve quase garantido, de colonização francesa no Brasil, a princípio, no Rio de Janeiro, ao tempo de Henrique II, mais tarde no Maranhão, ao tempo de Luís XIII.

Repelida, aqui e ali, pelo elemento português, a França não abandonou absolutamente suas pretensões e não deixou de persistir no seu sonho com o país dos papagaios e... do ouro, ora esforçando-se por se aproximar do Amazonas, isto é, tratando de estender seu domínio da Guiana até a margem esquerda do grande rio – o que lhe teria dado, com efeito, uma situação admirável – ora buscando um pretexto qualquer para intrometer-se na imensa colônia. O infeliz assalto de Leclerc, em 1709,

e a expedição afortunada de Duguay-Trouin, em 1711, ambos dirigidos contra o Rio de Janeiro – para onde a capital houvera sido transferida por motivo da maior proximidade das minas e das condições da majestosa baía – não foram senão consequências remotas da célebre guerra européia de sucessão. E eu devo à cortesia de um amigo, o Sr. Escragnolle Dória, que faz neste momento pesquisas nos arquivos de Paris, o conhecimento de um documentozinho, bastante sugestivo, relativo à continuidade das pretensões francesas, que afinal de contas não são senão lisonjeiras para nós, pois ninguém seria capaz de cobiçar o que não presta.

O documento em questão, de que vou oferecer-vos as primícias, é uma recomendação do ministro da Marinha francesa, datado do ano de 1717, para o efeito de se prestar auxílio, no Brasil, aos paulistas contra os portugueses. Eis em que termos é concebido:

“Ao senhor du Puy, em Saint-Malo.

“Versailles, 15 de dezembro de 1717.

“Recebi a carta que me escreveste em 29 do mês passado que contém uma minudência do que soubestes sobre a costa do Brasil da guerra que há entre os portugueses e os paulistas parece-me que seria ainda tempo de levar recursos a esses últimos, dar-me-eis prazer se me enviardes um projeto minucioso à maneira por que pensais que esse projeto possa ser executado e conservar este negócio em segredo.”

“Portugueses” queria dizer senhores do país, as autoridades estabelecidas, contra as quais se haviam insurgido os paulistas, nome genérico aplicado aos descobridores de ouro, que acabavam de se estabelecer no planalto de Minas Gerais, e que naturalmente empregavam os momentos de lazer na troca de descomposturas, entre si, em rechaçar os recém-chegados para os encargos e empregos sem importância e em movimentos de revolta contra os governantes.

Pouco faltou para que o Brasil, ou pelo menos o Rio de Janeiro, se tornasse francês em 1555. Um cavaleiro de Malta, aventureiro de mil batalhas, chamado Nicolas Durand de Villegaignon, que, desafiando mil perigos, houvera conduzido Maria Stuart para a França, a fim de desposar-se com o Delfim, e a respeito de quem o Sr. Arthur Heulhard escreveu, não há muito tempo, um magnífico ensaio, soube granjear a proteção dos católicos e dos protestantes, conquistou, na mesma medida, as graças do rei

e do almirante Coligny, e lá se foi fundar numa ilhota da baía de Guanabara (tal era o nome indígena do soberbo e conhecido acidente geográfico) um estabelecimento modelo de independência e tolerância religiosa, uma Arcádia, onde Lutero e Calvino, reconciliados sob os trópicos, haviam de constituir o melhor arranjo caseiro, obedecendo às regras da reforma.

Mas o batalhador, a quem o norte da África, não era desconhecido, pois que ali massacrara infiéis, ao tempo da expedição de Carlos v contra Alger, fiara-se demasiadamente no efeito sedativo do clima tropical. Muito ao contrário, as lutas teológicas recomeçaram com mais insistências, principalmente após a chegada de uma fornada de cidadãos de Genebra. E eles se teriam matado, uns aos outros, até o último, se um perigo comum não tivesse acabado por inspirar um pouco de comedimento aos altercados.

Villegaignon, aliás se havia desembaraçado dos calvinistas suíços, reenviando-os para a Europa, antes de ele próprio segui-los sem esperar o revés de sua aventura de colonização. Sucedeu que, se tendo espalhado a notícia da presença dos franceses no Rio de Janeiro, se organizou, na Bahia, uma expedição, para desalojá-los. E, não obstante, o socorro trazido pelos índios ao núcleo já constituído da França Antártica, com que se sonhava, aqueles estrangeiros tiveram de submeter-se, no ano de 1560, perdendo mesmo a esperança de voltar para o Velho Mundo. Não ousou dizer que para seus lares, pois nem todos o possuíam. Eram uns pobres-diabos que o impetuoso sobrinho do famigerado Villiers de l'Isle Adam houvera apanhado na lama das ruas e na treva dos calabouços, para auxiliar “algumas pessoas honradas” a se apoderarem do Brasil meridional, enquanto não chegava a hora do Brasil setentrional.

Quanto aos outros, os genebrenses repatriados, quase por milagre, a má fortuna e todas as mortificações que sofreram no regresso não puderam acalmar-lhes o ardor fanático. E o rancor da controvérsia se prolongou, longe do berço colonial, repercutindo em ecos literários, tanto mais acesos de ira, quanto Villegaignon, cujas convicções religiosas estavam longe de ser sólidas, abraçara novamente a fé católica.

Além do nome de Villegaignon, que se tornou geográfico, por haver sido dado à ilhota por ele fortificada, restam-nos os livros franceses, escritos sobre o Brasil: *História de uma viagem feita à terra do Brasil*, etc.,

do protestante Jean de Léry, e *Singularidades da França Antártica*, do padre André Thévet, cosmógrafo. As primeiras edições desses livros apareceram, respectivamente, em 1578 e 1558. Ambos muito curiosos, por si mesmos, e inestimáveis pelo que revelavam de conhecimentos do país primitivo, e pelos estudos do primeiro século de sua história. Jean de Léry, principalmente, e Hans Stade, um alemão de Marbourg, que, feito prisioneiro pelos selvagens, pouco faltou para ser devorado por eles, e atravessou mil outros perigos – merecem um lugar de honra entre os viajantes extraordinários, pois bem poucos os excedem em pitoresco e em ardor de imaginação. A propósito, vou ler-vos uma página de Léry, aberta ao acaso, de um exemplar muito raro, da primeira edição. Eis aqui, por exemplo, uma passagem em que se trata da execução do prisioneiro de uma tribo, destinado a ser moqueado:

“Continuando a falar a este propósito, depois de discussões e de trocarmos muitas palavras, uns com outros, o que está pronto a fazer a matança levanta, com as duas mãos, o tacape, e desfere, com grande força e com a extremidade grossa, uma pancada na cabeça do pobre prisioneiro, que, como no caso do magarefê que abate bois, vi tombar redondamente morto, no primeiro golpe, sem mexer mais nem braço nem perna. É verdade que, estando estirado no chão, se vê que ainda treme, por causa do sangue que foge e do abalo dos nervos. Mas, não obstante, os executores dão ordinariamente o golpe tão certo no alto da cabeça, isto é, sabem tão bem escolher o ponto atrás da orelha (sem que quase saia sangue), que, para tirar a vida de um, não volvem a desfechar o golpe outra vez. E tal é a maneira de falar daquela terra – a qual nossos franceses já haviam aprendido que, da parte de cá, os soldados e mais gente, quando agora brigam, em lugar de dizerem, um a outro, eu te rebento, dizem àqueles a quem querem mal: eu te parto a cabeça.

“Ora, logo que o prisioneiro tem sido assim morto, se tinha mulher [como eu já disse que dão a alguns] ela se porá junto do cadáver a chorar um pequeno pranto.

“Digo com propriedade um pequeno pranto, porque, se é verdade o que se diz do crocodilo, a saber que, tendo morto um homem, o chora, antes de devorá-lo, do mesmo modo, a mulher após haver mostrado

um pesar, tal qual, e derramado algumas lágrimas fingidas sobre o marido morto, será a primeira, se puder, a comer dele.”

Eu vos falei noutra dia, e hoje mesmo, do indianismo, isto é, da exaltação do selvagem em páginas românticas, mas hoje, que nos ocupamos dos esboços da França Antártica e da França Equinocial, devo acrescentar que esse indianismo tem raízes no vosso país, e que são os primeiros livros franceses sobre o Brasil, dos quais fiz menção, os que fizeram o mais fervente elogio do indígena brasileiro, amigo tão dedicado quanto inimigo cruel. Melhor será que escuteis as seguintes páginas de Léry tão ingênuas e tão frisantes:

“Voltando, pois, a falar do tratamento que os selvagens dão aos que vão visitá-los: depois que da maneira que vos disse seus hóspedes têm bebido e comido, e repousado e dormido nas casas deles, se são honestos, oferecem-lhes ordinariamente facas, tesouras ou pequenas pinças para arrancar a barba aos homens. Às mulheres oferecem pentes e espelhos, e mais aos meninos, anzóis para pescar. Ainda assim, quando se trata de víveres ou de outras coisas que eles têm, desde que se lhes há oferecido o que foi convencional, pode alguém levá-los e se ir. Quanto ao mais, como não tenham (conforme eu disse noutra lugar) cavalos, asnos, nem outros animais de transporte ou de carga em seu país, a maneira ordinária de viajar-se é ir muito bem a pé, sem lança. Todavia, se os caminantes estrangeiros se acham cansados, em oferecendo aos selvagens uma faca ou outros objetos, logo se prontificam a agradar aos seus amigos, e se oferecerão para carregá-los. E com efeito houve tais deles que nos metendo a cabeça entre as coxas, ficando nós com as pernas pendentes sobre seus ventres, assim nos carregaram sobre os ombros por uma boa légua sem se repousarem: de maneira que, se para aliviá-los, queríamos algumas vezes fazê-los parar, eles, mofando de nós, diziam na sua linguagem: como podeis pensar que sejamos mulheres, ou tão frouxos de coragem que cheguemos a desfalecer sob o fardo? Eu antes, disse-me uma vez um que me levava no pescoço, te carregaria todo o dia sem cessar de caminhar. De tal modo que, nós outros de nossa parte ríamos-nos a bandeiras despregadas sobre aquelas alimárias de dois pés, vendo-os tão bem dispostos, aplaudindo-os e, querendo ainda, como se diz, inspirar-lhes coragem, dizíamos-lhes: ora vamos para diante.

“Quanto à sua caridade natural, distribuindo e fazendo diariamente presentes uns aos outros, de caças, peixes, frutos e outras utilidades, que têm em seu país, eles a exercem de tal maneira, que não somente um selvagem, por assim dizer, morreria de vergonha, se visse ao pé de si seu próximo, ou seu vizinho tendo necessidade do que ele tem em sua posse, como também, conforme experimentei, eles usam da mesma liberalidade para com os estrangeiros seus aliados. Para exemplo do que, direi que da vez (assim como já falei de passagem no 10º capítulo) em que dois franceses e eu nos tendo extraviado pelas matas cuidamos ser devorados por um grande e medonho lagarto, tendo além disso estado por espaço de dois dias e uma noite perdidos e a sofrer grande fome, achamo-nos finalmente em uma aldeia chamada Pavo, onde tínhamos estado de outras vezes, não é possível ser melhor recebido do que nós fomos pelos selvagens daquele lugar. Pois em primeiro lugar, nos tendo ouvido contar os males que havíamos suportado, mesmo o perigo em que tínhamos estado de ser não somente devorados por animais ferozes, mas também de ser apanhados e comidos pelos margaias, nossos inimigos e deles, da terra dos quais (sem nisso pensar) tínhamos nos aproximado de bem perto; por que, digo, além disso, passando por desertos, os espinhos nos tinham muito arranhado, eles nos vendo em tal estado encheram-se de tão grande piedade, que é preciso não me escape dizer que as recepções hipócritas daqueles da parte de cá, que não usam senão do prato e da língua para a consolação dos aflitos, está bem longe da humanidade dessas gentes, que não obstante chamamos bárbaras. Para pois pô-la em efeito, depois de, com boa água clara, que foram buscar de propósito, terem começado (coisa que me fez recordar a maneira dos antigos) a lavar os pés e as pernas de nós três franceses, que estávamos assentados cada qual em um leito à parte, os velhos, que desde nossa chegada tinham dado ordem para que nos aprontassem de comer, havendo mandado mesmo as mulheres, que depressa nos preparassem a tenra farinha (da qual, como eu disse noutra parte, gostaria tanto de comer quanto do brando pão branco bem quente) vendo-nos um pouco refeitos, nos mandaram logo servir à sua moda muito boas carnes, tais como de caças, aves, peixes e frutos esquisitos que não lhes faltam nunca.

“E mais, vinda a noite, a fim de que repousássemos mais à vontade, o velho nosso hospedeiro, tendo mandado retirar todas as crianças de

perto de nós, pela manhã, ao nosso despertar nos disse: então Atour-affats (isto é, perfeitos aliados) tendes dormido bem esta noite? Ao que lhe havendo um de nós dado resposta que muito bem, ele nos disse: repousem mais meus filhos, pois bem vi ontem à noite que estáveis muito cansados. Numa palavra, é difícil exprimir o bom passadio que nos foi oferecido então por esses selvagens, os quais, na verdade, para dizê-lo em uma palavra, fizeram em nosso caso o que São Lucas disse nos Atos dos Apóstolos, que os bárbaros da ilha de Malta praticaram para com São Paulo e aqueles que estavam consigo depois de haverem escapado ao naufrágio de que ele faz menção. Ora, como nós não andávamos absolutamente pelo país, sem que tivéssemos cada qual um saco de couro cheio de miudezas, que nos serviam em lugar de dinheiro para praticar entre esse povo, a partir dali, nós que oferecemos o que nos aprouve: a saber, como já tenho dito tantas vezes que é o costume, facas, tesouras e pequenas pinças aos bons velhos; pentes, espelhos e braceletes de contas de vidro às mulheres, e anzóis para pescar aos meninos...

“Que se vós perguntardes ainda mais agora pelo trato com os selvagens da América, de que falo presentemente, a saber se nós nos tínhamos por bem garantidos entre eles, eu respondo que tanto quanto eles odeiam mui mortalmente seus inimigos, que como tendes entendido precedentemente quando os têm, sem nenhuma condescendência, os abatem e comem, – ao contrário, têm em tanta estimação seus amigos e confederados, tais como nós éramos dessa nação chamada tupinambás, que para garanti-los e poupar-lhes qualquer desgosto, se deixariam antes partir, como se diz, em mil pedaços. De tal modo que os tendo experimentado, eu me fiaria e ter-me-ia pois em mais segurança entre essa gente que nós chamamos selvagens do que não o faria agora em alguns lugares da nossa França com os franceses desleais e degenerados: falo daqueles que são tais; pois pelo que é das pessoas de bem, das quais, pela graça de Deus, o Reino não está vazio, eu sentiria bastante pesar de lhes tocar na honra.”

Lembrei-vos que os indígenas haviam, uma vez mais dado provas de sua simpatia pelos franceses, o que, seja dito de passagem, demonstra bem a força de sedução de vossa raça. Havendo os franceses partido, eles não sossegaram absolutamente. Várias tribos – uma nação, como se diria na América do Norte, falando dos peles-vermelhas – reunindo os es-

forços, – se dispuseram em 1562, dois anos após a tomada do forte de Coligny, não somente a impedir a fundação da cidade que os portugueses não podiam deixar de erigir numa das praias da baía, a fim de não se deixar por mais tempo aberta à tentativa de outrem esta posição maravilhosa, como também a destruir seu mais próximo estabelecimento, o de São Vicente.

Um de nossos maiores poetas românticos, Domingos de Magalhães, que publicou em Paris, em 1836, em plena crise lírica, seus *Suspiros Poéticos* – coisa equivalente ao prefácio de Cromwell, para um período literário semelhante do Brasil – tirou desse episódio o assunto de um poema indianista, uma epopéia intitulada *Confederação dos Tamoios*, de que existe uma tradução italiana. O poema é belo como ritmo, defeituoso somente porque é de gênero antiquado, e convencional quanto a personagens históricos. O episódio, por si mesmo, era sugestivo, principalmente porque serve para pôr em evidência a solidariedade nascente do país.

Foi a intervenção dos padres da Companhia que evitou o ataque a São Vicente. Os jesuítas haviam fundado no planalto frio e brumoso de Piratininga um pequeno burgo, que veio a ser a cidade de São Paulo, posto avançado no interior do país, de onde haviam de partir, ao mesmo tempo que os bandos de aventureiros à busca de minas, os pequenos grupos de missionários à busca de almas. Foi desse modo que a São Paulo coube a honra de haver sido o maior centro de exploração, de povoamento e de civilização do sul do Brasil, que havia de irradiar, afinal, para o extremo norte, onde o Piauí, por exemplo, pode ser citado como um resultado disso: e assim o vocábulo “paulista” se tornou sinônimo de brasileiro ao mesmo tempo que de conquistador. Os “grandes bandidos paulistas”: é esta a expressão de que se serve, para designar os bandos de aventureiros, o vosso excelente abade Raynal, num de seus livros de grande porte retórico e de tom filosófico um pouquinho infantil, mas dissolvente, que exerceu sobre o pensamento da época uma influência igual à de Diderot ou de Montesquieu. Enquanto este último se ocupava dos persas e Marmontel dos incas, Raynal tirou partido do Novo Mundo em geral, e ninguém predisse mais eloquentemente a independência da América Latina.

Foi de Piratininga ou São Paulo que os jesuítas acorreram para se interpor entre portugueses e tamoios, – e o bom êxito coroou-lhes o gesto. A causa da paz e da cultura do espírito ganhou nessa ocasião uma

vitória notável. Outros sucessos lhes estavam reservados no domínio da evangelização. O estado de semicivilização, a que a catequese religiosa conduzia os índios era em suma o que melhor podia lhes convir à mentalidade restrita, que não era aguilhada por nenhuma necessidade intelectual. Dir-se-ia mesmo que os jesuítas e outros missionários, que, com mais ou menos felicidade, os imitaram, se deixavam guiar no exercício de sua tutela pelas sugestões científicas de nossos dias. Na maturidade o plano concebido e executado pelos missionários surge-nos bem vizinho da perfeição. A educação dos selvagens limitava-se para eles ao essencial, o que quer dizer que não era senão rudimentar. A organização social posta em prática mostrou-se tão comunista quanto poderia tê-lo sonhado um coletivista contemporâneo, desde que não se pode excluir dela uma direção. O labor era suave. O pagamento dos dias de trabalho se fazia em objetos de utilidade, e o dinheiro não era indispensável. O imposto pessoal devido ao governo, que empregava os índios, aos bandos, em obras públicas, tais como a abertura de estradas e a navegação dos rios, não era cobrado senão sob a vigilância dos padres, que exerciam assim a função de inspetores – inspetores a quem não faltava bondade.

É sabido que os lucros das comunidades dos índios enriqueciam o tesouro da Ordem, que fazia as vezes de autoridade, mas o dinheiro, devemos reconhecê-lo, não era desperdiçado com mundanidades e menos ainda na prática da impudência. Serviu para acudir aos gastos com explorações novas e novas missões. Estas não seriam jamais em número suficiente nem ficariam bastante fora da vigilância das autoridades civis, de modo a permitir no Brasil, como no Paraguai, um império ou antes uma república teocrática. Em nosso país os colonos eram numerosos e harmonizados, e a guerra que declararam aos missionários não se atenuou nunca, não obstante a preferência conferida aos escravos negros, por causa de sua robustez, de sua diligência e de sua docilidade, comparadas com as dos índios, menos vigorosos, para um trabalho continuado, indolentes e insubmissos.

Esses últimos não tinham por si senão o número e a vantagem de estarem ao alcance da mão. Os africanos custavam muito mais caro, porque era preciso contar com os custos do vergonhoso tráfico dos negociantes da costa de África, com seus fornecedores, régulos ou mercadores,

com os riscos das viagens marítimas e a enorme mortalidade dos desgraçados transportados, vítimas de epidemias, dizimados pelos suicídios e pelas crises de nostalgia.

Uma vez desembarcados e vendidos, na maior parte dos casos os negros se sentiam mais infelizes que no seu meio primitivo. A condição dos escravos no Brasil era infinitamente mais tolerável que em quase todos os outros países em que a instituição da escravatura existia. O desprezo da raça é ali, por assim dizer, nulo, e a caridade não é ali somente praticada como ação pública, exerce-se antes como virtude social.

A importação dos escravos da África começou a prosperar naturalmente, no Brasil, no ponto onde o bem-estar e a calma eram melhor garantidos e onde a indústria agrícola se estabeleceu em primeiro lugar. Quero indicar Pernambuco. Ao tempo em que dois pontos de ocupação do Brasil meridional se uniam, como nós o vimos, por laços morais, Pernambuco, ao norte, conduzia-se com um centro ativo de civilização. Sua situação geográfica, mais próxima da Europa e a meio caminho da Bahia, em relação aos territórios banhados pelo Amazonas e seus afluentes, que deviam assinalar mais tarde o limite setentrional do domínio americano de Portugal, lhe teria por si mesma atribuído o destino que lhe garantia de um outro lado as circunstâncias únicas de sua fundação. Única entre as primeiras das capitânicas autônomas do Brasil, Pernambuco firmou-se e prosperou. A fortuna sorriu ao seu donatário, o enérgico e austero Duarte Coelho, que, sem sofrer naufrágio nem atrair para si hostilidade de indivíduos sem eira nem beira, emigrados com donatários menos escrupulosos, pôde executar seu plano de colonização.

No plano entrava a fixação de pessoas da pobreza, mediante vastas concessões de terras e estabelecimentos de engenhos de açúcar, semelhantes aos que se haviam montado na Madeira, num clima que não era mais favorável à cultura tropical de cana. O caráter aristocrático de Pernambuco, que foi muito acusado, pelo menos enquanto subsistiu a escravatura em que se baseava sua exploração agrícola, e a indústria do açúcar, muito considerável, que constitui ainda hoje seu principal recurso, são os resultados vivos do êxito desse caso particular de uma tentativa geral, mas deslocada e antiquada, de governo feudal.

As prerrogativas ligadas aos feudos eram das mais amplas: a Coroa havia feito o que pudera para induzir os donatários a não deixarem seus domínios incultos. Podiam distribuir concessões de terras – as sesmarias – fundar cidades, provê-las de ofícios de justiça e lhes outorgar privilégios municipais; nomear funcionários administrativos, magistrados e autoridades militares; no começo podiam mesmo reduzir os índios pagãos à servidão, e vender um certo número deles como escravos para o mercado de Lisboa. A jurisdição criminal dos donatários marchava sem apelo até a condenação à morte da gente do povo (peões), dos escravos e dos infiéis. Chegava até à deportação por dez anos e a multas até cem cruzados, aplicadas às pessoas de qualidade (fidalgos). Tudo naturalmente de acordo com as ordenações reais que Dom Manuel mandara reunir – a expressão codificar seria inexata – e das quais Filipe II ordenou em 1603 que se fizesse uma nova redação: as Ordenações Filipinas, cujo espírito não está ainda extinto sob a legislação moderna e as recentes codificações.

Nenhum donatário podia ser suspenso de seus direitos ou julgado, antes de haver sido ouvido pelo rei, que se comprometia também a nunca enviar para as capitanias autoridades judiciárias munidas de poderes, e a não despachar para elas senão empregados das finanças, encarregados de arrecadar os impostos devidos à Coroa. Esses impostos consistiam, afora os direitos de alfândega, de que os colonos estavam isentos nas capitanias feudais, mas não em Lisboa, dos quintos dos metais e das pedras preciosas e do dízimo, de todos os produtos, devido à Igreja. Dessas contribuições cabia ainda aos donatários respectivamente, um décimo do quinto e 1/10 do 1/10 eclesiástico. O pau-brasil e as especiarias eram os únicos monopólios da Coroa, que, como se vê, cedia a maior parte de seus direitos soberanos, limitando-se a uma espécie de protetorado, que levou nosso historiador Varnhagen – cujas pacientes pesquisas em numerosos arquivos da Europa e da América permitiam estabelecer nossos anais sobre dados certos – a escrever que a independência do Brasil foi reconhecida, mesmo antes de sua colonização.

Muito tempo não deveria decorrer, vós já o sabeis, antes da importância crescente da colônia, a urgência de sua defesa, o desastre da administração da quase totalidade das capitanias e os abusos de toda a espécie que daí resultaram, conduzirem a metrópole a voltar atrás de seu plano

primitivo, e a fazer com que o primeiro governador-geral se acompanhasse de um auditor, que deveria ocupar-se da justiça, e de um vedor da fazenda, destinado à fiscalização das alfândegas e dos impostos, isto é, encarregado dos interesses do tesouro.

Duarte Coelho, que, antes de ilustrar-se no Brasil, ganhara reputação de soberania e valentia na Ásia, teve uma descendência que o honrou. Seus dois filhos acompanharam o rei Dom Sebastião por ocasião da imprudente e nefasta expedição da África. E o mais moço inspirou, pelo seu valor e seus reveses, o primeiro poema brasileiro: *Prosopopéia*, de Bento Teixeira Pinto, cujo mérito épico é mesquinho ao lado d'*Os Lusíadas*, mas é, todavia, notável como o primeiro jorro de uma fonte poética, que está longe de secar e, ao contrário, se revela por um borbulhar contínuo.

Foi a um sobrinho de Duarte Coelho – filho de seu cunhado, o qual se encarregara de povoar Pernambuco de filhos naturais e, quando a rainha regente Catarina d'Áustria mandou que o escândalo, de que tivera notícia, cessasse, casou-se e prosseguiu na sua obra de povoamento por meio de numerosos filhos legítimos – foi, repito, a Jerônimo de Albuquerque que coube a honra de retomar o Maranhão aos franceses, que ali já haviam fundado a cidade de São Luís – nome bem francês e que era do então rei da França, Luís XIII.

A missão, fundada ao mesmo tempo pelos capuchinhos, ou “intrusos” – nome que os portugueses não podiam deixar de lhes dar – nos legou longos e excelentes relatos sobre os acontecimentos e sobre o país, escritos pelos padres Claude d'Abbeville, Yves d'Evreux e Arsène de Paris. Houve ainda, um século mais tarde um religioso da mesma congregação, o padre Martin de Nantes, que deixou a lembrança e a narração de uma missão entre os índios cariris do interior de Pernambuco. Mas este era uma andorinha solitária, um estrangeiro cujo espírito de pátria era inteiramente desprovido de tendência agressiva. Seus predecessores nos surgem, ao contrário, como os obreiros morais de uma absorção, capaz de fazer da França Equinocial uma realidade, o que foi impedido unicamente pela expedição que se organizou e partiu de Pernambuco.

Esse episódio histórico foi assinalado por uma troca de preliminares cavaleiros, que não é ocioso recordar, pois não abundam, mormente em regiões longínquas onde reinava a barbárie. O comandante português,

ao nome do qual – Albuquerque – o comandante inimigo rendia, numa carta, uma tocante homenagem, mandara conceder sepultura honrada aos mortos franceses. O Sr. de La Ravardière, de seu lado, enviou seu cirurgião para cuidar de preferência dos feridos portugueses, pois, como havia de escrever este mesmo cirurgião, De Lastre

“... a França não deixará nunca de ser cortês.”

Eis em seguida, na linguagem e segundo a narração de Claude d’Abbeville, como os estandartes da França haviam sido implantados no Maranhão:

“Os tambores e as trombetas soavam à frente, seguidos dos sobreditos seis índios, revestidos de casacões azuis, assinalados por cruces brancas, na frente, e atrás, levando nos ombros o sobredito estandarte da França. Os senhores de Rasily e de La Ravardière marchavam após, segurando, cada qual deles, as pontas e extremidades do mesmo, e eram acompanhados de todos os gentis-homens franceses de nossa equipagem. Seguia-se então uma grande multidão de índios, que haviam acorrido de todas as aldeias vizinhas. Assim foi a marcha triunfante, desde a habitação dos ditos lugares-tenentes até ao pé da Cruz, onde foi implantado o sobredito estandarte. Depois da exortação feita pelo Reverendo Padre Yves, o senhor de La Ravardière, dirigindo a palavra aos franceses, lhes fez este pequeno discurso:

“Meus senhores, vedes como os próprios índios implantam o estandarte da França, concedendo a posse da terra ao Rei; e todos fazem protesto de viver e morrer conosco, como verdadeiros súditos e fiéis servidores de Sua Majestade. Aí está o Senhor de Rasily, que deve partir num desses dias para a França e de cujo fiel concurso não podemos duvidar. Vai dar a entender à Sua Majestade e a toda França a importância deste feito; e suplicar-lhe muito humildemente em nome de todos que haja por bem nos enviar, na volta do mesmo Senhor de Rasily, o auxílio necessário para o perfeito estabelecimento desta nova colônia. Suplico e exorto, a todas as pessoas de bem e de coragem desta companhia, que me auxiliem, durante o tempo da ausência do Senhor de Rasily, a mantê-la. Por mim, dar-me-ei por feliz se morrer no exercício da justa e honrosa defesa desta colônia.”

Após uma prática feita aos índios, à qual estes responderam, o estandarte foi implantado. E o Padre Claude d'Abbeville continua:

“Num instante os índios implantaram o estandarte, com as armas da França. E enquanto isso, soavam os toques das trombetas e os ruflos dos tambores, disparavam-se muitos tiros de canhão e de mosquete, em sinal de alegria e júbilo, com grande contentamento dos franceses e de todos os índios.

“E, para que ninguém se espante desse feito, direi, de passagem, que a primeira coisa que os antigos romanos tinham por hábito fazer em suas conquistas era, entrando em alguma terra, ou em alguma cidade recentemente conquistada, implantar imediatamente seus estandartes em meio da praça e no lugar mais eminente, para assim dar a entender que eram e seriam de então em diante os soberanos senhores e possuidores da mesma.

“Quantas nações outras há que têm observado o mesmo? E para se distinguirem, umas de outras, elas tiveram sempre o cuidado de pintar suas armas, ou alguma divisa particular, em seus estandartes. Por isso é que se vêem a Águia e o Minotauro na insígnia dos romanos, a Pomba de Semíramis na dos assírios, três Falcões na dos darius, para mostrar que ele pretendia subjugar as três partes do universo.”

III

A França Equinocial não teve, apesar de tudo, senão uma duração muito curta.

Os portugueses tinham chegado, no começo do século XVII, a considerar a colônia do Brasil como um território verdadeiramente elástico, que crescia todos os dias, graças às explorações e às viagens, e cuja extensão parecia não ter outros limites senão os do continente. Seus únicos rivais na terra haviam sido antes os espanhóis, mas acontecia que agora estes eram seus irmãos políticos, desde que havia um soberano comum às duas metrópoles. Os atritos entre autoridades e mesmo entre aventureiros se viam, por consequência, abrandados. Os galeões espanhóis, que as barras de prata tornavam mais pesados, achavam abrigo e auxílio, quando necessitavam, nos numerosos portos da costa brasileira. Os exploradores, de uma outra nacionalidade, se metiam afoitamente pelo interior, subindo

os rios e escalando as montanhas, sem se preocuparem com a linha de Tordesillas nem com as convenções ulteriores. Na verdade, o sol não se punha nos domínios dos Filipines, e por toda a parte cercava com sua auréola de fogo o emblema do poder espanhol.

E entretanto o Brasil se tornou tão pouco espanhol quanto Portugal. Se a independência cessou para a Monarquia, de quatro séculos, de João I e de Manuel o Venturoso a autonomia de fato – era-o igualmente de direito, conforme os compromissos castelhanos – sobreviveu, e eu penso mesmo que além-mar as distâncias foram melhor guardadas e as posições melhor defendidas. É que, apesar da idéia de uma separação entre a metrópole e a colônia ser ainda necessariamente estranha a todos os cálculos, que os destinos portugueses eram idênticos aos destinos brasileiros, da mesma maneira que os sentimentos políticos brasileiros não podiam ser senão idênticos aos sentimentos políticos portugueses, existia já um elemento que não fazia senão crescer com o correr dos tempos, e que dava moralmente à nossa sociedade um aspecto particular, que outras circunstâncias – a mistura das raças principalmente – lhe tinham desde então fisicamente garantido.

Vimos que Gabriel Soares, o plantador de cana da Bahia, recordava-se com emoção da terra onde penara e onde esperava sempre enriquecer. Imediatamente, após ele, um autor anônimo, desde que não se pode dizer com certeza que tenha sido o poeta da *Prosopopéia*, orgulhava-se bastante de seu país, onde não tinha provavelmente nascido, mas onde houvera vivido, isto é, onde havia sofrido, gozado e amado, para escrever um trabalho descritivo como o houvera feito Gabriel Soares, mas onde se denunciava uma certa pretensão literária. O autor batizou-o com o título de *Diálogo das Grandezas do Brasil*.

Notai bem este substantivo. O autor não emprega mais o vocábulo Belezas. Sobee acima na escala lexicográfica, e escolhe um outro termo que traduz, sem nenhuma dúvida, toda sua confiança no futuro da colônia, tão imperfeitamente conhecida ainda, mas que se revelava cada vez mais, em toda sobranceira de sua natureza virgem, e que podia já inspirar tais paixões.

Os interlocutores desses *Diálogos*, cuja data é de cerca de 1618, são em número de dois: um veterano da colonização e um desembarcado

recentemente. Este último personagem, um pouco simplório, como convém, naturalmente crédulo, proclamando a verdade de todas as fábulas que tinha ouvido, nutrindo a respeito da colônia os preconceitos e os desdêns das pessoas mais cultivadas da metrópole, que desprezavam tudo dela... exceto os proveitos; o segundo, experimentado nos negócios, tendo levado uma vida trabalhosa por todos os portos e mesmo um pouco pelas florestas, amador pouco requintado de paisagens, mas acreditando piedosamente na fortuna de uma terra tão admiravelmente bela, e guardando em seus lábios o áspero sabor dos amores selvagens.

Se não fosse o tom familiar e de credulidade, poder-se-ia perguntar se esses *Diálogos* não teriam sido redigidos dois séculos mais tarde, quando as suscetibilidades entre brasileiros e portugueses se envenenaram até o ponto de se mudarem em animosidade, fazendo com que se previsse uma ruptura iminente, que, ajuntemo-lo, se justificava plenamente. Abusou-se mesmo bastante no século XIX dessa forma literária dialogada, para apresentar argumentos, condenar sofismas e confundir maus pleiteantes. Foi exatamente o que pôs em prática aquele que tão cedo se exercitou em pronunciar o elogio do Brasil, mostrando suas vantagens e a falta de boa-fé de seus detratores.

Os franceses não haviam ocupado – e mesmo sem nenhuma sorte – senão pontos desertos do território brasileiro. Quando emprego o vocábulo “deserto”, não tenciono referir-me senão à população portuguesa, porque os índios vegetavam, se bem que em número relativamente restrito, em toda a costa. Os franceses acabaram mesmo por abandonar um negócio ilícito, como o do pau-brasil, que declinava por causa da devastação das florestas próximas da praia, e do emprego de outras substâncias corantes, e que findou por lhes criar mais dissabores que ganhos.

O comércio propriamente legítimo lhes foi aliás fechado desde a união ibérica, pois os espanhóis fizeram adotar pelas possessões portuguesas os princípios de exclusivismo nacional absoluto que pertencia antes ao governo de Madri que ao de Lisboa, porque, durante o século XVI, os estrangeiros eram tolerados nas praças e vilas brasileiras, naturalmente sem gozar dos favores conferidos aos comerciantes da metrópole. Foi sob este reino, de relativa franquia, que os Schetz, de Anvers, – grande casa de negócio que rivalizava com a dos Fugger, os banqueiros alemães de Carlos V,

para a extensão e a variedade dos negócios – possuíram em São Vicente, portanto em São Paulo, plantações e um engenho de açúcar.

O maior perigo da conquista francesa havia pois desaparecido desde a primeira metade do século XVI. Quanto aos ingleses – à exceção de alguns estabelecimentos fundados por eles, durante a primeira metade do século XVII, na Guiana brasileira (isto é, na região norte do Amazonas que confina com a Guiana francesa), de que o último, de Cumáú, caiu nas mãos dos portugueses em 1632 – não se mostram nunca, senão individualmente, como honestos corsários. Foi o caso de Cavendish, que em 1591 saqueou Santos, e de James Lancaster, que em 1508, desembarcou no Recife, no porto de Olinda, a fim de pilhar os armazéns cheios de caixas de açúcar que deviam ser expedidas para a Europa, e de sedas, vinhos generosos e outros artigos de luxo, que chegavam da Europa, para deleite dos apetites suntuários dos novos-ricos de Pernambuco que eram: ou os segundos filhos de boas famílias, que vinham a conquistar o patrimônio que a lei de primogenitura lhes arrebatava em Portugal, ou a gentilha que a pobreza expelia das ruas de Lisboa, onde formigavam mais mendigos maltrapilhos e cobertos de bicharia, do que gentis-homens elegantes, perfumados com almíscar e faiscentes de pedrarias.

A devassidão, que minava a saúde, e o fausto que dourava a preguiça, haviam sido os grandes vícios da Índia, aqueles que os historiadores imbuídos de Tácito, tais João de Barros e Diogo do Couto, incentivaram e infamaram como causas do envilecimento da coragem e da paciência e resistência, entre os primeiros conquistadores. As delícias de Cápua são de uma generalidade geográfica completa e de uma perfeita continuidade cronológica. Mas deve-se notar que no Brasil, onde o viajante italiano Filippo Sassetti observava, no fim do século XVII, a tendência para o luxo, de que dão fé os relatos anuais dos jesuítas, e que o *Tratado Descritivo* de Gabriel Soares põe em destaque, a luta pela existência era demasiado intensa, para que o efeito desse gênero de vida pudesse se exercer da mesma maneira sobre os colonos.

Antes de tudo, a população indígena não era ali civilizada, como na Ásia. Tinha-se tornado esquiva e hostil, ou então era preciso disputá-la aos padres da Companhia, que surgiam por toda a parte, para o efeito de proteger os indígenas e reuni-los em missões, a que os caçadores de escri-

vos não hesitavam em atear fogo, bem decididos a desalojar delas rebanhos humanos que deviam ser subjugados. Depois, a riqueza não estava, como no Oriente, ao alcance da mão, nem como mais tarde, no próprio Brasil, à flor da terra. Esta, durante perto de dois séculos, ocultou ciosamente seus tesouros, a fim de permitir aos novos senhores do solo estabelecerem sua posse sobre alicerces mais sólidos e por meio de laços mais íntimos. A agricultura fez a fortuna do Brasil, antes das minas lhe terem dado brilho ao renome.

A reputação do país era entretanto de natureza capaz de atrair para ele as vistas dos holandeses, quando esses súditos da Espanha, revoltados a princípio contra Roma e, em seguida, contra Sua Majestade Católica, se sentiram capazes de transferir o conflito para longe de seus poderes, tomando como arena a imensidade dos oceanos. Cedo, compreendeu-se, na Bolsa de Amsterdã, tanto quanto nos Estados Gerais de Haia, que, para terem uma independência estável, não deviam os holandeses se limitar a salvar seus lares. Era necessário atingir o inimigo mais profundamente, privá-lo das próprias fontes que lhe forneciam os meios de manter a longa guerra, em que regimentos castelhanos, flamengos, milaneses e napolitanos se arrojavam à pilhagem, em obediência ora ao duque d'Alba, ora ao marquês de Spinola. Dir-se-ia que, por meio dessa confusão militar, o monarca do Escorial tentava na verdade fornecer a imagem da universalidade da Igreja, ao fogo da qual purificava sua ambição temporal.

Os holandeses, dando a sua luta política e religiosa o caráter marítimo, que a estendeu e lhe impôs a conclusão, faziam um excelente trabalho, desde que assim acabariam por entender a necessidade de garantir uma base territorial para o seu nascente tráfico de ultramar, e, por consequência, por se inscrever entre as nações possuidoras de colônias. Fabricariam, ainda mais, uma jurisprudência nova, de caráter internacional, desde o momento que opusessem praticamente, a doutrina do *mare liberum*, subversiva do direito das gentes, à doutrina peninsular do *mare clausum*, que o professor português da universidade espanhola de Valladolid, Serafim de Freitas, pregou num tratado que é a parelha ou antes o contraste do tratado, incomparavelmente mais famoso, de Grotius.

Os navios holandeses tomaram, muito naturalmente, o caminho da América, a fim de exercitarem-se na arte de aprisionamento dos

galeões espanhóis e das naus portuguesas que de lá voltavam peçadas de riquezas. O nome de Piet Heyn, que chegou a apoderar-se da famosa “frota de prata” – comboio anual das minas da Nova-Espanha e do Peru – ainda é popular nos Países-Baixos, onde as canções populares persistem em evocar sua perna de pau, ao mesmo tempo que seu frutífero feito. Mas as primeiras pretensões da Companhia das Índias Ocidentais, que comerciantes empreendedores e hábeis organizaram pelo modelo da das Índias Orientais – a qual precedeu, da mesma maneira por que a Índia precedia, como objetivo, outra qualquer cobiça – se fixaram no Brasil.

Primeiramente, era a região menos afastada de suas bases de operações. Depois disso, as informações chegadas aos centros israelitas de Amsterdã, emanando de judeus portugueses, que os massacres de Lisboa tinham impellido para o Brasil, que ali não se julgavam absolutamente em segurança, visto que a Inquisição poderia segui-lo acolá, assim como os havia seguido em Goa, descreveram a terra como sendo das mais férteis e das mais resguardadas. O Sr. João Ribeiro, o mais filósofo de nossos historiadores contemporâneos, que não despreza as curiosas minúcias, supõe que o conhecimento dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* não devia ser coisa estranha aos projetos holandeses. O fato é que o manuscrito dessa obra, que ficou inédito até nossos dias, que tratava especialmente das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá – as quais vieram a ser exatamente o núcleo do Brasil Holandês – estava bem guardado ou, melhor, esquecido, em Leide.

Não é admirável que um trabalho tão sugestivo e tão próprio para despertar as cobiças sempre maiores a este respeito, não tenha absolutamente sido publicado. Portugal e a Espanha faziam grande mistério de tudo que se referia às suas colônias. O rei João II que, após o infante Henrique o Navegador, tomou a peito favorecer a expansão portuguesa para a África, proibia, sob penas severas, aos seus pilotos desmentir a opinião corrente sobre a enorme dificuldade das viagens costeiras ao longo da costa do continente negro. Ao tempo de Dom Manuel e de Carlos V, os cosmógrafos das duas nações rivais se sentiam, a cada instante, suspeitados de traição, e, na realidade, eles sabiam conduzir seu comerciazinho de dados ou informações geográficas.

Ninguém se deve surpreender de que o relatório político, administrativo e social, que era o complemento científico dos irmãos Ulloa, célebres sábios espanhóis, não tivesse sido impresso em Londres, sob o título de *Notícias Secretas da América*, senão depois que o império colonial tivesse dado lugar às repúblicas independentes. Havia naquele relatório uma grande quantidade de informações, que convinham à sobrançeria, para não dizer à honra, da Espanha, ser mantidas em segredo. Porém, o que é mais difícil de acreditar-se, é que um livro puramente descritivo e econômico, intitulado *Opulência e Recursos do Brasil*, escrito no século XVIII por um jesuíta italiano, Andreoni, sob o pseudônimo de Antonil, haja sido confiscado e destruído por ordem do governo de Lisboa e tivesse de esperar o ano de 1838, para aparecer em uma nova edição.

As duas obras acima mencionadas, *Diálogos das Grandezas* e *Tratado da Opulência* são da mesma espécie: o que uma representa para o primeiro século da colonização, vale pelo que representa outra para os primeiros duzentos e cinquenta anos. Pela leitura das duas percebe-se bem a riqueza real do país, e adivinham-se todas as suas riquezas latentes. Fica uma pessoa maravilhada, e desse sentimento para a inveja, para o anseio de posse, a distância a vencer não era grande, para povos que andavam à busca de expansão. Ambos os livros forneciam pormenores sobre os proveitos que se podiam auferir da terra, assim como especificavam seus recursos, como se se tratasse de levantar empréstimos ou de atrair emigrantes, e sabe Deus que o Portugal de então não queria nem uns nem outros. Queria bastar-se, ou antes, desejava que o Brasil lhe bastasse, sobretudo depois que o Oriente começava a escapar-lhe. O livro *Diálogo das Grandezas*, nas mãos dos holandeses, valia por um inquérito, achado pronto, e feito para estimular-lhes o apetite, para os “mendigos do mar”, segundo eles próprios se alcunhavam com fanfarrice.

O manuscrito havia de ter sido provavelmente levado da Bahia, onde em 1624 os holandeses se apresentaram, dispendo de bastante força para se apoderarem da cidade de São Salvador, e nela se estabelecerem como senhores tirânicos. Dispersados depois da capitulação, ou tendo mesmo fugido para o interior do país, antes deste acontecimento, os habitantes da cidade volveram atrás e, guiados pelo bispo – que mostrou na ocasião ter mais espírito guerreiro que os chefes militares, e pagou com a vida um

esforço tão estranho ao seu cargo cercaram, a seu turno, o inimigo por terra. A ocupação estrangeira não cessou, contudo, senão um ano depois, quando a grande frota hispano-portuguesa ao comando de Dom Fradique de Toledo ancorou na baía ou vasta enseada da Bahia. Se a maior das armadas houvera sido derrotada pelos elementos, mais que adversários, a Espanha era ainda a mesma, capaz de organizar importantes armadas, a fim de reconquistar os territórios perdidos.

Esses acontecimentos fizeram em seu tempo grande ruído na Europa. Existem muitas narrações, nas principais línguas, em português, espanhol, italiano e alemão da tomada e retomada da Bahia. E eu possuo mesmo em minha coleção uma folha solta, espécie de suplemento de jornal, tal como se publica hoje, que fornece ao público francês, com estampas, um breve e sucinto relato dos fatos palpitantes, cujo equivalente em nossos dias, pelo que diz respeito ao interesse, poder-se-ia achar, por exemplo, no embargo que os americanos opuseram contra as Filipinas. Afora os trabalhos brasileiros e holandeses, uma narração minuciosa e fiel sobre aqueles acontecimentos foi recentemente escrita pelo Reverendo Edmundsen, e se acha publicada na *Revista da Sociedade Histórica de Londres*.

São Salvador, que começava a ser a cidade de existência fácil e farta, sociável e licenciosa do século XVIII brasileiro, onde a doçura de viver era tão grande quanto o pitoresco da vida, tornou-se, durante algum tempo, um ponto de encontro cosmopolita de primeira ordem, uma verdadeira Babel européia, onde calvinistas da Zelândia, luteranos do Império, portugueses, espanhóis de todas as províncias, flamengos e valongos, súditos italianos da Espanha, aventureiros poloneses, se acotovelavam ou disputavam entre si, se embriagavam de súa ou se massacravam por amor das negras. O Brasil não podia mais queixar-se de ser pouco conhecido.

Afinal expulsos do Brasil, os holandeses não cessaram de cruzar pelas nossas paragens, nem abordar e capturar embarcações espanholas e portuguesas, matando as equipagens e se apoderando dos carregamentos. Isso, não obstante, não lhes bastava, e, em 1630, começaram a fazer esforços para a conquista territorial de Pernambuco, que era então a capitania única que continuava a subsistir, tão mal preparada para a defesa quanto outras, e experimentando mais que outras os inconvenientes de uma administração exercida ciosamente à distância.

O irmão do donatário, Matias de Albuquerque, que se tornou mais tarde marquês de Alegrete e se ilustrou durante a guerra da independência de Portugal, como o vencedor de Montijo, exercia as funções de lugar-tenente-governador, e opôs ao ataque holandês uma resistência obstinada. O solo do feudo de sua família foi disputado pouco a pouco. Após o saque de Olinda, a capital fundada por Duarte Coelho numa risonha altitude, e que não recobrou mais quase seu esplendor de outrora, veio o saque do Recife, o porto tão grandiloquentemente descrito na *Prosopopéia*, e onde os assaltantes deveriam acabar por entrincheirar-se, enquanto os portugueses organizavam o célebre acampamento de Bom Jesus.

A luta tomava assim uma curta trégua, antes de se tornar mais áspera. A fortuna das armas começava verdadeiramente a sorrir aos holandeses, depois que um mulato muito inteligente e muito ativo, de nome Calabar, acabou por abandonar os portugueses. O nome de Calabar ficou, aliás, popular na nossa história, como sinônimo de traidor, e seduziu o talento de romancistas e de autores dramáticos. Fugindo ao castigo que devia merecer por malversações, de cuja autoria havia sido acusado e denunciado, o traidor serviu complacentemente de explorador, de guia e instrutor para o inimigo, até que, entregue por este, na tomada de Porto Calvo, sucedeu-lhe ser enforcado.

Poupar-vos-ei todos os incidentes de uma guerra bastante prolongada, que foi excelentemente narrada pelo nosso historiador Varnhagen, visconde de Porto Seguro, cujo nome é conhecido dos eruditos franceses, sobretudo por causa de sua polêmica com d'Avezac e de seus discursos em defesa das quatro viagens de Américo Vespúcio. Foi também narrada pelo general holandês Netscher, cuja obra foi redigida em francês. Sem falar de contribuições mais recentes e melhor documentadas, colhidas dos arquivos da Companhia das Índias Ocidentais e do dos Estados Gerais. Sem falar ainda de majestosos infólios contemporâneos dos fatos, como a crônica de Barlaeus e o poema panegírico de Plante, os quais são soberbos documentos da perfeição da arte tipográfica nos Países-Baixos, na época dos Elzevirs e dos Plantin-Moretus. Estas minudências nos levariam demasiadamente longe, e seriam aliás supérfluas numa visão de conjunto do desenvolvimento histórico do Brasil, tal como a que me esforço por vos apresentar em

algumas conferências – espécie de filme cinematográfico, diria eu, se não lhes faltasse positivamente o movimento, que somente a grande arte lhes poderia dar reproduzindo a vida.

Os holandeses tiveram como seu melhor capitão, no primeiro período da ocupação de parte do território brasileiro, um oficial de acaso, de origem polonesa, de nome Artiszewski, espírito cultivado, não um grosseiro tarimbeiro, e cuja coragem e habilidade souberam tirar o melhor partido dos numerosos reforços que lhe vinham da Europa. Do lado dos portugueses, muito ao contrário, os socorros terrestres foram nulos ou pelo menos insignificantes, enquanto os recursos locais, em homens e em munições, rapidamente se esgotavam.

A Espanha tinha naquele momento como rei a Filipe IV, cujo favorito e todo-poderoso ministro, o conde-duque d'Olivares dominado pelo ideal de centralização política que Filipe II tinha exercido de fato, em matéria administrativa, se ocupava, principalmente, pela ação, pelo gênio talvez, de sua natureza investigadora e intrigante, de reduzir os privilégios municipais e de abolir os fueros provinciais. O Brasil era ainda mais uma colônia portuguesa, e não uma colônia espanhola, e, por consequência, a assistência que se lhe devia em Madri não era senão secundária. A metrópole tinha muitas possessões, que lhe pertenciam propriamente, a vigiar e zelar, e era-lhe preciso primeiramente pôr sua casa em ordem.

Não se desprezaram, todavia, as expedições navais, de que a Espanha foi pródiga naqueles séculos de real decadência de sua aparente grandeza, mas que em geral falharam grandiosamente. Em São Sebastião, pode-se admirar a estátua do almirante Oquendo, que, por exceção, derrotou seu adversário, almirante Pater. Pouco tempo depois disso, em 1640, a esquadra do conde da Torre, que não podia ser mais imponente, a mais bela manifestação do esforço marítimo hispano-português, era destruída ou dispersada, após um combate de quatro dias, do qual os quadros de Franz Post, reproduzidos na crônica de Barlaeus *Rerum per octennium in Brasilia gestarum* – fixaram os aspectos e os principais episódios.

Foi o apogeu do poder holandês na América do Sul, que ameaçou por um instante eclipsar o domínio português. O desencorajamento se manifestou principalmente entre os nacionais, desde que a Companhia das Índias Ocidentais, ufana de seu império nascente e satisfeita dos lucros que

ele lhe começava a dar, confiou o governo do Brasil holandês a um príncipe da casa de Orange, João Maurício de Nassau-Siegen, um humanista na pele de um *condottiere*, bela figura de gentil-homem perdulário e de chefe magnânimo, que deixou em nosso país uma recordação, não muito viva talvez, antes lendária, mas por isso imperecível, de lealdade, de honra e de generosidade.

Maurício de Nassau desembarcou em Pernambuco disposto a ali reinar como soberano, a viver como um epicurista e a gastar como um pródigo. Não era propriamente o ideal da Companhia de Comércio, mas era o seu. E o nome que ele trazia, o valor que representava, mereciam bem que se fechassem os olhos em Amsterdã, pelo menos durante o período das vacas gordas, sobre as pretensões que foram de muito o segredo de seu prestígio, se bem que associadas a qualidades mais sólidas, de militar e de administrador.

Sob seu consulado a ocupação holandesa se estendeu para o norte até englobar o Maranhão, isto é, até atingir quase o Amazonas, e não se deteve pela parte do sul senão no rio São Francisco, cobrindo assim mais de um terço, talvez a metade, do Brasil então conhecido. Acabamos de ver que a potência marítima da Península Ibérica recebeu da parte de Maurício de Nassau o mais severo revés que ela experimentou após a perda da Invincível Armada. Se o assalto da Bahia foi repellido serviço para sempre memorável do napolitano Bagnuolo, e que resgatou os primeiros insucessos desse honrado general as colônias africanas, em face do Brasil, Mina, São Tomé, Angola, isto é, uma boa parte da África ocidental, onde Portugal se abastecia de escravos negros, que enviava para as nossas plantações, foram submetidas à autoridade holandesa.

A Companhia das Índias Ocidentais, que, em 1630, não possuía uma plegada de terra, dez anos depois, senhora de um império. De Pernambuco, a corte desse domínio verdadeiramente real, do Recife, batizado de “Mauritzstad”, a autoridade do príncipe-governador irradiava entretanto com um brilho que fazia os mercadores piscarem os olhos, – os mercadores que se haviam dado ao luxo de ter um semelhante *stathouder* colonial, sem chegarem a fazer dele um primeiro-caixeiro. E cedo começavam a lançar olhares inquietos sobre o herói de tantas vitórias e, pior ainda, sobre o detentor de tanta sabedoria, de magnificência e atrativos simpáticos. O

empregado era com efeito tão superior aos seus patrões, quanto o era em relação ao meio para o qual houvera sido mandado, e que ele tentou elevar à altura de sua inteligência notável e de seu espírito liberal.

Maurício não se contentou de conduzir de seu país tropas e armas. Como soberano esclarecido, partiu cercado de um grupo de escritores, de sábios e de artistas. Os escritores deram-se ao prazer naturalmente de lhe entoar louvores. Era o que tinham de melhor a fazer, desde o momento que o mecenas se encarregava de lhes fornecer o assunto, aplicando-se ele próprio a fazer a história.

Os sábios estudaram com ardor e com competência – eles eram, entre outros, Piso, médico holandês, e Marcgraf, naturalista alemão – o clima, a fauna, a flora, tantas novidades para a Europa. É a esses dois autores que é devida a *História Natural do Brasil*, de que existem duas edições elzevires: é considerada não somente como uma obra clássica, mas como um livro fundamental, o tronco que deu nascimento aos ramos depois cobertos de folhas, de flores e de frutos, da árvore da literatura científica do Brasil. O volume não contém entretanto senão uma parte dos trabalhos de Marcgraf, cujas obras, na sua maior parte, são consideradas como perdidas.

Os fenômenos meteorológicos, as observações astronômicas, entre as quais as relativas ao eclipse de 1643, – para as quais ele se serviu do Observatório erigido por Nassau – os estudos de geografia, matemática, os trabalhos de geodésia destinados ao estabelecimento das primeiras cartas terrestres da região, a nosologia local, os costumes dos indígenas, os hábitos dos animais estranhos à antiga zoologia e as características das plantas desconhecidas para a antiga botânica – foram os numerosos temas, os mais interessantes, de que trataram os dois homens de ciência. Um deles, Marcgraf, vítima das febres, sucumbiu à tarefa, ainda jovem, em Angola (África ocidental), para onde se havia transportado, a fim de continuar suas pesquisas científicas. Mas outro, Piso, lhe sobreviveu e pôde levar a bom termo a publicação da obra comum, ainda que a parte de cada qual deles fosse distinta. Deveria suceder exatamente o mesmo, cerca de dois séculos mais tarde, aos dois sábios bávaros, Spix e Martius, exploradores de uma parte muito grande do Brasil, estudiosos de suas línguas indígenas, tanto quanto de suas condições climáticas, das singularidades de sua vida animal, tanto

quanto de suas maravilhas vegetais e de suas riquezas minerais, Spix faleceu ao regressar a sua pátria abatido de fadigas. Mas Martius viveu, felizmente, bastante tempo, para pôr em ordem a obra colossal da *Flora Brasiliensis*, que é um dos monumentos intelectuais de nossa idade.

Quanto aos pintores, que faziam parte do séquito de Maurício de Nassau, forneceram os primeiros documentos artísticos do país, reproduzidos com a exata fidelidade, senão com a amplitude de execuções que a escola holandesa da época possuía em tão alto grau, os exemplares das raças de índios, os animais e as plantas indígenas, que o naturalista e o filósofo europeu acolhiam com tão legítima curiosidade. Um dos castelos reais da Dinamarca e a Biblioteca Real de Berlim conservam a melhor parte, desse legado artístico, vendido naturalmente em um momento de dificuldade, ao eleitor de Brandenburgo. O restante, de que desgraçadamente se perderam os traços, foi vendido ao vosso rei Luís XIV, que – assim o atestam os documentos da época – o visitou em grande cerimônia, acompanhado de sua corte.

Depois de voltar para a Europa, Maurício de Nassau conheceu altos e baixos da vida. Os altos não podiam deixar de ser passageiros, sendo dada sua natureza esbanjadora, que, em Pernambuco, se exibiu em duas residências, um palácio na cidade e uma casa de campo, onde se viam jardins magníficos, com coleção de animais raros, aviários, viveiros de peixes. E promovia torneios e outras festas, em que se aliavam a exuberância da quermesse flamenga e o pitoresco do exotismo de ultramar. O palácio em que se acha hoje instalado o museu de pintura de Haia – o Mauritshuis – foi mandado construir por Maurício de Nassau, durante seu governo do Brasil, e para sua morada futura. E para esse fim, ele mandou transportar as melhores madeiras de construção, escolhidas nas nossas florestas, particularmente ricas de árvores preciosas.

As más línguas – em todo o tempo as houve – alcunharam esse palácio de “Casa do açúcar”, o que era uma maneira maliciosa de indicar a origem dos proventos que lhe haviam servido para aquela construção. Mas era o governador, mediante contrato, pago e interessado nos negócios da Companhia, que houvera contratado seus serviços? E se esta foi bastante estúpida para agradecer-lhe, aceitando uma demissão, que houvera sido quase imposta pela desconfiança e pela má vontade do Conselho, teve de suportar

fortemente essa desaprovação de uma administração bastante tolerante, que não perseguia os católicos – se bem que Maurício de Nassau pertencesse a uma casa intimamente ligada à Reforma, e que tinha surgido do turbilhão das guerras religiosas do tempo – e bastante adiantada para convocar os principais do país em uma espécie de assembléia regional, embrião de Parlamento, onde os negócios públicos eram discutidos com toda a liberdade, as queixas e os desejos das populações formulados com toda franqueza, a fim de serem apresentados os poderes competentes da Holanda.

O que a Inglaterra fez, com aplausos do mundo inteiro, pela América do Sul, dividida na véspera por uma guerra sangrenta e dotada hoje de uma constituição autônoma, o príncipe Maurício de Nassau entendeu fazer, no século XVII, em plena luta, em favor de uma sociedade estranha pela língua, os costumes e o espírito. Não mereceria ele que Napoleão I lhe conferisse a honra de mandar restaurar-lhe o túmulo em Cleves, onde Maurício faleceu, como governador, túmulo que as devastações das guerras renanas haviam seriamente danificado?

Maurício de Nassau tem todos os direitos a ser considerado como um modelo de grande administrador e mesmo de grande homem político, pois governando um país conquistado e em uma época de despotismo, esteve sempre pronto, no que dependia de si, a fazer justiça às queixas e às pretensões dos nacionais. Assim é que, com sua aprovação, as Câmaras de almotacéis, que substituíram as Câmaras municipais à maneira de Portugal, eram igualmente partilhadas entre holandeses e brasileiros. Naturalmente todo o alto funcionalismo, compreendidos os conselhos de burgueses e burgomestres, se compunha de holandeses. O príncipe, não obstante, escutava de vontade e seguia os conselhos de muitas pessoas da terra, que eram de sua roda, algumas gozando mesmo de sua intimidade, como, por exemplo, o comerciante João Fernandes Vieira, que enriqueceu associando-se a um judeu holandês, e frei Manuel de Salvador, que confortou ao traidor Calabar nos últimos momentos. Este último escreveu sobre a época a mais interessante das crônicas, num estilo simples, infinitamente agradável, ao lado de tantas produções eivadas de gongorismo, e teve oportunidade, graças à influência de que gozava junto ao governador-geral, de prestar serviços de tal ordem à Igreja católica, que o papa lhe dirigiu, em 1641, uma carta de agradecimentos.

Não é natural que se tenha exigido do clero brasileiro o juramento de fidelidade à soberania da Companhia das Índias Ocidentais. Mas, em compensação, era garantida plena liberdade ao culto romano, que dispunha, com perfeita independência, de seus rendimentos, igrejas e capelas novas foram mesmo construídas, graças aos cuidados de Maurício de Nassau, que não hesitou em se colocar ao lado de seus administrados católicos, quando a intolerância dos pregadores calvinistas, após a evangelização, quis impedir as procissões nas ruas.

Se não fora, ao mesmo tempo, proibido aos israelitas a construção de outras sinagogas, fazer propaganda de judaísmo e emprestar o menor brilho às cerimônias de seus templos, poder-se-ia dizer que o Brasil havia atingido, desde aquele tempo, a liberdade religiosa, de que é hoje com tanta justeza orgulhoso. Se é que, entretanto, não se tratava então senão de uma tolerância consentida por um príncipe esclarecido e contrariado, a cada instante, pelos empregados subalternos e pelos mercenários contratados para o serviço militar de ultramar, enquanto que presentemente, é antes devida a uma condição de equilíbrio a que se chegou conscientemente por um esforço refletido e imparcial. A espécie de trégua religiosa alcançada pelo espírito de equidade do governador-geral não teve aliás a força de diminuir as prevenções e conciliar os dois povos. Durante o quarto de século do domínio holandês, é curioso verificar que houve uma centena de casamentos de holandeses com brasileiras, mas nem um só de brasileiro com holandesa. As duas nacionalidades se mantinham sempre afastadas uma da outra. A separação era tão manifesta, que, no dia em que um brilhante torneio imaginado por Maurício de Nassau, para festejar a aclamação do duque de Bragança como rei de Portugal, com a assistência de damas brasileiras, holandesas, francesas e inglesas, segundo a enumeração do padre Manuel do Salvador, as duas quadrilhas se apresentaram montando cavalos de raça, mas os brasileiros de um lado, geralmente vestidos de veludo negro, no sombrio gosto espanhol, enquanto os flamengos (como eram chamados habitualmente os holandeses) se apresentaram do outro lado exibindo gibões de cores deslumbrantes.

A volta do conde Maurício de Nassau para a Europa assinalou decididamente o início do declínio do poder holandês no Brasil. Ele embarcou-se, ao que se diz, no ano de 1644, e dez anos mais tarde sua

capital capitulava por pura formalidade de guerra, pois desde 1648 as duas célebres batalhas dos montes Guararapes haviam posto em desordem e quase aniquilado as forças de ocupação, que os sucessores de Nassau – um triunvirato de burgueses obreiros – entretinham com o severo espírito de economia, com que se dispuseram a restaurar as finanças, abaladas de dívidas, da Companhia das Índias. Esses guarda-livros fiavam-se mais, para a manutenção do domínio, em mesquinhas tiranias, de que haviam feito ensaio, que os mercenários, que só a mão firme de um príncipe e herói tinha tido o prestígio de manter disciplinados e fiéis a um pavilhão de mercadores. O dinheiro era a principal preocupação do novo governo, o alvo essencial de sua administração, e cada qual de nós sabe que dinheiro torna os homens austeros no trabalho, tíbios na fé e tímidos na adversidade. Do lado nacional, muito ao contrário, um acontecimento da maior importância sobreviera, um fato moral da maior significação: a separação de Portugal do domínio da Espanha, devolvendo àquele sua antiga independência. Ao cumprir-se, esta separação dissipava o azedume dos corações, fazia renascerem as esperanças nunca extintas, e despertava os sentimentos de patriotismo apenas adormecidos.

Dois anos haviam decorrido desde a partida do príncipe, quando se deu um levante de plantadores empobrecidos aos quais a Companhia das Índias Ocidentais exigia o reembolso de seus débitos, ameaçando-os de se apropriar de seus bens hipotecados. O levante propagou-se com a rapidez do incêndio em um campo coberto de tulhas de palha. A miséria em perspectiva, o rancor suscitado pelas ofensas recebidas, o ardor religioso redobrado pelas perseguições, uma pátria restituída, eram outros tantos motivos que favoreciam a revolta, que foi a primeira afirmação certa e irrecusável da unidade, eu poderia quase dizer, na nacionalidade brasileira.

Não era mais Portugal, era o Brasil que se insurgia agora e enfrentava a Holanda. E a observação de que as diferentes raças, que se misturavam sob nosso céu, tomaram, cada qual, sua parte notória e gloriosa no restabelecimento da autoridade portuguesa; foi feita pelos oradores exaltados, muito antes do sábio Martius haver publicado seu ensaio sobre a maneira de compreender e escrever a história do Brasil.

Colonos de Portugal, brasileiros de nascença, índios e negros se bateram de perfeito acordo e rivalizaram em bravura, para expulsar o

inimigo, o ocupante de vinte anos, enquanto o rei João IV, ameaçado na fronteira portuguesa pelas tropas da Espanha, temendo a cada instante ver uma frota holandesa forçar a entrada do Tejo, sem outro apoio – e este mais platônico que eficaz que o dos bons conselhos, antes que os bons contingentes armados, do cardeal de Richelieu, aconselhava, pelo menos abertamente, a submissão aos seus súditos de além-mar.

Quando, após a vitória definitiva, os representantes das quatro classes da população, o rico mercador Fernandes Vieira, emigrado ainda jovem da ilha da Madeira, o mestre-de-campo Vidal de Negreiros, originário da Paraíba, o cacique índio Camarão, e o capitão do regimento dos negros Henrique Dias – foram condecorados e enobrecidos, a metrópole reconheceu tacitamente tudo que lhes devia, a todos e a cada um em particular, pela conservação do império americano. Reconhecia os elementos de que se havia de compor no futuro o povo da grande nação, que Portugal havia formado, e que se mostrava capaz de defender-se, antes de se mostrar na altura de se bastar.

Ao honrar esses personagens a corte de Lisboa honrou-se a si mesma, pois eles haviam se revelado – europeus, índios e negros – de uma lealdade a toda prova, colocando o sentimento de fidelidade acima de todas as conveniências e de todas as seduções, não almejando senão continuar a prestar seus bons serviços à metrópole portuguesa. Os casos de apostasia religiosa ou política foram aliás muito raros, de uma parte e de outra. Entre os portugueses, o mais célebre, e todavia o mais mal conhecido, até a rubricação do processo da Inquisição, foi o do padre jesuíta Manuel de Moraes, um erudito e especialmente uma autoridade do dialeto tupi o qual, conduzido para a Holanda, ali se fez sacerdote calvinista e casou-se duas vezes, com o risco de voltar mais tarde à sua primeira religião, só escapando ao suplício dos autos-da-fé pela sinceridade com que se arrependeu, e que foi aceita.

As honras conferidas pelo rei aos chefes da Restauração de Pernambuco foram para eles bem merecidas, o que não é senão muito natural. João Fernandes Vieira a quem um monge biógrafo cognomina num panegírico de “governador da divina liberdade”, escrevia ao rei em 1672: “Desde que comecei a servir a Vossa Alteza, justifiquei sempre pelos meus atos o que adiantava pelas minhas palavras, com a única esperança de dever

à munificência de Vossa Alteza a satisfação de algumas honras, porque de riquezas não tenho muita necessidade, de que dou graças a Deus. E se os postos que Vossa Alteza se dignou me conferir rendem soldos, tenho como norma dispendê-los em quádruplo no serviço do rei. Quanto à disposição de servir, se não pode ser senão a de um velho de setenta anos, o entusiasmo do coração é o de um jovem.”

Essas altivas palavras foram escritas quatro anos depois da independência de Portugal haver sido reconhecida pela Espanha, e doze anos depois da rainha regente haver ordenado a Francisco de Brito Freire ir assumir o cargo de governador de Pernambuco, a fim de ali preparar instalações para a família real de Bragança. Haviam se passado os momentos de desespero, em que Portugal, cercado por terra pelas tropas espanholas, inquietado e perseguido nos mares pelos holandeses, que lhe iam arrebatando o Oriente, pedaço a pedaço de suas possessões, não via diante de si, e pronto a perpetuar sua tradição, senão o Brasil, reconstituído pelos pernambucanos na sua primitiva grandeza.

A influência exercida pela ocupação holandesa do Brasil setentrional foi nula, pois que não sobreviveu. Seus vestígios de toda a espécie desapareceram rapidamente. A arquitetura não guardou absolutamente traços dela, nem a economia agrícola ou social, e a própria recordação dessa raça estrangeira se extinguiu inteiramente – exceção feita da glorificação literária de sua expulsão – o que constitui um excelente testemunho da força de resistência do elemento português, cuja faculdade de adaptação, bem conhecida, desafia as mais frias regiões, tanto quanto as mais quentes.

Alguns apelidos de família, que restaram, ligados a propriedades adquiridas, ou pelo efeito de uniões contraídas, aqui e ali, cujos descendentes esqueceram, desde a primeira geração, a língua e os costumes paternos, e um sentimento, mais pronunciado, que em outros lugares do Brasil colonial, de altivez e independência, eis o que deixou atrás de si o domínio da Companhia das Índias Ocidentais. A exaltação moral resultante não era todavia formada senão por sentimentos reflexos: longe de provir diretamente de gérmenes políticos deixados pelos democratas de além-Escalda, derivavam do estado de espírito resultante nos vencedores, pelo desenlace de uma luta desigual e feliz.

A liberdade de que os senhores de engenho, grandes plantadores de Pernambuco – verdadeiros senhores pelas origens, as maneiras e o fausto – não era outra senão a de proceder à sua vontade, dominar desde os burgueses comerciantes até os capitães-generais. Chegaram mesmo, em 1666, a expedir por via marítima para a Bahia, um governador que não se mostrava bastante solícito em satisfazer seus caprichos. Souchu de Rennefort, que se dirigia para Madagascar, com o Sr. de Mondevergne, governador-geral e almirante da França oriental, cuja esquadra teve de fazer escala no Recife, foi, por acaso, testemunha desse episódio, que conta da maneira seguinte e muito sumária:

“Aos 31 dias de agosto, o Governador, ao sair da igreja paroquial, aonde viera reconduzir o Santíssimo Sacramento, foi preso, e com ele o Senhor Dandrade. Quarenta pessoas o vigiavam desde quatro meses, a fim de se apoderar dele, e, enfim, vendo-o na cidade, pouco acompanhado e sendo o costume dos portugueses da mais alta posição acompanhar o Viático, quando o encontravam, fizeram com que o levassem a um homem que não estava absolutamente doente, e passassem no quarteirão onde estava o Senhor Dom Mandoce¹, que o acompanhou, e foi cercado na volta por aqueles que haviam resolvido se apoderar dele...”

Tendo tomado gosto pela brincadeira, os senhores pernambucanos se permitiram, em 1711, o luxo de um verdadeiro movimento revolucionário, no dia em que a Coroa portuguesa quis outorgar as franquias municipais à cidade do Recife, cujo tráfico prosperava, e que por isso fazia sombra à capital decaída de Olinda. Esta capital era o refúgio dos gentis-homens, em oposição ao burgo dos negociantes, dos quais eram os mesmos senhores de Olinda, em boa parte, devedores explorados, diziam eles, em todo caso oprimidos. O levante da nobreza, que pôs em armas todos os seus subordinados, foi, a princípio, vitorioso, e em plena reunião de uma assembléia, constituída pelos proprietários de terras e cidadãos de Olinda, viu-se, em seguida a esse primeiro triunfo passageiro dos rebeldes, surgir a proposta de fundar-se uma república aristocrática “como a de Veneza”, exatamente

1 Mendonça, decerto. (Nota do tradutor)

como se exprimiram. A fidelidade ao trono prevaleceu, contudo, sem conseguir poupar aos culpados as penas de deportação e confiscação de bens.

Falou-se também, vagamente, nessa ocasião, de transferir o juramento de obediência para outro soberano que não fosse o de Portugal, para o rei da França, particularmente, em consequência do estado de guerra, então existente, entre os dois países, resultado dos ataques de Leclerc e de Duguay-Trouin contra a capital do Brasil.

O mesmo fato deveria produzir-se mais tarde, seja dito de passagem, nas colônias americanas da Espanha. Era entre os gentis-homens coloniais, entre o que acolá se chama a nobreza crioula, que se recrutavam os piores antagonistas da metrópole, os defensoras mais zelosos da separação política, e eram os que haviam de pagar com o sangue a fidelidade ao ideal da independência.

IV

Ocupamo-nos da última vez, do Brasil setentrional, sede da dominação holandesa. Era um Brasil quase todo de fachada. Vamos estudar hoje, ao contrário, o Brasil conquistado no interior do continente.

Vimos ao norte uma sociedade aristocrática e, entretanto, já revolucionária. No sul do Brasil, o aspecto social era, em igual época, muito diferente. Mais desorganizado na aparência, mais livre na realidade. A população de mamelucos – como haviam sido denominados os mestiços de portugueses e índios – de São Paulo havia realizado, no começo do século XVIII, uma obra formidável, uma obra de consequências muito grandes. O célebre historiador português Oliveira Martins comparou a guerra de restauração de Pernambuco à guerra heróica de Tróia: denominou-a de “Ilíada Brasileira.” Poderíamos acrescentar que os feitos dos paulistas constituem uma verdadeira Odisséia terrestre.

Um acadêmico brasileiro, o Sr. Artur Orlando, dizia ainda recentemente, no Congresso de Geografia de São Paulo, que o bandeirante não fizera senão reproduzir historicamente o tipo do aventureiro grego em busca do escravo e do Tosão de Ouro. Unicamente, acrescentava, com justiça, o homem das florestas espessas não pôde possuir a mesma imaginação risonha, como da planície coberta de relva ou o da praia batida pelo mar.

A floresta torna o espírito humano sombrio como ela. Vênus não teria podido surgir do seio das ondas senão pelas carícias do sol, da mesma maneira que o “Caipora” ou o “Curupira” não podia nascer senão num recanto de mata privado de luz.

Não me interrogareis a respeito de Vênus, filhos queridos que sois da civilização greco-romana, mas perguntar-me-eis certamente o que é o “Caipora.” Para responder-vos, tenho felizmente o romance brasileiro *Canaã*, ainda ultimamente traduzido pelo Sr. Clément Gazet, em que se faz alusão a este mito popular brasileiro, de inspiração, devemos dizê-lo, meio indígena. “Na lenda do Curupira um novo mundo se revela – escreve o autor do livro citado – toda a alma do almocreve maranhense. Ali está a floresta tenebrosa, as forças eternas da natureza, que apavoram, e cujo símbolo é a divindade errante, que anima as árvores, que sacode a fera de seu torpor tropical, ou protege a natureza contra seu perpétuo inimigo, o homem. Ela espanta, vinga-se ou torna-se mais clemente, transformada em mil figuras, em criança maligna, sua encarnação preferida, em animal ou em vegetal, isto é, em astúcia ou força, segundo as circunstâncias...”

Na novela do Sr. Graça Aranha, Milkau, emigrante alemão, todo sonho de bondade, em oposição a Lentz, toda ação e força, sonha, nesse momento, com o que acaba de recolher dos lábios do mulato, quando este lhe descrevia de maneira pitoresca o garoto estranho e disforme que defende a floresta, e de quem ele teve de sofrer como castigo o amplexo diabólico.

Quando eu mencionava, há alguns instantes, os bandos inquietos e obstinados, que fizeram recuar para tão longe os limites do Brasil primitivo, não era exatamente ao resultado mais citado de sua epopéia que eu me referia, isto é, ao descobrimento das minas, que teve lugar pelos fins do século XVII. É mais à conquista, em si mesmo, do interior do país, conquista que constitui o afortunado feito, correspondente à sua conquista no exterior.

As pedras e os metais preciosos serviram, é evidente, de ímã para atrair os exploradores para as regiões ignoradas e, uma vez ali, para fazê-los se afoitarem até os pontos menos acessíveis. De dez, que partiam de além-mar, nove não sonhavam, bem entendido, senão com os tesouros de Golconda. O ouro e a prata dos incas haviam confirmado a existência na

América do Sul de riquezas minerais, que cada qual se apresta a descobrir antes de outro qualquer. Desde o século xvi tiveram lugar as “entradas”, principalmente, senão exclusivamente, na região compreendida entre o rio São Francisco, a grande artéria fluvial brasileira em toda sua extensão, e o porto de São Vicente – a seção que forma o Brasil tradicional, a parte que foi o núcleo do Brasil histórico.

Vários roteiros de então não têm podido ser estabelecidos exatamente, senão em nossos dias, graças a pacientes e inteligentes estudos geográficos, pois as denominações diferem, o que faz ser preciso proceder à reconstituição pelo exame topográfico e pela comparação dos lugares, com as antigas descrições. As expedições que falharam – e elas foram numerosas – não deixavam afinal quase traços, ou mesmo não deixavam nenhum traço durável, quero dizer imediato. O conhecimento geográfico do país, e o ato de posse que se seguira, não pareceram resultados bastante importantes para fazer esquecer a desilusão sobrevinda ao alvo confesso das pesquisas que eram as minas.

Esses pioneiros do deserto, esses descobridores de um mundo novo, oculto aos navegadores, se sucediam, obscuros artífices de uma grande nação, sem que a fortuna e o renome fizessem brilhar seus nomes à maneira dos combatentes do litoral. A história é mulher, portanto, garrida, e se deixa facilmente seduzir pelo brilho, que não é, às vezes, senão a lanterna das glórias militares. Nossa história não se tem ocupado, durante muito tempo, com uma preferência notável, senão de feitos de guerra, que têm, com efeito, seu lugar, e desgraçadamente muito grande, nos anais humanos, mas que não compreendem todo o ativo das sociedades. Cabe principalmente ao Sr. Capistrano de Abreu, um dos escritores de hoje, o mérito de haver conferido o lugar devido a essas explorações, que são, em suma, o registro do povoamento do país, a trama de sua história social, não menos interessante que sua história política.

Tais explorações não se faziam, afinal, sem lutas: luta contra os selvagens, que se viam perseguidos nos esconderijos onde se haviam refugiado, e luta contra os elementos, contra a natureza. Esta última não era menos penosa. Podemos bem imaginar tudo o que era necessário de intrepidez e de resistência, ou paciência, para aquela gente se afastar assim, em pequenos bandos, dos lugares habitados, galgar montanhas de vegetação

inextricável, expor-se a naufrágios em rios rápidos e semeados de escolhos, defender-se das garras da onça, das picadas das serpentes e das flechadas dos índios, sem nenhum dos recursos modernos, sem mudas de roupas, quase sem armas e sem provisões, certa de não encontrar senão semelhantes ferozes e incerta de achar a riqueza cobiçada.

É verdade que os audaciosos se ressarciam sobre os índios, reduzidos à escravidão aos milhares e conduzidos para a costa a fim de trabalharem nas plantações. Chamava-se a isso resgates. Só os missionários é que resgatavam almas, e educavam na fé que professavam seres sem nenhuma cultura. Os bandeirantes resgatavam corpos, salvavam aqueles que pretendiam ser prisioneiros de tribos inimigas e estar destinados aos festins canibalescos. A sociologia nos ensina, com efeito, que a servidão é um progresso sobre o sacrifício humano.

Tenho empregado já várias vezes uma expressão inteiramente brasileira, que não tenho decerto a pretensão de impor ao vocabulário francês, não obstante se achar nele uma palavra do mesmo sentido e da mesma filiação ibérica, – a de conquistadores, à qual bastaria os Troféus de José Maria Heredia para dar foros de cidade. A expressão de que se trata é bem nossa, e intraduzível na sua expressão. As viagens mais antigas no interior denominavam-se, de uma maneira bastante exata, de entradas. Quando as entradas se transformaram em expedições, mais numerosas e menos desorganizadas, receberam o nome de bandeiras. Supunha-se – e a maior parte das vezes era bem assim – que os aventureiros se organizavam em bandos (bandeiras), se enfileiravam, pois, sob a divisa de um chefe, a quem prestavam obediência e que a eles se impunha pela bravura, a força e a experiência. Iam todos ao acaso, adultos, velhos e crianças, gente dos dois sexos e de todas as classes, levando uma porção de animais domésticos, que lhes serviam ora para transporte, ora para nutrição. Nossa história os evoca, resignados a não verem mais o mar no qual repousavam os olhos, dispostos a suportar todos os sofrimentos, orientando-se pela bússola e pelas constelações, acolhendo avidamente todas as lendas e as menores indicações, acampando, quando a caça vinha a faltar, a fim de plantar milho, abatendo as árvores gigantescas das matas, e construindo com o lenho e a casca canoas para navegar para frente, praticando as piores crueldades com os índios, a menos que esses se juntassem ao bando,

enfim, eliminando-se, eles próprios, uns aos outros, por pérfidos assassínios, que não tinham outras causas senão a cobiça e a vingança.

Um dos precursores, no século XVI, da caça ao selvagem, merece ser especialmente assinalado, porque oferece a envergadura de um personagem de novelas extraordinárias. Só o seu apelido é surpreendente como título de um romance de Alexandre Dumas. Chamava-se o Cura do Ouro, por causa de sua incorrigível paixão pela alquimia, que lhe valeu mil dissabores e disputas contínuas e pungentes com a Inquisição de Lisboa.

Sabe-se do crédito de que gozou, durante a Idade Média, e mesmo depois da Renascença, a mistura de um pouco de ciência e muito de fantasia, que servia para alimentar o sonho de algumas coisas, entre as quais a transformação dos metais, e que havia de valer aos seus adeptos o título de visionários da química. O padre Antônio de Gouveia foi durante toda a sua vida um alquimista inveterado e um praticante do ocultismo. Na Itália, onde estudou e guerreou, como no Brasil, onde conduziu expedições para a pesquisa das minas, não se ocupava, na realidade, senão de magia. Por um momento filiado à Companhia de Jesus, teve de deixá-la por causa de sua obsessão, em que não entrava pouco charlatanismo intencional e, arrisquemos a palavra: trapaça. O padre Gouveia fez-se astrólogo estimado e estipendiado de uma alta e esclarecida senhora, irmã de Martim Afonso de Sousa, o qual fora encarregado de percorrer a costa do Brasil, antes da instituição das capitâncias feudais.

Na própria habitação dessa dama erguiam-se as retortas e os fornos, no fundo dos quais o cura buscava a pedra filosofal, mantendo ao mesmo tempo um comércio de ervas e de pomadas milagrosas para a cura de uma porção de males e enfermidades. Eu não poderia contar-vos aqui todos os episódios da vida aventurosa desse místico, que degenerava às vezes em mistificador, e outras alçava-se até chegar a parecer um livre investigador, a braços com a ciência oficial de seu tempo. Com mais imaginação pessoal e em um meio menos desconfiado, o padre Gouveia teria podido tornar-se uma espécie de Fausto português. No Brasil, todavia, para onde fora deportado, com as algemas nas mãos, para não evadir-se do navio, não revelou senão cupidez e impostura. O meio ali era então muito menos requintado que na Europa, e a magia parecia admirável *ad usum hominis silvestri*.

Nosso primeiro cronista, o monge Vicente do Salvador, conta que o Cura do Ouro tomou o caminho do interior de Pernambuco, com trinta companheiros e duzentos índios, a fim de praticar a catequese e de se dedicar a pesquisas de metais preciosos. Como método de evangelização ele não conhecia somente a violência, que o levava às vezes ao ponto de se bater para fazer prisioneiros, aos quais batizava imediatamente, sem doutriná-los, não querendo senão escravos cristãos. Outras vezes, lançava mão também de índios amigos, que se viam por essa maneira reduzidos à escravidão. A acreditar-se nos jesuítas, naturalmente seus inimigos, esses sortilégios não teriam sido senão truques vulgares de prestidigitador.

O cura Gouveia era protegido pelo donatário, filho do fundador da Capitania, Duarte Coelho, e contava em seu favor com os principais da capitania, de sorte que, quando os jesuítas chegaram a decidir o bispo da Bahia a mandá-lo deter pelo auditor eclesiástico de Pernambuco, sua prisão não foi coisa fácil. Quase se produzem distúrbios entre missionários e colonos, – distúrbios, que, preparados pelos ódios, se acumulavam por toda a parte e não esperavam senão uma oportunidade para estalar. Aliás, o cônego auditor, enquanto insinuava aos inquisidores, no seu relatório, a inconveniência para o Brasil, país novo, de “pessoas sabendo demasiadas coisas”, apontava com muita clarividência quanto o meio era hostil às querelas e perseguições religiosas. “Confesso – escrevia ele – que aqui não se dá importância, senão entre nós, aos negócios do Santo Ofício, e que ninguém quebra lanças em honra de Deus, como fazem os cristãos.”

O fato é que a Inquisição, que foi estabelecida em Lima e que, relativamente às possessões portuguesas, foi instalada em Goa, capital fundada nas Índias pelo grande Afonso de Albuquerque, não existiu nunca no Brasil. Isto não impediu decerto que numerosos judeus ou cristãos-novos – como se chamavam aos israelitas convertidos à fé cristã – expirassem nos cárceres ou pudessem nas fogueiras de Lisboa. O Brasil perdeu ali, queimado num auto-de-fé de 1739, na idade de 34 anos, um homem de um verdadeiro talento dramático.

Antônio José da Silva imitou bastante a Molière e a Re naud. Mas era também dotado de originalidade e de uma veia cômica que parecia inesgotável. O gênero a que se dedicava esse infortunado poeta era a ópera, no sentido português do tempo, isto é, a baixa comédia, ou tra-

gédia clássica, rebaixada até à farsa. Pode-se fazer uma idéia aproximativa disso, se se põe de lado, ou, antes, se se reduzem a aspereza e a ironia disfarçada sob a brejeirice, imaginando-se a *Belle Helène* ou o *Orfeu nos Infernos*. As tradições mitológicas entravam na composição de um tal gênero teatral com uma desenvoltura análoga, com frases de uma zombaria igualmente cruel e inteiramente audaciosa. Assim Phaeton exclama, numa dessas peças. “que às vezes a tirania constitui o primeiro degrau para alguém subir”; e, no *Labirinto de Creta*, uma princesa não aceita os conselhos de um parente, de se preparar bem para o ofício de governar, aliando a severidade à indulgência, porque a verdadeira máxima para reinar é a que ensina a mitigar o rigor pelas carícias, – senão para responder com a seguinte facécia:

“Não me fatigarei de ensaiá-lo, pois sendo princesa, doce ou áspera, há de ser necessário que me suportem.”

Quanto à música, as melodiosas modinhas populares da pátria longínqua, que para ele era o Brasil, serviram ao autor dramático, à medida dos desejos, para tornar mais atraente o enredo de suas peças. A modinha brasileira provocou o entusiasmo de todas as classes de Portugal, tanto da aristocracia como do povo, no século XVIII. Representava a regressão de árias líricas, emigradas para os trópicos, e tendo recebido ali a impressão das misturas exóticas.

Partindo ordinariamente de São Paulo, as bandeiras, que, com o andar do tempo, seguiam por clareiras já abertas nas florestas imensas da zona costeira, ou navegavam pelas correntes fluviais, cujas quedas já estavam indicadas nas cartas, guiaram-se, deve-se pelo menos imaginá-lo, pelo instinto, na região do ouro e dos diamantes. E um instinto semelhante havia distinguido os precursores pois as entradas da Bahia e do Espírito Santo (duas províncias que se formaram de quatro Capitânias) haviam tido igualmente por objetivo o alto planalto amolgado de Minas Gerais, o qual devia tornar-se no século XVIII, graças à exploração mineira, a sede principal da atividade brasileira.

A geografia parecia indicar a direção do movimento de expansão brasileira. Por uma curiosa anomalia, os cursos de água da região de São Paulo ao Paraná correm do litoral para o interior, como se houvessem sido predestinados a conduzir para ali os aventureiros. O mais difícil era galgar

a cadeia de serras costeira. Uma vez lá em cima, a extensão dos planaltos convidava a marchar pela sua superfície, sobre a qual os rios não cavam vales profundos, e contentam-se de saltitar através dos rápidos e dos escolhos. As elevações continuam a se superpor pelo lado de leste, na direção de Minas Gerais. Mas ali também se abrandam gradualmente, e os rios acompanham o sentido dessa descida progressiva, ainda que relativa, desde que o interior não cessa de oferecer elevações e declives, prolongando-se pelos vastos planaltos do norte. Esses rios correm, uns em declive para o oceano – os que foram percorridos pelas primeiras entradas do século XVI – e outros conduzem à bacia do São Francisco, que é o rio histórico, por excelência do Brasil, que não se desvia bruscamente para a costa senão depois de haver posto os pioneiros no caminho dos campos que se desdobram a perder de vista, de Pernambuco e do Piauí, e cujas margens, enfim, haviam retido os invasores.

De Minas Gerais, por consequência, os bandeirantes iriam ainda mais longe, na direção nordeste, pois que atravessando a parte mais elevada de Minas e as terras altas da Bahia, chegaram também aos vastos campos do Piauí, abaixo do Maranhão, onde encontraram os pioneiros, que haviam subido sucessivamente pelo rio São Francisco, pioneiros a quem auxiliaram a introduzir ali os grandes rebanhos de gado que constituem ainda hoje a principal indústria da região. Iriam ainda mais longe na direção de noroeste desde que surpreenderam ouro nos frios planaltos de Goiás e na imensa extensão de Mato Grosso, onde as bacias hidrográficas da América do Sul têm suas nascentes, e de onde seus cursos de água descem para ir cavar as bacias do Paraguai e do Amazonas. Enfim, iriam mais longe na direção de sudoeste, desde que repeliram os espanhóis da margem direita do Paraná, – que se tornou, em boa parte, um rio nacional – e anexaram ao Brasil uma das mais férteis e admiráveis porções de seu enorme domínio.

O espanhol tornou-se no século XVIII – tinha-se tornado desde a segunda metade do século XVII – o inimigo, visto que personificava o obstáculo à expansão, a marcha para o oeste, que foi bem a nossa, antes de ser a dos americanos-do-norte. É justo notar que, retidos nos planaltos dos Andes, pelas riquezas das minas que tradicionalmente eram ali exploradas, e tendo verificado que a vertente oriental da cordilheira era, segundo todas

as aparências desprovida de metais preciosos, os espanhóis descuidaram-se bastante de se opor a uma semelhante marcha. Quando o alarme foi dado, era demasiado tarde: o impulso tinha levado os invasores demasiado longe.

O general Gordon, que era franco no falar – era um desses ingleses no gênero de sir Richard Burton, que dizem coisas desagradáveis de sua terra, não têm senão o cuidado de sua grandeza – fez esta observação sobre o Império britânico: que foi o produto dos aventureiros ingleses, e não o fruto da previdência e da largueza de vistas do governo inglês. Não discutirei a exatidão desse aforisma, e limitar-me-ei a dizer que a primeira parte pode, melhor que em outro caso qualquer, ser aplicada ao Império português na América. É bem a obra dos brasileiros, de sua energia, de sua audácia. Seria, todavia, injusto acusar o governo da metrópole de imprevidência ou timidez, A corte de Lisboa fez o que pôde para encorajar os esforços de seus súditos coloniais, quero dizer, nunca os deixou desapercibidos de sua proteção – exceção feita, e, ainda assim, até certo grau, do episódio holandês – e nunca recusou sua simpatia ao que, afinal, não era senão seu interesse.

Os jesuítas obtiveram, não obstante, repetidas vezes, a condenação, pelos reis a quem se dirigiam espiritualmente, expedições demasiado frequentes contra a liberdade dos indígenas, e cujos resultados indiretos haviam sido a descoberta e a ocupação de novos territórios a serem acrescentados àqueles que já formavam o Brasil, tão pouco semelhante em extensão ao que teria devido ser em face da confiança que se depositava nos tratados. O século XVII, principalmente, é em nosso país o século dos grandes e contínuos conflitos entre missionários e bandeirantes. Estes últimos não recuavam diante de nenhum meio para afastar os defensores dos índios, e para este fim não somente experimentaram as piores violências contra eles, como levaram também seu espírito de independência até o ponto de se rebelarem contra as autoridades civis. Em 1640, ao tempo da restauração da Monarquia nacional em Portugal, os habitantes de São Paulo quiseram escolher um dentre eles e coroá-lo rei. E o suplício de Beckman, um rico proprietário que se fez chefe da revolta no Maranhão, não foi senão o contraparte, ao Norte, da situação abalada ao sul do país.

Este último levante teve por causa o ódio contra os jesuitas, quanto ao monopólio da Companhia de Comércio. As instituições mercantis dessa natureza, tão preconizadas no século XVII, o foram também no Brasil, que começou a conhecê-las pela segunda metade desse mesmo século, exatamente em 1649. E elas ali provocaram logo a antipatia popular, por causa de seu exclusivismo feroz e pelas suas extorsões.

Abster-me-ei de insistir sobre pormenores de uma tal luta, porque não oferece nada de particular como ação dramática – nada que não possais imaginar – e bastar-me-á acrescentar que a tenaz oposição do espírito de proletoísmo não fez, como era de prever, senão excitar o ardor dos caçadores de escravos, cujo número aumentava constantemente, à medida que as minas pareciam ser mais problemáticas. O ponto de partida das expedições estava longe de se limitar a São Paulo. Muito ao norte mesmo o mercado tornava-se igualmente exigente de trabalhadores indígenas, à medida que a agricultura se implantava, tanto mais quanto a navegação para a costa d'África era mais difícil, portanto mais rara, e que as margens do Amazonas e de seus afluentes ofereciam, graças à sua população fervilhante e mansa, um vasto campo onde se exercia o tráfico cognominado “escravatura vermelha.”

Esta parte setentrional e extrema do país não foi dominada por Portugal senão a partir do século XVII. Entre a célebre viagem de descoberta de Orellana, que em 1540 desceu ao acaso o grande rio das Amazonas, e a de Pedro Teixeira, que, deliberadamente, o subiu e desceu de 1637 a 1639, o intervalo é de um século. Uma vez a exploração feita, a colonização se seguiu bastante rapidamente, ainda que pouco abundante, e os missionários, isto é, o elemento de cultura humana, já tradicional, acompanharam ou precederam – os dois casos tiveram lugar – os aventureiros que representavam o povoamento e portanto o elemento de civilização européia. Graças a isso o Maranhão que é a metrópole, desde 1624, organizará um Estado separado do Brasil, não somente no ponto de vista administrativo, porém mesmo politicamente, e que pouco faltou para na época da independência ser o Canadá lealista de nossos Estados Unidos brasileiros, pôde ouvir, nas suas pobres igrejas caídas e na praça pública, a voz formidável de Antônio Vieira, apóstolo dos índios, não mais à moda de Anchieta, suave místico e resignado no seu fervor evangélico, mas arrebatado, experiente e erudito, como São Paulo.

Antônio Vieira é um dos mais notáveis escritores da raça portuguesa, um dos mestres da língua que deu provas exuberantes, nessa época, de possuir todos os recursos e também todos os artifícios, de ser um incomparável sofista e um orador extraordinário. Sua veia foi inesgotável, seus conhecimentos, variados, seus transportes de imaginação, prodigiosos. A atividade espantosa de que era dotado, e de que fruiu até a morte, sobrevinda aos 90 anos, na Bahia, assim como a maravilhosa versatilidade de seus espíritos, lhe abriram inteiramente o grande cenário do mundo. Viram-no passar, com desembaraço, das margens paludosas dos rios equatoriais brasileiros onde pregou com ardor, e tanto quanto se lhe permitiu, o verbo divino, para as secretarias ministeriais de Haia onde negociou, em nome do rei, o abandono de Pernambuco. Viram-no deixar a intimidade real em Lisboa, onde conspirava pela boa causa dos índios, e chegar às basílicas e aos palácios cardinais em Roma, onde, numas, sua palavra retumbou grandiosa aos ouvidos da rainha Cristina da Suécia, e onde, noutras, por sua finura, se adaptou às intrigas políticas.

Eis aqui uma das cartas desse homem de gênio. São cartas por assim dizer públicas e dirigidas ao monarca, o rei Dom João IV, de quem foi o conselheiro, a quem sempre ouvia, como o foi em seguida da viúva, a altiva Luísa de Gusmão, que, desesperada de não ver jamais reconhecida pela Espanha a independência do reino, de que era regente durante a menoridade do filho, pensou, um momento, como já vos disse, em estabelecer a monarquia no Brasil, que se tornara inteiramente brasileiro pelo esforço dos brasileiros. O começo da carta em questão vos permitirá talvez de julgar, simultaneamente, do estilo do mais ilustre dos gongoristas e do mais zeloso dos catequistas, ao mesmo tempo que do estado de espírito colonial, de que evoco assim, não sem emoção, um eco retumbante.

“Obedecendo a ordem geral e recente de Vossa Majestade do estado em que se acham estas Missões e dos progressos que, graças a Vossa Majestade, revelam a fé e a cristandade de suas conquistas, e que mostram quando é universal o auxílio que Deus presta ao feliz reino de Vossa Majestade sobre toda a monarquia, desde que, ao mesmo tempo que do Reino, se escreve às conquistas sobre as vitórias milagrosas, escrevemos das conquistas para o Reino, igualmente sobre as vitórias que podem com igual e maior razão ser cognominadas de milagres. Deus triunfa acolá pelo sangue,

pelas ruínas, pelas lágrimas e pela dor da cristandade; aqui, triunfa sem ruínas nem guerra nem sangue e também sem dispêndios, e em lugar da dor e das lágrimas dos vencidos, que, em parte, cabem também aos vencedores, com alegria, com aplausos e com triunfo da própria Igreja, que, à medida que se sente diminuir e atenuar no sangue que espalha na Europa, aumenta tanto mais e se acresce dos povos, nações e províncias que ganha e adquire na América.”

Não é sem ironia – da história tantas vezes citada – que se verifica haver sido o inimigo mais encarniçado dos jesuítas o célebre marquês de Pombal, o primeiro dos homens públicos de Portugal que conferiu seu pleno valor ao Estado do Pará-Maranhão, de que o padre Antônio Vieira exaltava as missões de maneira tão entusiástica. Os holandeses simultaneamente com os ingleses, tinham sido os primeiros a se estabelecerem de fato naquelas paragens abandonadas, após as expedições e os reconhecimentos do século xvi. Os fortes de Orange e de Nassau erguiam-se na margem esquerda do Xingu, quando Caldeira, em 1616, fundou a cidade de Belém do Pará. Entretanto, em 1625, os dois estabelecimentos estrangeiros estavam já nas mãos dos portugueses, e a estes é que é devida a exploração desse vasto e magnífico *hinterland*. A exploração fez-se progressivamente, senão metodicamente, e as canoas espalharam-se audaciosamente por todos os afluentes do Amazonas, até esbarrarem-se com a invasão contrária, que, após haver escalado e por muito tempo demorado nos Andes, descia-lhe as vertentes e chegava enfim aos vales, aspirando a extensão quase infinita das terras banhadas e das florestas úmidas.

Esse encontro teve lugar, na Amazônia, nas primeiras missões do Equador, e, na região das minas, nos primeiros burgos bolivianos, segundo a nomenclatura geográfica atual. Não teve, todavia, lugar sem que o contorno do país tivesse sido esboçado pela junção virtual dos dois sistemas fluviais, o do Amazonas e o do Prata, através de uma pequena extensão de terreno, de onde se escapam, em direções opostas, suas respectivas nascentes.

No dia em que uma embarcação, partida da embocadura do Amazonas, chegou ao lugar em que as águas dos rios começam a correr para o sul, e não mais para o norte, a sorte do Brasil estava plenamente garantida, seus limites interiores estavam traçados, sua integridade territorial

afirmava-se, e não restava à diplomacia portuguesa senão tratar de aplicar a sanção internacional aos resultados dos feitos levados a cabo pelos aventureiros brasileiros e pelas viagens dos missionários que, uns e outros, haviam triplicado a extensão primitiva da colônia.

Foi o que aconteceu, antes mesmo do marquês de Pombal ter dedicado ao caso muito de sua atenção absorvente; de sua invejável autoridade de senhor dos negócios relativos ao desenvolvimento do domínio territorial Pará-Maranhão, enviando para lá seu irmão como governador, e criando uma companhia local de comércio. Esta, posto que vinda um pouco tarde, e refletindo um tanto fielmente os métodos despóticos de seu fundador, contribuiu, não obstante, numa certa medida, para os progressos da região, até então muito desprezada, sobretudo por haver atraído para ali a emigração portuguesa.

É curioso que tivesse sido exatamente um brasileiro de Santos, Alexandre de Gusmão, frequentador de espeluncas em Paris, como diplomata, e, mais tarde, pessoa de confiança do rei, acima de tudo homem de muito espírito, deslocado na corte carola e sensual de João V, onde os cardeais e os frades pouco letrados acabaram por açambarcar as altas funções de ministro, que fosse Alexandre de Gusmão, repito, quem, com efeito, inspirou, se não negociou o tratado de 1750 entre os governos de Madri e de Lisboa. Foi, depois de dois séculos, a primeira convenção de alcance geral que procurou definir no Novo Mundo a legalidade geográfica das duas metrópoles ibéricas, que, até então se haviam mantido afastadas uma da outra, nas suas possessões, e que, de uma vez, durante a primeira metade do século XVIII, entravam em contato, em diversos pontos, na América do Sul.

Segundo esse tratado, que foi muito atacado dos dois lados, e teve de ser mesmo anulado – o seguinte não haveria de fazer senão copiá-lo quase – porque era exatamente uma negociação que não conferia completa satisfação às ambições, de uma e de outra parte, Portugal trocava a Colônia do Sacramento pelos territórios conquistados além da linha de Tordesilhas, que a Espanha aliás não houvera respeitado no Oriente, ao anexar as ilhas Filipinas. Os territórios, de que Portugal se via assim confirmar a posse, recuavam para o este meridional até as fronteiras, hoje, da Argentina, do Paraguai e da Bolívia, e para o oeste setentrional, até o curso superior do Amazonas.

A denominação de Colônia do Sacramento evoca dois séculos de luta quase sem interrupção. Uma expedição portuguesa houvera descoberto o rio da Prata, no começo do século XVI, mas foram antes expedições espanholas que o exploraram, pois seu meridiano a eles o atribuía. Os portugueses, ocupados e preocupados algures, pois já vimos bastante que a ocupação do Brasil não se realizou absolutamente sem disputas, não pensaram em se estabelecer na margem esquerda daquele estuário senão em 1680, quando já era um tanto demasiado tarde para experimentar fazê-lo impunemente. Buenos Aires elevava-se em face, e a fortaleza portuguesa estava separada dos outros estabelecimentos brasileiros por uma considerável extensão de terras desertas, de brancos, e por um mar que se mostra às vezes hostil. Nenhuma população brasileira existia, com efeito, ao sul da ilha de Santa Catarina, em frente da qual Cabeza de Vaca desembarcara em 1541, a fim de alcançar, através do continente, Assunção do Paraguai e a região onde mais tarde foi organizada a província do Rio Grande do Sul, que chegou mesmo por um momento a sofrer, por motivo de seu abandono, as vistas cobiçosas de estrangeiros.

Eis aqui um documento inédito, que me foi fornecido, há poucos meses, pelo Sr. Escagnole Dória, e que prova que na França não se estava longe de pensar numa reparação, na costa do Brasil, da renúncia com que tivera o governo de Sua Majestade Cristianíssima de concordar em Utrecht. Esta renúncia, em que Luís XIV havia consentido de bom grado, em 1700, com a mira de obter o reconhecimento, por parte de Portugal, de Filipe d'Anjou como rei da Espanha – o que afinal não sucedeu – tinha relação com as pretensões francesas sobre a margem esquerda do Amazonas, entre o forte de Macapá (antigo de Cumaú, construído pelos ingleses) e o rio Oiapoc, dito de Vicente Pinzón. Haviam sido formuladas com mais insistência após a ocupação definitiva em 1677, de Caiena, sucessivamente, holandesa, inglesa e francesa.

O documento em questão é datado de Marly, de 8 de agosto de 1714, e dirigido ao Sr. de Fontanai, a quem a Secretaria da Marinha diz ter enviado a cópia de uma carta do Sr. Rigord “que propõe fundar uma colônia entre Rio de Janeiro e o rio da Prata.” Aproveitava-se a oportunidade para juntar uma carta do padre Fouillé, sobre o mesmo assunto, e rogava-se ao destinatário “entender-se com os diretores da Companhia das Índias, a

este respeito e discutir a fundo a idéia, a fim de ver o que se poderia fazer para chegar à sua execução.”

Não era fácil fazer alguma coisa, porque o governo português velava nessa época, e mais ciosamente que nunca sobre sua colônia americana. Torna-se no século XVIII a colônia mais rica do mundo, a que mais rendia para a metrópole. Ainda se conserva a lembrança do país do ouro e dos diamantes, cujo rendimento permitia à corte de Lisboa gozar de magnificência e prover a circulação monetária da Inglaterra. Em sessenta anos, a exploração do ouro no Brasil elevou-se, segundo cálculo que foi feito, a dois bilhões e quatrocentos milhões de francos.

Ninguém pelo menos abertamente, disputava mais a Portugal a soberania desse domínio admirável. Apenas os espanhóis guardavam o acesso às cordilheiras, receosos de que o impulso expansionista brasileiro levasse os portugueses até as margens do Pacífico.

Os conflitos armados com Buenos Aires, que enchem o século XVIII, e que determinavam ora a retomada da Colônia do Sacramento pelos brasileiros, ora a ocupação de Santa Catarina pelos castelhanos, não eram, no fundo, senão a consequência de desentendimentos europeus entre Portugal e a Espanha, se bem que tomassem um irritante caráter local, pois o pomo de discórdia consistia na margem esquerda do rio da Prata, isto é, a república atual do Uruguai, que, logicamente, deveria formar a fronteira meridional do Brasil. É verdade que os limites geográficos naturais são perfeitos em teoria, mas na prática as circunstâncias históricas lhe servem às vezes de obstáculos.

Houve, entretanto, ainda no século XVIII, maquinações contra a soberania de Portugal na América. Fiz menção, repetidas vezes, no curso destas conferências, à afeição persistente com que a França nos honrou durante nosso passado colonial. Não foi dela que dependeu o Brasil não se haver tornado francês, e, uma vez os Bourbons firmados no trono de Carlos V, o pacto de família antecipou-se em relação a Portugal. As dinastias originadas de Henrique de Navarra tiveram em consideração o futuro da América portuguesa. A Espanha era a eterna rival de seu vizinho na península. Vimos que o era no Novo Mundo, tanto quanto no Velho. Ainda mais: Filipe V tinha, afora as prevenções de seus súditos, que a separação reacendera, suas queixas pessoais, bastantes para querer mal à potência que

se havia colocado entre os que haviam apoiado a candidatura do arquiduque da Áustria à Coroa da Espanha.

Especulando com esses rancores, a corte de Versailles propôs, em 1740, a Madri, uma convenção para a partilha de Portugal e de suas possessões: o reino europeu e ilhas adjacentes deveriam ser incorporados à Espanha, o Brasil à França. A corte espanhola teve receio de concordar com o arranjo, e a ascensão ao trono de Fernando VI, em 1746, pôs termo prontamente a tais projetos, de que nos fala o escritor alemão Handelman, na sua *História do Brasil*, que é bem o estudo mais notável que existe sobre esse assunto.

O sucessor de Filipe V havia desposado Dona Bárbara de Bragança, filha de D. João V de Portugal, e esta princesa, muito inteligente, que tinha sobre o marido a maior influência – constituíam ambos um casal modelo – empenhou-se por operar um entendimento entre as duas nações ibéricas. A prova de que ela alcançou bom êxito nos é fornecida pelo tratado de 1750, de que vos falei.

Era infinitamente mais fácil à Espanha, que à França, garantir a Portugal a anexação do Brasil. Afinal para prevenir o caso de uma conquista européia, a corte de Lisboa não perdia de vista, nem por um instante, sua colônia americana. Um dos mais prudentes diplomatas portugueses, Dom Luís da Cunha, que foi plenipotenciário no Congresso de Utrecht, e muito tempo embaixador em Paris, cuja inteligência, demasiado atilada, contrastava com o meio político português de D. João V, preconizava muito a idéia de uma emigração real imediata: a dinastia se instalaria no Rio e o soberano tomaria, sem consideração pela memória de Carlos Magno, o título de imperador do Ocidente.

Portugal – escrevia ele em suas memórias tão luminosas e na sua forma despreziosa – pode dividir-se em três partes: uma que não é cultivada, a segunda que pertence à Igreja, e a terceira que não basta às necessidades da população. “A perda não seria então muito considerável, pois o reino não se acharia mesmo a braços com o perigo de uma conquista, porque o rei da Espanha seria o primeiro a não querer expor a represálias suas ricas colônias da América do Sul, principalmente o Peru, que parecia ser visado a oeste pela expansão brasileira.”

Os limites do império a fundar-se estavam todavia inteiramente traçados de antemão, no dizer de Dom Luís da Cunha. Ele os designava assim: o Oiapoc ao norte, o Prata ao sul, e a oeste o rio Paraguai, até suas nascentes, e o Madeira que devia prolongar-se pelo Javari; o que – seja dito de passagem – teria dado ao Brasil a província oriental de Entre-Rios, o Uruguai e o Paraguai.

Dom Luís da Cunha não se detinha ainda ali. Adivinhando e praticando o imperialismo, imaginava a troca da província do Algarve pelo Chile e os territórios que terminam no estreito de Magalhães – a República Argentina de hoje e a Patagônia – o que levava seu império a alargar-se numa extensão de dois terços da América meridional. “Se a visão não é suscetível de se realizar em seguimento – concluía ele – sê-lo-á no futuro.” O futuro não lhe deu razão, porém Alexandre de Gusmão, seu amigo e seu confidente – as cartas trocadas entre esses dois homens tão espirituosos são das mais interessantes – chegou, como o vimos, a tornar legítima a conquista do interior do Brasil.

V

O século XVII oferece aos que tentarem a curiosidade de conhecer o Brasil de outrora, intimamente, dois pontos interessantes, pelo aspecto particular de cada qual deles, e também pelo contraste que deles resulta. Esses pontos são a Bahia e Minas. Aquele um centro de vida antes ociosa, este um foco de vida antes ativa. Não quero absolutamente dizer com isso que não houve na Bahia senão desocupados, e em Minas senão trabalhadores. Mas o fato é que a característica geral desses dois núcleos de civilização assim se apresentam na época indicada.

A Bahia tornou-se bem depressa uma cidade de igrejas e de conventos. Suas celebrações do culto sobrepujaram em brilho as de todo o resto do Brasil, e o povo, de que os negros formam ainda hoje o complemento mais importante, era um elemento a mais de desordem pitoresca, que punha um relevo de originalidade exótica a esse transbordamento de jovialidade religiosa. Os templos da Bahia merecem sempre ser vistos, por causa da riqueza de seus revestimentos internos de madeira doirada, de um luxo gritante e um tanto ou quanto bárbaro, que era o do estilo barroco português, desabrochado no Brasil. Os conventos, entretanto, cessaram de ser o

que eram então, isto é, círculos mundanos, onde, nos das monjas, chegava-se a representar a comédia heróica e a divertida farsa, e onde os prazeres das guloseimas e das galanterias se sobrepunham a todas as regras.

Centro do governo, até que o Rio de Janeiro lhe arrebatasse esta posição, justamente porque a saída natural das minas sucedia ser um porto soberbo, centro eclesiástico, porque o arcebispo-primaz ali tinha sua corte; centro de justiça, porque a corte de apelação da colônia ali pronunciava suas sentenças, a Bahia foi naturalmente o ponto de reunião de um mundo de funcionários, de padres e de magistrados, que se congregavam em uma sociedade de província, exclusiva, cheia de etiquetas e invejosa, onde os preconceitos tinham livre curso e onde a intriga fermentava a toda hora. Foi a cidade, por excelência, no Brasil, dos oradores sagrados, dos poetas didáticos e dos acadêmicos verbosos. Os tonitruantes sermões substituíam o teatro, a ênfase bania a sinceridade e a retórica dispensava-se do estudo.

O tipo literário da época, num tal meio, seria melhor representado pelo acadêmico Rocha Pita, cujo nome não é novo para vós outros, desde que o encontrei numa coleção francesa de historietas espanholas e portuguesas do século XVIII, composta pelo abade Bertoux. Essa coleção diz que se pode julgar do gosto literário de Portugal, nesse período, pelo seguinte lance literário, muito estimado e muitas vezes citado na *História da América Portuguesa*, devido ao autor supramencionado, o qual serve sempre para provar, e bem, que os *Diálogos das Grandezas* haviam produzido frutos, e que o entusiasmo pelo país tornara-se mesmo exagerado e ruidoso. Eis a passagem de Rocha Pita, que se encontra na coleção francesa:

“Do Novo Mundo, tantos séculos escondido e de tantos sábios caluniados, onde não chegaram Hannon com suas navegações, Hércules Líbico com suas colunas nem Hércules Tebano com suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas, tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais seleta; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha nas férteis produções, que

em opulência da Monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas espremido néctar, e dando as suas frutas sazoadas ambrosia de que foram mentida sombra o licor e vianda que aos seus falsos deuses atribuía a culta gentilidade.”

O abade Bertoux reconhecia, contudo, que, em Lisboa, começavam a aborrecer-se – a expressão é bem sua – desse trocadilho de palavras e dessas comparações forçadas. Na colônia, decerto, eram menos exigentes e, pelo que diz respeito ao historiógrafo Rocha Pita, a afetação do seu estilo lhe ia muito e de par com a sua ingênua admiração pelas belezas naturais do país, com a sua adaptação jactanciosa das fábulas locais aos mitos da antiguidade pagã, com a grandiloquência de suas narrações militares, em que os episódios da defesa do Brasil tomam, sem exceção, proporções épicas.

Eu disse que seria o tipo literário por excelência da época, se outro não o tivesse precedido e feito, de antemão, empalidecer-lhe a gravidade pelo seu riso zombeteiro. A Bahia não teve, com efeito, seu analista solene, senão após ter tido seu poeta satírico, e este poeta foi impiedoso para os ridículos de seu tempo, para as esquisitices dos personagens que ele visitava amiudadas vezes, para as histórias escabrosas que chegavam ao seu conhecimento. O rancor dos grandes, a prisão e o exílio não chegaram nunca a fazer cessar sua veia maligna, que se exercia à custa do sagrado e do profano: não respeitava nem vice-rei nem prelado, nem justiça nem religião. Magistrado, este poeta, Gregório de Matos Guerra, era pois um homem de uma classe como as que chasqueava, o que o tornava tanto mais perigoso e odiado.

Inda que, educado em Portugal e tendo ali morado trinta e cinco anos, fizeram dele o fundador e mesmo o símbolo de nossa literatura, elevando seu amor pela terra a um sentimento nativo, e transformando seu humor azedo em uma explosão de particularismo poético. Desse modo a crítica exagera, simultaneamente. Foi uma personalidade notável de seu tempo e de seu meio, porque era um elemento único como demolidor das convenções sociais e do respeito à hierarquia. Foi também – deve-se bem reconhecê-lo – nacional, no sentido de que se adaptou de maneira perfeita à sociedade brasileira, que havia deixado muito jovem; de que sofreu, ele próprio, no mais alto grau o ascendente da volúpia, ou antes da lascívia que reinava em seu ambiente. O mulatismo foi, com efeito, sua musa. Foi,

enfim, um exemplar consumado de um fenômeno psicológico de alcance social a que um dos melhores de nossos críticos, o Sr. Araripe Júnior, cognominou de “obnubilação.”

Eis os termos de que se serve esse crítico para descrever este meio de compreensão da literatura brasileira, pelo menos durante seus dois primeiros séculos:

“Este fenômeno consiste na transformação por que passavam os colonos que atravessavam o oceano e se aclimavam no Brasil. Portugueses, franceses, espanhóis, apenas desembarcados e tendo penetrado no interior, esqueciam suas respectivas origens, logo que perdiam de vista suas pequenas naus e suas caravelas. Dominados pela rudeza do ambiente, atordoados pela natureza tropical, identificados com a terra, tornavam-se quase todos selvagens. Se novos colonos, sucessivamente chegados, não os amparavam na luta, acabavam geralmente por tingir o corpo e adotar as idéias, os hábitos e até a bestialidade dos indígenas. Os exemplos históricos são numerosos: Hans Stade, Soares Moreno, Anhanguera e os intérpretes, de quem Villegaignon teve de se queixar tanto. O próprio jesuíta Anchieta não escapou desta influência. Sua existência entre os selvagens e o prestígio que entre eles adquiriu, superior ao dos feiticeiros índios, tendem a provar que o missionário, senão em obediência a um constrangimento do meio, ao menos por um perfeito artifício, se fizera um verdadeiro pajé (feiticeiro). Seu poder não se pode bem explicar senão pelos processos da magia, aceitos ou humildemente copiados pelos de seus concorrentes, e que lhe serviram de métodos de catequese.”

Não discutirei essa última proposição, que me parece algo audaciosa, mas creio que o nosso crítico tem toda razão, relativamente à influência da vida da Bahia sobre o velho fauno que era Gregório de Matos, quando para ali voltou e entrou a cultivar o lirismo crioulo e a sátira dirigida contra as três raças. O que seria ainda verdade é que as qualidades essenciais de sua obra literária devem ser consideradas como a expressão pessoal de atributos coletivos, pois estes não cessaram de fazer parte integrante da alma brasileira, sempre predisposta à generosidade para com os fracos e a mofar dos poderosos que querem abusar do poder. Gavroche tem primos no Brasil, que se lhe assemelham moralmente, mais do que se pensa. Não há diferença senão na cor. As pasquinadas do Rio de Janeiro,

no momento da Independência foram tão abundantes e tão maliciosas quanto as da Roma dos papas.

Para descrever a existência da Bahia no século XVIII, e pôr-vos em situação de julgar por vós mesmos, eu não poderia fazer melhor que me dirigir aos viajantes estrangeiros que ali moraram então. Mas eles são raros. Portugal da Restauração ocultava implacavelmente sua colônia às vistas estrangeiras. Não havia levantado as severas proibições ditadas, senão pela força dos tratados celebrados com a Holanda e a Grã-Bretanha. Afinal os nacionais desses países não pareciam ter tirado grande vantagem da faculdade que lhes era conferida, tanto eles a haviam de achar erriçada de dissabores. Mas, se a metrópole era senhora da administração colonial, não o era absolutamente dos elementos, e não podia impedir que esquadras ou simples navios isolados, navegando para o mar do Sul, como se chamava então ao Pacífico, procurassem se abrigar contra as tempestades, reparar algumas avarias urgentes, ou se refazer de provisões esgotadas, em alguns portos da costa brasileira. A humanidade tinha direitos, mesmo antes da declaração dos Direitos do Homem. E, detidos a bordo de seus barcos, ou desembarcados e com soldados sempre a acompanhar-lhes os passos, os viajantes acabavam por conhecer as molas que punham em movimento aquela sociedade, da mesma maneira por que os holandeses, organizados em delegação e marchando, sob escolta, de Deshima a Yeddo, acabaram por se informar com tanta exatidão sobre o Japão dos xóguns, tanto quanto disso nos prova a obra de Kaempfer.

Foi desse modo que Froger, no relato da viagem do século XVIII, escreveu que os habitantes da Bahia, se até certo ponto são “bem arranjados, civis e honestos, amam o belo sexo até à loucura, não poupam nada em favor das mulheres, das quais são extremamente ciumentos...” Deixo de aludir a outras particularidades que põem demasiado a descoberto a presunção masculina. Há melhor aliás. A viagem em volta do mundo do Sr. Le Gentil, extremamente curiosa sobre a Bahia dessa época. “Se tirassem aos portugueses – dizia ele – seus santos e suas amantes, eles se tornariam bem mais ricos.” Eram, com efeito, os principais móveis de despesas dos portugueses. Milorde Galloway, que comanda aos ingleses em Portugal, durante a guerra de Sucessão, tinha aliás a esse respeito uma teoria repleta do bom senso britânico.

Segundo ele, a lei de equilíbrio, estabelecida pela Providência para todo o Universo, determinava que houvesse povos indolentes e pródigos, aos quais o ouro devia caber em partilha, ao lado dos povos pobres, porém laboriosos, que, pelo seu espírito industrioso, supria os metais preciosos; estes lhes chegavam às mãos, como é justo, pela venda dos produtos manufaturados, pois, se as outras nações se tornassem igualmente industriais, seria o caso de ir arrebatando a mão armada o ouro que a providência entregou como um depósito nas mãos delas. Vossa indolência – perorava imperturbavelmente Milord Galloway dirigindo-se aos portugueses – é o laço que vos prende à sociedade existente entre os povos da Europa.

O Sr. Le Gentil, não obstante os rebufados, de que os baianos lhe tinham feito presente, é bem pouco amável para com a gente da Bahia, que considera como falsa, nas suas maneiras afáveis, e descreve de tão corruptos costumes quanto possível, sem excetuar as práticas religiosas. Há muito exagero nessas referências, inda que no fundo haja alguma verdade como há muito de cômico na seguinte caricatura que ele traça dos portugueses: “Metidos em longos quimãos com o rosário a tiracolo, a espada nua sob a veste e a guitarra na mão, vagueiam sob os balcões de suas damas, cantando árias que nos fazem recordar com saudade a música chinesa ou as nossas gigas, trechos de música de acompanhamento da dança desse nome na Bretanha.”

O livro contém todavia bosquejos deliciosos e desopilantes, tais como os dos serões mudos na residência do vice-rei, onde a gente ria pouco e se aborrecia muito, “conforme manda a etiqueta do palácio.” Contém também os das visitas ao arcebispado, onde dominava um santo ancião, “que gosta de contar histórias e as conta bem.” Traz mais o de uma noite de Natal no convento de Santa Clara, onde as freiras, que pareciam estar “possessas de algum duende”, tocaram com toda a força diversos instrumentos, desde a harpa ao tamboril, e contaram histórias meio-satíricas, meio-sentimentais, de intrigas galantes com oficiais da guarnição, dos quais alguns as cortejavam. Enfim, traz um esboço da festa popular de São Gonçalo de Amarante, em que o vice-rei, não obstante a idade, foi forçado a dançar e saltar como um jovem, em que o descaramento não tinha limites, onde todas as cortesãs da cidade se encontravam, durante aqueles dias de regozijos sensuais, nas pequenas matas que cercam a igreja, como se se tratasse

de um templo de Cipris, erigido em plena Hélade, em meio de loureiros-róseos e de mirtos. Le Gentil reconhece, não obstante, que Dionísio não era dos convidados da festa, de que só Afrodite fazia as honras.

A vida em Minas Gerais tinha um aspecto inteiramente outro. A sensualidade ali não era mais beata: era fervorosa. As cobiças e os ódios se afirmavam pelos crimes, o ouro inspirava as ações, como se a maldição do anão Alberico da lenda alemã tivesse pesado sobre todo o metal precioso da Terra, e o das águas dos rios brasileiros, tanto quanto sobre aquele que era guardado pelos filhos do Reno. E a maldição cevou-se de tal modo sobre aquela região de uma riqueza fantástica, que, poder-se-ia dizer, o anel fatal dos Niebelungos para ali havia sido misteriosamente levado.

Batizada com o sangue dos bandos que lhe disputavam as descobertas, a Capitania de Minas Gerais, separada de São Paulo, como todo o oeste havia de se tornar, à medida que a colonização ali se espalhasse, povoou-se e prosperou naturalmente, ao mesmo tempo que a existência do ouro se confirmava no fundo dos vales ou no flanco das montanhas. Mas a capitania mesmo não se enriqueceu absolutamente. A corte e a metrópole puderam permitir-se custosas fantasias. Minas Gerais, de seu lado, assistiu à eclosão no seu seio de um luxo sem bem-estar. Sua sociedade chegou a cobrir-se de uma camada superficial de cultura, que, refletindo a luz crua dos trópicos, não deixou de deslumbrar. A despeito de tudo isso, seu progresso não se manifestou, de maneira acentuada, senão após o ouro se ter esgotado e a agricultura ser forçada a tomar o lugar das escavações de minas, para nutrir o mundo de gente que estas haviam atraído.

Contudo, Minas povoou-se tão rapidamente, que por ocasião do ataque ao Rio de Janeiro, desferido por Duguay-Trouin, em 1711, seis mil homens – paulistas e estrangeiros, como se designavam os que não vinham de São Paulo – acorreram a defender a cidade, desgraçadamente, porém, quando seu resgate já havia sido estipulado e aceito. O governador não quis consentir no violar-se a convenção. A descoberta das minas tinha, na verdade, provocado em Portugal, desde o começo do século XVIII, uma tão grande corrente de emigração para o Brasil, que o Conselho de Ultramar – a corporação encarregada de elaborar as leis e decretos reais e de dar relatório sobre os litígios administrativos, à qual ficavam assim atribuídos os negócios das colônias e a que, de algum modo, presidia os destinos – se

mostrou inquieto, temendo, dizia em uma de suas consultas oficiais, que em pouco tempo a possessão não viesse a contar tantos súditos brancos quanto a metrópole.

Era a colonização espontânea, que excedia positivamente a colonização regulamentada pelas tropas de ocupação destacadas das forças militares do reino, e pelos imigrantes especialmente contratados com o fim de favorecer o povoamento da imensa região. Parecia-se estar longe, sobretudo naquele período, de um elemento que havia sido abundante durante o primeiro século: o dos deportados e também o dos foragidos da justiça, acorridos para as capitânicas feudais, onde o soberano havia renunciado ao exercício de sua jurisdição, e para as capitânicas reais, onde a prescrição dos crimes era certa, mesmo para condenados à morte, salvo para os crimes de heresia, de traição, de sodomia e de falsificação da moeda.

O vocábulo criminoso tinha afinal naquele tempo um alcance que a humanidade de nossos códigos de hoje e sobretudo a indulgência de nossos sentimentos e o desenvolvimento de nossa inteligência têm atenuado de muito. Basta, com um de nossos mais eminentes historiadores, João Francisco Lisboa, lembrar que simples infrações, ainda mais, atos que presentemente podem ser impunemente praticados, não sendo passíveis de nenhum castigo – como ler a *buenadicha* ou beijar uma jovem – eram então punidos com a deportação, punição aliás que abrangia nada menos de duzentas e cinquenta espécies de delitos. Isso explica que muitos desses supostos criminosos, uma vez desembarcados nas praias hospitaleiras, estavam em situação de se tornar dignos e honestos cidadãos, com tanta facilidade quanto a existência deixava de ter para eles os mesmos rigores. Terras férteis lhes eram oferecidas, como o seriam mais tarde aos bons trabalhadores, que não haviam de tentar a fortuna das minas, já despojadas de todas as fantasias e de todas as lendas, abundantes ridiculamente na imaginação dos primeiros pesquisadores de ouro, que criaram, por essa maneira, um capítulo bem bonito do folclore nacional.

A população que fundou Minas Gerais – faço alusão à do começo, que abriu o caminho da região aos demais imigrantes – era uma população já nacional, pelo nascimento, e que houvera recebido como preciosa herança a completa adaptação ao meio brasileiro, que compreendia desde os alimentos indígenas – o milho, a banana e a farinha de mandioca – até

a rede para repouso e as armas de guerra, o arco e a flecha, até as melancólicas criações imaginativas da vida animal e da vida sobrenatural. Eram homens de músculos de ferro e jarretes de aço, que, para chegarem até ali haviam sofrido rudes provações, mas que não eram tão passíveis de lamentações como os colonos e os nobres das primitivas doações, pois contavam então atrás de si dois séculos de civilização local.

Assim é que eles dispunham de elementos de êxito, que haviam faltado aos seus antecessores dos primeiros tempos, os senhores feudais, improvisados para a defesa da possessão, contra as incursões estrangeiras, e seus vassalos, fiéis ou rebeldes. Esses elementos compreendiam as culturas aclimadas, muitas das quais haviam sido introduzidas pelos jesuítas, agentes por excelência, no século XVI, do desenvolvimento e da moralidade da colônia. O coqueiro, por exemplo, que se tornou inseparável de nossa paisagem, é uma árvore importada. Foram também frutos da influência dos jesuítas os hábitos transformados, de maneira a garantir mais o êxito dos empreendimentos perigosos dirigidos para o desconhecido; os animais de trabalho, cavalos e bois, e os que serviam para a alimentação, galinhas e patos, que não existiam no Brasil anterior à época histórica.

Os recém-chegados – os emboabas, como os chamaram os paulistas, de acordo com um vocábulo indígena que significava grevas, ou seja, as partes da armadura antiga que cobria as pernas até o joelho, e de que faziam uso os mesmos recém-vindos – tinham entretanto por si o número, além da ambição estimulada pela inveja. E daí derivou-se um período de disputas sangrentas, agravadas por crueldades e covardias, que são de todas as histórias, quando as más paixões se desencadeiam, quando o misticismo religioso tem cessado de servir de guia e quando a autoridade não possui ainda os meios nem a energia bastante para reprimi-las.

Após esse período anárquico, que, mais que a outras, é familiar às sociedades abaladas pela nevrose do ouro e das pedrarias, como a Califórnia, a Austrália e o Cabo – e o interior do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, não poderia ser diferente de regiões exploradas ainda em pleno século XIX – veio o período de rigorosa vigilância administrativa e de severo exclusivismo oficial, que desviou em proveito do Estado a riqueza, enfim, oferecida e entregue pela esfinge desde tanto tempo interrogada.

Se o Estado não tivesse intervindo, ditando regulamentos draconianos, a fim de reclamar seus direitos na partilha leonina, e espreitar os concorrentes à exploração, o resultado não teria sido muito mais vantajoso para os particulares, pois as condições nas quais se efetuava a exploração das jazidas de quartzo e os cursos de água não ofereciam senão aspectos que por fim se tornaram ruinosos para os que se entregavam à exploração. Antes de tudo, a indústria era exercida da maneira mais empírica. Em seguida, toda a gente passou a ocupar-se de minas, ninguém pensava nas provisões, que deviam vir, na sua totalidade, do litoral e eram vendidas a preços exorbitantes. Enfim, sabe-se que a mais louca prodigalidade acompanha sempre os ganhos fáceis ou rápidos, e que os felizes desse gênero não acreditam na realidade haver atingido a riqueza, senão quando podem entregar-se ao luxo mais extravagante.

O Sr. João Ribeiro lembra a este propósito as palavras proféticas do grande imaginativo que foi o padre Antônio Vieira, quando pregava sobre o efeito que havia de produzir a descoberta das minas, sempre procuradas pelos aventureiros como objetivo principal da atividade de que eram capazes.

“No mesmo dia havíeis de começar a ser feitores e não senhores de toda a vossa fazenda. Não havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canoa, nem vosso o vosso carro e o vosso boi senão para o manter e servir com ele. A roça haviam-vo-la de tomar de aposentadoria para os oficiais das minas; o canavial havia de ficar em mato porque os que o cultivassem haviam de ir para as minas e vós mesmos não havíeis de ser vossos, porque vos haviam de apenar para o que tivésseis ou não tivésseis préstimos; e só os vossos engenhos haviam de ter muito que moer, porque vós e vossos filhos havíeis de ser os moídos.”

O despotismo português era de uma insensibilidade tão pungente quanto poderia fazê-lo crer essa visão do púlpito, confirmada pela conspiração, que, no fim do século XVIII, tentou subtrair a colônia ao poder da metrópole, fundando no continente meridional o par da República da América do Norte.

As colônias tendem todas a emancipar-se de suas metrópoles. É a regra geral determinada pelo crescimento e pela ânsia de liberdade, regra que se estende do reino animal ao domínio social. Não é que Portugal haja

sido mais tirânico para as possessões que qualquer outra nação. O antigo regime era, pouco mais ou menos, o mesmo por toda a parte. Taine não teria achado nesse terreno grande diferença se tivesse estudado a questão fora da França.

O quinto do ouro, o imposto de que Minas Gerais sempre se queixou, sobretudo quando se tratava de pagar atrasados de uma contribuição considerada fixa, havia sido criado ao tempo da descoberta do país, como um imposto problemático, e que seria, dado o caso, o grande proveito da metrópole. O restante do sistema tributário, constituído quase na totalidade de taxas diretas – os décimos e vigésimos da produção – era, segundo a expressão do historiador João Ribeiro, na maior parte aplicado aos interesses da colônia. O que o rei recebia, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, servia ao custeio do culto. Isso quanto à parte financeira. Quanto às leis criminais, haviam sido no começo, e na intenção de favorecer a colonização, interpretadas com uma largueza que tocava às raiais da tolerância. E o donatário de Pernambuco – que, se vos lembrais ainda do que eu vos disse, era um homem de princípios – queixava-se mesmo amargamente ao rei da amplitude conferida ao direito de asilo entre as capitâncias feudais.

Se as liberdades municipais que, no século XVI, tinham sido outorgadas no Brasil, eram iguais àquelas que ainda lembravam em Portugal o domínio romano – os direitos extensivos às cidades e a legislação, que, através dos visigodos e dos árabes, se conservaram impregnados de particularismo, ofereciam, no século XVIII, a aparência de um visível declínio, cujo aspecto era geral em toda a vida comunal européia ou de caráter europeu. Os primeiros golpes desfechados contra as franquias locais datavam no Brasil de um acontecimento que havia sido um considerável progresso político e social, quero dizer, da superposição do Estado com tendências unitárias às capitâncias privadas.

Vimos como o primeiro bosquejo feudal teve de ser apagado em consequência de sua própria ignomínia, e como a unidade administrativa e militar, ensaiada pela metrópole, foi consolidada pela união, produzida pelo movimento geral contra o inimigo holandês, senhor de uma boa parte do Brasil, e pelo movimento geral da colonização espontânea, provocado pela indústria do açúcar e sobretudo pela atração das minas. São dois

movimentos já de base patriótica, ainda que não possam adornar-se com este qualificativo, denunciando um sentimento instintivo, num caso, e em embrião, noutro. O efeito de coesão que disso deveria resultar constituiria o corretivo para a tendência fortemente dispersiva dos primeiros agrupamentos de colonização, que se haviam tornado, cada qual deles, um ciclo de atividade.

É dessa maneira, pela força da atração, que no rio São Francisco se encontra o movimento descendente de Pernambuco e a colonização autônoma de Sergipe, determinada pelas entradas em perseguição dos índios, e que o movimento ascendente da capitania de Duarte Coelho, iniciado em 1548 pela ocupação da Paraíba, passou ao Rio Grande do Norte, chegou, no começo do século xvii, ao Ceará – ali sofreu, antes de conquistar o Maranhão aos franceses, retardamentos, causados pelas vinganças dos selvagens contra os que procuravam escravizá-los, e, enfim, chegou ao Pará em tempo de arrebatá-lo aos piratas franceses, holandeses e ingleses.

Não ignorais que estes procuraram e acharam refúgio no país do eldorado, a quimera de Raleigh, na região – verdadeira *res nullius* – que se estende do Oiapoque, onde se detém a marcha portuguesa para o norte, ao Orenoco, onde fizeram alta os espanhóis que marchavam de Darien para leste, e na qual as esperanças não realizadas dessas três grandes nações marítimas, sucessivamente rivais das potências ibéricas, tiveram uma aparência de compensação nos territórios que se vieram a chamar Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa.

O resto do Brasil obedeceu à mesma lei de convergência que deu lugar a um esquema de agrupamento, cujo ritmo, comum a todos, se forma, segundo a feliz expressão do Sr. João Ribeiro, pela alternativa do particularismo centrífugo e da gravitação política. No século xviii, por exemplo, graças às desordens dos estabelecimentos das minas, é o espírito livre das capitanias iniciais que reaparece, para ser novamente subjugado e conduzido numa única direção geral para a monarquia independente.

A riqueza de Minas Gerais – riqueza toda aparente e improdutiva, pelo menos em relação à colônia e nas condições em que foi explorada – foi bem passageira. Durou, quando muito, um século. Falo, bem entendido, da riqueza produzida pelas minas. Quando a Corte portuguesa chegou ao Brasil, no começo do século xix, o espetáculo que oferecia a capitania do ouro

estava longe de ser o mesmo que oferecia no século XVIII. Em 1750, calcula-se que 80.000 pessoas, isto é, um terço da população, se ocupavam de minas. Por ocasião da Independência, em 1822, este número descera para cinco mil. A produção do ouro que, até 1820, segundo os cálculos de Von Eschwege, se elevava a mais de 945.000 quilogramas, havia de tal maneira diminuído, que, em 1819, o quinto rendeu somente 105 quilogramas.

O mesmo se tinha dado em relação aos diamantes, que atraíram uma população de 40.000 aventureiros para o distrito de Minas, onde estas pedras foram achadas em tão grande proporção, que o preço do diamante baixou, na Europa, de três quartos. E, para manter seus proventos, o Governo português foi forçado a transformar sua vigilância em espionagem, e castigar severamente as fraudes, a elevar de 40\$000 para 240\$000 o imposto *per capita*, e, em seguida, a criar o monopólio do Estado. Este monopólio foi, afinal, cercado pelo marquês de Pombal, de tantos rigores e exigências, que a exploração dos diamantes passou de livre a subjugada, e não conheceu mais prosperidade.

Um golpe muito sério foi também desfechado contra os interesses brasileiros com a perda da Colônia do Sacramento, onde florescia o mais escandaloso e mais lucrativo comércio de contrabando com a cidade de Buenos Aires, situada em face, com as províncias de Tucumán e do Paraguai, e mesmo, transpondo os Andes, com o vice-reinado do Peru. As mercadorias introduzidas desta maneira, e que vinham da Europa pela via do Rio de Janeiro, podiam ser vendidas em Lima mais baratas que as que desciam do Panamá, onde os mercadores de Sevilha, senhores do monopólio do tráfico nas colônias espanholas, celebravam em seu proveito as feiras de Porto Belo.

O desejo de pôr fim ao desenfreado contrabando, que seguia o caminho mais curto, pelo menos para chegar a Buenos Aires – e quanto à distância até o Peru era compensada pelos lucros – valeu de muito para a resolução do Governo de Madri de expulsar os portugueses da denominada Banda Oriental, desde o momento que a metrópole espanhola não queria tornar franco o comércio, o que seria no Brasil o primeiro ato resultante da transferência da Corte. Os antigos regulamentos mal foram aplicados em 1778, no ano após o tratado de limites, que conferia a Colônia do Sacramento à Espanha, e os novos regulamentos não autorizavam senão o tráfico direto com a mãe pátria.

As minas não foram todavia a única razão do povoamento que se seguiu à conquista do interior do Brasil. Ao lado delas houve, como causa determinante, especialmente no Norte, entre Bahia e Maranhão, numa região, não obstante, sujeita a secas prolongadas e fazendo contraste com as planícies inundadas da Amazônia, uma indústria mais pacífica e menos aleatória, a criação do gado, característica de nosso Sertão. Sertão é o nome genérico da parte menos atraente do país, região descoberta, como outras, pelos pesquisadores do ouro, percorrida pelas expedições e guerrilhas da época do domínio holandês e, enfim, colonizada pelos criadores, aos quais cabe o mérito de se haverem ali fixado e de tê-la utilizado desde o século XVIII, um século portanto antes da ocupação permanente do interior meridional e central, onde as minas estavam situadas. A população muito espalhada, que a indústria pastoril reteve nos campos de pastagem, no clima mais fresco e menos úmido que o da costa, ganhou aí um caráter inteiramente particular. Esta população é raça bem mais pura que a do litoral, com pouca mistura de sangue índio e quase nenhuma de sangue negro, corajosa no trabalho, sóbria, nutrindo-se sobretudo de carne e de leite, bastante desconfiada, altiva por se bastar quase a si mesma, inclinada aos devaneios heróicos, pronta a recorrer às soluções violentas, dotada geralmente de sentimentos cavalheirescos e, ocasionalmente, sujeita a crises de exaltação religiosa.

Ninguém descreveu melhor o Sertão que um de nossos escritores, morto ainda não há dois anos, em plena juventude, em circunstâncias particularmente dramáticas. Euclides da Cunha revelou-se mestre como escritor pelo livro pujante que publicou sobre os aspectos e sobre o homem dessa região. Posso dizer mesmo que é um livro extraordinário, pois reúne sólidos conhecimentos científicos e bosquejos imprevistos, num estilo nervoso e original. Declaro não poder citar-vos capítulos inteiros de uma tal obra, mas não poderia deixar de ler-vos alguns trechos que vos ajudarão a perceber a fisionomia do país, a que acabo de fazer alusão:

“Hegel delineou três categorias geográficas como elementos fundamentais colaborando com outros no reagir sobre o homem, criando diferenciações étnicas:

“As estepes de vegetação tolhiça, ou vastas planícies áridas; os vales férteis, profusamente irrigados; os litorais e as ilhas.

“Os lhanos da Venezuela; as savanas que alargam o vale do Mississípi, as pampas desmedidas e o próprio Atacama desatado sobre os Andes – vasto terraço onde vagueiam dunas – inscrevem-se rigorosamente nos primeiros.

“Em que pese os estios longos, as trombas esmagadoras de areia, e ao saltar de súbitas inundações não se incompatibilizam com a vida. Mas não fixam o homem à terra. A sua flora rudimentar, de gramíneas e ciperáceas, revigora vigorosa nas quadras pluviosas, é um incentivo à vida pastoril, às sociedades errantes dos pegureiros, passando móveis, num constante armar e desarmar de tendas, por aqueles plainos – rápidas, dispersas aos primeiros fulgores do verão.

“Não atraem. Patenteiam sempre o mesmo cenário de uma monotonia acabrunhadora, com a variante única da cor: um oceano imóvel sem vagas e sem praias. Tem a forma centrífuga do deserto: repelem; desunem; dispersam. Não se podem ligar à humanidade pelo vínculo nupcial do sulco dos arados. São um isolador étnico como as cordilheiras e o mar, ou as estepes da Mongólia, varejadas em corridas doidas, pelas catervas turbulentas dos tártaros errabundos.

“Aos sertões do Norte, porém, que à primeira vista se lhes equiparam, falta um lugar no quadro do pensador germânico. Ao atravessá-los no estio, crê-se que entram de molde, naquela primeira subdivisão; ao atravessá-los no inverno, acredita-se que são parte essencial da segunda. Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes.

“Na plenitude das secas são positivamente o deserto. Mas, quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos êxodos, o homem luta como as árvores armazenando nos dias de abundância e, neste combate feroz, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o abandona de todo. Ampara-o muito além das horas de desesperança, que acompanham o esgotamento das últimas cimas.

“Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios, insulam-se os cômoros escalvados, repentinamente verdejantes. A vegetação recama de flores, cobrindo-os, os grotões escancelados, e disfarça a dureza das barrancas, e arredonda em colinas os acervos

de blocos dijungidos – de sorte que as chapadas grandes, intermeadas de convas, se ligam em curvas mais suaves aos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se a secura anormal do espaço. Novos tons na paisagem: a transparência dos ares salienta as linhas mais ligeiras, em todas as variantes, da forma e da cor.

“Dilatam-se os horizontes. O firmamento, sem o azul carregado dos desertos, alteia-se, mais profundo, ante o expandir revivescente da terra.”

O homem colaborou para este resultado com os elementos meteorológicos e com outras causas naturais. Foi, segundo a expressão do autor, um notável agente geológico, encarregando-se do papel de infatigável criador de desertos. O fogo, que havia sido um instrumento essencial da agricultura primitiva dos indígenas, por meio do qual transformavam vastas zonas de florestas em tristes charnecas, cobertas de uma vegetação diferente e mirrada, foi empregado com tal descaso pelos colonizadores portugueses, tanto quanto por aqueles que não queriam senão campos para seus rebanhos, quanto por aqueles que, à busca de escravos e de metais preciosos, empenhavam-se em ter os horizontes livres, e detestavam os cerrados de árvores onde as surpresas eram fáceis.

Porque, é preciso dizê-lo com franqueza, e devo repeti-lo, acima de toda a razão da expansão brasileira, figura, menos confessável e menos honrosa, a da caça aos indígenas. Foi esta perseguição desenfreada e impiedosa que pôs em contato hostil, desde a primeira metade do século xvii, antes mesmo que a união se rompesse, as duas nacionalidades peninsulares na região banhada pelos grandes rios Paraná e Paraguai, onde os jesuítas espanhóis haviam fundado florescentes e felizes missões, e onde a Espanha contava já duas cidades nascentes: – a cidade real de Guaíra, embocadura do Pequiri, e Vila Rica, no Ivaí. A destruição dos estabelecimentos da catequese e a tomada dos estabelecimentos civis eram atos de guerra e de vandalismo, praticados em plena paz e mesmo sob o regime da fusão política, pelos ousados paulistas, mas tolerados pelas autoridades coloniais. Indiquei-vos que eles tiveram como resultado a anexação da admirável região, que teve seus mártires antes mesmo de ter seus colonos, e de onde os aventureiros brasileiros levaram facilmente até o Uruguai suas incursões, constantemente transformadas em conquistas. O Brasil, como qualquer outra nação progressiva, formou-se dessas conquistas.

VI

Na Bahia como em Minas Gerais, as duas capitânicas, de que nos ocupamos especialmente noutra dia, a população escrava chegou a exceder a população livre, mas a vida era ali demasiado alegre e aqui demasiado vigiada, de modo que essa circunstância não podia inspirar receios muito sérios. Entretanto o primeiro quilombo (ou ajuntamento de negros fugidos) de que fazem menção nossas crônicas se verificou na Bahia, e data de 1575. Mas o mais importante e mais conhecido, que viveu na história e subsiste na lenda, é o de Palmares, em Alagoas, destruído em 1699. Seu crescimento e sua organização obedeceram às leis naturais das sociedades humanas. Aos primeiros fugitivos outros se reuniram na espessura das florestas virgens. Famílias se esboçaram. As choupanas de taipa e teto de palhas se agruparam. Uma paliçada e bastiões de taipa os cercavam como na África, de onde vinham os negros. Roçados de mandioca e plantações de legumes eram cultivados fora do recinto. Relações e transações se estabeleceram com os escravos das propriedades menos distanciadas. Uma cidade e uma sociedade se tinham fundado, cuja vizinhança inquietava os proprietários rurais, tanto por causa das depredações a que estavam expostas as culturas, quanto por motivo do mau exemplo e da tentação que o quilombo representava para seus escravos.

Uma espécie de polícia rural, composta de negros crioulos, ou de mulatos livres, estava encarregada por esses proprietários de percorrer os distritos meio selvagens, onde de ordinário se erguiam os quilombos, e de recolher os escravos fugitivos. A essa espécie de policiais se dava a designação de capitães-de-campo, e a instituição subsistiu, no que concerne sua última tarefa, até a abolição da escravatura. O ofício exigia audácia e uma grande resistência física. E, armada até os dentes, essa gente se fazia ainda acompanhar de galgos corredores que a humanidade de nossos costumes fez com o correr dos tempos desaparecer.

Deixo à vossa imaginação o cuidado de evocar os pungentes episódios dessa caçada ao homem, os tratamentos bárbaros a que estavam sujeitos os capturados, pelos seus perseguidores, e as represálias que, ocasionalmente, estavam reservadas a esses últimos. Abusos, como era natural, se originaram desse estado de coisas. Havia capitães-de-campo que raptavam pessoalmente escravos, para, em seguida, reconduzi-los como fugitivos e

receberem a recompensa, e outros que abrigavam fugitivos, durante meses, tiravam proveito do trabalho deles antes de entregá-los aos senhores. Mas, afinal de contas, a instituição teve, no seu horrível funcionamento, a vantagem de impedir que o Brasil se enchesse de refúgios de negros fugidos, que teriam tornado a vida do país impossível pela falta de segurança.

Pode-se aliás julgar das proporções que esses quilombos eram suscetíveis de adquirir, por aquele que um alemão não hesita em qualificar de *Negerstaat* (Estado Negro), e que assim se manteve durante mais de meio século. Palmares nasceu das condições de profunda desordem sobrevindas à Capitania de Pernambuco pela invasão holandesa. Admite-se mesmo, como possível, que seu ponto de partida tenha sido, não o ajuntamento de negros fugidos reunidos de propósito firmado, mas um carregamento de negros da África, desembarcados na costa por um corsário holandês, que, tendo-se apoderado do navio negreiro português, não teria disposto do tempo necessário para ir vender a presa viva, por haver sido premido a empregar na guerra o navio capturado.

Em todo caso, antigos escravos das numerosas plantações devastadas e abandonadas durante a invasão – escravos que não se tinham alistado no partido holandês ou português – juntaram-se a este primeiro núcleo, que gerou outros quilombos. Em breve numerosos pequenos quilombos cercavam o grande e cobriam o território atual de Alagoas, e todos reconheciam a autoridade do mais antigo. Foi então que sobreveio este esboço de organização social, que não torna exagerada a expressão, a que me referi, de Estado Negro.

Esta organização se baseava, como qualquer outra, em seu começo, sobre o homicídio e a pilhagem. As plantações isoladas eram atacadas e incendiadas, as riquezas, os rebanhos e os escravos conduzidos para o quilombo, os brancos massacrados, suas mulheres e filhos distribuídos, como a melhor presa, aos guerreiros. A situação tomou um caráter tão lamentável, que Maurício de Nassau, após a trégua, quis investir contra aquilo por meio de uma expedição, cujos resultados, entretanto, certamente incompletos, se viram comprometidos pela campanha libertadora que permitiu ao Quilombo de Palmares reconstituir-se mais forte que nunca, a ponto de poder desafiar as forças militares da Capitania de Pernambuco.

Nestas condições não restava aos plantadores, para se garantirem um pouco contra o perigo, senão entrar em relações com os negros, obter, por intermédio de seus próprios escravos, o resgate de suas mulheres e de seus filhos, pagar contribuições aos depredadores e estabelecer com eles relações de comércio, trocando os produtos de suas culturas por armas e munições. O Estado Negro seguia portanto a marcha de evolução natural em outros casos.

Pelo que é de sua organização interna, teve um chefe vitalício, o Zumbi, ao qual todos deviam obedecer cegamente. Com efeito, a paz dos diferentes quilombos, administrados, cada qual, por um chefe que acumulava as funções de magistrado, não foi nunca perturbada por nenhuma conspiração nem por nenhum levante. As leis eram transmitidas verbalmente, a religião se compunha de uma mistura de símbolos católicos e de feitiço africano, a escravatura existia como na África, pelos próprios irmãos de raça feitos prisioneiros nos combates, e os cidadãos dos quilombos não eram senão os que a eles se aliavam voluntariamente.

A população inteira de Palmares elevou-se, segundo o cálculo português, a 20.000 almas, e metade dela se compunha de homens armados. A resistência que ofereceram foi heróica, por ocasião do último ataque contra a capital fortificada, constituída de pequenos grupos de habitações à sombra de grandes palmeiras, no meio das quais corria, vindos das montanhas, riachos que iam desaguar num lago central muito piscoso.

Não foi senão no fim do século xvii que um governador-geral de Pernambuco deu provas de bastante iniciativa para mandar cercar o temível quilombo, de que bastava o nome para fazer recuar os mais audaciosos. Caetano de Melo e Castro – é o nome do valente administrador – reclamou o auxílio do governo da Capitania da Bahia, que lhe enviou um destacamento de mil paulistas e índios, comandados por Domingos Jorge. Tendo avançado por terra e se lançado sós contra o posto, os comandados de Domingos Jorge foram forçados a bater em retirada, até o momento em que se puderam unir às tropas regulares e ter o efetivo elevado ao total de seis mil homens. Seguiu-se então um verdadeiro cerco, intermediado de assaltos contra as três portas da cidade negra, de que as munições e provisões por fim se esgotaram. Uma vez forçadas as portas, os assaltantes penetraram no recinto, semeando ali a morte e a desolação, enquanto Zumbi,

acompanhado de seus principais guerreiros, precipitava-se num abismo, preferindo o suicídio à escravidão a que foi reduzido o grosso da população do quilombo, repartido entre os vencedores, ao mesmo tempo que a capital era arrasada. Não havia na realidade lugar para este estado africano em meio de uma série de colônias européias que não pensariam em breve senão na emancipação.

O espírito de autonomia que devia surgir no Brasil no fim do século XVIII – surgir não é bem a palavra, desde que se havia revelado antes, mas que devia então organizar-se e passar ao estado de aspiração latente – seria a reação natural contra a onipotência do Estado, que, em Portugal, ninguém encarnou melhor que o marquês de Pombal. Seu despotismo ali não teve limites. E como poderia tê-los conhecido além-mar numa colônia em que se permitia, embora livre curso às atividades locais, mas que a metrópole houvera talhado à sua própria imagem? Toda resistência devia ser, aqui e ali, inútil contra a firme resolução, apoiada na força, de levar as coisas pela violência, até os limites extremos ditados pela razão.

A disciplina portuguesa havia vencido no Brasil a anarquia social, a qual houvera germinado duas circunstâncias propriamente da primeira colonização européia e sobretudo das condições de povoamento, o qual, antes de se definir na fusão das raças dos três continentes diferentes, houvera representado o conflito de duas de entre elas. Ora, a sociologia adianta, e a história prova, que o contato de raças, de que cada qual possui um grau de civilização diferente das outras, não é propício, pelo menos ao seu progresso moral correlativo. Quando a razão disso não fosse senão a das relações de opressão suavizada pela sensualidade e de servidão retificada pela revolta, o efeito pareceria deplorável.

A sociedade de Minas Gerais, no século XVIII, parece-nos, menos que outra qualquer de ultramar, estar fora dessa situação e disposta de boa vontade a melhorar.

As minas exigiam, mais ainda que os campos, o trabalho dos escravos, e a febre do ouro não poderia sugerir senão alucinações de riqueza ou pesadelos de crimes. Para que se ouvissem no mesmo lugar, partidas do meio do elemento civil e não mais religioso, que se aspirava a dirigir palavras de justiça prática para com o negro e de simpatia sincera para com o índio, foi preciso esperar, na Constituinte de 1823, pela voz complacente e

refletida de José Bonifácio, cuja educação científica se houvera completado nos países mais adiantados da Europa, desde a França até a Suécia, e cujo senso político não era fruto do entusiasmo da juventude, mas da experiência da idade madura.

Os projetos legislativos de José Bonifácio sobre a civilização dos índios, sobre a abolição do tráfico de negros e sobre a emancipação dos escravos constituem a maior honra de seu espírito humanitário e da assembleia que os escutou. Seu senso político era entretanto bastante esclarecido, e fê-lo perceber as dificuldades a vencer. – “As dificuldades se amontoam por nossa culpa, – dizia ele a propósito dos índios. – São os receios contínuos radicados que lhes foram inspirados pelas antigas servidões, o desprezo de que demos geralmente provas a seu respeito, o roubo tolerado de suas melhores terras, as tarefas a que os sujeitamos, enquanto lhes pagávamos salários ínfimos, ou mesmo lhes recusávamos pagar qualquer espécie de salário, nutrindo-os mal, enganando-os em contratos de compra e venda, arrebatando-os durante anos às suas famílias e aos seus campos de cultura, em benefício dos trabalhos do Estado e de particulares, enfim, imprimindo-lhes todos os vícios e contagiando-os de todas as doenças, sem dotá-los de nossas virtudes e de nossos talentos.”

Em relação aos negros, os acentos daquele que seria em breve o “Patriarca da Independência” não eram menos convencidos e generosos: “Por que – interrogava ele – só os brasileiros continuarão a ser surdos aos apelos da razão e da religião cristã? Direi mais: da honra e da dignidade nacional? Porque somos a única nação de sangue europeu que ainda trafica abertamente e publicamente com escravos africanos. Sou cristão e filantropo, e Deus me inspira a fim de que levante minha voz em favor da justiça e de uma sã política. Não temais, legisladores, absolutamente, os protestos do interesse sórdido... Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, é que achava nisto sua conveniência própria, queria que fôssemos um povo misturado e heterogêneo, sem racionalidade e sem fraternidade, a fim de melhor nos manter com escravos. Mas graças aos Céus e à nossa situação geográfica, tornamo-nos um povo livre e independente.”

Este brado da altivez do patriotismo não podia elevar-se senão porque a formação de nossa nacionalidade o havia tornado possível e legal. A liberdade entretanto nunca concebeu e produziu sem sofrimento. Ainda

é preciso notar que liberdade civil – a qual tinha sido em teoria definitivamente conferida aos indígenas sob o Ministério do marquês de Pombal, ao mesmo tempo que eram expulsos os jesuítas, para ficar bem provado que eram eles que os retinham em servidão – liberdade civil, repito, não quer dizer liberdade política. A liberdade civil decorre antes da liberdade política, se não a precede. Foi esta, a liberdade política, que constituiu o ideal imediato, senão o único, dos conspiradores, que, no fundo da pitoresca Vila Rica de Minas, de ruas estreitas e escarpadas como as de um lugarejo árabe, com uma praça de edifícios sombrios, esforçando-se por parecer pomposos, e tendo por horizonte, nas alturas da cercania, igrejinhas brancas sem gosto nem estilo, sonharam fundar a República.

Não é fora de propósito pensar que a seiva das velhas tradições portuguesas de liberdade se tinham num certo sentido rejuvenescido no meio virgem da colônia, e que a independência da vida aventureira concorrendo para isso poderosamente, as ditas tradições se tivessem posto a reflorir. É assim curioso verificar que no Maranhão, em 1684, por ocasião do levante que Beckman pagou com a vida na forca, e com que o governo se assombrou muito particularmente, temendo que os revoltados estendessem as mãos aos franceses de Caiena – o que teria talvez transformado em realidade a tentativa de La Ravardière – o Poder Executivo foi confiado a três nobres, auxiliados de dois procuradores do povo, que não eram senão os tribunos, à maneira da antiga Roma. O juiz do povo, magistrado popular, como o nome indica, que, nos momentos críticos, tomava a si os interesses dos mandatários, e gozava do prestígio proporcionado ao seu papel – era um personagem de tal modo habitual à frente dos movimentos subversivos, que o cargo foi abolido em 1712, no momento em que o despotismo real era mais acentuado, por se considerar que um tal juiz embaraçava a ação do governo e favorecia as paixões da população.

A conspiração de Vila Rica teve lugar no mesmo ano em que na França a Bastilha era assaltada e tomada pela multidão em fúria, que, antes de atacar os representantes da instituição monárquica, no trono, atirava-se aos piores símbolos da realeza absoluta. Este acontecimento marca o triunfo da liberdade política, o grande princípio de onde partiu o livre desenvolvimento mental do século da *Enciclopédia* que ganhou o mundo, pois é sabido que as idéias iludem mais facilmente as proibições oficiais

que as mercadorias. O contrabando delas teve êxito sempre. Perseguidas, escapam às perseguições e acabam por se infiltrar por toda a parte. No Brasil, elas também chegaram e a melhor prova da influência que lhes cabe sobre o movimento abortado de 1789 é que este foi sobretudo uma conspiração de homens de letras, isto é, de pessoas para quem se tornaram familiares as expressões de racionalismo, de contrato social e de felicidade do gênero humano, isto é, as máximas de liberdade de crítica, de liberdade de reunião e de liberdade de pensamento, de liberdade, pois, sob o aspecto de inteligência, de afeição e de vontade. A economia tinha, para esse efeito, substituído a teologia pelo exame das energias e impulsos do espírito humano. Ao estudo das manifestações de Deus, preferiram-se os dos recursos das sociedades, cuja má organização teria falseado a bondade natural do homem.

Nunca teorias tão atraentes haviam ressoado aos ouvidos dos que sonhavam com o progresso da espécie humana, e para quem o futuro parecia ter reservado, não mais vagas esperanças, mas soberbas realidades. Os filósofos franceses do século XVIII imaginavam muito a América como uma terra admiravelmente dotada pela natureza, mas que gemia sob a opressão de ferozes metrópoles. Que ouvimos, por exemplo, na *Alzira* de Voltaire? Uma voz que clama:

Vês de tiranos tais a fúria insatisfeita:

Pensam que foi pra si que a América foi feita.

Esses versos, que um célebre jornal político da época da Independência, redigido pelos irmãos Andradas, e intitulado *O Tamoio*, do nome dos índios do Rio de Janeiro, havia de ter por epígrafe, já soavam entretanto falso na aurora da Revolução, pois a América já se achava em parte emancipada.

O exemplo da revolta das colônias inglesas, coroada de bom êxito, foi tão sugestivo – e o foi mesmo mais poderosamente, porque o concreto nesses casos tem primazia sobre o abstrato – quanto o efeito das obras de Rousseau e de Montesquieu, do *Contrato Social* e o *Espírito das Leis*, os evangelhos das democracias sul-americanas. Esta revolta havia sido o sinal dado para a marcha para frente, constituía o modelo a seguir, e a América Latina alcançou, como a inglesa, a vitória, inda que não tenha tido por si, como os Estados Unidos, o apoio material da França, mas, ao contrário,

contra si, a hostilidade impertinente da Santa Aliança. Veremos, todavia, que esta última observação se refere à América espanhola somente, graças às condições em que veio a fazer-se nossa independência.

Não há na história da conspiração de Minas Gerais um episódio interessante, e que dê a medida da influência exercida em nosso meio – o meio social onde as idéias de liberdade fermentavam – pela organização autônoma dos Estados Unidos. Um estudante brasileiro da Universidade de Montpellier, de nome Maia, ligado de alma e de corpo aos revolucionários, em embrião de acolá, procurou interessar no grande plano que eles ruminavam o ilustre democrata Thomas Jefferson e obter por seu intermédio o apoio da república recentemente nascida na América do Norte. Maia dirigiu, neste sentido, a carta que a correspondência de Jefferson, repetidamente editada nos Estados Unidos, reproduz na íntegra numa comunicação de Marselha, datada de 4 de maio de 1787 e enviada por ele ao Secretário de Estado John Jay.

Vou lê-la, não porque seja seu estilo impecável, nem a eloquência de seus acentos digna de um Mirabeau, mas porque em sua incorreção, quero dizer, no seu desajeitamento e na sua ênfase, aliás bem do século, contém anotações que traduzem bem o estado da alma da colônia, de seu elemento cultivado, pelo menos:

“Sou brasileiro, e vós sabeis que minha desgraçada pátria sofre uma terrível escravidão que se torna cada dia mais insuportável, desde a época de vossa gloriosa independência, pois que os bárbaros portugueses não poupam nada para nos fazer infelizes, com receio de que sigamos os vossos passos. E como sabemos que esses usurpadores, contra a lei da natureza e da humanidade, não pensam senão em nos abater, decidimo-nos a seguir o admirável exemplo que acabais de nos dar, e por consequência a quebrar nossas cadeias e fazer reviver nossa liberdade que está inteiramente morta e abatida pela força que é o único direito que têm os europeus sobre a América. Trata-se, porém, de ter uma potência que dê a mão aos brasileiros, na certeza de que a Espanha não deixará de juntar-se a Portugal, e, não obstante as vantagens de que dispomos para defendermo-nos, não poderemos fazê-lo, ou, pelo menos, não será prudente arriscarmo-nos, sem estarmos certos de vencer. Isto posto, Senhor, é vossa nação que consideramos mais própria para nos prestar socorro, não só por ter sido ela que

nos deu o exemplo, mas também porque a natureza nos fez habitantes do mesmo continente e por consequência, de alguma maneira, compatriotas. De nossa parte, estamos prontos a dar todo o dinheiro que for necessário, e a provar em todo tempo o nosso reconhecimento para com os nossos benfeitores [*sic*]. Senhor, eis aí, pouco mais ou menos, o resumo de minhas intenções, e foi para desobrigar-me desse encargo que vim à França, pois não poderia ir à América sem fazer nascer suspeitas da parte daqueles que disso soubessem. Cabe a vós agora julgar dessas minhas intenções, se são admissíveis, e caso quiserdes consultar a este respeito a vossa nação, estou em condições de vos dar todas as informações que achardes necessárias.

“Montpellier, 21 de novembro.”

O encontro solicitado por Maia teve lugar no anfiteatro romano em Nîmes, e a linguagem despretensiosa das cartas daquele que ocupava, então, o posto de ministro dos Estados Unidos em Paris, não pode nos dar senão uma idéia bem pálida da conversação. Precitaria todo o colorido da prosa magnífica de Chateaubriand, as tonalidades de *Atala* ou do *Itinerário*, para dar a impressão da conversa, que teve lugar numa tépida tarde de primavera da Provença, iluminada de luar e perfumada de rosmaninho, entre o ardente cidadão da Virgínia, obedecendo a uma serenidade voluntária, e o brasileiro ingênuo e cheio de ardor patriótico. Jefferson era certamente um idealista, mas seu idealismo religioso tinha por expressão a moral e por contrapeso o utilitarismo: não revelava, como o de Chateaubriand, a preocupação da beleza.

Maia confessou a Jefferson que a revolução era principalmente desejada pelos homens de letras, porém que a oposição seria mais ou menos nula, pois o grosso das tropas era composto de brasileiros, somente metade dos oficiais eram portugueses, bem poucos entre eles fortes em ciência militar, e quase todos bastante indiferentes à forma de governo. Disse que os nobres eram despídos de senso aristocrático, os padres não tinham autoridade sobre as classes populares, os escravos estavam dispostos a acompanhar seus senhores. O hábito de caçar parecia garantir que a gente do povo saberia servir-se das armas de fogo que possuía. O que faltava sobretudo era um chefe, alguém que se pusesse à frente do movimento, e para fazê-lo aparecer era necessário contar com o apoio de uma grande nação como os Estados Unidos, que pudesse fornecer armas aos revolucio-

nários, munições, soldados e comandantes, assim como as provisões que faltavam aos brasileiros: trigo e bacalhau, tudo pago a dinheiro, ou, mais precisamente, pago em ouro à vista, ouro que as minas bastavam para garantir. A resistência de Portugal não era de temer; aquele país, não possuía Marinha nem Exército dignos desses nomes, e o ódio que os brasileiros lhes votavam permitia esperar-se que estes fizessem prodígios.

A resposta de Jefferson faz honra à sua discrição diplomática. Tem a secura de um comunicado officioso. Vou traduzi-la textualmente de sua carta, com receio de tirar às suas palavras a forte dose de bom senso, ao mesmo tempo que sua correção de chancelaria:

“Tive cuidado de fazer-lhe bem compreender, durante todo o tempo da conversação, que eu não tinha nem instruções nem autoridade para tratar deste assunto com quem quer que fosse, e que eu não podia, portanto, senão dar-lhe parte de minhas idéias pessoais. Estas eram de que nossa situação não nos permitia tomar parte como nação em nenhuma guerra, e que nosso desejo mesmo era muito particularmente cultivar a amizade de Portugal, com o qual tínhamos um comércio próspero. Uma revolução vitoriosa no Brasil não poderia, entretanto, deixar de interessar-nos. Era bem possível que a perspectiva de lucros pudesse eventualmente atrair para o partido dos revolucionários numerosas pessoas, e que os motivos mais puros pudessem granjear a adesão de alguns de nossos oficiais, cujo corpo contava muitas unidades excelentes. Gozando da liberdade de deixar o país individualmente; sem o consentimento dos governos da Federação, nossos concidadãos, podiam, do mesmo modo, dirigir-se livremente para outro país.”

A conversação não podia terminar por outro resultado, entre dois interlocutores animados de espíritos tão dessemelhantes, e cada qual deles considerando o assunto de pontos de vista tão opostos. Ambos eram representantes das melhores classes de seu país: um da classe dos *gentlemen-farmers*, preparados pela independência da vida social inglesa e pela liberdade de sua existência política colonial no governo da Federação estabelecida entre as possessões; outro, um jovem estudioso, de família abastada, pois que podia vir para a Europa seguir um curso, preocupado com os projetos de libertação política que borbotavam em alguns espíritos longínquos, os quais, na capitania, votada ao culto do ouro, sofriam mais que

em nenhuma outra, nos seus atos e mesmo em seus pensamentos, do constrangimento e da desconfiança diária das autoridades propostas a exercer vigilância sobre suas pessoas.

Maia não estava, senão indiretamente, ligado aos conspiradores de Minas Gerais. Pelo resultado das declarações feitas no decorrer do processo, instaurado contra eles, Maia havia sido encarregado de entendimentos no estrangeiro, por negociantes do Rio de Janeiro, o que mostra que devastações a aspiração de liberdade houvera feito, e como o desejo de um levante era geral, principalmente depois do que sucedera nos Estados Unidos. Numa conferência sobre Tiradentes, o mártir da conspiração, ao elogio do qual o Sr. José Feliciano de Oliveira se dedicou com todo o fervor de sua alma de apóstolo e todo o rigor de sua educação filosófica, foi lembrado que aquele que se tornou no Brasil um herói legendário, chorara de entusiasmo, ao saber por um amigo, que regressava da Inglaterra, a história minuciosa da Revolução da América, e que desde então não cessava de rogar aos amigos lhe traduzissem as obras, escritas em língua inglesa, que tratavam de um assunto que tanto lhe apaixonava o patriotismo.

Isso nos indica bastante a influência exercida por semelhante acontecimento sobre as classes adiantadas das colônias da América ibérica. Não devemos esquecer que, no caso mencionado, se tratava do único homem talvez de vontade firme e de ação audaciosa de todo um grupo de ideólogos e de tímidos que, no momento do perigo, isto é, durante o processo – pois a própria revolução foi assaltada de todos os lados pela delação – perderam o sangue-frio e rivalizaram em pusilanimidade.

Um movimento de ideólogos! Eis o que foi bem a conspiração de 1789 no seu colorido mais democrático, se a comparamos com a sedição de Pernambuco em 1710, cujo caráter nacionalista era exclusivamente aristocrático. Esse desvio moral entre as duas tentativas revolucionárias é aliás visível nos seus protótipos. Bernardo Vieira de Melo, que acabou por tomar a direção do levante de Pernambuco, era um gentilhomem, quero dizer, um homem de família que fazia alarde de nobreza. Bernardo Vieira de Melo era autoritário e violento para com os seus e para com seus subordinados, como era de regra entre os capitães-mores, espécie de prefeitos ou bailios em que o povo personificava a espécie denominada tiranetes. Enfim, Vieira de Melo contava como serviços principais de guerra a parte que

tomara no ataque e destruição do Quilombo de Palmares. Tiradentes era um trabalhador que houvera, sem grande felicidade, vários ofícios, mesmo porque nutria projetos superiores à sua condição social, aos seus recursos e principalmente ao seu meio, que, por fim, se tornou oficial das milícias locais, mantendo, através dessas mudanças de existência uma reputação de honestidade e de lealdade.

Numa e noutra dessas tentativas de emancipação pode-se todavia verificar a ausência do elemento popular. Não havia de ser senão em 1817, em Pernambuco, que os mestiços, originados dos cruzamentos de três séculos, abandonariam a atitude tradicional de deferência para com a realeza longínqua, acreditando elevar-se pela fraseologia revolucionária à altura da mais complexa civilização, quando, na verdade, não faziam senão dar livre impulso aos pendores negativos de sua natureza selvagem. Em duas fortes páginas, que vos rogarei escutar, o Sr. João Ribeiro o mais filósofo de nossos historiadores, esboça em traços palpantes a psicologia dos povos latino-americanos na primeira fase contemporânea da Independência:

“Embalde adaptam as idéias da civilização a seu organismo; falta-lhes o sentimento de que aquelas idéias presupõem e as virtudes e qualidades morais que, ao contrário das teorias, só a educação secular da história consegue a custo verter no espírito humano. Pode-se dizer delas que são raças catequizadas mas não cristãs: o cristianismo vive nelas como num pouco d’água as gotas de vinho indispensáveis para colorir-lhe o aspecto ou alterar-lhe o aroma. Em geral, assimilam e preferem as teorias e os sistemas mais radicais, porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instinto fundamental que é, como o das crianças, puramente destrutivo. Sem o apoio moral dos costumes, as mutações de espírito são nelas rápidas e vertiginosas. Da religião passam à impiedade e ao ateísmo; do governo ao anarquismo, e pode dizer-se generalizando, na ordem amam a subversão. Aqueles que descendem diretamente da escravidão ou da floresta viva nada têm com o passado que a prole deles, não tendo nobreza, não estima. Nada aceitam da história, que naturalmente lhes é suspeita ou indiferente, e buscam remédio impossível nas utopias do futuro que a sua frágil moral não comporta; assim sorriem dos reis que a história consagrou

e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que eles próprios fabricam e se propõem inutilmente a venerar. Nem sabem governar nem ser governados; primeiramente porque confundem a autoridade com a força que para eles é o único símbolo dela; e depois confundem a obediência com o servilismo. Tão grande é a alegria no mandar como é ignominiosa a vergonha no obedecer. E como a obediência é para eles a escravidão, cada um e todos lutam por uma parcela do mundo como por um alimento essencial à vida; e por isso, pela força ou pela fraude, falsificam todos os atos e processos da vida pública, que conduzem ao poder. Contam assim os anos da existência pelas revoluções e pelas crises; desprezam o trabalho (que é sempre de tântalo, porque podem as crises e as revoluções dum golpe destruí-lo) pelos azares e empregos. O governo é, pois, para eles afinal de contas um órgão do comunismo e um agente da redistribuição da fortuna.

“O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e a imigração européia (ainda que errada, como no tempo de Nóbrega) que trabalha nos ofícios e arroteia os campos, inocula a vida e coordena essas desordens e, como dizia Tomé de Sousa, não cobra do Tesouro.

“Pelos formas políticas, puramente exteriores, como pelas modas de vestuário, não é possível classificar os povos. As idéias e as teorias espalham-se de povo a povo, e cada povo arroga-se o direito de utilizá-las, como pode.

“A independência republicana dos Estados Unidos fez pouco a pouco republicanas todas as nações da América; pouco a pouco o federalismo de que eles eram a expressão espontânea, tornou-se a teoria política de todas as novas repúblicas. Sem dúvida nenhuma, nessa imitação, os povos sem recurso para perscrutar os segredos obscuros da história, e mesmo não tendo história definida, foram levados pelo desejo de alcançar, através das fórmulas, a substância do bem-estar e da liberdade. É natural que nessas experiências tenham pago caro os seus equívocos ou os seus erros; e a dezena de nações que vivem ao longo da cordilheira atestam há quase um século os tormentos desse sacrifício ainda não terminado.

“Entretanto, esse resultado deve considerar-se inevitável; não era possível quebrar a lealdade ao rei, sem injuriar a realeza. A ausência de tradições na América suprime o obstáculo da inércia e favorece o progresso

e todas as idéias do futuro. Toda a América havia de ser republicana, e, embora com as incertezas e erros da inexperiência, era seu destino representar um grande passo no progresso das instituições políticas.

“Veremos que o Brasil escapou exatamente – graças à monarquia que personifica para ele a autoridade sem a tirania, a força sem a violência, a moralidade sem a hipocrisia e a liberdade sem a indisciplina – à crise prolongada que atravessaram os outros povos latino-americanos, dos quais alguns saíram há muito tempo, tomando em seguida um vôo maravilhoso para o progresso, mas que pesa ainda sobre outros, de uma maneira mais ou menos opressiva.”

É verdade que o Brasil, único em toda a América, teve a vantagem de ter uma Corte, mesmo durante o período colonial. Foi uma época na evolução política, com tudo o que a expressão pode significar de cultura e de requinte, que falta a qualquer outro país do continente, e que ele deve à sábia resolução do rei João VI, então príncipe regente de Portugal, de buscar um refúgio no Novo Mundo contra o abalo causado na Europa por Napoleão, e de lançar em pessoa as bases do Império, com o qual haviam antes sonhado, sob uma forma democrática, espíritos mais esclarecidos porém menos benignos que o seu. Este Império ele o fundou, com efeito, pela doçura e pela simpatia, antes que pela tradição da força, de sorte que seu filho não teve mais a fazer senão recolher dele a sucessão, quando souo a hora da separação que os conspiradores de Minas Gerais haviam acreditado mais iminente e tinham sonhado mais radical.

Libertas quae sera tamen – a Liberdade inda que tardia – tinha sido a divisa deles, mas a liberdade se fizera ainda esperar e não apareceu mesmo sob o aspecto cristalizado na imaginação daqueles poetas, que pagaram com a prisão, o exílio, a miséria e mesmo a morte – um deles matou-se na prisão – a quimera que haviam nutrido de independência.

Aqueles poetas – Cláudio Manuel da Costa, Gonzaga, Alvarenga Peixoto – são tidos entre os mais ilustres da língua portuguesa. A metrópole não podia orgulhar-se de possuir melhores na mesma época. A desgraça fê-los irmãos e agrupou-os indissolavelmente aos olhos da posteridade, e o grupo cresceu-se ainda de outros poetas, que não viviam em Minas e que não tomaram parte na conspiração. Inventou-se mesmo na nossa história literária a expressão Escola Mineira (contra a qual se in-

surgia num artigo recente da revista de nossa Academia de Letras o Sr. José Veríssimo) para designar a plêiade que, por falar propriamente, não fundou absolutamente escola e não se organizou em nenhuma Arcádia de ultramar. Se, não obstante sua característica individual muito distinta no ponto de vista literário, eles merecem ser classificados à parte, isolados do seus contemporâneos portugueses, é por motivo dos acentos mais sinceros que eles prestaram à expressão poética e por motivo da tendência que neles se esboça, em Gonzaga principalmente, de se aproximarem da natureza, fonte comum da inspiração que até então houvera sido bebida nas reminiscências clássicas.

Em Cláudio Manuel da Costa, que não é senão um neoclássico europeu versificando em Minas Gerais, a preocupação da forma correta tem primazia sobre qualquer outro cuidado, e pode-se dizer dele que foi um poeta parnasiano que se antecedeu no tempo. Mas em Alvarenga Peixoto há já a nota vaidosa da superioridade da colônia sobre a metrópole, que será o *leitmotiv* da independência, da mesma maneira que em Gonzaga, que é, ao contrário, toda suavidade, existe a nota elegíaca que o lirismo romântico fará jorrar da contemplação de nossa natureza, mais melancólica que risonha na sua grandeza.

Dos conspiradores de 1769 um único subiu ao cadafalso, e foi naturalmente a lembrança daquele que ficou viva, que se incrustou, por assim dizer, na alma da nacionalidade brasileira. Não era um intelectual, se bem que tivesse recebido certa instrução. Era antes um homem de ação, cuja última profissão, já vos disse, foi de alferes de milícia, das milícias então tradicionais, que tinham origem na obrigação estipulada pelo governo de Lisboa para os primeiros colonos, de possuir, cada qual, pelo menos uma arma, enquanto aos senhores de plantações incumbia o dever de montar um pequeno arsenal. Percorrendo constantemente as estradas à frente do seu destacamento, a fim de velar sobre o contrabando sempre ativo, o alferes a quem haviam dado a alcunha de Tiradentes, acompanhava às vezes até o Rio de Janeiro os comboios de barras de ouro, que dali deviam ser embarcadas para Portugal. E assim foi que lhe coube a tarefa de tentar pôr-se de concerto com os descontentes do litoral, cujas ligações todavia eram na época bem mais íntimas com a metrópole além dos mares que com as capitânicas do interior.

O caráter dos mineiros, inda que proverbialmente desconfiado – o que se explica bastante pela constituição muito especial de sua sociedade – não requeria nessa ocasião senão ser dotado de simpatia, mas os conspiradores não puderam obter um apoio do exterior, nem mesmo nacional, fora de seu círculo tão restrito para ajudá-los a romper os laços que uniam a colônia a Portugal. O exemplo não absolutamente perdido, inspirou outras atividades, à medida que a cultura se generalizava. Mas, se a união das aspirações não se houvesse realizado na monarquia, o acordo não se teria quase certamente jamais estabelecido entre os fragmentos do mosaico, que não eram ainda as partes componentes de um todo. Era talvez indispensável, para que a fusão pudesse tornar-se uma realidade, que entrasse sangue na amálgama, e nenhum sangue mais generoso teria podido ser espalhado senão aquele que foi derramado nela mais ideal e a mais ingenuamente urdida das conspirações, que acreditara triunfar mais pela convicção filosófica e pela persuasão dos direitos que pela violência.

É certo que a figura de Tiradentes tomou na força proporções verdadeiramente heróicas, que até ali haviam lutado no oficial loquaz, a quem o infortúnio fez crescer tanto, que ele não consentiu nunca – ele que pecava pelo excesso oposto – em fazer revelações ou denunciar os companheiros. Em meio da fraqueza de muitos e da covardia de alguns, foi ele o único verdadeiramente calmo e forte. Um belo sorriso, ao que parece, irradiou-lhe do semblante quando o mártir soube que unicamente para si a pena capital não havia sido comutada, que ele unicamente sofreria o suplício infamante, depois do qual sua cabeça e seus membros seriam expostos, aqui e ali, em espeluncas, em lugares afastados, um de outro, sua casa arrasada e o solo em redor esterilizado com sal. Era pois verdadeiramente nele – deve ter ele imaginado com orgulho – que se refugiara o espírito errante sempre indomável do tribuno do povo, Filipe dos Santos, que, no começo da história de Minas, por se haver mostrado demasiado altivo em face do poder, fora amarrado, por ordem de Açumar, à cauda de um cavalo fogaoso. E dessa maneira fora arrastado pelas ruas escarpadas de Ouro Preto, – nome que se ligou para sempre à lendária Vila Rica, que existe sempre, desdenhada e pobre, dominada pelos cimos graníticos do Itacolomi, como no tempo de seu esplendor, quando as carruagens e as cadeirinhas dificilmente circulavam pelas subidas e descidas estreitas, quando as barras de

ouro se amontoavam nas cavas da Casa da Moeda e quando o pó que delas restava era bastante para as negras se servirem a fim de darem à carapinha o mais louro fulvo do Ticiano.

Faltava, não obstante, em bastante grande proporção, a esta exibição de luxo a nota de distinção que cedo houvera caracterizado o fausto mais aristocrático de Pernambuco, que tornava tão vaidosos seus habitantes, a ponto de o autor dos *Diálogos das Grandezas* não hesitar em dizer que a gente da corte da Lisboa vinha aprender ali as boas maneiras, a polidez e os requintes da elegância. O desembaraço das maneiras e a liberalidade foram, é verdade, os traços daquela nobreza de província, da *gentry* do Norte do Brasil, traços que se mantiveram tanto quanto duraram as condições sociais que haviam gerado o relativo esplendor do meio, o qual houvera mesmo atraído, no século XVI, nobres aventureiros de nacionalidade outra além da portuguesa, e que Maurício de Nassau, por sua munificência, contribuiu para tornar ainda vinculado à profusão e ao luxo de bom quilate.

Fidalgotes pernambucanos, licenciados em direito, que voltavam de Coimbra onde haviam estudado, oficiais não comandantes colhidos entre a burguesia crioula, branca ou mestiça, estavam entretanto todos destinados a encontrar-se em torno de uma aspiração comum, inda que diferentemente localizada no começo, de uma pátria independente que a realza de João VI tornou possível e a monarquia imperial pôde unir.

VII

O ano de 1808 marca para o Novo Mundo uma época inteiramente inédita. A América já conhecia as revoluções. As treze colônias inglesas se haviam unido para se separarem da metrópole, e haviam organizado uma república federal independente. A revolução fermentava por toda a parte. Vimos já que não era estranha ao Brasil, e desde certo tempo se incubava nas possessões espanholas, sob o olhar benevolente da Inglaterra. Miranda, de Venezuela, havia atado relações com a Europa, e com o desígnio de levar a cabo seu sonho de emancipação. O que era uma novidade era a emigração de uma Corte europeia para ultramar, a transferência para além do Atlântico da sede de um dos impérios do Velho Mundo. Porque Portugal, não obstante as diminuições sofridas no Oriente, era ainda um império, dominando os arquipélagos da Madeira, dos Açores e

do Cabo Verde. Possuía ainda enormes territórios, mal explorados e mal conhecidos, na África, mas que deviam ligar, pelo interior do continente, a costa ocidental e a costa oriental, Angola e Moçambique, – plano que Cecil Rhodes se encarregou de fazer falhar mais tarde. Possuía ainda estabelecimentos nas Índias, na China e na Oceania. Enfim, possuía o Brasil, colossal e florescente, a grande jóia do escrínio.

O Brasil era um mosaico de províncias, cada qual tendo seu aspecto particular, mas ligadas pela identidade da raça, da língua e da religião, de maneira que o conjunto oferecia uma admirável harmonia. A autoridade real estendia-se sobre todo o imenso território, e ligava entre si suas várias divisões, subordinando-as na mesma direção. Das primitivas capitánias feudais nenhuma tinha excedido como tal à guerra holandesa, isto é, a primeira metade do século XVII. A maior parte tinha, afinal, falhado desde o começo. Outras tinham sido sufocadas pelas capitánias reais, fundadas entre as concessões. Algumas haviam, uma depois de outra, sido readquiridas ou resgatadas pela Coroa. Enfim certas delas tinham feito valer os direitos adquiridos por seus donatários, ou antes por seus descendentes, perante as cortes e tribunais, obtendo, por processos que não terminaram senão no século XVIII, grandes indenizações do tesouro público.

Foi afinal no Brasil que o rei D. João VI buscou refúgio e fundou seu governo – suas palavras foram, repetimo-las, ao desembarcar – que ali vinha fundar um império – quando Napoleão, desviando a atenção para a península ibérica, declarara decaída de sua realeza a Casa de Bragança. Enviava, ao mesmo tempo, para Lisboa, como procônsul, o general Junot, que ali havia estado, poucos anos antes, como embaixador – coisa de que deveis lembrar-vos, pois sua mulher, a duquesa de Abrantes, em suas *Memórias*, tão conhecidas, descreve de maneira muito espiritual, a missão diplomática num país submisso.

Colocando o oceano – e em que extensão – entre ele e o maior dos conquistadores, o soberano português procedeu de acordo, não somente com as regras mais elementares da prudência, desde o momento que lhe faltavam os meios de se opor à invasão, mas de conformidade também com os conselhos de uma política atilada, desde que escapou, único entre as cabeças Coroadas da Europa, ao tratamento humilhante que o imperador reservava habitualmente para as velhas dinastias, as monarquias de

direito divino. E além disso, manteve intacta a autonomia e a integridade de seus domínios, razão de ser de sua realeza. Não cessou de ser absolutamente um fator não desprezível nos negócios do continente que houvera abandonado, trocando-o por um cenário mais vasto, que, pela amplitude, realçava sua importância, e preparou, que digo? presidiu à evolução desse Brasil que ele elevou à posição de reino unido, e deixou quando o país estava em condições de se tornar um império independente.

Deixou-o aliás com profundo pesar, e não sem deixar pessoalmente ali profundas saudades, que subsistiram até hoje e lhe tornam o nome tão popular no Brasil, quanto é desprezado em Portugal, país que seus súditos europeus o acusam, sem razão, de haver covardemente abandonado ao seu triste destino. Não o abandonou de maneira nenhuma. O que simplesmente fez foi confiar a defesa à única nação que se achava à altura de se encarregar disso com eficácia, isto é, à Inglaterra. E apressou-se em instalar-se pessoalmente no lugar onde o governo britânico poderia procurar uma recompensa para o apoio conferido. Os resultados não foram de modo nenhum desilusários ou falazes: corresponderam às previsões do sábio rei.

Os soldados portugueses, aliados às tropas de lord Wellington, cobriram-se de glória no Buçaco e em outros lugares. Junot capitulou em Cintra. Soul foi rechaçado do Porto. Massena teve de fazer alto em face das linhas estratégicas de Torres-Vedras. E Portugal escapou ao perigo de se tornar um apanágio a mais dos napoleônidas. Antes de empalidecer no céu da Espanha, a estrela do moderno César se vira cercada no firmamento português de uma bruma de mau augúrio. A Coroa de Afonso Henriques foi uma das raras com que Napoleão não pôde cingir a fronte de protetor da Europa, uma vez haver delas desapossado os legítimos detentores. Se ele tivesse conseguido aprisionar D. João VI, como houvera encerrado Fernando VII em Valençay, a resistência patriótica contra o estrangeiro teria sofrido. Não se trataria mais de um trono cujo ocupante não havia feito senão afastar-se da Europa, por motivo de força maior, sem cessar de governar de longe, não saindo inteiramente das fronteiras, e ficando acolá a espreitar a ocasião de voltar a ocupar seu lugar tradicional, após ter passado a tempestade, que afinal havia arrastado os mesmos que haviam querido apoderar-se de sua coroa. Tratar-se-ia então de um trono vago e acessível a

toda cobiça. Não foi outro o pretexto que justificou o levante e a separação da América espanhola, quando recusou obediência a José Bonaparte.

Pelo que diz respeito ao Brasil, a diligência foi providencial – perdoai-me o termo, que cheira a Bossuet, mas que não emprego senão no sentido figurado ou metafórico. A estada do rei no Rio de Janeiro teve como resultado os atributos da soberania serem confiados a uma possessão que não podia naquele momento jactar-se de outro prestígio além do ouro de outrora, e adaptar-se aos destinos que lhe prometiam suas proporções, suas capacidades de opulência e as ambiciosas esperanças de muitos de seus filhos.

Considerada sob esse duplo aspecto, a suposta fuga de D. João VI nos surge então com feições mais dignas e apresenta um sentido inteiramente diferente da vulgaridade do temor, sentido que em nosso país a opinião pública, consciente em certos casos, instintiva na maior parte deles, não se demorou em ter percebido, a ponto de não hesitar nunca em fazer justiça ao monarca, que teve o mérito de ser denominado, na República, fundador da nacionalidade brasileira. Essa simpatia coletiva, impulsiva e sincera, não foi afinal senão o equivalente da simpatia individual, indubitável e calorosa, de que ele deu provas, em todas as oportunidades, pela sua pátria adotiva.

O encarregado de negócios da França, coronel Maler, emigrado de 1792, que se refugiara em Lisboa e que, na volta dos Bourbons, houvera acompanhado para o Brasil a embaixada do duque de Luxemburgo, tendo ficado no Rio na qualidade de cônsul-geral e de agente político, notava em sua correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, correspondência que tive nas mãos e julguei das mais interessantes, que os virulentos panfletos, publicados pela imprensa da capital brasileira, após a revolução portuguesa do 1820, que causou a partida do rei, poupava invariavelmente o monarca e não empregava a seu respeito senão expressões de amizade e de veneração. A crítica histórica não faz senão fortalecer hoje uma feliz intuição nacional, da mesma maneira que a crítica filológica enobrece as felizes locuções plebéias, conferindo-lhes franquias literárias. Como é que o bom senso ou, antes, o bom gosto da posteridade não haveria de descobrir, sob o exagero das caricaturas grotescas, que os publicistas interessados parciais têm esboçado, os traços verídicos de sagacidade e de bondade?

A memória de D. João VI não poderia aspirar a sentimento mais vibrante que essa simpatia, a que se une um pouco de compaixão. O entusiasmo estaria decerto deslocado. Não se pode evocar a figura de D. João VI, como a de Gustavo Adolfo, com a couraça afivelada ao tronco atlético, a espada nua e flamejante, cavalgando um corcel de narinas fumegantes, à frente das hordas protestantes, na mais devastadora das guerras religiosas. Não se pode também evocar sua figura, como a de Luís XVI, com a fronte cingida de uma auréola de sofrimento, expiando as fraquezas ou os erros com uma admirável resignação. D. João VI não foi um guerreiro, nem, felizmente para ele, um mártir. Contentou-se em ser, como acabo de dizê-lo, sagaz e bom em um grau elevado e na medida da natureza humana. Não nos diz o clássico latino que se encontram mais frequentemente deuses que homens?

Seria pena que as paixões sanguinárias tivessem escolhido como vítima alguém que era incapaz de estimulá-las em seu proveito e que queria de tal modo à vida, com todos os encantos que encerra, e de que ele sabia tirar o maior partido. Vemo-lo, com efeito, admirar de preferência a soberba paisagem que se percebe de sua Tebaida da ilha do Governador; gozar as pomposas óperas do compositor da corte, Marcos Portugal, aplaudido em toda a Itália sob o nome de Portugalo; ser sensível ao encanto penetrante da música do compositor brasileiro, o cura José Maurício, música que se diria escrita por Mozart; deleitar-se com os sermões enfáticos dos pregadores reais, São Carlos e Sampaio, enfim, saborear as suculentas criações das cozinhas do palácio. A melhor prova de que não era tolo, como os portugueses se aprezem em pintá-lo, é que seu epicurismo tinha tanto espiritualidade quanto materialidade, e que foi um diletante ao mesmo tempo que um gastrônomo.

Numerosas anedotas burlescas e mesmo brejeiras, muito raramente autênticas, correm mundo a respeito desse soberano, que nossos pais menoscabavam um pouco, por causa das histórias que tinham ouvido contar por nossos avós, mais sensíveis aos ridículos das aparências que ao valor dos resultados. Faltava-lhe realmente uma qualidade: a firmeza, e vós sabeis que a zombaria persegue facilmente aos fracos. Mas foi talvez essa fraqueza que mais contribuiu para torná-lo tão tolerante e tão clarividente: tolerante para manter o rigor da autoridade com o mínimo de violência, e

para aceitar de bom grado os pareceres antes de seguir o seu; clarividente para prever e para reparar a solução de todos os negócios do estado, desde a conservação do reino de Portugal, mediante sua retirada para o Brasil, até à separação brasileira associada ao regime monárquico e à sua própria linhagem, mediante sua retirada para Portugal.

D. João VI era o homem absolutamente necessário ao meio e ao momento histórico do Brasil, para levar a cabo a pesada tarefa de fazer dele uma nação. Euclides da Cunha compreendeu-o admiravelmente e exprimiu-o num estudo sintético intitulado: “Da Independência à República”:

“De fato, na situação em que nos achávamos, impropriávamos-nos, por igual ao império de um caráter forte e aos lances de um reformador de gênio. O primeiro seria novo estímulo às revoluções parciais, acarretando a desagregação inevitável; o último agitar-se-ia inútil como revolucionário incompreendido. Precisávamos de alguém capaz de nos ceder, transitoriamente, feito um minorativo às cisões emergentes, o anel de aliança, da tradição monárquica, mas que não a soubesse implantar; e não pudesse, por outro lado, impedir o advento das aspirações nacionais, embora estas houvessem de aparecer, paradoxalmente, no seio de uma ditadura desvigorada e frouxa.”

Seria uma palavra a vitória da mediocridade se os fatos não provassem ao historiador imparcial que a vontade desse fraco pesou definitivamente sobre todos os acontecimentos da época. Para isto não temos a fazer senão imaginar na continuidade da influência benéfica e esclarecida sobre os negócios públicos do Brasil de então, influência que foi igual, quer no tempo de ministros ativos e empreendedores na sua desordenada ilustração, como o conde de Linhares, quer no tempo de ministros tímidos e curtos de inteligência, no seu tradicionalismo jurídico, como Tomás Antônio Vilanova Portugal.

A emigração da corte, nas condições pelo menos em que se realizou, foi resolvida pelo rei, pois não se tinha a princípio pensado senão em enviar para além-mar o príncipe herdeiro, o que não teria afastado os males decorrentes da perda da Coroa.

Se as vicissitudes de sua diplomacia na Europa forçaram D. João VI a separar-se, bem a contragosto seu, em 1817, de sua conquista de Caiena, que considerava como a desforra tomada em 1809 contra a

ocupação francesa de Lisboa, e de que tinha conseguido, em 1815, no Congresso de Viena, adiar a restituição, ele levou por diante, pelo menos, com uma surpreendente tenacidade a anexação da província cisplatina, isto é, a extensão do Brasil meridional que ia até à fronteira natural de La Plata. A incorporação do território espanhol consumou-se através mil perplexidades, contrariedades e hostilidades, que serviram, durante anos, aos debates dos agentes políticos e militares mais cotados da Coroa, sem que as circunstâncias tenham chegado a levar o espírito real a renunciar ao desígnio premeditado. O plano teve, acima de tudo, o mérito de uma intuição genial – é ainda Euclides da Cunha quem o assinala – porque arrebatando Cisplatina à autoridade de Buenos Aires, o monarca desfechou um golpe fatal contra a aspiração da reconstituição do vice-reinado de La Plata, aspiração que havia sido formulada em 1811, “para se tornar o ideal supremo do patriotismo argentino.”

Nada escapou à meditação e à solicitude do bom rei: as reformas do ensino, entravadas pela incapacidade teológica e abafadas pela ênfase da retórica; o problema das comunicações terrestres e fluviais entre as províncias mal delimitadas do vasto território; uma distribuição melhor, ainda que não livre de abusos, da justiça e dos impostos; o desenvolvimento econômico do país aberto de uma vez, por seus decretos, ao comércio universal, à indústria nacional e à colonização estrangeira.

Se a irresponsabilidade tinha sido já alcançada pela função real, a direção exclusiva do Estado não lhe havia ainda sido subtraída, e o soberano não procurou nunca falsear a missão que exercia, segundo a mais justa compreensão do regime monárquico, de maneira mais paterna que autoritária. Não podemos ter a pretensão de descobrir em D. João VI um espírito em si mesmo inovador e revolucionário – o que teria estado em desacordo com tudo: o ambiente, sua posição, a tradição, seu temperamento. Mas devemos reconhecer que, isolado num trono, ninguém melhor aproveitou as lições de seu século. Pela perspicácia, pela equidade, pelo desapego, se não teórico, mas prático, das velhas fórmulas e dos ideais antiquados, pela adaptação precisa e sem esforço às novas tendências do pensamento e do governo, foi um verdadeiro discípulo dos enciclopedistas, dos economistas e dos moralistas precursores da Revolução Francesa.

Nascido para reinar como soberano absoluto, procurou nos últimos tempos mostrar-se um modelo de rei constitucional e, enquanto exerceu o poder sem partilhá-lo, foi um monarca que, primeiro, em Portugal repudiou a Inquisição, que não aplicou quase a pena de morte, que tolerou os cultos estranhos à Igreja Católica, que protegeu o estudo das ciências naturais, de preferência ao da metafísica e que, longe de demonstrar repugnância por eles, não fez senão encorajar os progressos materiais, por mais profundas que fossem as transformações trazidas à sociedade da colônia.

Não revelou também um menor talento para não fazer absolutamente demais, Hipólito da Costa, que nesse tempo redigia em Londres um célebre magazine político e literário, o *Correio Brasiliense*, onde denunciava os erros e misérias da administração portuguesa, escreveu um dia que ao compor seu primeiro Ministério no Rio de Janeiro, com os condes de Linhares, Aguiar e Anadia, o príncipe regente – a rainha Dona Maria vivia ainda, ou antes vegetava na sua loucura religiosa – houvera tido a má sorte de se munir de três relógios desconcertados: um que se adiantava extraordinariamente, outro que atrasava cada dia mais, e o terceiro que estava invariavelmente parado. A comparação não é senão justa, mas felizmente D. João VI poderia ser comparado a um relógio sem defeitos tão graves, por soar regularmente à hora certa, não se atrasar muito nunca. Conservou-se sempre a distância igual dos desregramentos reformadores e da obstinação ininteligente, fazendo ouvir no momento necessário o sinal preciso.

Esse dom de equilíbrio moral explica as contradições, de que não nos poderíamos assenhorear, não vendo delas senão as aparências. O período era, como sabeis, essencialmente de lutas. Os exércitos de Napoleão tinham posto fogo a toda Europa, e a guerra, insuflada pelo espírito liberal de combates, se havia propagado até o Novo Mundo. D. João VI era organicamente, essencialmente, o símbolo da tranquilidade, do pacifismo, diríamos hoje. Todavia viram-no mandar partir do Pará a expedição que conquistou a Guiana Francesa; dominar com prontidão e energia a revolução de 1817 de Pernambuco, que ali fundara uma república assaz bem organizada; mandar ocupar Montevidéu pelas tropas do Rio Grande e de São Paulo e, depois da paz européia, pelos veteranos das campanhas peninsulares, adestrados por Beresford, e de que o príncipe Maximiliano

de Wied-Neuwied, um combatente de Leipzig, gabava em 1816, no momento de sua partida para o Sul, o soberbo porte. Que rei apaixonado das glórias militares teria feito melhor?

Seríamos tentados de dizer, ouvindo o eco de um tal fragor guerreiro, em um tão curto período, que o Reino Unido de Portugal e do Brasil tinha à frente um soberano bem diferente daquele, cujo espírito não se deixava nunca melhor seduzir, senão pela idéia de prosseguir a expansão pacífica de seu povo. Tácito dizia de Augusto que ele havia pacificado tudo, mesmo a eloquência. Nosso rei teria sido capaz de fazer tanto, se dispusesse do gênio de Otávio e se, como esse último, tivesse antes do Império semeado o incêndio por todo o mundo romano para disputar seu domínio. Sem que tivesse entretanto o menor gênio, nem mesmo talento, nenhum governo deixou atrás de si um melhor testemunho de sua atividade, simultaneamente, de suas intenções, de seus esforços e de seus atos.

Notai somente como sua autoridade acabou por se afirmar na América, sem que nada lhe fizesse sombra. As potências européias se achavam demasiado afastadas e demasiado esgotadas, e não podiam pois pensar em intervir eficazmente. A desagregação dos vice-reinados espanhóis não serviam senão para dar relevo e apoio à coesão do império fundado pelo monarca português, e que sem eles se teria aniquilado – império cuja massa compacta projetava uma sombra imensa sobre as democracias, que, ao sul e ao oeste, faziam sua aprendizagem política a debaterem-se entre as convulsões dos partidos.

D. João VI teve, é verdade, alguns auxiliares preciosos. Palmela foi um diplomata de muito tato, habituado com os negócios; sabia ver, compreender e expor. No Congresso de Viena representou um papel importante. chegando a impor os interesses de seu país à consideração de homens de Estado, cujo triunfo adquirido com esforço, havia embriagado e de tal modo imbuído de autocracia, que confundiam a tutela dos povos pelos reis com a das pequenas potências pelas grandes. Palmela não foi aliás o único. Linhares foi também um ministro infatigável, inda que temerário nas suas reformas. E a inteligência do conde da Barca era tão progressiva quanto desatada, seu dom de administração tão sutil quanto seu gosto literário e artístico.

D. João VI tinha a rara qualidade de saber descobrir o mérito, e a qualidade, mais rara ainda, de não se mostrar ciumento disso. Obtinha completo êxito na escolha de seus colaboradores, e pouco lhe importava que as tendências desses fossem discordantes, desde que ele sabia fundi-las e disso tirar harmonia para sua administração. Os três auxiliares, por exemplo, que acabo de citar-vos e que foram os mais notáveis entre os ministros, tinham caracteres inteiramente diferentes.

O papel propriamente político de Palmela não começou senão pouco antes do regresso da corte para a Europa. Palmela tinha assistido em Lisboa à revolução de 1820, e foi para o Rio, para onde o chamavam as funções ministeriais, sobretudo para decidir o soberano a voltar e pôr-se à frente do movimento liberal, a fim de não vir a ser vítima do mesmo. Era pois um espírito inclinado ao regime constitucional, aliás um amigo pessoal de Benjamin Constant e um dos familiares de Coppet. Pretendem mesmo – e cartas conservadas nos arquivos da família Palmela parecem prová-lo – que ele tinha servido de modelo para o Osvaldo de *Corina*. Seduzindo pelas graças de sua pessoa, perfeito grande senhor, tendo vivido no estrangeiro desde a mais tenra idade, educado nos últimos salões do século XVIII, grande apreciador da boa sociedade, ligado à melhor gente de todas as capitais da Europa, Palmela era uma natureza cosmopolita, que devia agradar ao amo pela circunspecção e habilidade, qualidades de que o Rei tirou todo o partido possível, não somente para impedir no Congresso de Viena que o tráfico negro ali fosse discutido, como também para que a Guiana ali fosse entregue ao Brasil, sem compensação, e que Montevidéu fosse adjudicado à Espanha, como em seguida, em Londres e em Paris, durante as negociações nas quais a corte do Rio de Janeiro se viu exposta a defender esta última conquista.

Muito diferente era Linhares, possuído da recordação de Pombal, espírito levado ao absolutismo e inteligência muito aberta aos progressos materiais, querendo todavia mudar tudo e tudo improvisar num abrir e fechar de olhos, sem levar em conta, na maioria dos casos, as circunstâncias, e às vezes sem abster-se de cometer absurdos. A rainha Carlota Joaquina – que tinha muito espírito e detestava Linhares, por ele criar embaraços ao seu projeto de fazer-se proclamar regente em Buenos Aires, em lugar de seu irmão Fernando VII, que Napoleão mantinha em cativo – tinha-o

alcunhado de “doutor *Redemoinho*.” De outras vezes ela chamava-o também “doutor *Embrulhada*”, e divertia-se sempre com os planos gigantescos do ministro, com sua atividade transbordante, seu contínuo vaivém, esforçado por dotar a monarquia portuguesa de um esplendor incomparável. O rei, por seu lado, moderava onde era necessário e tanto quanto era necessário o ardor administrativo do seu ministro, aplicando sempre o “talento de saber fazer” em maior favor da colônia que ambos sonhavam tornar rica e poderosa.

De sua estada nas embaixadas, onde começara como a maior parte dos gentis-homens de seu tempo, que se destinavam à vida pública, Linhares se recolhera à pátria desejoso de pôr em prática o que vira de bom, e seu talento que, na ocasião, tocava as raias do gênio, mas tinha também ingenuidades, diferia tanto do ceticismo de Palmela quanto da displicência do conde da Barca.

Este era um espírito igualmente inventivo, mas no íntimo um artista, colecionador de quadros e de estampas, bibliófilo, tradutor de Dryden e de Gray, a interessar-se pelas pesquisas e descobertas industriais. Com a experiência das legações, tendo mesmo estado preso em Paris, no tempo do Diretório, por haver querido subornar personagens íntegros tais quais Barras e Talleyrand, a fim de obter a ratificação de um tratado que não lhes convinha mais, o conde da Barca gozava da reputação de acariciar as idéias francesas, como se denominavam então as idéias de transformação política e social. Maler, com seus preconceitos de emigrado, tinha-lhe suspeita e denunciava a cada momento, a cada passo, na sua correspondência para Paris, o jacobinismo do estadista com quem D. João VI se sentia tão à vontade, que o conde da Barca morreu na posse de uma pasta ministerial. A elevação do Brasil à posição de reino precedeu-lhe de pouco tempo o falecimento, e a Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro deveu a fundação à sua inspiração pessoal de amador esclarecido, ouvido por um soberano amigo do progresso.

Nenhum desses homens, superiores pela vastidão dos conhecimentos, pela largueza de vistas e pela experiência do mundo, excedia todavia o rei no bom senso revelado no exame dos negócios públicos, na sabedoria posta em prática ao julgá-los e na habilidade demonstrada em resolvê-los.

Um dos traços a guardar do rei, e que significa muito, é a estima pelos estrangeiros, os quais, por seu lado e num grande número, o respeitaram e louvaram altamente. Educado no seio de uma corte desconfiada, onde imperava o nacionalismo mesquinho e beato, em oposição ao cosmopolitismo de idéias do marquês de Pombal, D. João VI repudiou espontaneamente os percalços de sua educação, e teimou em receber agradavelmente em Portugal observadores impertinentes como o riquíssimo Beckford, o autor de *Vathek*, ou embaixadores insolentes como o marechal Lannes, transformando-os em amigos simpáticos. Beckford fez mais tarde o elogio de seu hospedeiro, e Lannes mudou tanto de gênio, que, pelo que conta, o príncipe regente teria dito que não se teria embarcado para a América se o duque de Montebello, e não Junot, houvesse tido o comando da invasão.

Ter-se-ia embarcado, ainda assim, pois se tratava de um plano amadurecido. Quanto à sua maneira de proceder no Brasil, a este respeito, sabemos que entregou o país à curiosidade do resto do mundo. As mais proveitosas explorações datam dessa época, e todas as facilidades eram conferidas aos estudiosos que vinham da Europa, os quais – para não citar senão alguns – se chamavam: Spix, Martius, Auguste de Saint-Hilaire, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, de Freycinet. Outros estrangeiros foram convidados para o exercício e funções científicas, para dirigir empresas industriais, para cooperar nos cargos de responsabilidade, no desenvolvimento do país, que o soberano houvera reconhecido ser tão pobre de fontes de riquezas exploradas quanto opulento de recursos inexplorados.

Aclimação de plantas e de raças exóticas; utilização de minerais abundantes como o ferro; ensaios de novas culturas, como a do chá; abertura de novas vias de tráfico, num tal ponto que a notícia da tomada de Caiena foi transmitida para o Rio por via terrestre; tentativas de fixação do elemento nômade da população; proteção conferida aos transportes marítimos do comércio, estabelecendo a ligação direta do Brasil com os maiores centros europeus; encorajamento da riqueza pública pelo emprego múltiplo dos capitais privados, como no caso da fundação do Banco do Brasil; apelo às atividades européias para suprir o trabalho dos escravos, condenado, num futuro mais ou menos longo, pela filantropia e pela política; projeto de reunião das possessões portuguesas, esparsas, em um feixe de poderosos interesses mercantis – nada disso faltou à obra real para que

fosse grande e digna de admiração. Nenhum país do Novo Mundo pode lisonjear-se de um período semelhante ao dos treze anos de estada no Brasil do rei D. João VI. E não há nenhum exagero quando acolá se diz “que tudo que há de bom lhe é devido.”

Perdoar-me-eis a este respeito algumas minudências curiosas. As palmeiras, chamadas entre nós “reais”, que adornam a cidade como outras tantas colunas elegantes de capitéis murmurantes, provêm da haste vinda de Caiena e plantada pelo soberano pessoalmente no solo do Jardim Botânico, arranjado pelos seus cuidados. Os estudos patológicos e as descobertas profiláticas, que honram tanto a atividade de nossos homens de ciência atuais, têm origem nas escolas de medicina e cirurgia e no laboratório de química, criados pelo soberano. Os estudos de botânica, restringidos aos pomares e hortas existentes nos conventos e ocupando, contudo, a atenção de obreiros eminentes tais como Frei Conceição Veloso, o autor da *Flora Fluminensis*, passaram a ser sistematizados nos cursos então abertos. Os estudos antropológicos, mineralógicos e outros foram cultivados no Museu, instalado ao mesmo tempo, o qual ocupa hoje o palácio de São Cristóvão, dom de um rico negociante ao rei que ali vivia com os filhos, separado da esposa infiel e desleal, a qual habitava com as filhas no antigo palácio dos vice-reis. Enfim, o gosto artístico que – di-lo-ei, inda que isto pareça pretensão – nos distingue bem singularmente na América e nos torna mais sensíveis, que outros países novos, às sugestões do espírito, que se revelavam já na música, na pintura e na escultura do tempo colonial, recebeu o ensino e a incitação, que lhe faltavam, do grupo de artistas franceses, não dos menores, que fundou nossa Escola de Belas-Artes.

Esses artistas, dos quais alguns, suspeitos de bonapartismo, não se sentiam à vontade sob os Bourbons, eram dirigidos por Lebreton, secretário perpétuo da Academia de Belas-Artes de Paris. Chamavam-se eles Debret, pintor de história; os irmãos Taunay, um pintor de paisagem, outro escultor; Grandjean de Montigny, arquiteto; Pradier, gravador. A influência deles foi excelente para esbater a cor local, que começava a se tornar muito intensa, para regular as pompas de uma corte, que se havia adornado de novo, para amaneirar certas manifestações de uma vida social que procurava tornar o Rio de Janeiro digno da posição de capital da monarquia portuguesa, a que foi elevada aquela cidade de 1808 a 1821.

Na realidade, as cerimônias do culto, os divertimentos populares, as funções da Corte não faltavam absolutamente ali. Aclamações reais e casamentos principescos, funerais de cardeais e ruidosas folganças de negros, espetáculos de gala compostos de dramas patrióticos e de danças alegóricas, cavalcadas e touradas, festas de igreja, em que pregavam oradores de renome, recepções acadêmicas, procissões magníficas e revistas militares, desfiles de caridade e passeatas políticas – tudo isso se passava no cenário da cidade tão provincianamente calma até então e que tomava cada vez maiores proporções. Sua antiga extensão era aliás demasiado reduzida para o afluxo da nova população que via enxertar-se à antiga, e que podia ser classificada assim: nobres emigrados de Lisboa; embaixadores estrangeiros; damas, camaristas e até músicos da corte austríaca, que haviam acompanhado a arquiduquesa Leopoldina, ao tempo de seu casamento com o príncipe real D. Pedro; *monsignori* da roda do papa; refugiados políticos do rio da Prata, onde as dissensões sangrentas se sucediam; oficiais a meio-soldo de vosso grande exército em busca de outras batalhas; negociantes ingleses e americanos atraídos pelo aumento dos negócios; modistas e perfumistas franceses, fatores necessários das elegâncias; aventureiros em busca de simplórios; desertores de dez países e lobos de todos os mares; almocreves dos comboios únicos servindo o interior do país; contrabandistas de ouro e de diamantes; negreiros enriquecidos com o tráfico de escravos; escravos arrancados à África e colonos importados da China.

O porto do Rio de Janeiro tendo-se tornado franco aos navios de todas as nacionalidades, a cidade tomara em consequência um matiz de cosmopolitismo e tinha se tornado acessível às influências exteriores, sem que a autoridade real soçobrasse todavia nesta pitoresca desordem. Bonomia não excluía no soberano o sentimento de dignidade, na verdade uma concepção ciosa de sua posição. Sua generosa calma naufragaria quando a tempestade liberal se desencadeasse em Portugal. E a tormenta foi demasiado violenta para a fraqueza característica de seu temperamento poder opor-lhe uma resistência séria. Até o momento ele houvera sempre procedido à sua vontade, mesmo quando parecia obedecer às circunstâncias. Lorde Strangford, enviado britânico, decidiu-o a deixar Lisboa desde a aproximação dos regimentos franceses, porque D. João VI o houvera assim resolvido no seu íntimo, depois de madura reflexão. Mas o mesmo

diplomata não pôde convencê-lo em 1815, por ocasião da paz geral, da necessidade de regressar para os seus antigos estados, e teve de por isto abandonar o posto no Rio de Janeiro, vítima do desfavor do governo de que era representante.

Os favores excepcionais obtidos pela Inglaterra, tais como os estipulava o tratado de 1810, e que tornava ilusória a reciprocidade comercial invocada, não eram senão o resgate da garantia conferida pelo gabinete de Londres, durante a guerra, à soberania dos Braganças e à integridade do domínio colonial português. Representavam o preço de uma aliança com o mais forte nos dois hemisférios. Portugal pagava-o com o sangue derramado da Estremadura a Toulouse; o Brasil com as vantagens aduaneiras. O Reino Unido tornava-se por este preço desobrigado para com a Grã-Bretanha.

Pelo que diz respeito às demais potências, o rei, de seu retiro sul-americano, desafiava-as segundo sua maneira afável e aparentemente ingênua que não desprezava a ironia, e fazia pensar na astúcia camponesa. A expedição de Montevideú, por exemplo, realizou-se a despeito da oposição de toda a Santa Aliança, que havia, como muito bem lhe aprouvera, renovado, da maneira arbitrária que se sabe, a carta da Europa, mas tinha o mais escrupuloso cuidado de impedir qualquer alteração forçada na distribuição dos territórios coloniais. A legitimidade além-mar significava a imobilidade de geografia política; na Europa significava também o *status quo* ante, mas com alterações em favor dos vencedores. A distância, entretanto, emprestava às relações exteriores de Portugal o que não possuíam já desde muito tempo. Quero falar de autonomia. Desde que queiramos pôr de parte alguns desabrimientos de altivez, cometidos pelo marquês de Pombal.

A distância permitiu igualmente que se levassem a cabo feitos de guerra, que pareciam bem pouco brilhantes ao lado das grandes campanhas contemporâneas dos mesmos, cuja recordação viverá por muito tempo, cujo eco traiu o fragor, e que encheram de glória ofuscante os primeiros lustros do século que teve para embalá-lo os estribilhos das últimas canções da Revolução. Digamos todavia que a tomada de Caiena foi para o soberano declarado decaído uma satisfação de amor-próprio pouco comum. E não esqueçamos que a restituição da Guiana, após alguns anos de subter-

fúgios e adiamentos, conduziu o governo da Restauração a admitir uma vez mais o limite do Oiapoque, que a guerra de 1801 com a Espanha nos fizera perder. Seja dito de passagem que D. João VI se aproveitou da ocupação da colônia francesa para mandar transportar e introduzir no Brasil quantidades de árvores tropicais já aclimadas em La Gabrielle, o admirável estabelecimento de horticultura que os reis da França possuíam.

Quanto à anexação de Montevidéu, se não chegou a ficar definitiva e a completar da maneira mais feliz a expansão portuguesa e em seguida brasileira, constituiu, por antecipação, um obstáculo à política das nacionalidades, que D. João VI houvera previsto na América, antes de ela se tornar na Europa o eixo da política do século XIX.

Não fiz aqui senão considerar os resultados práticos desses dois empreendimentos militares, e abstenho-me de tratar da influência moral de ambos sobre uma nacionalidade em formação. As reflexões que eu poderia fazer se ofereceram ao vosso espírito muito naturalmente. Prefiro responder a uma pergunta que tendes o direito de me fazer, em seguida a essa verdadeira apologia de um rei que chegou a alcançar a popularidade, sem se haver tornado notável aos olhos do povo por nada de sedutor, que tinha mesmo contra si a desvantagem de possuir um físico vulgar e desgracioso, além do ridículo de ser um marido notoriamente enganado.

Se me perguntardes pois se o quadro que vos apresentei não tem absolutamente sombras, responder-vos-ei que não está isento, mas que não servem senão para realçar-lhe o atrativo. Aliás a essas sombras falta importância.

Um dos erros mais graves, imputados ao monarca, foi ter distribuído demasiadas graças, haver feito baixar o valor dos títulos de nobreza e das decorações, tal a liberalidade de que deu provas ao prodigalizá-las. É um crime imperdoável? Sua política esforçava por atrair a uns por esses favores, de que a Coroa dispunha, com o risco de fazer descontentes a outros – os ambiciosos decepcionados. Ele próprio seria o primeiro a pagar, a sofrer por isso.

É ainda verdade que os benefícios conferidos então à colônia foram às vezes um pouco gabados demais e, por isto, exagerados; a ciência do reclame não data de hoje. Acontecia, uma vez a idéia emitida, a gente ser levada a crer que a realização se seguiria imediatamente; e produziu-

se o caso de acontecimentos sem valor bastante passarem por admiráveis proezas de iniciativas e de trabalho. O pecado classificado entre os veniais está incluído entre os mais espalhados, e tende antes a ser confundido, a desaparecer no conjunto das virtudes.

Apesar disto, a corrupção do antigo regime não cessou de se exercer na nova capital, tanto talvez quanto na antiga; e nas capitâneas mais próximas ou afastadas, confiadas em boa parte a oficiais brutais e ávidos, os abusos não tinham interrupção sob o regime da autonomia brasileira. Mas, pelo menos, esses abusos começaram a ser declarados infames, e a corrupção veio a constituir um ponto de acusação contra o governo. Por isso a imprensa de oposição fez sua estréia em Londres, como já o mencionei, antes de vir terçar armas no Rio de Janeiro. E o rei não se achava a mil léguas de distância: achava-se ali, acessível aos súditos e pronto a corrigir as sem-razões que lhe chegavam ao conhecimento.

Em conclusão, e sem contestação possível, sua administração foi esclarecida e liberal. A doçura mitigava, exaltando-a, a majestade do poder, e o que emanava do trono era bem a afeição paternal, a que, no direito divino, devia caracterizar as relações entre o soberano e os súditos.

François Arago, que foi ao Brasil com a expedição científica do Sr. de Freycinet, expedição que se destinava a fazer a volta do mundo, conta no seu livro *Souvenirs d'un Aveugle (Recordações de um cego)* que D. João VI, tendo ouvido um dia, durante um dos seus passeios, os gemidos dolorosos de um escravo negro castigado de maneira bárbara, pelo amo, comprou o escravo e mandou pô-lo em liberdade. Ele próprio soube perdoar repetidas vezes: a traidores de sua roda que, de acordo com sua esposa, quiseram privá-lo da Coroa, declarando-o atacado de loucura como sua mãe; aos da primeira nobreza, que foram a Baiona mendigar junto a Napoleão o favor de um dos seus marechais, a fim de subir ao trono de Portugal; a outros, mesmo, como o marquês de Loulé, que tomaram armas contra a pátria e fizeram parte do exército de invasão.

Uma única vez, lembro-me, ele não perdoou absolutamente. Foi por ocasião da revolução de Pernambuco, quando, rei suposto apático, se multiplicou para encorajar a resistência ao contágio no resto do Brasil do espírito de rebelião, e que, soberano suposto indiferente à grandeza de sua posição, demonstrou na sua defesa uma energia e uma tenacidade, que ninguém

lhe suspeitava absolutamente, e de que, afinal, não deu nunca mais outra prova. Dando liberdade à justiça militar, que mandou para a forca os chefes do movimento e para o cárcere uma porção de aderentes, sem se importar com as figuras nobres e austeras que ela condenava entre muitos, o rei acreditava cumprir o dever de soberano. Havia transplantado à custa de grandes esforços – pois de ordinário clemente era um trabalhador encarniçado – havia favorecido o crescimento da árvore da monarquia, que deixou atrás de si bastante copada, para que a folhagem pudesse estender-se sobre as províncias tão disseminadas do país, oferecendo a todas o conforto benéfico de sua sombra.

E o país, que ele achara paralisado por uma legislação demasiadas vezes atrasada, entravado em sua livre evolução, que se tornara fatalista pela falta de horizonte e obscurecido por uma tragédia recente, ele deixou apetrechado dos principais instrumentos de progresso, aberto a todas as conquistas da inteligência, cheio de esperanças, já mescladas de alguns pesares, e dotado de um entusiasmo que as primeiras decepções tinham já começado a amadurecer.

Se jamais um monarca mereceu o ramo de cerejeira com frondescência eterna que, no nô japonês, o mensageiro celeste traz de parte da divindade para o rei sábio e justo, como emblema e recompensa de suas virtudes, foi sem dúvida D. João VI, esse rei. Não é dizer pouco afirmar que sua intervenção prática atingiu todas as categorias do espírito humano e todos os departamentos de atividade social. Que sua comemoração poderia ser celebrada, com a mesma justiça, numa escola, numa caserna, numa fábrica, numa granja, numa igreja ou mesmo num teatro, pois não devemos esquecer que D. João VI foi igualmente um apaixonado de música e um espectador ávido dos quadros vivos que vosso compatriota o pintor Debret montava no palco do teatro São João, dispondo, como apoteose final em torno do medalhão da efígie real e em combinações plásticas, sempre graciosas os mesmos elementos: – as quatro partes do mundo sujeitas ao velho Portugal, a fama, o eco, a epopéia e algumas outras alegorias.

VIII

A partida do rei e da corte portuguesa deixava o Brasil sob a regência com plenos poderes de um príncipe de vinte e três anos, impetuoso e generoso, como deveria sê-lo aliás durante toda sua curta existência

repentinamente ceifada, na idade de trinta e seis anos, não sem ter, na fraseologia política do tempo, em que as hipérboles gozavam um grande papel, dado a liberdade a dois mundos. Havia na realidade outorgado as franquias e garantias constitucionais a duas nações: o velho Portugal e o jovem Brasil, renunciando a dois tronos e, ao mesmo tempo, garantindo – tanto quanto se podia – a permanência de sua dinastia sobre um e outro. Em 1821, entretanto, não se tratava ainda disto. Tratava-se de fazer frente à tormenta, coisa de que o rei houvera sido incapaz.

De um lado viam-se os portugueses excitados pela revolução de 1820, que, começada no Porto, tinha tido eco em Lisboa e ali havia aclamado um regime democrático, pelo qual o personagem real se reduzia a um simples manequim de aparato, e a realidade do poder ficava atribuída a uma Câmara única fortemente parecida com uma Convenção. Os liberais portugueses, desmentindo sua simpática denominação, estavam sem exceção decididos a abafar as liberdades com que D. João VI tinha dotado o Brasil. Seu ideal a este respeito se resumia na recolonização, isto é, na volta pura e simples do Reino-Unido ao antigo estado de colônia.

Sabeis bem que o vocábulo democracia tem uma única etimologia, mas que pode variar infinitamente de sentido. A democracia portuguesa de então não brilhava pela tolerância nem pelo espírito de justiça. É afinal positivo que Portugal havia duramente sofrido no seu orgulho e mesmo nos seus interesses, pela ausência da Corte; que Lisboa não podia resignar-se à situação de uma capital decaída, privada do melhor de seu comércio transatlântico, profundamente atingida nos seus rendimentos e, por consequência, no seu luxo. Foi assim que ciúme para com o país de além-mar fez tanto, senão mais, pelo levante, quanto às fascinações das idéias novas.

Do outro lado viam-se brasileiros, dispondo de muito mais recursos materiais que seus irmãos da Europa que se iam tornar política e economicamente primos-pobres, muito satisfeitos com seus recentes privilégios e bem pouco inclinados a renunciar a eles. E os brasileiros tinham por si o número além do ardor, e também a razão, que não era para desprezar, enquanto os portugueses deviam apoiar-se exclusivamente em tropas de ocupação, suscetíveis de ser derrotadas, ou pelo menos capazes de uma bem compreensível tibieza.

A revolução de Pernambuco em 1817 havia já sido manifestação inequívoca do espírito nacionalista, votada ao insucesso, porque sua forma republicana tinha provocado contra si uma reação dos elementos conservadores em uma época em que eram ainda muito poderosos, mas de que uma nova explosão teria feito voar em estilhaços o poder caduco da metrópole. Essa revolução tinha afinal cavado um profundo fosso entre os dois campos. Os escarros com que a multidão portuguesa, que enchia as ruas, havia ultrajado os patriotas brasileiros em caminho para o suplício, opunham-se a qualquer reconciliação nas antigas bases.

O ano de 1821, no Brasil, pertence ainda politicamente aos portugueses. O Príncipe Regente parece estar inteiramente entre as mãos deles. Cortesão das idéias liberais, desde que elas surgiram naquele meio, aquele que devia ser o primeiro imperador constitucional do Brasil prodigalizou seus favores e seus juramentos de fidelidade à obra regeneradora das Cortes de Lisboa, esforçando-se todo por ganhar a estima do Brasil, graças a uma administração benevolente como a de seu pai e mais econômica que ela, pois vimos que os abusos e o desperdício não eram estranhos ao reinado do monarca, tão bonacheirão a este respeito. Os gastos de mesa de D. João VI elevaram-se, por si sós, em um mês, a 275.000 francos, e não havia, segundo o encarregado de negócios da França, mesa menos suntuosa e mais burguesa.

Apesar de tudo a incerteza reinava no Brasil, a animosidade não fazia senão crescer e se espalhar, deixando prever uma separação próxima, semelhante àquela que as colônias espanholas tratavam de obter à custa de lutas cruéis, a que nos subtraiu nosso destino mais feliz, preparando a solução monárquica do problema da independência.

D. Pedro tinha sido educado no Brasil, e apenas por isto – ainda que lhe tivessem faltado qualidades fascinantes – merecia a confiança dos brasileiros. Mas, de outro lado, nascera para ser soberano de Portugal e de seu império, e ele mesmo não o teria esquecido, se outros não lho tivessem lembrado a todo propósito. Suas qualidades e seus defeitos o predestinavam, aliás, a um papel importante. Não se parecia com seu pai, nem pela dissimulação nem pela prudência, e não parecia, sobretudo, ter de comum com ele senão a facilidade graças à qual, uma vez passado o mau momento, esquecia as decepções e os dissabores, indiferente ao fu-

turo e descuidado do presente. Era espontâneo, impulsivo, às vezes temerário, muitas vezes arrebatado e sempre ambicioso de glória. Inteligente, inda que pouco instruído, supria a reflexão por uma finura natural, que devia ainda à herança paterna, mas que não se exercia a custa da coragem, que herdara de sua mãe.

Com a bravura pessoal em grau bastante considerável, muita imaginação política, ao ponto de parecer um romântico, um mundo de ilusões, exatamente alguns grãos de astúcia, e pouco sentimentalismo, como era seu caso, D. Pedro realizava, não se podia duvidar, um tipo acabado de “herói libertador.” A época era fértil nisso, e o mérito principal do príncipe foi ter-se associado a um movimento destinado fatalmente ao bom êxito, de preferência a tentar inutilmente impedi-lo arruinando o próprio futuro. Os diplomatas estrangeiros, hostis por princípios conservadores – estava-se na época da reação, começada em 1814 – desconfiavam um pouco das surpresas que podia reservar-lhes o jovem herdeiro. “O príncipe”, escrevia a Metternich o barão de Sturmer, ministro da Áustria no Rio de Janeiro, “de quem examinei a correspondência em Viena – tem espírito e não é inteiramente despido de discernimento. É ativo e corajoso: tem firmeza de caráter e um grande desejo de acertar.”

Em resumo, devia constituir um agente de primeira ordem, entre as mãos de um dirigente capaz e de amadurecida experiência. Foi exatamente o que sucedeu quando o Príncipe Regente convidou para o ministério a José Bonifácio. Calar o nome de José Bonifácio, quando se trata da emancipação política do Brasil, seria o mesmo que falar da Reforma, sem fazer menção de Lutero, ou como evocar o Ressurgimento deixando Cavour na penumbra. A teoria dos homens providenciais pode ter sido suprida por uma doutrina mais de acordo com os princípios de uma sociologia, inspirada pela harmonia biológica, e sobretudo mais própria a satisfazer as justas reivindicações das multidões cansadas do anonimato. Os grandes homens sobreviverão, suceda o que suceder, na história e continuarão a surgir no mundo, senão como os fatores únicos de acontecimentos decisivos, pelo menos como os representantes supremos das aspirações coletivas, seja como for, como seres excepcionais.

Neste sentido, poder-se-á chamar sempre a José Bonifácio um grande homem, pois que se serviu de D. Pedro à maneira de instrumento precioso – um instrumento mágico, que devera ser dotado de consciência

e vibrar de personalidade – por meio do qual puderam realizar-se as aspirações políticas e pôde ser preservada a integridade territorial e moral de uma nação que ocupa um grande lugar na geografia e a que não se requer senão que lhe seja proporcionado um papel na História.

A política das Cortes facilitou singularmente a marcha dos acontecimentos no Brasil. Se esta Assembléia Constituinte, Legislativa e Soberana se tivesse mostrado capaz de prolongar a obra benéfica do rei, a união não se teria rompido talvez tão depressa. Mas as deliberações sucessivas, abolindo as escolas e os tribunais superiores, escravizando por todos os meios uma nação já politicamente emancipada, e impondo ao Príncipe Regente uma regra de conduta inteiramente oposta aos interesses dos súditos brasileiros, que ele fora chamado a governar, trouxeram gradualmente a separação prevista e colocaram D. Pedro entre os partidários mais entusiastas dessa separação. As Cortes no seu egoísmo cego esqueciam mesmo de fazer justiça aos esforços empregados pelo Príncipe Regente para remediar uma situação difícil, que se tornara, do ponto de vista financeiro, quase aflitiva, pela retirada dos capitais (que tivera por causa a partida do rei com a corte), os sobressaltos provocados no comércio pelas desordens políticas e pela desunião local, que privava o governo central da renda das províncias.

Esta desunião, as Cortes a haviam favorecido, ou, para melhor dizer, determinado, pondo-se em comunicação com cada província, isoladamente, representado por sua Junta Provisória, com o desígnio de restabelecer a primitiva organização feudal do Brasil, e introduzir a fraqueza num corpo que não valia senão pela harmonia de seu conjunto. Ao mesmo tempo os supostos liberais de Lisboa enviavam novos reforços para aumentar o poder da divisão portuguesa que estava encarregada de ditar ao governo, antes autônomo do Rio de Janeiro, a vontade das Cortes e seus próprios caprichos em meio de contínuos pronunciamentos, os quais semeavam o terror entre os cidadãos, tanto quanto agravavam a indisciplina no exército. Basta para mostrar a desordem do momento mencionar que o pronunciamento de 5 de junho de 1821 forçou o Regente a admitir junto a si um comitê militar destinado a regular os negócios da classe armada e um comitê civil de vigilância administrativa que assumiria perante as Cortes as responsabilidades constitucionais. O Príncipe Regente e seu Ministério ver-se-iam dessa maneira inteiramente anulados em proveito desse duplo comitê de salvação pública.

O maior serviço prestado por D. Pedro foi forçar a guarnição portuguesa da capital a depor as armas e a embarcar-se para o Velho Mundo, da mesma maneira que seu primeiro ato de sabedoria política, após haver abraçado a causa brasileira, fora declarar, alguns dias mais cedo que ficaria (o célebre Fico) em seu posto, quando as Cortes lhe haviam intimado a ordem de voltar ao aprisco, a fim de empreender uma viagem de estudos, de que tinha grande necessidade – garantiam em plena assembleia constituinte – sua falta de educação literária e, sobretudo, sua falta de educação política. Era indispensável à nova ordem de coisas que o príncipe herdeiro seguisse um curso teórico e prático de simplicidade democrática e de validade constitucional.

É nesse momento que entra em cena José Bonifácio de Andrada e Silva, portador da representação da Junta Provisória de São Paulo, pedindo ao Príncipe Regente ficar entre os brasileiros. Esse homem “impetuoso e ardente”, como o descreve o encarregado de negócios da França na sua correspondência diplomática, tinha a reputação de ser o contrário de um agitador e faccioso. Era um letrado, sobretudo um sábio, mineralogista de renome nos meios científicos da Europa. Tinha vivido muito tempo em Portugal, exercido funções públicas, professado na Universidade de Coimbra, e era membro da Academia das Ciências de Lisboa. Não era mesmo mais um rapaz, porque tinha na época cinquenta e oito anos, e sua saúde era tão delicada, que o coronel Maler, vosso agente político no Rio de Janeiro, manifestava sobretudo sua surpresa, numa mensagem de outubro de 1822, que José Bonifácio tivesse podido clamar durante dez meses, sem por isso se ter esgotado.

O novo ministro do Príncipe Regente era com efeito uma natureza apaixonada, e o encarregado de negócio da França, de quem não devemos esquecer o realismo intransigente, descrevia-o mesmo como uma cabeça vulcânica sob cabelos brancos, confundindo tudo em seus discursos e em seus atos de administração, ora divagando, ora se desnorteando, arrebatado pela impulsão do patriotismo exaltado e pelo ódio às Cortes. De seu patriotismo, que o levava a alistar-se no batalhão acadêmico, ao tempo das invasões francesas de Portugal, e que, em um momento dado, o arrancara para sempre às suas sílicas e aos seus calcários para lançá-lo no turbilhão da política mais militante, de seu patriotismo, digo, o coronel

Maler se fazia fiador. Achava-lhe opiniões sãs a esse respeito, e também um coração excelente, um desapego incomparável, e um “furioso horror” aos princípios antimonárquicos. Esse último ponto era de natureza a reconciliá-los: explica a curiosa combinação de traços, de que dá prova a mensagem francesa e que faz pensar numa medalha gravada, a qual representaria de um lado o perfil duro de um personagem de mento duro e voluntário, de nariz aquilino e dominador, e de outro lado o mesmo personagem de face, deixando ver uma frente larga e olhos de expressão cheia de bondade.

José Bonifácio era monarquista de alma – um momento ultraliberal, mais tarde, na velhice, volveu a ser conservador – e nele os sentimentos eram muito vivos. Não queria sobretudo ouvir falar de república, regime que, a seus olhos, nunca se apresentara senão sob a forma de uma demagogia que conduziria ao cesarismo. Nisso devia acompanhá-lo, consciente ou instintivo, o sentimento nacional na sua maioria. O barão de Mareschal, que como encarregado dos negócios da Áustria, sucedeu a Sturmer e que morou bastante tempo no Rio, escrevia ao príncipe de Metternich logo após a partida do rei:

“O que os brasileiros reclamam é a independência não absolutamente da família de Bragança, nem sob formas republicanas, mas de Portugal. E um bem de que a estada do rei no país, durante treze anos, fez que gozassem, e de que as leis e as promessas do soberano os garantiram para o futuro. Volver atrás daí é impossível.”

E o diplomata austríaco acrescentava, numa página que faz honra à clareza e à equidade de seu julgamento:

“Mas se, refletindo sobre os progressos da democracia em Portugal, sobre a falta absoluta de liberdade em que há de se achar o rei à sua chegada, o Príncipe considera que o que pode fazer de melhor é harmonizar este país e dar-lhe uma constituição, subtraindo-se, ao mesmo tempo, se for preciso, às ordens e disposições que não poderiam ser impostas ao rei senão pela força e cujos resultados seriam desastrosos, não faria senão o que uma política sábia e previdente lhe prescreveria de mais útil, tanto para a casa de Bragança como para o bem-estar real dos dois reinos.”

O Brasil não estava desprovido de representação e, por consequência, não se achava sem defesa nas Cortes de Lisboa, onde os deputa-

dos brasileiros haviam sido chamados a tomar assento e constituíam uma minoria. Mas o ambiente era abertamente hostil, para que eles próprios pudessem convencer os adversários de suas sem-razões. Não colheram como fruto de esforços senão dichotes e apupos. Tiveram que abandonar a partida, refugiando-se na Inglaterra ou regressando para o Brasil.

No Brasil a resistência começou a esboçar-se francamente quando, antes de sua entrada para o Ministério, José Bonifácio, que era a alma da Junta de São Paulo convidou a Junta de Minas a fazer causa comum com aquela, a fim de constituírem, as duas reunidas, um núcleo de oposição com apoio nas milícias regionais. O desarmamento que assinalei, da guarnição portuguesa do Rio de Janeiro, se fez desse modo, sob a pressão do elemento armado nacional, e o domínio português teve virtualmente fim, na capital do Brasil, da maneira mais razoável. Restava, entretanto, a resolver o problema mais difícil, a que não faltava complexidade. Era fazer o centro assimilar o espírito provinciano, francamente rejuvenescido, extinguir os mais ardentes de ocupação portuguesa, especialmente Bahia, Maranhão e Montevidéu, enfim, orientar de preferência para a solução monárquica o elemento nativista exaltado que, em Pernambuco principalmente, se guiava francamente pelos princípios republicanos.

Seguia-se um profundo desequilíbrio, que era a mais grave manifestação desse estado de transição política. A cristalização não se poderia realizar com perfeição, enquanto fosse contrariada por matérias estrangeiras. Pareceu a José Bonifácio, que era naturalista, fazendo aplicação ao mundo moral das regras elementares do mundo físico, que a primeira coisa a fazer era eliminar os corpos estranhos.

O ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro mencionava na sua correspondência, dirigida ao Departamento de Estado de Washington que o homem a quem o príncipe Regente havia feito apelo parecia-lhe um criador de projetos mais do que um executor, que lhe faltava talvez em maleabilidade de ação o que lhe sobrava em sagacidade de pensamento. José Bonifácio teve todavia bastante jeito para se aproveitar das circunstâncias favoráveis aos seus desígnios, e teve pleno êxito, da mesma maneira que teve tudo que era necessário de energia para lutar contra as circunstâncias contrárias. Soube mostrar, conforme o momento, tato e desassombro.

Afinal, o que era proibido ao ministro, o Príncipe, pelo prestígio da posição e pelo valor da tradição que personificava, podia permitir-se tentado, e D. Pedro, no dizer do encarregado de negócios da Áustria, não se conduzia nunca melhor senão nos momentos de crise. Ter-lhe-ia bastado, segundo Euclides da Cunha, operar pela presença, representar seu papel real e único, como se, às vezes, nas transformações sociais, a misteriosa força catalítica que liberta as afinidades da matéria se mostrasse igualmente necessária.

De fato, o primeiro-ministro – ele o era na realidade senão de título, que os ministros tinham todos a mesma posição – não teria chegado, por si só e apesar de toda a habilidade, toda a decisão, a reunir todas as varas do feixe desirmanado, a acalmar todos os ciúmes provincianos e todas as suscetibilidades locais, a fornecer um eixo para o regime divergente, de que as Cortes elogiavam o particularismo, e que não achou a unidade e a coerência senão graças à autoridade e ao brilho de um trono que devia repelir todo o vínculo legítimo para se proclamar construído sobre a adesão, isto é, a vontade, e sobre a realeza, isto é, o amor de todo um povo novo e novamente acessível aos preceitos da liberdade e às sugestões da cultura.

Essas palavras devem fazer-vos compreender por que, pela proclamação da Independência alguns meses após José Bonifácio haver sido chamado ao poder, o Brasil se tornou um império, em lugar de continuar a ser um reino. A extensão entrou nisso por pouca coisa. O reino, se bem que constitucional, significava a tradição, o direito de herança, inda que não fosse mais o direito divino. O império significava a conquista revolucionária, a aclamação popular. Era a concepção napoleônica, aplicada ao Brasil, em benefício de uma dinastia, que para ali houvera sido levada a par da invasão de seu domínio secular pelos exércitos do Imperador dos franceses.

Na mesma noite do dia em que D. Pedro decidiu aceitar, pelo voto manifesto do senado da Câmara municipal do Rio e de algumas Câmaras não distantes, assim como pelo voto presumido das outras Câmaras municipais afastadas, o título de Imperador, José Bonifácio fazia ao barão de Mareschal, as seguintes reflexões, que este último se apressou em transmitir a Metternich: “Que ele não ignorava que na Europa, composta por assim dizer, de uma república de Estados ligados entre si por tratado

múltiplos e interesses complicados, uma tal diligência não poderia ter lugar sem estar garantida de antemão de um consentimento geral. Que para os brasileiros a situação era inteiramente diferente, pois se olhavam como se estivessem a sair do estado de natureza, e que o título de imperador não era adotado senão como designando o chefe de um vasto Império. Que se o rei visse ali a maneira por que seria recebido e tratado, provar-lhe-ia de alta maneira quais eram os sentimentos de seu filho. Que o erro cometido pelo rei fora não haver tomado, em 1816, o título de Imperador do Brasil e Rei de Portugal, em lugar de criar um Reino Unido ilusório. Que uma das fortes razões para se adotar desde o presente o título de Imperador era não se poder duvidar que se tal coisa não tivesse lugar no momento tornar-se-ia inevitável por ocasião da reunião da assembléia-geral. Que então o fato poria S. A. R. numa dependência extrema e bem perigosa em face dessa assembléia. Que, em lugar disso, o Príncipe se veria Imperador sem que ela tivesse de intervir nisso, e sê-lo-ia por uma autoridade superior, emanando da autoridade direta do povo. Que essa assembléia faria leis, mas não seria absolutamente admitida a representar toda a soberania, pois o soberano era [*sic*] uma parte essencial da representação nacional. Que enfim um verdadeiro pacto se constituíra entre o povo e o soberano, este não se comprometendo a nada de antemão e repelindo o que fosse inadmissível.”

Foi, aliás, o elemento avançado que impôs o título de Imperador, que não deixava de ser lisonjeiro ao amor-próprio de um príncipe que não podia ser de nenhum modo estranho às vaidades humanas. A independência assim concebida e assim realizada cessava de parecer o resultado do belo gesto do Ipiranga, quando, ao receber naquela planície próxima de São Paulo, para onde viajava a cavalo, os últimos despachos ameaçadores das Cortes de Lisboa, D. Pedro respondeu altivamente às provocações de uma assembléia inchada de orgulho revolucionário e presa, ao mesmo tempo, em respeito ao reino irmão, de um delírio reacionário. Sabe-se que foi ali, onde, desembainhando o sabre, o Príncipe Regente lançou o brado célebre: “Independência ou morte!”

A independência tornava-se, pela ação do elemento avançado, o fruto do parto doloroso de uma nação formada por três séculos de aventuras e de labores. A D. Pedro cabia, todavia a honra de haver sido, no momento decisivo, a revelação superior de um estado de alma coletivo; de se

ter constituído o centro de convergência, inda que mais convencional que espontâneo, de aspirações que se tinham tornado gerais; de se haver feito o executor de um movimento político que, sem ele, se teria igualmente executado, mas teria sido dispersivo.

Partidos regulares não poderiam existir num semelhante meio. Como chegar à solidariedade dos esforços, a um acordo mesmo das vontades, em relação com as manifestações que tinham lugar em pontos muito afastados, uns dos outros, e sem comunicações diretas e fáceis? Existiam, não obstante, correntes definidas de opinião que contrariavam a apatia da vida colonial, desprovida de espírito político, no sentido representativo do vocábulo, mas que a imprensa, balbuciante em seus começos, mas irrequieta desde o movimento constitucionalista, se houvera encarregado de canalizar, ativando-as.

Essas correntes eram pela recolonização do Brasil, isto é, sua submissão à antiga metrópole, ou pela separação de Portugal, – separação, entretanto, operada por frações, cada qual se ocupando, sobretudo, senão exclusivamente, de sua pequena pátria. A fraqueza do governo central, no começo da regência, era visível para todos. Nenhuma das províncias – escrevia para Paris o coronel Maler ousa avançar com a viseira baixa, mas todas fogem a cumprir as ordens recebidas, sob os pretextos mais frívolos, e cada Junta não pensa senão em consolidar o poder local. A concepção esposada por José Bonifácio, e posta em prática por D. Pedro, foi erguer sobre tantas rivalidades e tantos egoísmos uma grande pátria, organizando para isso um movimento de conjunto, propagando a vibração de uma tal vibração política, inevitável após os acontecimentos de Portugal, ao ponto de encerrar no circuito da corrente elétrica toda a nação brasileira.

É verdade que não havia mais entre nós governo tradicionalmente organizado que pudesse tirar partido de semelhante desagregação moral para sustentar-lhe os princípios ultraconservadores. O governo que estava à frente dos negócios não pensava em resistir à marcha para adiante. Não pretendia senão orientá-la no sentido dos interesses dinásticos, e porque esses coincidiam com os interesses nacionais. A realeza, que havia sido o corretivo da confusão feudal do século XVI, tornava a ser no século XIX o agente repressivo de nossa desordem. Sua melhor justificação é que foi um recurso e não um ideal, pois este entre as classes cultivadas não podia

ser de preferência senão o republicano, as idéias democráticas, também das classes avançadas na Europa, de onde havia vindo buscar abrigo além-mar. E a América se tinha aliado toda ao regime pretendido popular, com tais indícios, que a emancipação nessas condições parecia dever ser sinônimo de república.

Dando notícia, cerca de um mês antes da proclamação da Independência, dos dois manifestos do Príncipe Regente, dirigidos, um ao povo brasileiro (que teve como resultado firmar a posição do governo) e outro aos estrangeiros, Mareschal atribui a paternidade deles exatamente a José Bonifácio, verdadeiro eixo do governo, diz ele, acrescentando as penetrantes considerações seguintes, ainda inéditas, como toda sua correspondência: “Apesar das expressões demasiado frequentes e muitas vezes, creio, sem necessidade repetidas, de liberdade, soberania do povo, direitos imprescritíveis das nações, e que parecem trazer a debate novamente todos os direitos, o Sr. Andrada não é nem um democrata nem um liberal no sentido corrente do termo. Ele luta contra a revolução, não acalmando e esclarecendo os espíritos, mas desviando-os, apresentando-lhes outro alvo mais ao alcance dos interesses do povo e mais identificado com ele. Porque, sem isto, o brado de independência num país que de fato e de direito é independente desde a declaração do Reino do Brasil pelo Rei, não é antes para fazer americanos que para fazer revolucionários? Aqui o governo, uma vez mais, tomou a frente. Dá impulsão, parecendo segui-la. Não sei se é esse o verdadeiro meio de remediar o mal, mas existe um remédio certo contra o flagelo da revolução, para um país isolado e reduzido às próprias forças, uma vez tenha ela estalado? O que se pode censurar ao Sr. Andrada é o entusiasmo americano, levado ao mais alto grau. E transmite o entusiasmo à linguagem do Príncipe. Mas, em definitiva, o que quer e deve reinar um dia aqui, não deve sentir entusiasmo disso, poderá deixar de senti-lo?”

Esta última forma de governo, isto é, a republicana, parecia, sobretudo, a mais fácil a ser adotada pela autonomia, pois excedia a qualquer outra consideração. Os deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa alardeavam geralmente princípios republicanos, porque nas suas instruções a nota de separação soava mais alto que qualquer outra, e porque, quando partiram, não se podia ainda prever que a solução monárquica seria a mais fácil e a mais vantajosa. Foi por essa mesma razão que eminentes republica-

nos de Buenos Aires, tais como Belgrano e Rivadavia, fizeram igualmente apelo ao regime monárquico, quando, em certo momento, se persuadiram de que a solução democrática não chegaria a manter-se.

Em nosso país, temo-lo visto, havia ainda carência de sentimento nacional, e isso permitiu à Monarquia apoiar-se logo sobre a generalidade de uma preferência. Essa preferência deveria avançar por períodos. O próprio caráter brasileiro da corte do Rio de Janeiro foi um traço adquirido. A roda do rei D. João VI compunha-se naturalmente da velha nobreza do reino, com ele emigrada. Mas esse serviço de nacionalidade portuguesa debandou-se em seguida ao regresso do soberano, ou como resultado dos acontecimentos passados durante os dezessete meses que decorreram entre a partida do monarca e a proclamação da Independência. Do pessoal ligado ao Príncipe Regente não se contavam mais, no começo de 1822, senão um mordomo, um escudeiro e dois camaristas da princesa. Não havia mais nem uma dama de honra, nem um gentil-homem da Câmara. O espírito da corte tinha-se afinal tornado a tal ponto brasileiro, que o coronel Maler contava, na sua correspondência oficial, que a princesinha Maria da Glória, mais tarde Rainha Dona Maria II de Portugal, interrogada sobre suas futuras núpcias com D. Miguel – solução que se preferia considerar como a melhor, senão como a única possível para a dificuldade dinástica que deveria surgir de uma iminente separação –, respondeu que um tal casamento era impossível, pois o infante era português e ela era brasileira.

Naquele momento entre o príncipe e o ministro o acordo tinha sucedido – fusão íntima de idéias antes que entendimento sobre projetos assentados – para fazer da independência, se possível, um divórcio amigável em vez de uma ruptura odiosa, menos ainda que uma querela sangrenta. A frase de despedida de D. João VI a seu filho, seu último conselho de apoderar-se da Coroa do Brasil, se jamais ela corresse o risco de se tornar presa de um aventureiro qualquer, havia amadurecido no espírito de D. Pedro. E por seu lado José Bonifácio estava decidido a distribuir ao trono o papel tradicional de protetor das franquias populares e de fator essencial da unidade nacional contra uma oligarquia de arrivistas políticos, da mesma maneira por que outrora a realeza houvera defendido franquias e unidade contra o feudalismo dissolvente.

José Bonifácio admitia entretanto que um certo espírito liberal animava os atos da autoridade. A energia era indispensável, mas não se poderia suportar mais a tirania. A luta entre a liberdade e a autoridade tornar-se-ia no Brasil, após a organização do Império, o que fora por toda a parte, e seus primeiros episódios desenrolaram-se em torno mesmo da proclamação da Independência. Esta fora, aliás, uma consequência tão prevista, tão lógica, tão natural, dos acontecimentos que se haviam sucedido, que a grande causa atingiu no Rio de Janeiro o apogeu, sem a menor alteração da ordem pública. O Príncipe, sempre preocupado com a desforra portuguesa que se anunciava desde algum tempo contra a antiga colônia, e sob a forma ameaçadora de uma formidável expedição, regressou de São Paulo para sua capital a galope. Fez em cinco dias cem léguas debaixo de uma chuva torrencial, cavalcando por estradas que não eram mesmo em todo o percurso nem veredas. Apenas acabara de beijar a mulher e os filhos, encaminhou-se para a modesta residência de seu conselheiro, onde tinha o hábito de ir tantas vezes tratar dos negócios públicos, que Maler conta que, um dia, atravessando ele próprio a cavalo a praça onde estava situada a casa, ouvira um transeunte que mostrava à porta do ministro o cavalo de D. Pedro e o designava por uma maligna zombaria: “o ajudante-de-campo de José Bonifácio.”

Foram tais ditos que envenenaram em seguida as relações entre os dois. Mas por ocasião da Independência tudo não era senão efusão recíproca. A efusão ganhou mesmo a cidade sem encontrar nenhuma oposição. Sabendo que D. Pedro houvera trocado a faixa, cingida ao braço, adotada pelas Cortes, por uma faixa verde trazendo a divisa: “Independência ou morte!”, em metal dourado, o Rio quase inteiramente o imitou. Os emblemas portugueses desapareceram como por encanto dos uniformes militares e civis. E uma verdadeira sinfonia de verde elevou-se, traduzindo simbolicamente no matiz da eterna primavera de nossas florestas a primavera de nossas esperanças.

Os estandartes dos regimentos estiveram sem mudança durante alguns dias. O pavilhão do Reino Unido flutuou ainda durante um certo tempo nas fortalezas da barra, enquanto o novo se tornava oficial e se tomassem a este respeito todas as medidas necessárias. A separação não era menos

irrevogável. Nada teria daí por diante a força de restabelecer o que houvera sido. A evolução havia realizado o que a revolução não pudera levar a cabo.

O que se seguiu, após a encenação da aclamação imperial, pertence já a outro período, se bem que emanado imediatamente deste. A ascendência de José Bonifácio estava destinada a uma rápida depressão. Ele eclipsou-se ao tempo do desenlace da crise que, mais que nenhum outro, este homem de Estado houvera contribuído para resolver. Ele e os irmãos – Martim Francisco, um ministro das finanças ideal, honesto e econômico, e Antônio Carlos, um orador apaixonado e um cérebro fervente de energia e de talento – foram derrubados do poder e votados ao ostracismo, quando o Príncipe, emblema vivo da união, mostrou que houvera sido aleitado pelo despotismo do regime de que se originara. Os Andradas, afinal, não haviam poupado os processos arbitrários em face dos elementos radicais, que, reprimidos ou procurando conter-se no curso da luta pela integridade nacional, não quiseram submeter-se por mais tempo, cederam ao impulso de seu ideal e opuseram às tendências autoritárias suas resistências demagógicas.

Colocado entre duas correntes contrárias, no pior ponto em que se tinha encontrado com o Príncipe, o patriarca da Independência perdeu o equilíbrio e, antes de volver ao firme espírito de governo, que tinha sido o seu, tombou na indisciplina ultraliberal, ao mesmo tempo que seu soberano cedia às exigências de seu temperamento voluntário e indomável. A alta missão de ambos estava, não obstante, cumprida, desde que consistira em salvaguardar o Brasil historicamente desunido e fazer dele uma nacionalidade por meio do império constitucional. Quanto às relações pessoais entre D. Pedro e José Bonifácio, haviam sido antes a conjunção de duas energias que a união de duas simpatias. A influência do último se fez sentir todavia junto ao Imperador até à época da reunião da Constituinte, que havia produzido o primeiro conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo. Telêmaco e Mentor se separaram então. E foi preciso a abdicação, em 1831, para reuni-los de novo.

Pesquisar quanto cabe de responsabilidade àqueles que comprometeram relações tão fecundas para o bem do país valeria por penetrar nos bastidores da história. O ciúme deve ser aliás contado entre as causas. A popularidade de José Bonifácio ofuscou em certos momentos a do Prínci-

pe, enquanto em outros não parecia senão o reflexo da que cercava o trono. Foi assim que, por ocasião do rompimento, D. Pedro teve o movimento instintivo de satisfação de alguém que se liberta de um jugo, e que José Bonifácio teve a impressão melancólica de haver tratado com um ingrato. E o fato é que ambos tinham razão.

Eram senhores, um e outro, de uma natureza violenta e de um gesto pronto. Para que a associação se pudesse prolongar, teria sido necessário que a abnegação persistisse, quando não podia senão afrouxar-se uma vez passado o perigo mais grave, e que a polidez se erigia em árbitro, quando os requintes eram tão pouco familiares, a um como a outro dos personagens. José Bonifácio, com o efeito, apesar da grande delicadeza de sua alma sensível, era fácil em injuriar e às vezes grosseiro, era de temperamento colérico e contava o orgulho entre seus pendores. Pelo que diz respeito a D. Pedro, apesar dos movimentos sinceros e generosos de sua rica sentimentalidade, era bastantes vezes presa de acessos de brutalidade, desculpados apenas pelos defeitos de educação de família e vulgaridade do meio estranho ao palácio, onde se houvera passado sua primeira juventude.

O acordo de vontades havia durado exatamente o tempo necessário para D. Pedro esquecer que era herdeiro de um Reino Unido e não pensar senão na glória de se tornar um soberano libertador. Do mesmo modo que o desacordo sobreveio depressa entre o pensamento refletido e o movimento espontâneo, a lua-de-mel foi passageira entre conservadores e democratas, uma vez o imenso do corpo amorfo e de uma plasticidade política desigual, que era o Brasil, haver sido lançado no molde da Monarquia centralizada.

O governo havia feito questão de não afrouxar o leme com receio de um naufrágio, inda que tendo o ar de deixar o barco vogar à mercê das ondas. Vimos que foram os democratas que verdadeiramente inventaram o Império, tomando a iniciativa do movimento das municipalidades, que continha na ocorrência uma satisfação vibrante de amor-próprio nacional. O Príncipe não vacilou senão para melhor salvar as aparências. Quanto a José Bonifácio, fingiu desinteressar-se da forma para não meditar senão na realidade, mergulhando aparentemente na passividade, a fim de permitir uma atividade artificial aos agitadores profissionais, mas sabendo bem opor-se a um passo político que teria colocado a Coroa numa situação, em seu parecer, de evidente inferioridade.

A intenção dos democratas houvera sido obter do soberano, ao mesmo tempo que aceitação do diadema imperial, a sanção antecipada do ato orgânico que teria sido elaborado pela Constituinte, no momento de reunir-se. Constituinte para a qual tinha servido de prelúdio a reunião, no Rio, convocada ainda sob a Regência, dos procuradores das províncias. No dizer do encarregado dos negócios da França, José Bonifácio sentiu uma grande alegria quando pôde impedir que esse passo se realizasse. E o coronel Maler o descreve por esse motivo possuído de uma grande exaltação patriótica, que se derramava numa extrema volubilidade. Os vivas proferidos no teatro e na praça pública em honra da Constituição liberal do Brasil eram, entretanto, de natureza a tornar pensativo o jovem Monarca, elevado ao trono pela aclamação popular, e a quem o partido avançado, querendo fazer disso para si uma ilusão, exaltava sinceramente como o primeiro democrata do Império.

IX

Não era bastante proclamar a Independência; era preciso organizar o Império. Euclides da Cunha escreveu a este propósito que “legislar para o Brasil de 1823, composto de agrupamentos étnicos historicamente distintos, seria tudo, menos obedecer à consciência lúcida do meio. Era um trabalho inteiramente subjetivo, ou o capricho de uma erudita minoria, indiferente à maneira de ser da maioria. Porque a única tradição generalizada era a do ódio contra senhor recente, ainda em armas; e este servindo como recurso de ocasião para propagar o levante, se extinguiria com a vitória, deixando aos organizadores da nova pátria um problema formidável, tal o de educar, unido, até o regime constitucional, novo mesmo na Europa, um povo disperso, que não houvera atravessado um único dos períodos sociais preparatórios. Um salto desmedido e perigoso. A execução temerária da mais grave das revoluções, a paradoxal revolução do alto, que o gênio de Turgot havia concebido poucos anos antes como um meio extremo de salvar Luís XVI dos turbilhões profundos de 1789.

“Suas fontes naturais invertidas, as reformas liberais, alargando todas as franquias do pensamento e da atividade, irromperiam a golpes de decreto, à maneira de decisões tirânicas. Foram impostas por um grupo de homens que eram representantes de sua época, mais que de seu país. Liber-

tos, como pareciam ser das tradições nacionais que, para dizer a verdade, não existiam, era exclusivamente a miragem do futuro que os arrastava. Essa miragem deu-lhes entretanto uma intuição genial, esclarecendo-os na tarefa estranha de formar uma nacionalidade desprovida da própria base orgânica da unidade de raça. Porque estávamos destinados a constituir uma raça histórica, segundo a idéia de Littré, através de um longo curso de existência política autônoma. Uma vez alterada a ordem natural dos fatos, nossa integridade étnica teria de manter-se sob a garantia da evolução social. Condenavam-nos à evolução. Ou progredir ou desaparecer. Nos transe dessa alternativa, a intervenção monárquica foi decisiva, oportuna e benfazeja.”

A Monarquia ia com efeito salvar a união, mas a democracia havia nutrido as aspirações e devia em breve ter em conta agravos. A luta abria-se entre ambas – sub-reptícia ou franca, surda ou ruidosa – e essa luta mesmo quando se tivesse amortecido, quando a paz civil tivesse decididamente preponderado sobre a discórdia militar, achar-se-ia no fundo de toda nossa história durante o século decorrido. A imaginação republicana descobriria incompatibilidades que, na realidade, não seriam senão aparências enganadoras, pois as liberdades conformam-se com todos os regimes, contanto que sua essência seja de progresso. O conflito de influências constitui aliás a própria condição desse progresso. Ora, no nosso mecanismo político, se o baloiço se inclinava fortemente para a direita, para a centralização, a atração não cessava por isso de se exercer, ao mesmo tempo, para a esquerda, para o lado da Federação.

A marcha do desenvolvimento político do país seguiu-se gradualmente, e a cadência entre monarquia e democracia estabeleceu-se tão distintamente, durante todo o tempo que durou essa evolução, que o trono do Brasil acabou por perder ali quase todo o caráter tradicional que lhe podia ser garantido pela natureza do regime, aproximando-se tanto quanto possível, o que quer dizer inteiramente, de uma república. Num dos documentos diplomáticos do tempo, daqueles que naturalmente não estavam destinados à publicidade, achei a este respeito a expressão de “República imperial.” O Imperador, é verdade, se dizia tal: “pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos.” Mas essa segunda parte do título era a mais exata, porque, como o observamos, se a independência foi proclamada

pelo Príncipe, num belo gesto e por meio de uma fórmula sintética (escreve Euclides da Cunha) que o povo podia perceber imediatamente, e de que a nota romântica e teatral o encantou, o Império não foi proclamado no Rio senão mais de um mês depois, pela ação, superior e muito outra, da facção – chamavam-se assim os partidos nessa época – democrática, à qual o título de rei repugnava, justamente pelo que revivia do antigo regime e evocava do direito divino.

A Europa de então apegava-se entretanto à legitimidade, o que pode parecer surpreendente para aqueles que o recordam um século mais tarde, inda que seja perfeitamente compreensível para quem se transporta mentalmente a essa época. Legitimidade era a grande palavra que se alegava para fazer esquecer a de revolução, e o remédio achado para o transtorno dinástico causado pela França demagógica e mais ainda pelo filho mais ilustre dessa revolução: o Imperador Napoleão. A Santa Aliança alardeava por esse soberano de além-mar, originado, se bem que ele próprio príncipe real, de um movimento sedicioso contra a mãe-pátria, por consequência contra o rei, e que abria caminho com a soberania do povo a uma certa desconfiança. Essa desconfiança era, no fundo, todavia, muito mitigada: primeiramente pelos laços de família, pois o novo imperador do Brasil houvera desposado a filha do imperador da Áustria, irmã de Maria Luísa; em seguida e sobretudo, pelo apoio inesperado e sólido que emprestava na América ao princípio monárquico a irradiação de uma Coroa em meio de tantas repúblicas provindas da dissolução do império espanhol. Devia, por consequência, ser conservada mesmo independente.

As democracias hispano-americanas, cujos excessos não tinham ainda tido ocasião de se prodigalizar, inspiravam às monarquias européias um temor que era justificado pela sedução que, havia pouco, era exercida pelos Estados Unidos, onde a simplicidade primitiva e a sabedoria inata tinha gerado Lafaiete. O próprio Canning, que estava longe de ser afeiçoado pelo torysismo exagerado, e cuja atividade se fazia muito particularmente sentir em tudo que se relacionava com o Novo Mundo, que, declarava, havia de chamar à vida política, a fim de acertar o equilíbrio do Velho Mundo, favorecia o estabelecimento de realzas americanas – a fim, dizia ele, de combater os males da democracia universal e de prevenir a linha

de separação que ele mais temia e que era a da América contra a Europa. Para ele a América devia ser o prolongamento moral da Europa, um novo mundo ligado intimamente ao antigo.

Vi numerosos documentos diplomáticos relativos a esse período da história de meu país, período que sempre me interessou especialmente e que felizmente é fecundo em documentos. O telégrafo ainda não existia. Os jornais não eram tão admiravelmente informados quanto hoje, quando eles se acham em condições de se informar nas próprias chancelarias. Os diplomatas eram pois forçados a escrever volumosos relatos, que nada perderam de seu interesse, pois que neles se encontram coisas que não se encontrariam alhures. É esse último traço de escrevinhadores, digamos antes, de escritores, a fim de não amarrotar-lhes a memória, que distingue principalmente os agentes políticos de outrora dos seus confrades atuais, aos quais a vida intensa e perfeitamente aparelhada tem feito perder esse honesto costume. Costume também útil, pois relendo essas páginas de ontem, como o fiz, não há muito tempo, nos arquivos de Viena, a convicção logo se formou em meu espírito de que o reconhecimento do Império do Brasil, o qual ocupou nossa jovem diplomacia de 1823 a 1825, não ofereceu nunca a sombra de uma dúvida, e nenhum governo da Europa, nem mesmo o da Rússia, pensara em opor-lhe obstáculos insuperáveis.

A Santa Aliança queria apenas dar-lhe formas. Fundada para defender a legitimidade como base do direito público, não teria sido natural que nesse negócio ela a abandonasse à primeira palavra, sem um pequeno esforço de consolação para com a parte ofendida, descurando de derramar de uma de suas galhetas o bálsamo diplomático, quando deitava com outra o vinagre não menos diplomático.

Não devemos esquecer que o regime constitucional não reinava mais, em 1823, em Portugal. O Rei tinha reavido sua autoridade, por meio de uma espécie de golpe de Estado, a que, aliás, tinha sido, mais ou menos, estranho, e sua representação diplomática junto das cortes da Europa se aprazia em repetir que a separação do Reino Unido devia ser imputada à maneira de proceder brutal e impolítica, das Cortes. A obra dessa assembleia de energúmenos, tendo sido destruída pela contra-revolução de Vila Franca, que houvera restaurado o poder absoluto e declarado nula a Constituição ultraliberal votada, o Brasil não tinha mais motivo para se ater ao

divórcio. A reconciliação se impunha, e era ela que constituía o objeto da missão confiada ao conde de Rio Maior e a Francisco José Vieira, missão transportada ao Rio de Janeiro pela corveta *O Voador*, e que o Imperador recusara mesmo desembarcar, desde o momento que os agentes não se achavam autorizados a reconhecer como preliminar a independência da antiga colônia.

D. Pedro não se arriscava a ter de renunciar a sua intransigência, feita a preceito para lhe granjear as simpatias patrióticas pois eis em que termos se exprimia a este respeito, ao tempo ainda das Cortes, numa memória destinada a fazer o giro das cortes europeias, um personagem tal como o Príncipe de Metternich, o homem da coligação dos tronos. Essa memória explica a situação infinitamente melhor do que poderia eu fazê-lo:

A emancipação do Brasil era uma consequência necessária e inevitável da revolução de Portugal. Os laços que uniam esses dois reinos estavam já de tal modo enfraquecidos, que a união não se mantinha mais senão pela força do poder real. A Coroa despojada, pelos facciosos, de todos os direitos, de toda a dignidade, de todo o brilho, passava a ser um fantasma aos olhos dos brasileiros. Desde então a pretensão das Cortes de Lisboa, de governar um país afastado e cinquenta vezes maior que Portugal, deve ter parecido, aos habitantes do mesmo, absurda e monstruosa. E, feita a abstração do caráter democrático de que se revestiu a revolução tanto no Brasil como em Portugal, é permitido dizer-se que se algum dia a revolta de uma colônia contra a metrópole teve justificativa, foi no caso dos brasileiros contra a autoridade usurpada, de uma junta revolucionária, que havia destronado e encadeado seu soberano e derrubado completamente o antigo governo da pátria.

“A separação do Brasil uma vez conduzida e decidida pela força das coisas e pelos crimes da facção dominante em Lisboa, o Príncipe Real, constituído regente do Brasil por seu pai, não tinha mais a fazer senão optar entre dois extremos desagradáveis. Reconhecendo a Independência do Brasil, ele contribuía, de sua parte, para um acontecimento sempre deplorável para sua antiga pátria, e mais ou menos perigoso para os direitos hereditários de sua casa. Mas recusando-se a reconhecê-la, era evidentemente forçado a regressar à Europa. E, nesse caso, o Brasil, sem estar menos perdido para a metrópole, estava-o ainda e para sempre

para a família de Bragança. Assinando o ato da Independência do Brasil, o príncipe não fez pois senão escolher o menor de dois males, entre os quais estava colocado...

“Fixando os olhos nos negócios da América, os soberanos europeus não têm senão dois grandes interesses a consultar, duas grandes questões a examinar. A primeira é a da conservação dos direitos legítimos das famílias reinantes; a segunda a da manutenção, tanto quanto possa ter lugar, do princípio monárquico contra os progressos da democracia universal. Desde que a soberania legítima não seja destruída ou inteiramente deslocada, pode nos ser indiferente que as províncias d’além-mar se chamem colônias ou reinos, que sejam governadas por leis, pelas autoridades administrativas, pelos tribunais, pelas Cortes, enfim, de Madri ou de Lisboa, ou gozem de uma legislação particular e de uma administração independente de suas antigas metrópoles. Ora – e eis o ponto de vista essencial – nem um nem outro desses maiores interesses, igualmente atacados e feridos de morte na revolta das colônias espanholas, foi diretamente comprometido, nem pela emancipação do Brasil, nem pela proclamação do império brasileiro. A casa de Bragança, inda que alvo de todas as tempestades revolucionárias, conservou seus direitos de soberania sobre aquele país, exerce-os mesmo por um de seus ramos. E se o Império brasileiro puder se firmar e consolidar na totalidade das colônias portuguesas, não veremos, pelo menos, uma nova coleção de repúblicas democráticas cobrindo a metade do continente americano.”

Um agente brasileiro não faria uma melhor defesa da causa do Império, não a faria nem mais inteligentemente, nem mais calorosamente. Metternich indicava mesmo, com a sua defesa, a marcha a seguir para arranjar as coisas, sem faltar com as considerações devidas ao rei de Portugal. O meio estava inteiramente achado: era uma diligência confidencial junto ao soberano então cativo das Cortes, a fim de se obter seu consentimento para o reconhecimento de seu filho, a quem – lembremo-nos sempre disso – havia ele próprio aconselhado apoderar-se da Coroa do Brasil, antes de ela ser arrebatada por um aventureiro, D. João VI pensava, provavelmente, em Bolívar, que se supunha já atacado do delírio imperial, a que não fora decerto inteiramente estranho.

Na França, onde a reação atingia o apogeu, desde que o exército francês acabava de intervir para derrubar o governo constitucional do Egito, Chateaubriand, que estava no momento no Ministério, não tinha defeitos a pôr senão no caráter democrático do projeto de constituição brasileira, caráter, na sua opinião, exagerada. Admitia, pois, fatos consumados, pois discutia suas consequências com o futuro visconde da Pedra Branca, que o Império houvera nomeado encarregado de negócios em Paris.

A própria Rússia tinha pelo Império brasileiro uma simpatia instintiva, inspirada pelo isolamento monárquico deste em meio de países republicanos, “sem luzes e sem verdadeiro patriotismo, sujeitos a contínuas convulsões”, escrevia o conde de Nesselrode ao bailio de Tatistcheff. “Não é possível negar que a influência revolucionária tenha penetrado no Brasil, como no resto da América meridional, mas seus efeitos ali não são ainda os mesmos, ou pelo menos tomam outras formas, de que a Europa monárquica não deve fazer abstração.”

Parecia pois de toda a conveniência, ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, que Portugal se prontificasse a dar franca adesão a uma mudança que não estava mais em seu poder emendar, mas que lhe cabia, em face de sua maneira de proceder, “preservar das usurpações da democracia que quase fizera perder um trono à casa de Bragança e que, felizmente, não teve forças para lhe arrancar o segundo, ou antes, viu-se obrigada a oferecer-lho, a fim de salvar-se dos próprios erros.”

A única objeção formulada pela corte de São Petersburgo se referia à situação internacional das colônias espanholas e era duplamente determinada pela intimidade que, desde esse tempo, existia entre a corte da Rússia e a de Madri, e pela antipatia que até os últimos tempos prevaleceu em meio da política russa contra os procedimentos da Inglaterra. Ora, o reconhecimento do Império do Brasil resolvia praticamente a questão ainda pendente do reconhecimento das repúblicas hispano-americanas, que Canning favorecia, contanto que não deixasse mais sombra de dúvida sobre o futuro do problema e fechasse a porta a qualquer transação que a metrópole quisesse ainda tentar ensaiar.

A Rússia inclinava-se antes para um Congresso europeu (esses congressos estavam então na moda e se repetiam: Aix-la-Chapelle, Laybach, Verona) que cortaria cerce as diferenças de soberania além-mar e faria

entrar no bom caminho o novo ministro inglês, de quem Nesselrode dizia que houvera manifestado opiniões “de que os amigos do bem não tinham feito senão padecer”. Canning procedeu, como era seu costume, por meio de uma rápida solução.

O meio de pacificação sugerido pela Áustria foi aproveitado pela Inglaterra, que dele se serviu à vontade. Ligada a Portugal por antigos tratados de amizade e de aliança, os primeiros remontando ao XIV século e garantindo mesmo a autonomia e a integridade do reino ibérico, compreendidas suas vastas possessões, era a intermediária bem designada, mesmo que não tivesse tido, como tinha na ocasião, à frente de seus negócios nacionais e internacionais, a inteligência atilada e o espírito irrequieto de Canning.

Portugueses e brasileiros mediam-se com cólera mas no fundo tinham pouco desejo de se devorar, e tinham uma tal confiança numa aproximação que o governo de Lisboa, obedecendo certamente aos conselhos de Londres e também à influência sempre moderada e benevolente do rei agora absoluto, recusou, não obstante todas as queixas, recriminações e ameaças, associar-se a um projeto espanhol de Congresso europeu, sugerido para regular os negócios da América segundo os interesses da legitimidade. Esperava-se mais de uma negociação direta, ou quando menos entre partes interessadas em um entendimento, e, entretantes, falava-se sempre em Lisboa, mas sem se tomar uma decisão a respeito, de reconquistar o Brasil pelas armas, quando Sir Charles Stuart, mais tarde embaixador em Paris, foi enviado para o Rio de Janeiro, na qualidade de representante da intervenção britânica para a reconciliação dos dois países.

Ali demorou-se perto de um ano. Era um sutil letrado e um incomparável bibliófilo, muito apaixonado dos livros portugueses. Sua negociação foi interessante e terminou-se com satisfação quase geral, o que vale dizer que ninguém saiu inteiramente contente, se bem que ninguém tenha ficado seriamente descontente. Portugal renunciou a toda idéia ou pretensão que se relacionasse com a antiga ordem de coisas. O Brasil, por seu lado, consentiu em pagar dois milhões de libras esterlinas pelo seu resgate, o que não era uma soma enorme, se se levam em conta os melhoramentos realizados pelo antigo proprietário. Mas esse ato não foi nunca perdoado

pelos brasileiros a D. Pedro I. Este admitiu que seu pai usasse, enquanto vivesse, o título de Imperador do Brasil partilhando assim com ele, inda que nominalmente, a soberania enfim reconhecida.

O velho monarca era tão merecedor da homenagem, que esta cláusula do tratado não provocou nunca nenhuma reclamação. Os sucessos se reservaram para a outorga da independência que, em lugar de ser apresentada como o direito de uma nação que atingira a idade da emancipação, ou como uma conquista realizada pelos esforços de seu povo, se efetuava por meio de cartas patentes, a que não se fazia, no preâmbulo do ato, senão uma alusão discreta, mas que, por ocasião da ratificação do tratado, em Lisboa, foram maliciosamente divulgadas pelo governo português.

Não havia nisso aliás, para falar com propriedade e encarar as coisas pelo prisma da imparcialidade contemporânea, nenhuma mentira histórica. Vimos bastante que a Independência do Brasil foi, pode-se dizê-lo sem exagero, em grande parte, obra do Rei D. João VI. Quando ele se retirou pôde levar a satisfação do dever cumprido. Não era sem razão, como não era também sem espírito, que Teles da Silva, futuro marquês de Resende, primeiro enviado da corte imperial mandado para Viena, afirmava, numa Memória redigida à requisição de Metternich para justificar a Independência, que o Brasil não a houvera proclamado, que não houvera feito senão restabelecê-la após a vã tentativa das Cortes de desfazer a política altiva e generosa do soberano. “É bem à generosidade de S. Majestade Fidelíssimo – escrevia ele – que o Brasil deve o termo do odioso regime colonial, pela abertura de seus portos ao comércio de todas as nações; pela instituição dos tribunais superiores, de Graça, de Justiça, de Finanças, de Comércio, de Marinha de Guerra; pelo estabelecimento de um tesouro público, de um Conselho de ordens de Cavalaria, de um departamento de Marinha, de um Exército de terra, de um sistema particular de arrecadação de impostos, de uma organização de alfândegas, de duas Academias, de um banco, de uma administração-geral de propriedades rurais. Tudo separado e independente de Portugal. Enfim, pela elevação do Estado brasileiro à categoria de reino – ato que apresentado ao Congresso de Viena mereceu os maiores elogios.”

Chegando ao Brasil no mês de julho do ano de 1825, Sir Charles Stuart devia perceber que dois grandes acontecimentos de alta importância

se tinham passado desde a separação dos dois reinos. Primeiramente, os últimos vestígios reais do domínio metropolitano tinham desaparecido, pois que as tropas portuguesas não pisavam mais o solo da antiga colônia. Em seguida, um golpe de Estado houvera firmado a supremacia do trono, ou, para melhor dizer, da autoridade sobre a representação nacional anárquica. Para terminar, uma revolução republicana e federativa, que havia tido como alvo destruir a união, houvera sido, sem grande dificuldade, subjulgada e vencida.

As condições da nacionalidade brasileira apresentam ainda, após a proclamação de D. Pedro, um caráter bem incerto. O movimento da Independência partira da capital; começara, por assim dizer, a se organizar em São Paulo, de onde viera tomar no Rio a forma definitiva. Atraíu, após leves hesitações, a grande província de Minas Gerais, e estendeu-se em breve a todo o Sul. Foi esse o bloco da unidade imperial, mas estava longe de ser o Brasil. Pernambuco, onde o fogo ainda ardia sob as cinzas de 1817, continuava a ser o foco do espírito democrático e particularista. Na Bahia, igualmente agitada pelo fermento liberal, o acaso havia reunido o grosso das tropas de ocupação, o que fez dela naturalmente o centro português de resistência, que podia receber livremente novos reforços da Europa, pois a ausência de Marinha nacional faria que os reforços não fossem interceptados. O Maranhão, cujas comunicações com o resto do Brasil haviam sido em todo tempo contrariadas pelas dificuldades da navegação à vela, o que tornava essa província mais íntima de Portugal, erguia-se no extremo norte como uma espécie de reserva de oposição da antiga metrópole.

Uma Marinha fazia falta ao novo Império, mas era ela também o único meio de reunir os fragmentos que já estavam esparsos de uma colônia, que tinha sido uma série de possessões autônomas. O governo imperial conseguiu criar essa marinha, tirando-a do velho material deixado pelos portugueses. O Brasil não é um país de espírito essencialmente militar; se por este vocábulo se entende o culto ardente das glórias da guerra. Mas esse prodígio naval já foi levado a cabo duas vezes durante sua curta história de nação, sem contar que nos começos colonial, a tomada da ilha na qual se houvera instalado Villegaignon, fora tentada e efetuada por uma flotilha de escaleres semelhantes aos esquifes muito móveis que os índios,

dados à navegação, empregavam e por meio dos quais chegavam a abordar as embarcações consideravelmente mais poderosas de seus inimigos da Europa.

Em 1864, quando o Paraguai de López, que desde muito tempo se preparava para a guerra, rompeu hostilidades contra os vizinhos do leste e do sul, o Brasil foi apanhado desprevenido e teve de improvisar suas defesas, já no ano seguinte, o almirante Barroso, ensaiando a tática naval a que o almirante austríaco Tegenhoffer foi devedor do êxito de Lissa dois anos depois, ganhou a célebre batalha naval de Riachuelo e, em 1868, nossos navios de guerra transpunham a passagem, julgada inexpugnável, de Humaitá.

Em 1823 o governo imperial fez prudentemente apelo a um célebre marinheiro inglês, lorde Cochrane, que por causa de um processo resultante de negócios de bolsa, havia sido forçado a deixar seu país e vagueava pelo mundo em busca de aventuras e de proventos. A guerra naval não se fazia então sem proveitos, por causa das presas que constituíam o melhor atrativo delas. Lorde Cochrane era bravo por ofício e por temperamento. Era, ainda mais, um comandante dos mais experimentados. Tinha-o já provado no Pacífico, dirigindo a frota revolucionária do Chile, e devia prová-lo também, mais tarde, nas lutas da independência da Grécia. Uma vez à frente da Marinha brasileira, mostrou-lhe logo o caminho da vitória.

A capital da Bahia onde se mantinha firme o general Madeira, estava cercada por terra, por tropas nacionais, comandadas por um de vossos compatriotas, o general Labatut, um daqueles meio-soldados que o Sr. d'Esparbés e, antes dele, Balzac, haviam tão bem descrito e que, pensando que a aguiazinha ainda levaria tempo para arriscar o voo, tinham ido para além-mar, para qualquer parte, a fim de ganhar a vida, como haviam aprendido a fazê-lo, combatendo. Lorde Cochrane estabeleceu no mar um bloqueio tão eficaz quanto podia. Cortou as comunicações dos assediados com o exterior e, quando a esquadra portuguesa, a princípio imobilizada no porto, tomou o caminho de Lisboa, conduzindo a guarnição fiel que abandonava o campo, e numerosos comerciantes portugueses, que temiam represálias, ele fê-la perseguir, até à vista das costas de Portugal, por um de seus subordinados, o capitão Taylor, que voltou trazendo algumas embar-

cações capturadas. Ir dali ao Maranhão e ao Pará, e lá proclamar o Império, foi para lordes Cochrane uma tarefa das mais fáceis.

Graças à Marinha, a união do país se achava enfim solidificada e, não obstante a efervescência ainda se prolongar por algum tempo, no Maranhão e no Pará, o apoio resultante da falta de coesão fez falta à revolução quando, em 1824, foi proclamada em Pernambuco, pela Junta rebelde, a Confederação do Equador, a que o Ceará se juntou, e que devia exigir, em face do Império autoritário e centralizador, o esboço de uma linha federativa e demagógica.

A nova revolução de Pernambuco tomou por pretexto – e esse pretexto não deixava de parecer uma excelente razão – o golpe de estado da capital. Havendo recebido a investidura imperial das mãos do povo, D. Pedro I se havia moralmente ligado de antemão à Constituição que os representantes desse povo deviam estabelecer livremente como base do pacto entre os Poderes Legislativo e Executivo. É verdade que ele tinha feito a restrição, não mental, mas pública, de que seria assim que procederia no caso de a Constituição se mostrar digna dele.

A Assembléia Constituinte reuniu-se com efeito no Rio de Janeiro em 1823, quando o jovem soberano gozava ainda de todo o prestígio – prestígio da juventude e da altivez – e tinha a seu lado os irmãos Andradas, José Bonifácio e Martim Francisco, estimados por uns, temidos por outros, respeitados por todos, ambos haviam feito menção de retirar-se em face do despeito dos democratas – porém um movimento popular bem espontâneo e bem digno tinha-os reconduzido ao poder ides julgar da situação pelo relato – naturalmente inédito – de um agente diplomático estrangeiro, o encarregado de negócios da Áustria, que assim se exprimia dirigindo-se ao príncipe de Metternich e que residindo no Brasil desde alguns anos, conhecia perfeitamente o mundo político em que estivera envolvido:

“A Assembléia vai reunir-se. É de sua conduta que dependerá a firmeza do trono em bases sólidas, e o restabelecimento da ordem. Tudo está por fazer, Constituição, códigos; instituição eclesiástica, sistema de educação. Nada existe senão o soberano, e aclamado e coroado, sem um voto de oposição e sem ter tomado compromissos que o prendam. Nisso

sua posição difere já de maneira muito vantajosa daquela em que se encontram o rei seu pai, o rei de Nápoles e o da Espanha.

“A assembléia-geral não diferirá menos, ao que me parece, das que nesses outros países levaram ao mais alto ponto as desordens a que deveram a existência e aprazem-se de antemão em olhá-la como sendo composta de homens sábios, moderados. Eu mesmo conheço vários que parecem sê-lo, mas não é por esse lado que se deve encarar a questão. Só o resultado e a experiência podem provar o que serão esses homens numa posição inteiramente nova. Mas o que se pode admitir é que os indivíduos eleitos em pontos tão afastados uns de outros, num país em que a civilização está muito atrasada, onde as doutrinas revolucionárias não fizeram ainda senão progressos parciais e onde a tática lhes falta, pela natureza do país e da população, podem muito bem trazer consigo muitas idéias falsas, princípios errôneos e pretensões exageradas. Mas também não formarão entre si um corpo unido, como na Europa, e segundo penso, um sistema regulamentado. Haverá, sem nenhuma dúvida, um partido democrata, alguns republicanos, mas não vejo absolutamente, sobretudo segundo os últimos acontecimentos, qual será a massa que os apoiará, e sem a qual não podem fazer nada.

“Em oposição a esse partido sem plano fixo, vejo um príncipe que se colocou à frente da nova ordem de coisas, e não verifico, absolutamente, se com razão. Porém parece-me incontestável que o antigo governo, tendo uma vez caído e não podendo mais, por isso mesmo, ser restabelecido sobre as mesmas bases, desde que está destruída a ilusão, o príncipe se coloca na posição mais conveniente. Não prestando na sua coroação senão um juramento condicional, D. Pedro colocou-se entre os dois extremos, como um poder regulador. Suas qualidades pessoais, a energia e a atividade demonstradas em algumas oportunidades, sua personalidade, que lhe granjearam não somente o amor dos brasileiros, mas o fizeram temer, respeitar, lhe facultam os meios de o ser verdadeiramente e de nunca se ver reduzido ao papel humilhante do rei seu pai. O príncipe está apoiado por um Ministério, cujos princípios essenciais são bons, cujos intentos são monárquicos...

“Os obstáculos que D. Pedro tem a vencer são a oposição que Portugal lhe faz a viva força e a democracia, que o partido da metrópole fomentará o mais que puder, e que os europeus, tanto portugueses como de outras nacionalidades, alguns deles negociantes, encorajam. O primeiro

desse obstáculo não vale, por si mesmo, nada é antes útil que perigoso para o governo, desde que o obriga a exercer suas forças, desvia a atenção da população da sua política interior; e, aumentando a animosidade contra Portugal, este obstáculo diminui a influência perniciosa de alguns indivíduos desse país.

“Quanto à democracia, inda que o governo esteja em estado de lutar contra ela e com vantagem, e por sua natureza, tão perigosa que, enquanto não estiver inteiramente estirpada, não se pode acreditar em isenção de perigo. Existem sociedades secretas em todos os portos, e, se bem que as lojas tenham sido fechadas aqui, não serão tão cedo destruídas. Os deputados que regressam de Lisboa, e que exercerão necessariamente uma influência maior sobre a Assembléia, não lhe trazem princípios muito puros; não foi defendendo a monarquia que granjearam renome. Não podendo atacá-lo abertamente, procurarão tornar o príncipe odioso, procurarão provocar-lhe a violência. É então que o ato de 12 de outubro – a aclamação imperial – poderá tornar-se-lhe fatal, pois é o único que não suporta exame.

“O antagonismo entre o Príncipe e a Assembléia se esboçou no mesmo dia da abertura da Constituinte, a propósito de simples formalidades, aliás não desprovidas de sentido. Travou-se a primeira escaramuça em torno da maneira de apresentar-se do soberano e dos eleitos do povo: – as duas partes da soberania nacional, segundo a linguagem consagrada. O Imperador consentiu em tirar a Coroa ao entrar na sala das sessões por não ter sido considerado decoroso só os deputados ficassem de cabeça descoberta enquanto durasse a cerimônia. Do outro lado, aos deputados tomarem assento, o Imperador leu seu discurso, o que levou o presidente da Assembléia a pronunciar o seu sentado.

“O fato é que a harmonia não se restabeleceu mais. O governo quisera que a Assembléia se limitasse a aprovar o projeto de constituição que lhe submetesse. Ao contrário, a Assembléia atinha-se absolutamente a cumprir ao pé da letra seu mandato constituinte, a levantar grandes debates em torno de cada artigo – na esperança infelizmente não realizada de que da discussão jorriaria a luz e, pelo próprio instinto de conservação, a limitar, tanto quanto possível, as atribuições do Poder Executivo. Foi assim que pretendeu que as leis redigidas e votadas antes da promulgação do ato

constitucional não tinham que ser submetidas à sanção soberana, quando por seu lado a Coroa nutria a ambição de um veto absoluto. Essa interessante discussão de direito público, que lembra, ponto por ponto, a que precedeu na França a queda da realeza, e que fez a honra das assembleias anteriores à Convenção, não pôde chegar em nosso país a esse termo. A Constituinte brasileira tinha readquirido novas forças, mas se tinha tornado ainda mais indócil, quando os dois Andradas, definitivamente malquistados com D. Pedro, puseram-se à frente da Assembleia, secundando, com todo o egoísmo e todo o arrebatamento, o terceiro irmão, Antônio Carlos, que era já o líder da mesma. A oportunidade dessa reunião política se tinha entretanto passado, se é que ela devia jamais ter vindo.

“Desposando, depois da vitória, o rancor comum aos nacionais contra os antigos dominadores, a Constituinte ferira de esterilidade sua obra construtora, que a superabundância imaginativa e as teorias doutrinárias tornavam já negativa. O partido português, respondendo às ameaças legislativas de expulsão do elemento – chamado europeu, ligou-se a alguns inimigos pessoais dos antigos e onipotentes ministros da Independência, assim como a outros homens recém-chegados na vida pública e ardentes do desejo de representar um papel nos conselhos do Império. E todos eles impeliram o soberano a dissolver violentamente a Constituinte, seis meses e meio depois da abertura.

“Uma diatribe de imprensa contra os oficiais portugueses, que o Imperador se pusera a favorecer no despeito aos ataques dos faciosos contra sua pessoa e suas tendências – diatribe que teve como resultado uma agressão contra o suposto autor, por parte de dois oficiais de artilharia – pôs fogo à pólvora. A Assembleia valendo-se das prerrogativas de uma Convenção e dando atenção ao apelo do queixoso, se atribuiu funções judiciárias, quis banir os ofensores e tratou os portugueses de “monstros.” Enquanto isso, a impressazinha política ameaçava D. Pedro com a sorte de Carlos I e de Luís XVI.

“Rebentou um grave conflito. A Assembleia declarou-se em sessão permanente, exigindo explicações do governo pelo aparato militar manifestado, e o soberano replicou, como Cromwell, encarregando um oficial de fechar a sala das reuniões, de prender e deportar os principais cabeças da oposição, entre outros, os irmãos Andrada que vieram instalar-se na França.

“A Constituição, que tomou o lugar do projeto nascido do seio da primeira assembléia, que foi obra de um Conselho de Estado antes de sê-lo, nomeado *ad hoc*, presidido pelo Imperador e composto de homens de mérito era em suma muito liberal, e convinha talvez mais pelas maiores garantias oferecidas ao funcionamento do Poder Executivo e ao papel do Poder Moderador, à condição política do país, onde uma vontade suprema e forte era necessária, senão indispensável, à manutenção de uma união ainda mal consolidada. A opinião censuraria mais tarde o procedimento cavalheiresco de D. Pedro, e o sentimento público deploraria que a honra de cumprir sua grande tarefa tivesse sido arrebatada ao primeiro Parlamento Nacional, que não era certamente composto de personagens eminentes, mas contava entre seus membros – dos quais dezenove eram eclesiásticos, sete militares, vinte e três advogados e vinte dois magistrados – alguns nomes que se tornaram dos mais ilustres de nossa história. Essa assembléia nos aparece com efeito animada de um ardente patriotismo e de um sincero amor à liberdade. Seus piores defeitos não eram senão o excesso de suas qualidades.

“Inda que submetida à aprovação das Câmaras municipais da nação, a Constituição Imperial não foi ratificada sem graves incidentes. Em Pernambuco, como vo-lo disse, a oposição tomou armas, reclamando o restabelecimento da assembléia violentamente dissolvida e um monge carmelita dos mais inteligentes e dos mais corajosos, frei Caneca, se fez o principal estigmatizador dos pendores absolutistas do Imperador e o intérprete das verdadeiras doutrinas constitucionais. Pagou com a vida seu civismo e não deixou, afinal, de ter um companheiro de execução. Mas o sangue espalhado não foi, como sempre, senão funesto àquele que não soube mostrar bastante indulgência para com as idéias políticas dos adversários.

“A abdicação surgiu no horizonte no dia em que se realizou o suplício inútil do religioso, em quem se houvera encarnado o espírito democrático, e que tinha escrito num de seus apaixonados panfletos:

“Quando a pátria sofre, os olhos dos patriotas se fecham a tudo: – aos vagidos dos filhos, às lágrimas da esposa, às lamentações dos pais. O coração cheio de piedade pela pátria não reserva nenhum lugar para outras afeições. Todas as paixões emudecem. Somente o patriotismo fala. Se a

pátria faz soar sua voz imperiosa, o patriotismo não hesita, não se demora, marcha pé firme e com intrepidez. A cor do rosto não se lhe altera à vista dos perigos e dos cadafalsos...”

X

A segunda parte do reinado de D. Pedro I, – isto é, alguns anos decorridos depois do reconhecimento do Império, da promulgação da Constituição e do apaziguamento temporário da agitação revolucionária – assinalou-se por dois acontecimentos essenciais: o revés da política exterior do soberano, revés que se tornou estrepitoso por motivo da perda da Província Cisplatina, e a progressiva e segura implantação do regime parlamentar, expressão do sistema representativo.

A guerra contra o Brasil, tornava-se inevitável, tanto era popular em Buenos Aires. O sentimento público argentino não perdoava o governo do Rio de Janeiro a anexação de Montevideú, que considerava como parte integrante da pátria argentina, pátria sacudida por mil ciúmes ferozes e mil disputas, mesmo sangrentas, porém constituindo, não obstante tudo isso, um ideal baseado sobre uma unidade de raça e de língua, na comunidade de origem e de tradições. Era uma verdadeira amputação que, segundo a opinião nacional, as províncias unidas do Prata haviam sofrido da parte do Rei D. João VI. O temor dos espanhóis sempre ameaçadores podia ter feito até aí hesitar a coragem dos menos belicosos, mas a completa derrota das tropas realistas no Peru era de caráter a dissipar tais apreensões e a permitir levar as coisas ao extremo entre os herdeiros americanos das duas metrópoles peninsulares.

O governo de Buenos Aires, aproveitando-se da estada de Bolívar no Alto Peru, onde viera recolher fruto da brilhante vitória do General Sucre, imaginou organizar um “guerra de princípios”, alistando as jovens comunidades republicanas da América do Sul contra o Império formidável e agressivo que também se debatia na desordem política, desordem que a autoridade do trono não conseguia acalmar inteiramente. Foi de Bolívar que veio a recusa de se meter com os veteranos que o acompanhavam em novas aventuras. Bolívar julgava já ter bastante responsabilidade sobre os ombros com sua Grande Colômbia, seu velho Peru e sua nova Bolívia. Não obstante, sua bravata de passar dos Andes a Mato Grosso, de subir pelo

litoral até o Pará, ditando, de passagem, suas condições ao Rio de Janeiro e voltar à Venezuela pelo Amazonas, o rio Negro, o Caciquiare, e o Orenoco, Bolívar preferiu não experimentar a aventura, tanto mais quanto o Imperador havia negado o ato de seu subordinado, o governador de Mato Grosso, o qual houvera acreditado fazer bem aceitando a incorporação ao Brasil da Província de Chiquitos, destacada do vice-reinado do Peru.

Aliás, em Buenos Aires, todos não julgavam da mesma maneira a intervenção de Bolívar nos negócios da costa oriental. Havia quem temesse sua desmedida ambição e seus sonhos do domínio sul-americano. Um Brasil intacto era, pelo menos, um contrapeso à vasta Federação que parecia esboçar-se ao lado de noroeste, progredindo ou estendendo-se para dois oceanos, da embocadura do Orenoco aos confins do Chile, e dilatando seus territórios desde o mar até os planaltos da cordilheira dos Andes e aos cimos da cadeia de Parima.

O objetivo de todos, na Argentina, era, entretanto, reconquistar o território perdido em nosso proveito, o mesmo que representava para eles uma página inesquecível de glória, desde que Jacques Liniers o houvera reconquistado, em 1807, das forças inglesas de Whitelock, vindo para vingar uma primeira afronta, e cuja expedição terminara num segundo desastre.

O Brasil não desejava a guerra, e desejava ainda menos abandonar a conquista real. Para D. Pedro I era um ponto de honra, e ele fê-lo bem claramente compreender aos agentes diplomáticos ingleses, que faziam todos os esforços para evitar o início das hostilidades. Pode-se medir o interesse que tinha a Inglaterra pela América do Sul, reparando-se nas fortes relações de comércio que se tinham estabelecido entre seus portos e os das colônias emancipadas da Espanha e de Portugal. Em 1823, as exportações inglesas com destino ao nosso continente meridional já se elevavam a 5.600.000 libras esterlinas, o que representava um oitavo do total desse comércio e excedia de muito as exportações para os Estados Unidos, originadas da mãe-pátria. Agora mesmo, seja dito de passagem, a América do Sul fizera, no quadro das exportações britânicas, por um décimo, e essa fração eleva-se a 25.000.000 de libras esterlinas.

Ora, o bloqueio do rio da Prata, que o Brasil não deixaria de começar por estabelecer, traria perdas consideráveis a um tráfico cada dia mais florescente, abstração feita da nuvem de corsários, que se abateria

sobre o comércio legítimo, sem mais se importar com os neutros. Imaginando, como era de seu dever, os deploráveis efeitos de um rompimento, Canning encarregou lorde Ponsonby, ministro em Buenos Aires, de oferecer, em sua passagem pelo Rio de Janeiro, a intervenção britânica para uma solução amigável, baseada na restituição de Montevidéu em troca de uma indenização pecuniária ou, em último lugar, a elevação da Banda Oriental em Estado independente. Foi essa última solução que veio a prevalecer mais tarde, mas no momento tinha o grave defeito de não satisfazer as ambições em suma legítimas das Províncias-Unidas, e ao mesmo tempo de irritar as susceptibilidades do Brasil. A solução em debate apresentava-se aos beligerantes como a pior hipótese.

O Imperador recusou redondamente os bons ofícios e as propostas sugeridas. Preferiu arriscar-se à fortuna das armas, a que seus adversários tinham feito apelo com entusiasmo. Dorrego, que estava em 1825 à frente do governo de Buenos Aires, querendo inflamar mais o espírito argentino, que não tinha, contudo, quase necessidade de estimulante em tal ocasião, tinha lançado como brado de guerra esta frase: “Que o hino da pátria seja entoado em 25 de maio de 1826 sobre as muralhas de Montevidéu.” Foi preciso diminuir as pretensões, mas é incontestável que os maiores êxitos militares e diplomáticos dessa desavença pertencem à Argentina. Foi em seu proveito, indireto, senão direto, que o Império foi desmembrado da única conquista efetiva do reino, desde que o enfraquecimento do Brasil significava mais ampla garantia para a Argentina. E foi à custa da reputação de nossa marinha, muito superior, que as forças inimigas ganharam vantagens notáveis.

O almirante Brown, um irlandês a serviço de Buenos Aires, fez maravilhas com o material insuficiente à sua disposição. Não só não fez caso do bloqueio, como também desbaratou expedições navais dirigidas contra o território das Províncias-Unidas. A marinha brasileira que lorde Cochrane houvera adestrado com a autoridade de sua valentia e de sua competência, saiu diminuída, quase desmoralizada, da luta, não obstante algumas ações honrosas. E, em terra, Ituzaingo foi talvez, segundo a opinião de escritores militares, uma batalha indecisa, mas que revelou a incapacidade do exército do marquês de Barbacena para garantir o limite de La Plata tão penosamente alcançado. Equivalia depois a uma derrota, e os argentinos a proclamaram como tal.

De outro lado, a anexação da Banda Oriental pelo antigo vice-reinado não era de prever. Buenos Aires não tinha ainda bastante vigor para constringer a província rebelde a anexar-se, e era necessário contar com o sentimento de independência que ali se desenvolvia e manifestara pelo levante de Lavalleja contra a ocupação brasileira, levante que o governo de Buenos Aires protegeu e auxiliou.

Um político argentino, que é também um homem de letras, o Sr. Ramón Cárcano, acaba de publicar a esse respeito páginas judiciosas, que demonstram a impossibilidade de qualquer solução outra sem ser a soberania do Uruguai, e evidenciam também a vantagem que nisso teria seu próprio país. “O sentimento popular da outra margem – tais são suas palavras – era tão hostil a um domínio quanto a outro, e esse estado moral explica a popularidade de um cabeça instintivo como Artigas (o herói da resistência contra a invasão portuguesa, que tinha findado por procurar um refúgio no Paraguai, onde o ditador Francia o retinha prisioneiro). Libertar o país do Brasil era levantá-lo contra a Argentina, imolar sangue e interesses a um lirismo manifesto. Deixar o Império fatigar-se e esgotar-se por meio de uma guerra interminável, num país onde não era senhor senão do solo onde pisava, e nos reservar o momento de proceder à ação decisiva e preponderante, assumindo a atitude simpática de mediadores amigáveis, era a política sensata, previdente e segura, que as circunstâncias impunham à jovem república.” Era o plano – acrescento eu – que o estadista García afagara.

“Nenhum receio – prossegue Cárcano – de que o Brasil se voltasse contra nós, ameaçasse, com seu poder, a integridade do território argentino. Faltavam-lhe para essa empresa temerária os recursos do espírito. Comprometido em uma guerra social, sem tréguas, com os uruguaios, não se arriscaria a multiplicar as dificuldades de uma posição política e militar a uma imensa distância de seu centro de governo. Inquietada por uma agitação interior a jovem monarquia não se exporia a novas complicações com uma democracia guerreira e expansiva, que havia já percorrido a América sujeitando-a à vitória das armas. De passagem, observarei – não ignoreis que o Chile deveu sua emancipação ao exército libertador de San Martín, que escalou os Andes para lhe levar socorro, e que as forças de San Martín e de Bolívar se encontraram no Peru, umas descendo outras subindo o Pacífico, na cruzada para a emancipação da América espanhola.”

“As Províncias-Unidas – aduz o autor argentino às considerações já expressas – mantidas na expectativa, sem a pretensão desrazoável de conservar uma fração territorial incoerente, rebelde e irreductível, manteria intacto seu poder e seu ascendente, para dar o derradeiro retoque, profundo e definitivo, à questão do Uruguai.”

Buenos Aires não perdeu, entretanto, nada com a intervenção armada de que seu governo fez o ensaio, porque a República tirou dela tradições, de que seu povo é muito cioso, e também porque o resultado, graças a uma guerra sem êxito decisivo, fora o que a Inglaterra preconizara, e que as duas partes haviam antes repellido, como atentatória à honra de ambas.

Esse resultado constituía um ganho positivo para a Argentina, que se mostrara capaz de lutar e mesmo de vencer, inda que incapaz, por sua absoluta desordem política, de conservar o fruto da vitória. Não era uma perda para o Brasil, que se tinha mostrado incapaz de um esforço militar continuado, e por consequência de uma resistência superior ao desmembramento operado. Apenas esse desmembramento não resultou absolutamente em proveito territorial para o adversário, o que afinal foi felicidade, porque isso impedia a formação, na costa oriental da América do Sul, de uma espécie de Alsácia/Lorena, questão que a guerra do Pacífico criou muito mais tarde na costa ocidental, pela incorporação ao Chile das Províncias de Tacna e Arica.

O Uruguai tornou-se, assim, um estado-tampão – a expressão não era ainda do tempo, não havia sido ainda inventada, mas a idéia não podia deixar de ser antiga – e esse estado-tampão, segundo a frase de um de seus mais ilustres filhos, André Lamas, separava e garantia as fronteiras abertas, melhor do que o poderiam fazer os mais vigorosos limites naturais. A posse desse território, cessando de ser uma causa de discórdia perpétua, sua neutralidade tornou-se a base permanente do equilíbrio político do rio da Prata. O Sr. Ramón Cárcano não hesita em afirmar que, na convenção preliminar da paz, cada qual dos signatários teve seu quinhão de triunfo. O Brasil, a Argentina e o Uruguai foram igualmente vitoriosos, como é o caso para todas as soluções simples, em que a gravitação das forças e dos interesses comuns, distribuindo satisfações recíprocas, produz o resultado definitivo e justo.

Pouco importa que no Brasil o prestígio imperial tivesse recebido por isso um rude golpe. A guerra teria sido ali antes impopular, porque o sentimento nacional não tinha considerado nunca a Província Cisplatina como uma parte componente da pátria unificada, e esse sentimento tinha mesmo parecido bastante estranho, neste ponto, à política do Rei D. João VI, de que o Brasil parecia não compreender todo o alcance, certamente porque ao país falta uma tradição de unidade. Ao tempo de D. Pedro I, preocupações interiores, absorvidas pelo ideal democrático que crescia à proporção que o brilho da monarquia empalidecia, superavam de tal maneira as de ordem exterior, que o elemento denominado exaltado não ocultava absolutamente suas simpatias pelos uruguaiois em luta pela liberdade. Os exaltados não dissimulavam mesmo a satisfação pela humilhação sofrida pelo governo imperial, quando o almirante Roussin exigiu, num tom que não tolerava outra réplica senão a dos canhões, a restituição de alguns navios franceses capturados durante o bloqueio e considerados como boa presa.

A situação pessoal do Imperador começava, aliás, a tornar-se de um equilíbrio algo instável. De um lado especulava-se, para fazer-lhe mal, com as animosidades, e as desconfianças que evidentemente subsistiam entre portugueses e brasileiros, de outro, tirava-se partido contra ele de sua incompatibilidade instintiva e intempestiva com os princípios do código orgânico muito liberal que ele houvera sancionado.

A dissolução da Constituinte tomava, à medida que o tempo decorria, proporções dramáticas, que não tinha na realidade tido, provocando o desejo de represálias, e as Câmaras que, em 1826, começaram a funcionar regularmente e que pareciam, a princípio, decididas a marchar de acordo com o soberano e evitar novas disputas, pouco a pouco se inspiraram também de liberalismo e quiseram erguer-se à altura de toda dignidade do regime parlamentar. Supunha-se que eram a expressão disso, ao menos teoricamente, porque, se não dependesse senão de D. Pedro, elas teriam ficado reduzidas na prática às antigas cortes consultivas da monarquia portuguesa.

O Imperador não tinha, contudo, hesitado em outorgar uma carta liberal a Portugal, cuja Coroa acabava de herdar, por morte do pai. Tinha-se de tal modo habituado com a fraseologia constitucional, que não podia mais passar sem ela, fiando-se sempre na gratidão dos povos, para

corrigir o que pudesse resultar de humilhante daí para a Coroa. Porque seu caráter era assim feito de contradições. Nenhum temperamento era mais inclinado ao absolutismo que o desse soberano, que de seu pleno agrado implantara o regime constitucional em dois países – países que contribuirá diretamente, pessoalmente e com entusiasmo, a desunir, e de que sonhava, com seus botões, a reunião, exultando um dia por sua abnegação cívica, sofrendo no dia seguinte por seu abatimento político.

Por isso, quando D. Pedro se viu um momento, pela sucessão natural dos acontecimentos, rei de Portugal, os brasileiros se agitaram abertamente, e com tanto mais razão, quanto as preferências do Imperador pareciam, desde algum tempo, se dirigir para os portugueses. Sua roda imediata, seus companheiros de prazeres, sua camarilla, – pois havia uma – era composta de pessoas do velho reino. Essa circunstância não era devida somente a um platônico instinto patriótico, que teria surgido de sua pessoa, desde que se tornara igualmente D. Pedro IV. Era principalmente devida ao seu pesar contínuo de haver renunciado ao trono de seus avós, pela miragem de um Império que se perdia cada dia mais nas brumas republicanas.

Desse pesar à necessidade de proceder e ao desejo de reparar a falta cometida não havia senão um passo a dar. No Brasil ninguém teria consentido numa nova partilha da soberania e, em Portugal, o príncipe que havia destruído o Reino-Unido lutaria sempre contra a impopularidade, mesmo por ocasião dos êxitos mais brilhantes da campanha liberal, de que ele se fizera o campeão em favor da filha. De toda a correspondência diplomática estrangeira da época, que percorri, adquiri a certeza de que D. Pedro almejou muito descobrir um meio de conservar para si as duas Coroas. Mas não pôde recusar-se a abdicar de uma, se bem que o interesse ardente, de que não cessou desde então de dar provas para com os negócios portugueses contribuisse, de concerto com a perda da Cisplatina, as dificuldades com as Câmaras e mesmo o escândalo de sua vida privada, para levá-lo fatalmente à abdição de outra.

A favorita era uma brasileira, de bom nascimento e de grande beleza. D. Pedro mantinha, na falta de outros, este forte apego de coração com a Pátria adotiva. Mas essa marquesa de Pompadour, que se chamava marquesa de Santos, se ocupava – conforme mesmo o que contam as

mensagens de Mareschal a Metternich – antes de seus interesses pessoais e de sua família que de política internacional. Sua influência era entretanto real e foi em certos momentos tirânica sobre a marcha dos acontecimentos interiores. Conselhos de ministros se reuniam em sua residência, e ela mudava o pessoal dos gabinetes segundo seus caprichos ou conveniências, até que seu volúvel amante, fortemente apaixonado pela encantadora e jovem princesa Amélia de Leuchtenberg, filha de Eugênio de Beauharnais, e na qual revivia o encanto de Josefina, pôs fim a esta ligação que houvera abreviado os dias da pobre arquiduquesa Leopoldina, a quem a marquesa de Santos impunha sua presença como amante preferida, enquanto a filha desse amor adúltero, a duquesa de Goiás, se colocava ao lado das pequenas princesas. Essa situação contribuiu naturalmente para tornar muito penoso aos diplomatas brasileiros na Europa decidir do casamento de uma nova imperatriz.

D. Pedro tornou-se circunspecto, se bem que não por muito tempo, pois em Londres, quando não era mais senão o duque de Bragança, defensor dos direitos da filha ao trono de Portugal, uma grande dama inglesa, escrevendo à princesa de Liéven, descrevia-o como *very frisky with the ladies* (muito caroável de mulheres). Ele não corava dessas estroinices. Um dia, em que sendo Imperador – foi ele próprio quem contou o incidente ao ministro da Áustria – discutia com o conde de Gestas, encarregado de negócios da França após Maler, as cláusulas de um tratado de amizade, de comércio e navegação, como Gestas insistisse mais do que devia para excluir a cláusula que admitia livre prática religiosa dos nacionais de um país no outro, invocando, a propósito, a piedade conhecida de Carlos x, D. Pedro, que pensava no direito de seus súditos protestantes, filhos de emigrantes alemães, replicou-lhe com este repente: “Oíça, Carlos x é como você e eu seremos um dia, como eu temo: ele foi libertino e tornou-se devoto.” O príncipe me disse – acrescenta Mareschal ao referir a historieta a Metternich – que o dito repentino havia transtornado de todo o pobre do Gestas, que é muito religioso.

O ministro da Áustria não desculpava a libertinagem do Imperador, este era o primeiro a empregar o termo sem disfarce. Na sua correspondência, manifestou frequentemente seus sentimentos sobre tal assunto. Mas tinha acabado por aliar-se ao sistema representativo, para louvar a

moderação e as boas intenções das Câmaras e mesmo para julgar que o Ministério devia reunir-se em meio delas, como na França, dizia ele, acrescentando: “É infinitamente preferível conservar o governo representativo, que passar por uma nova revolução para aboli-lo. No estado atual do Brasil não vejo nenhum outro meio de manter a união das províncias e de acabar por amalgamá-las. Visitas frequentes do soberano às diferentes províncias me haviam igualmente parecido uma vez um meio de prender os povos ao sistema monárquico. Mas a viagem de Sua Majestade à Bahia demonstrou que o escândalo de sua corte não somente neutralizava o efeito salutar de sua presença, porém produzia mais mal que bem.”

A evolução constante do sistema devia em breve suprir os votos um pouquinho singulares e inesperados do discípulo de Metternich: o Brasil ia entrar inteiramente no regime parlamentar, seguindo o modelo tradicional britânico. O primeiro Ministério originado da maioria da Câmara data de 1827, mas, naturalmente, os primeiros ensaios foram muito imperfeitos, pois o soberano não conseguia dobrar-se às justas pretensões da representação nacional, cada dia mais senhora de si mesma e mais certa de fazer triunfar seu ideal.

Sobreveio ao governo uma grande instabilidade causada por esse conflito de tendências. Os gabinetes sucediam-se, uns desposando os pensadores liberais, outros refletindo as tendências da corte. A desordem não aproveita senão ao partido federalista-republicano cuja popularidade crescia, ao ponto de numerosos candidatos exaltados – assim eram chamados – levarem vantagem sobre os moderados, nas eleições de 1830, ano fatal às idéias de reação. A breve prazo a desordem campeava nas ruas.

Ora eram regimentos de mercenários estrangeiros, que o Imperador havia organizado a exemplo dos suíços da antiga realza francesa, e que se revoltavam por pura indisciplina. Ora eram querelas sangrentas entre portugueses e brasileiros, que tomavam um caráter político. Gritava-se ostensivamente à passagem do soberano: “Viva o Imperador, enquanto Constitucional!” E ele, impulsivo como sempre, não podia deixar de responder aos manifestantes: “Sou, fui e serei sempre constitucional.”

Sua situação tornava-se todavia insustentável, e a notícia das Três Gloriosas de Julho não fez senão aumentar a efervescência no Rio, por sua inevitável sugestão. No mês de abril de 1831, um movimento popular

se esboçou contra um gabinete exclusivamente composto – dizia-se – de senadores e de cortesãos. E tendo o exército – abandonado a si mesmo pelo Imperador, para não precipitar as coisas – feito causa comum com o povo habilmente impelido pelos cabeças, a abdicação em favor de seu filho pareceu a D. Pedro I a solução mais sábia e mais honrosa da crise.

D. Pedro, pessoalmente, desejava, desde algum tempo, ardentemente partir e ir correr os riscos da aventura portuguesa. Os constitucionais emigrados para Londres, aos quais faltara um chefe de prestígio, para tentar derrubar D. Miguel, se tinham mesmo, ao que parece, posto de acordo com os liberais brasileiros, a fim de forçar o Imperador a deixar o Brasil. Este foi ao encontro da abdicação com sangue-frio, decisão e dignidade, como procedia, sem exceção nas ocasiões do perigo, confiante na generosidade da nação e do Parlamento, que personificava o jovem Imperador, com cinco anos de idade, ao qual, segundo a escolha paterna, José Bonifácio, de volta do exílio, devia servir de tutor.

A abdicação abria caminho a uma ou outra destas duas soluções: a República ou a Monarquia constitucional. Aquela corrigida pela ditadura militar, esta limitada nas atribuições e sobretudo na ação pessoal do soberano, que, durante a infância e a adolescência, quando menos, não seria senão o testa-de-ferro das decisões políticas tomadas pelos verdadeiros detentores do poder. Foi aliás a última solução que prevaleceu com um caráter franco e voluntariamente democrático, que levou um de nossos melhores escritores políticos, Joaquim Nabuco, a escrever com muita penetração que a regência não foi senão uma grande experiência republicana. Com efeito, o chefe efetivo do Estado, poderíamos dizer o xógum do Micado-menino, impunha-se como o representante da opinião parlamentar predominante, o cargo mudando de titular e por consequência de orientação, de acordo com as circunstâncias do momento histórico. Assim foi que houve, após a regência provisória, que exerceu quase legalmente a autoridade que lhe fora delegada pelos membros presentes das Câmaras Legislativas, uma regência colhida no partido moderado e composta de um triunvirato. Em seguida a regência suposta moderada, mas na verdade de caráter radical-avançado, segundo a fraseologia da época – do padre Feijó. Enfim, a regência conservadora do marquês de Olinda.

A Monarquia e com ela a unidade nacional foram salvas em 1831, graças principalmente ao ascendente, à habilidade e ao devotamento de Evaristo da Veiga, um alfarrabista que se tinha revelado jornalista perfeito, redigindo a *Aurora Fluminense*, e que, eleito deputado, conquistou no Parlamento uma situação privilegiada, onde os privilegiados não eram outros entretanto senão os de talento e de honestidade. Em meio do transbordamento agressivo da imprensa sectária, a folha de Evaristo da Veiga fazia-se notar pela moderação, pela imparcialidade, pela elevação do tom de polémica. Semeava as idéias de um doutrinário e de um autodidata, saído das classes populares – idéias manifestadas em linguagem sem requinte literário, mas naturalmente eloquente, calorosa e persuasiva.

Eis como o Sr. João Ribeiro descreveu com algumas palavras muito justas o tipo eminente do jornalista de vocação: “Evaristo da Veiga quis com a *Aurora Fluminense* fundar um jornal escrito com simplicidade, sem a afetação bombástica das folhas oposicionistas e demagógicas, mas também sem a mentira e o servilismo das folhas oficiais. Queria antes ser sincero que brilhante. A sua intenção, compreendendo que vivia numa nacionalidade de inexperientes, era vulgarizar por extratos e traduções as idéias dos economistas e filósofos políticos ingleses e americanos, mal conhecidos e pior interpretados. Essa fórmula de atividade intelectual estava entre nós na moda dessa época; compunha-se de antologias do liberalismo europeu e norte-americano, onde frações de pensamentos fortes, desprendidos das soluções em que pousavam, agora agiam como venenos violentos. As hipérboles dos brasileiros que Eschwege notava no reinado de D. João VI, são agora quintessências políticas.

“Evaristo foi um desses manipuladores. Ao começar o seu jornal não se encostou a facção alguma das que disputavam o poder, e conquanto fosse ele antagonista do despotismo imperial, a sua principal intenção era a de ser independente. A folha, única no seu gênero, ganhou logo enorme circulação e tornou-se a primeira de todo o país; a linguagem de Evaristo, elegante e às vezes irônica, tornou-se desde aí o padrão de estilo dos jornalistas que depois dele vieram. A sua eloquência (e era quase o único dote de escritor que possuía) carecia de imaginação, mas tinha agudeza e certa ironia fascinadora.”

Evaristo da Veiga chegou mais que outro qualquer a conter a alta maré demagógica, erguendo em face do mar encapelado o dique dos elementos e dos interesses contrários à desagregação nacional. Mas não estava em seu poder fazer refluir a indisciplina, que não era somente do povo, porém do exército. E essa indisciplina acentuou-se de tal maneira após a abdicação, que se pode dizer, sem abuso de retórica, que a ordem por toda a parte se achava subvertida. Os piores excessos foram cometidos em nome da liberdade e do patriotismo, e foi preciso que, na capital, um homem de uma energia excepcional, o ministro da justiça, Feijó, um eclesiástico, – aliás tão pouco ultramontano que defendia a abolição do celibato – chegasse ao ponto de dissolver os regimentos de linha e organizar em lugar deles a guarda nacional, armando cidadãos contra soldados para a defesa da lei.

O exército foi, pois, a primeira vítima de uma situação, para a qual tinha fortemente contribuído, levantando-se contra o Imperador que era seu melhor amigo, desde que, como Joaquim Nabuco observa, achava-se ele quase só a querer que o mesmo exército exercesse sua função militar, passiva em relação à obediência, diferente da função cívica e libertadora, com que sonhavam para seus liberais, hostis aos feitos de guerra. O autor inglês Armitage, que quis continuar a excelente obra do poeta laureado inglês Southey, e que tem a grande vantagem de haver composto no local sua história brasileira dessa época – pretende-se mesmo que ela foi inspirada, senão redigida por Evaristo da Veiga – considera que a má fortuna de nossas armas na Cisplatina e no rio da Prata teve consequências salutares e acordes com as aspirações dos liberais, desencorajando as raras vocações militares e fazendo voltarem-se para as carreiras civis as ambições da nova geração. É positivo que o Império, não obstante tudo que escreveram contra ele os inimigos de fora, esteve bem apegado à paz e pouco cuidadoso de conquistas.

Na anarquia em que o Brasil se debateu durante vários anos, transpareciam preocupações políticas, pois a fileira dos partidos compreendia desde os defensores de uma restauração de D. Pedro I, como soberano quase absoluto, até os adeptos da nacionalização do comércio e da confiscação dos bens dos portugueses. Mas manifestava-se igualmente uma agitação social do mais grave augúrio, porque tinha por base a ignorância e a vingança, e como meio o assassínio erigido em sistema. Examinada

deste ponto de vista a história desse período é uma história sumamente dolorosa, e a repressão custou esforços hercúleos, tanto mais meritórios, entretanto, quanto não se poluíram quase nunca das represálias que se poderiam esperar.

Temos dificuldade em crer no êxito da pacificação, quando conhecemos e temos presente o quadro do Brasil de 1832, entregue aqui à soldadesca ladra, ali aos bárbaros sertanejos, mais longe aos ferozes mestiços. Foi verdadeiramente um milagre a ordem haver sido restabelecida, na maior parte dos casos, como no Pará e no Maranhão, por um tardio esforço militar, devido a profissionais como Andréia e Caxias, e, ao mesmo tempo, a autoridade civil se tivesse tornado preponderante. O padre Feijó lembra, na verdade, no dizer de Euclides da Cunha, o herói providencial de Carlyle. E seu feito não se limitou à repressão da desordem geral – estendeu-se igualmente à organização administrativa, escolar, financeira, de todos os gêneros.

A regência teve no Brasil o raro mérito de ser, ao mesmo tempo, um governo forte e fecundo, que deixou traços profundos na história, não somente política, mas igualmente social do país. Atacou a escravidão, fazendo votar a primeira lei de proibição do tráfico dos negros, cuja extinção houvera sido estipulada no tratado de amizade com a Inglaterra, assinado em 1826. Reformou a justiça, decretando um novo Código de Processo Criminal, instituindo o júri, consolidando as modificações trazidas pelo regime constitucional ao espírito da velha legislação portuguesa. Já em oposição ao soberano, as Câmaras Legislativas tinham, pouco antes da abdicação, abolido a pena de morte para os delitos políticos. Deu enfim satisfação razoável às tendências particularistas por meio do Ato Adicional, que substituiu os conselhos provinciais pelas assembleias legislativas locais, e inaugurou a descentralização administrativa, que devia ter por termo a Federação Republicana.

Evaristo da Veiga, o espírito dirigente dos moderados – partido de que a revolução se tinha realmente aproveitado – chegou a impedir que os presidentes das províncias fossem eleitos ou escolhidos em uma lista tríplice. Nomeados pelo governo, eram seus representantes diretos, verdadeiros prefeitos, agindo em nome da autoridade do poder central e em lugar dela, e garantindo a coesão nacional.

A morte do Imperador D. Pedro I, sobrevinda em Portugal em 1834, logo depois da instalação vitoriosa do regime constitucional, havia facilitado a tarefa política da regência brasileira, eliminando necessariamente da luta um dos partidos, aquele cuja expressão mais vigorosa era a sociedade militar, do mesmo modo que a sociedade federal o era para os democratas, e a sociedade dos defensores da liberdade e da independência nacionais, para os constitucionais.

Os exaltados também se mostravam dispostos às transações desde que haviam ficado convencidos de que tinham perdido a partida travada ao tempo da abdicação. A resignação deles não foi nem integral nem imediata, mas inda que incompleta e gradual, triunfou das ambições contrariadas e, sobretudo, do despeito profundo que havia causado entre os elementos avançados a mudança repentina, proclamada patriótica, daqueles que tinham de concerto com eles levado o Imperador contra a parede, obrigando-o à retirada, para não fazer resultar disso a única consequência necessária ao ponto de vista deles: o advento da República.

Os moderados tinham-se mesmo mostrado, por momentos, excessivos na sua inflexível disciplina, que teve o único defeito de não compreender bastante que existia uma incompatibilidade de civilização, ainda mais do que de idéias entre os homens que dirigiam as correntes políticas e os que no seu niilismo primitivo e inconsciente procuravam minar toda autoridade e implantar a anarquia. Essa incompatibilidade, refratária aos arranjos amigáveis, desde que era acima de tudo social, explica por que a desordem continuou depois da aproximação dos partidos e os ensaios de fusão das idéias.

Dois partidos bem definidos acabaram por se achar sós, em presença um do outro, na esfera do governo: o dos liberais, apegados à reforma constitucional, por que eram responsáveis, reforma pela qual se havia tentado resolver a desavença entre federalistas e unitários, problema que Rosas, na Argentina, resolvera, ao mesmo tempo, pela força e pelo assassinio. E o dos conservadores, nascido da aliança de uma fração dos moderados com os reacionários, ou partidários da regência do primeiro Imperador. Foi esse último partido que, chefiado por Bernardo de Vasconcelos, um verdadeiro temperamento de organizador, triunfou nas eleições de 1836, circunstância que determinou a demissão de Feijó e o advento como regente do marquês de Olinda.

O antigo regente estava, aliás, cansado, politicamente gasto e malvisto. A guerra civil devastava o Rio Grande do Sul – região do país que parecia uruguaia de costumes, inda que brasileira de origem – e ameaçava romper definitivamente a unidade tão penosamente conquistada. A imprensa tivera de ser amordaçada, tais haviam sido os excessos a que se tinha entregue. Quando os revolucionários estão no poder – o fato é bem conhecido – tornam-se invariavelmente autoritários, mas não chegam sempre a tornar-se populares.

A oposição parlamentar vencera a resistência do regente Feijó, como houvera vencido a de D. Pedro I. O Brasil vogava em pleno oceano parlamentar, e Feijó era por demais ciumento das prerrogativas do Poder Executivo, após havê-lo exercido com vantagem para a nossa sociedade ameaçada de dissolução. Cedeu, sem submeter-se, à opinião da maioria das Câmaras, isto é, respeitou o veredito originado do sufrágio nacional, e abandonou o campo da luta aos que se intitulavam conservadores, sem sê-lo mais que ele próprio, que houvera conservado o edifício do Império. Feijó pôs em harmonia, desse modo, pela sua conduta de conciliação enérgica, a dignidade do governo e as exigências da liberdade, inseparável de um regime verdadeiramente representativo. Os liberais, desapossados do poder, haviam de tomar sua desforra, fazendo que fosse, três anos mais tarde, antecipada, pelo Parlamento, a maioria do soberano: – o que era ainda manifestação do culto que eles haviam consagrado ao espírito de autoridade, depois de haverem reconhecido praticamente os seus benefícios e aprendido a execrar a anarquia.

XI

D. Pedro II está definitivamente colocado entre as principais figuras morais do último século. Seu longo reinado, inaugurado por um *pronunciamiento* parlamentar e terminado por um *pronunciamiento* militar; seu amor da paz sem desonra e da justiça a todo custo; sua paixão pelas ciências, a princípio, pelas letras, em seguida, e, enfim, pelas artes, em suma, por tudo que se relaciona com o espírito; seu desprezo pelas vulgaridades e desapego pelas riquezas; sua afabilidade cheia de dignidade; sua severidade sem arrogância; sua bondade sem afetação; sua honestidade sem limites, tornaram o nome desse monarca não somente familiar aos que se

ocupam de história e de política, tanto quanto de filosofia e de moral, mais caro aos que se deixam seduzir pelos aspectos superiores da humanidade. Seu renome não é, afinal, senão justo, pois foi o mais nobre dos homens e o mais perfeito dos soberanos.

Por que – perguntar-me-eis então – foi destronado o chefe dessa “democracia coroada”, conforme Mitre, o grande homem argentino, gostava de qualificar o Brasil? É que havia o adjetivo colocado ao lado do substantivo, é que as Coroas na América estavam votadas a esse melancólico destino, desde o momento em que se havia denominado essa parte do mundo de “continente livre”, porque ali não havia reis, e as palavras, sobretudo nas sociedades de imperfeita cultura, significam mais que as idéias, as convenções mais que as realidades. E essas palavras, correspondentes às idéias, fostes vós, filhos da revolução, que semeastes acolá. Essas convicções, mais potentes que as realidades, porque lhes sobrevivem, fostes vós que criastes em nossos espíritos.

Não é muito de vossa culpa a terra ser demasiado fértil além-mar, as plantas ali germinarem mais depressa. O fato é que as flores desabrocharam antes da estação, e nem todas puderam transformam-se em frutos. Assim foi que os libertados políticos e mesmo os libertados civis se estiolaram às vezes ou degeneraram em vagens secas e amargas em algumas das supostas democracias fundadas no Novo Mundo como o foram todas, com grandes ilusões românticas, em breve rebaixadas à situação de sinistras e sórdidas tiranias. Outras entre elas entretanto, felizmente para essas repúblicas e para a civilização, evoluíam normalmente, cessavam de rastejar para se enovelarem nos seus casulos, fiando, vale dizer produzindo, e chegavam a esvoaçar livremente no espaço.

O Brasil-Império serviu então de modelo a essas repúblicas progressivamente circunspectas, pois em nenhuma parte na América, nem mesmo nos Estados Unidos, em certos pontos de vista, as franquias foram maiores nem o sentimento democrático mais intenso. O viajante conhecido pelo nome de barão Hubner tinha perfeitamente razão quando escrevia que o Brasil lhe parecia um Império republicano e o Chile uma república imperial. Precisando os termos, dir-se-ia melhor talvez que o Brasil daquele tempo era um Império democrático e o Chile uma república aristocrática. Ensaçando esboçar a grandes pinceladas o reinado de D. Pedro II, espero

fazer-vos compreender como a identidade findou por prevalecer na nomenclatura política americana, e ao mesmo tempo dizer-vos porque o modelo presidencial dos Estados Unidos prevaleceu simultaneamente sobre o modelo parlamentar da Grã-Bretanha, com o qual o Império brasileiro se houvera identificado.

O nome de D. Pedro II parece ter estado predestinado na nossa história a servir invariavelmente de bandeira de reunião para os partidários da ordem. No momento da abdicação de seu pai, quando contava apenas pouco mais de cinco anos e provocava, por isso, a emoção da corte do ministro da Áustria, que não podia olhar sem ternura o rebento dos Habsburgos que, dizia ele, tinha o ar, na sua inocência, de implorar-lhe a proteção, o Imperador-menino tinha, por sua própria fraqueza e para o sentimento de lealismo que despertava, salvo seu país da desunião que se inclinava para reduzir o belo colosso político a uma poeira de anarquia.

Aos quinze anos ele aceitava, com seu dito célebre “quero já”, o oferecimento do poder efetivo que lhe era feito por um grupo de políticos, fatigados das incertezas de uma regência que se mostrava incapaz de extinguir a guerra civil e de restabelecer a unidade anterior.

Aos olhos desses homens políticos o advento do jovem soberano compreendia o respeito da autoridade sem necessidade de violência, mediante o prestígio da instituição, antes que o prestígio pessoal do representante do princípio monárquico tivesse podido proceder por si mesmo. E assim foi. D. Pedro II foi declarado maior em 1840. O ano de 1845 viu terminar-se a guerra civil no Rio Grande do Sul, a qual havia durado dez anos, e por pouco não separara do Brasil esse novo Uruguai. E em 1848 o espírito de facção se sentiu deveras abater em Pernambuco, graças ao revés da mais desrazoável das revoluções. Admiro-me de ter o Sr. Theodore Roosevelt dito – e peço perdão por isso – não haver jamais podido compreender dois movimentos insurrecionais: o que desapossou Luiz-Philippe do trono da França, e o que derrubou o Império do Brasil.

De 1849 a 1889, quarenta anos se passaram de paz interior e de progresso, senão acelerado – essa espécie de progresso não surgiu por toda a parte senão em nossos dias – pelo menos, ininterrupto. Limitemo-nos a lembrar sumariamente que o Império, no momento de sua queda, havia resolvido da maneira mais calma e mais generosa, senão da maneira mais

reta e mais justa, do ponto de vista egoísta de sua conservação e do ponto de vista altruísta do interesse dos agricultores privados de toda indenização e levados por essa razão à ruína, o mais grave problema econômico e social que pesava sobre o futuro do país, – quero dizer, a abolição da escravatura, o Império havia ainda afirmado sua preponderância política no continente por sua constante atividade nos arredores do rio da Prata, contribuindo para fazer desaparecer a ditadura lendária de Rosas, conduzindo um pouco à sua maneira os acontecimentos de Montevidéu, e derrubando de todo a tirania de López no Paraguai. O Império tinha enfim tornado o Brasil a mais liberal e a mais esclarecida das nações da América Latina. Esse último benefício bastaria para o seu eterno elogio.

D. Pedro II havia sido educado numa escola, como se diz geralmente, das melhores: a escola do infortúnio. Sua infância sem carícias, sua adolescência sem alegrias, sua juventude sem prazeres tinham-lhe amadurecido bem cedo a inteligência e lhe ministrado precocemente ao espírito a atitude de gravidade que foi um dos traços mais notáveis de sua pessoa. Um viajante francês de distinção conheceu o Imperador Pedro II aos vinte anos, em 1845. O viajante era o conde Suzannet, legitimista fervente que, após a proclamação do duque de Orléans como rei dos franceses, tomou a resolução de se afastar do palácio de Tuilleries, afastando-se bastante dali, pois suas viagens se dilataram do Cáucaso ao Brasil.

O retrato que nos deixou do imperante é curioso. D. Pedro II nessa época era um enigma. Assim o considerava, pelo menos, o Sr. de Suzannet. Sua impassibilidade era, todavia, corrigida pela benevolência, ou seja por uma certa bonomia limitada, que havia de lhe ser habitual. Seu trato, ainda que afável, era frio, talvez tímido, pois não era ainda portador de simpatia e autoridade. Mais tarde loquaz, quando era oportuno, em todo caso comunicativo, sem o menor sacrifício da majestade de sua posição, não falava quase, de maneira que a vivacidade parecia estranha a um espírito que, depois, havia de parecer mesmo dispersivo, tão grande seria sua versatilidade. O olhar fixo e inexpressivo lhe notava ao tempo de sua visita e que o levava a duvidar dos dons de inteligência e de vontade exigidos para a tarefa atribuída à Coroa nessa curva da história do Brasil, não devia ser senão o resultado muito natural da ausência de negligência, de vivacidade e exuberância de sentimentos num jovem educado na inti-

midade, por momentos fastidiosa, dos senadores do Império, longe das mulheres mundanas, disciplinado nos gostos e nos hábitos, não tendo de uma verdadeira corte senão a vaga impressão de alguma coisa de bolorento e corrompido.

Sua saúde, pouco robusta nessa época, ressentia-se da falta de exercício físico, pois seus tutores, guardando queixas dos excessos de energia animal do pai, quiseram fazer do filho principalmente um homem de gabinete, um soberano mais à sua vontade à mesa do Conselho que à frente dos esquadrões. Foi dessa forma que D. Pedro II se tornou com a ajuda certamente do doce temperamento materno – uma planta que se tem na biblioteca. Ter-se-ia tornado o que os ingleses chamam “uma traça de biblioteca” *book worm*, se não tivesse sido seu interesse apaixonado pelas questões sociais em ardor do seu patriotismo. Afinal, o sangue augusto que lhe corria nas veias havia de lhe dar em breve o desembaraço que substituiria o acanhamento de sua primeira aparência, a nobreza que emendaria a reserva dos anos em que se aproximou mais de um meio que procurava ser essencialmente democrático, e que às vezes se deixava arrastar bem até à demagogia.

O verdadeiro caráter democrático da sociedade brasileira é o próprio Imperador Pedro II, quem o há de fazer sobressair, acentuando-o por seu afastamento intencional dos preconceitos, e foi por esse traço e pela honestidade fundamental de sua natureza e de sua conduta, que havia de conseguir cercar-se do respeito de seus compatriotas. Esse respeito nunca lhe faltou, como também o dos estrangeiros, respeito que era, não somente um tributo pago à sua simplicidade, mas igualmente ao seu culto à intelectualidade.

Faltava-lhe ao caráter a decisão dos grandes homens de Estado. D. Pedro II gostava muito de deixar que o tempo resolvesse os problemas maiores do governo, preferindo esse procedimento ao de cortá-lo por iniciativa pessoal. Sua atitude favorita era a impulsão teórica, retardada pela resistência prática. Não obstante, as críticas, nesse atinente, não lhe foram poupadas.

O Brasil está tão longe que não vos chegou de certo o rumor na Europa de uma expressão célebre de nossa fraseologia política do tempo do Império. Todos os descontentes e todos os oposicionistas, mesmo os de

boa fé, falavam a todo propósito do “poder pessoal” de D. Pedro II. Não era senão uma chama, pois esse poder o Imperador não o exerceu senão no limite restrito de suas atribuições constitucionais, e, mesmo aí, nem sempre em condições bastantes. De outro lado, isso não quer dizer absolutamente que ele tenha representado um papel apagado diante de seus ministros. Longe disso. Se seus ministros cediam às vezes, ele não cedia senão menos vezes. O governo era o que todo governo deve ser: um compromisso entre as tendências opostas e as opiniões divergentes. Exatamente quando o Sr. de Suzannet se preparava para ir ao Brasil, o jovem Imperador, com dezanove anos, tinha o ar de querer governar e não apenas reinar, recusando ao seu gabinete a demissão de um alto funcionário liberal, o que conduziu à queda da situação política dominante, que era conservadora.

Nunca porém ele tomou partido contra a opinião, representando a reação, nem mesmo corrigiu jamais uma desavença constitucional, fazendo prevalecer sua opinião sobre a dos ministros. Quando muito, em casos tais, ele recorria ao sufrágio, que era limitado e, por isso mesmo, tanto mais representativo de um Brasil onde o sufrágio universal estaria em desacordo flagrante com as condições sociais. Uma única ditadura lhe foi cara, e esta ele a exerceu sem hesitação: – a ditadura da moralidade.

Creio que poucos países contemporâneos têm sido tão honestos, do ponto de vista da vida pública, como o Brasil monárquico. D. Pedro I, com todos os seus defeitos, possuía, como vimos, qualidades de seriedade e entre as melhores, o escrúpulo das despesas, quando não eram vantajosas para o estado. Os primeiros atos, pelos quais se recomendou à opinião pública, ao tempo de sua regência, em 1821, como príncipe real, foram de economia. O velho rei – sempre se é tentado de chamar D. João VI o velho rei – era, quanto ao que lhe tocava, muito econômico. Mas não deixava de permitir às pessoas de sua roda, quase favoritas, o desperdício dos dinheiros públicos em proveito pessoal.

Quanto a D. Pedro II, tinha pelas questões de dinheiro, que lhe diziam respeito, o desinteresse, digamos mesmo o desprezo do filósofo, no sentido mais elevado da palavra. Pelo que tocava ao tesouro público não houve nunca cérbero mais feroz, o que quer dizer que velava ciosamente pela aplicação exata dos créditos votados pelo Parlamento. E, em nenhuma ocasião se mostrou disposto a ser condescendente com os que eram

levados ou tentados a desperdícios. Se uma influência tivesse sido tão real e eficaz sobre a orientação das mais importantes questões de governo, quanto foi – sobre as minudências da administração – o que era o caso, ainda que ele possuísse idéias gerais, mais do que revelava o gênio dos negócios públicos – D. Pedro II teria deixado a impressão de um grande homem de Estado e não apenas de um grande homem de bem. Foi a esse último título que deveu ser um soberano notável.

D. Pedro II ganhou pelo estudo uma sólida ilustração, uma verdadeira erudição, que o tornou eminente entre seus colegas coroados, e de outro lado, nunca deixou embaciar-se a probidade fundamental de sua alma, da mesma maneira que evitou sempre nas suas atitudes a afetação da grandeza. Alguns teriam querido que ele chegasse até à independência consciente de todos os preconceitos sociais – o que não teria servido senão para desclassificá-lo. Ele evitou felizmente este escolho, e seu único defeito, como soberano, foi a falta de amplitude, senão na visão política, pelo menos na realização de seus planos. D. Pedro II foi instruído, bom, honesto, clemente, magnânimo, inteiramente superior, como homem particular, e, a muitos respeitos, como monarca. Pouco faltou para que ficasse como um modelo perfeito da realeza. Não dependeu senão da insuficiência de energia e de resolução, energia que às vezes acode ao alcance da compreensão e toma a envergadura da preeminência.

Se me ocupo tanto do Imperador D. Pedro II, é que sua individualidade, realçada pela posição e sobretudo pelo valor moral, se destaca de tal modo do conjunto de sua época e de seu meio, que atrai todos os olhares dos que, pensando, e não sem razão, que por toda a parte há o que aprender, podem ser levados a interessar-se pela nossa evolução histórica. Para aqueles, uma sociedade de além-mar, como a do Brasil, exótica, no sentido primitivo da palavra, não é despida de atrativos. Como se poderia falar do Império na França, do primeiro ou do segundo, sem nos ocuparmos, a cada passo, de Napoleão I ou de Napoleão III? Guardadas as devidas proporções, o imperador constituía, em nosso país, o centro da vida nacional.

Sem ser um déspota, e muito menos um tirano, seu poder era considerável, e mais considerável ainda era seu ascendente. A Constituição de 1824 havia-lhe, afinal, posto entre as mãos um instrumento bem eficaz

e ao mesmo tempo engenhoso, para chegar a certos resultados compatíveis com seu vivo pendor pela moralidade pública, e com seu zelo cívico. Esse instrumento era a seleção dos senadores vitalícios, escolhidos de uma lista formada dos três nomes que houvessem reunido o maior número de votos. Dessa maneira se achavam constitucionalmente e felizmente associadas a vontade popular e a iniciativa imperial, o respeito para com a opinião pública e a independência da Coroa. O soberano podia, com toda liberdade, designar, para uma corporação de escol, um entre os que o sufrágio nacional houvera indicado como os mais dignos e mais merecedores.

Protestou-se muito no Brasil de então contra a prática soberana de suprimir invariavelmente certos nomes, inda que submetidos, várias vezes, em listas tríplices, ao exercício da prerrogativa imperial. Esta não se resolvia, contudo, por motivos mesquinhos, ou exclusivamente por antipatias pessoais. Existia sempre um motivo sério, político ou outro qualquer, para decidir o imperador a afastar, de propósito deliberado, o candidato sobre o qual recaíam com insistência os votos do partido, e que naturalmente se queixava do efeito explosivo.

Geralmente a escolha era feita de acordo com o partido no poder. O soberano abstinha-se de mostrar predileção, mesmo quando a sentia no seu íntimo, por uma personalidade do partido oposto ao que estava à frente dos negócios. As exceções a esta regra foram raras, principalmente depois que a escolha de Sales Torres Homem causou a demissão de um gabinete liberal e produziu uma grave crise política em plena guerra do Paraguai. Torres Homem era homem de grande talento que, como radical, havia escrito um panfleto, dos mais famosos de nossa literatura política – sátira cruel contra a dinastia – e que se tornou, não reacionário, mas conservador esclarecido e, como tal, mesmo partidário devotado da abolição da escravatura.

Temos dificuldade de crer, lendo hoje o *Libelo do Povo*, em toda a repercussão que teve essa publicação. Creio que a muitas obras desse gênero não sucedeu ter tanta repercussão, posto que tenha passado a época em que podiam despertar um eco prolongado. A linguagem dessa publicação é muito bela, mas a emoção que causa é inteiramente convencional. “Qual é a situação do Brasil?” – perguntava o autor. “Não há mais nada de generoso, de nacional ou de grande; nada em favor da glória, da liberdade,

da prosperidade. O entusiasmo extinguiu-se. O torpor do egoísmo invade lentamente, como um veneno, desde o coração às extremidades, e enlanguesce as carnes mórbidas de uma sociedade que apodrece e se dissolve...”

O *Libelo do Povo* se compraz principalmente em denunciar: “Os vícios dessa linhagem sinistra, a que Portugal deveu durante dois séculos o fatal declínio do seu poder e de sua importância.” Mas se aplica tanto em aviltar o favoritismo quanto em estigmatizar os cortesãos. D’Escragnolle Taunay, em suas *Reminiscências*, pergunta a si mesmo se a leitura desse panfleto, que julga lancinante, não atuou de maneira decisiva sobre a formação do caráter de D. Pedro II. Nenhum soberano viveu, com efeito, mais do que ele afastado das intrigas da corte e da ascendência dos favoritos.

“Ele chegou – escreve esse apaixonado brasileiro, portador de um nome francês – ao limiar da morte, só, isolado, sem um amigo pessoal, sem um coração reconhecido e dedicado, vendo unicamente ao redor de si a aridez afetiva, de que se houvera coroado voluntariamente. Mas também, nessa solidão premeditada e penosa, sua figura solene e melancólica há de erguer-se mais grandiosa aos olhos do historiador, recordando essas raras e colossais estátuas do Egito, que a amplidão do deserto torna mais extraordinárias e mais gigantescas...”

O sistema de eleição do Senado imperial, a imparcialidade empregada por D. Pedro II em suas designações, a libertação da disciplina de partido e dos caprichos da opinião pública, que significava para os homens públicos essa inamovibilidade no seio da mais elevada das corporações do país – além disso muito restringida, pois compunha-se apenas de sessenta membros – fizeram dela uma Câmara Alta singularmente eficaz. Um agregado da Universidade de Cambridge, Sr. Haroldo Temperley, num livro muito recente e muito documentado, escrito a propósito do conflito entre os lordes e os comuns na Inglaterra, e da necessidade constitucional de uma segunda Câmara ativa, cita o Senado da Monarquia Brasileira como um modelo de dignidade, de sabedoria, como uma oligarquia esclarecida e dedicada ao bem público, e ao mesmo tempo um organismo representativo da nação, de que constituía uma das engrenagens do Poder Legislativo.

O “poder pessoal” do imperador – o qual, malgrado todas as diatribes, algumas delas de uma arrogante eloquência e de uma transbordante paixão, não cessou nunca de ser o poder moderador, imaginado pelo

sistema e preconizado pelos seus filósofos – era afinal invocado por alguns espíritos, e não dos menos pujantes do país, como necessidade absoluta para a salvaguarda dos interesses nacionais. Imaginavam um perigo esses interesses, entregues a um povo sem educação cívica bastante, ou confiados a um Parlamento cuja tendência, tida como inevitável, para a esterilidade e a anarquia, já se esboçava aos olhos dos observadores políticos.

Outra publicação célebre do tempo do Império no Brasil foi a que empreendeu, em certo momento, o mais ilustre dos nossos prosadores, José de Alencar, sob o título de *Cartas ao Imperador* e sob o pseudônimo de *Erasmio*. Datam do fim do ano de 1865 e do começo do ano seguinte. Alencar era um escritor de primeira ordem. Romancista e dramaturgo, tinha não somente introduzido o indianismo na novela, rejuvenescendo Chateaubriand e adocicando Fenimore Cooper, mas se constituindo pintor idealista de uma sociedade em elaboração como toda sociedade cultivada, porém oferecendo uma galeria bem pessoal de tipos, alguns deles já destinados a desaparecer. Espírito jurídico, dava aos seus admiráveis estudos de direito civil e de direito público os acentos do literato, e revestia seus argumentos de filósofo com as flores de um estilo ao mesmo tempo gracioso e vibrante.

Nas *Cartas* que acabo de mencionar Alencar gabava a superioridade das instituições monárquicas e indicava ao mesmo tempo ao soberano a potência que residia no exercício de seu papel constitucional. “A monarquia representativa – tais são suas palavras – é de todos os sistemas de governo o mais difícil e o mais complicado. Na melhor das repúblicas, o povo deve lutar a cada momento contra as próprias paixões, que os tribunos, os ambiciosos e os aventureiros costumam explorar em proveito pessoal e em detrimento da pátria. A Grécia e Roma foram republicanas, mas o governo misto, que Tácito e Cícero julgaram ser impossível na Antiguidade, só pode realizar-se com o influxo da civilização moderna... Vossa força, Senhor, tão grande quanto benéfica, está nas atribuições supremas, que em outros países se qualificam de prerrogativas da Coroa, e nossa constituição reuniu em um poder sob o título de Moderador. Aí repousa a majestade cingida de todo esplendor; aí reside aquela porção importante da soberania popular, que a nação desprende de si, e a encarnou em um homem superior, para a advertir em seus erros, e resistir à veemência de

suas paixões... O Poder Moderador é o eu nacional, a consciência ilustrada do povo. Assim como a criatura humana, no correr da vida, é admoestada por um senso íntimo, que a obriga a refletir sob a moralidade do ato que vai praticar, a nação recebe do monarca o mesmo serviço; e muitas vezes o remordimento precursor da má paixão evita suas consequências, obrigando o povo a retrair-se.”

Convém acrescentar aqui a observação que fez o Sr. João Ribeiro no seu *Manual de História* para o curso superior dos ginásios brasileiros: que, se o Imperador foi algumas vezes condenado por haver exercido demasiadamente a influência pessoal, que decorria naturalmente de sua função de soberano, a fim de fazer predominarem as próprias idéias, a opinião pública, melhor informada hoje, verificou que, se os modos de ver do monarca divergiam muitas vezes dos dos ministros, a razão disso era que, não pertencendo absolutamente aos partidos, julgava os interesses nacionais com grande imparcialidade.

Um poder pessoal de natureza tirânica teria aliás sido incompatível com alguma coisa que D. Pedro II tinha, acima de tudo, a peito: – a liberdade da imprensa, além da tribuna. Essa liberdade foi absoluta durante seu reinado, e mesmo para seus excessos, para a licença portanto, o Imperador não teve nunca senão reparos indulgentes. Os ataques malignos deslizavam como outros tantos golpes pérfidos de punhal, porém mal desferidos, contra sua couraça de filósofo. E, se sua complacência a esse respeito não defendeu bastante as instituições contra invectivas injustas e às vezes repulsivas, exerceu-se de tal maneira que o mal se corrigiu, até certo ponto, por si mesmo.

O jornalismo político que tinha já encontrado em Evaristo da Veiga um renovador, seguiu no Império um caminho que lhe havia traçado esse perfeito moralista, falecido em 1837, contando apenas 38 anos de idade, e perdeu assim muito de seu primitivo caráter virulento.

Se, em seguida, em épocas mais próximas de nosso tempo, a imprensa, quando se oferecia ocasião, tomou parte em escândalos, a culpa veio principalmente dessa necessidade de novidade, dessa curiosidade maligna, desse desejo de devassar a vida íntima dos indivíduos, que se incluem tanto entre as características da existência moderna.

O Império foi, não obstante, por sua atmosfera de liberdade, a idade de ouro do jornalismo brasileiro. Desde Justiniano José da Rocha até Quintino Bocaiúva, o estilo excedeu a paixão, e o país conheceu uma série de mestres no gênero. As letras em geral tinham-se desenvolvido muito e aliás de maneira constante, através das lutas políticas. O romantismo que na Europa tinha emprestado acentos líricos à poesia como à eloquência, ao romance como à história, vibrou estranhamente acolá, numa plena correspondência de sentimentos com seu modelo, assumindo o aspecto particular que vos assinalei e que foi sobretudo a modalidade literária da malevolência nacional para com os portugueses, antigos senhores do país.

O próprio Imperador era por demais intelectual, e era o que bastava para ele favorecer essa brilhante eclosão do espírito. As letras, com efeito, encontraram sempre nele um ardente protetor e simpático a todas as suas fórmulas. Conheci bem todos os graves defeitos de uma literatura oficial. O romance e a poesia se impregnam de convenções. A história e a eloquência pendem para o panegírico. Mas não foi esse o caso do Brasil, onde a ausência de fortes tradições, a indigência educativa do meio, o afastamento entre uma pequena maioria nutrida de pensamento europeu e uma grande maioria desprovida de qualquer cultura reclamavam para a produção da inteligência a proteção que só o Poder estava na altura de lhe garantir.

O soberano era afinal demasiado liberal e podia assim fazer pesar sua autoridade sobre a expressão literária de seu povo, expressão que se produzia sem sua intervenção, refletia a consciência de uma nova nacionalidade com destinos próprios, mas tinha necessidade de ser auxiliada no primeiro impulso para voar mais alto que aquelas que à sua volta se ensaiavam igualmente.

Há naturalmente gêneros literários que dependem mais que outros da animação do meio. Assim, a poesia jorra naturalmente da fonte. Foi em nosso país espontânea como manifestação de sensibilidade, e não obedeceu à influência estrangeira senão no que diz respeito ao aspecto exterior. Gonçalves Dias cantando os índios traduzia em acentos profundos a impulsão íntima de seu sangue de mestiço, do mesmo modo que Casimiro de Abreu, nas suas composições poéticas de uma melancolia tão penetrante, desafogava sem querer a falta de esperança de toda uma geração insu-

ficientemente dotada, menos de atividade que de sentimentalismo, que a dúvida consumia e a ilusão cegava. O mesmo não se dá com as ciências físicas e morais. O Instituto Histórico do Rio de Janeiro, por exemplo, que assume a tarefa de reunir e divulgar os documentos de nosso passado, não podia ficar sem apoio.

Nenhuma fundação foi mais encorajada pelo monarca, que presidia regularmente suas sessões, e que sabia ouvir a verdade histórica, mesmo quando ela não passa de uma ostentação. Todos sabem que a demagogia tem seus cortesãos, tanto quanto a autocracia. Ora, o Imperador admitia a contradição, apreciava a sinceridade do espírito e não recusava sua complacência senão aos transbordamentos da moral. A oposição ao sistema que personificava não foi nunca para ele um motivo de exclusão ou de ostracismo. O caso que vos recordei, de *Timandro*, autor do *Libelo do Povo*, falecido visconde, senador e ministro, está bem longe de ser o único. Ter-lhe-ia faltado, afinal, pessoal político, se tivesse feito conta das manifestações de despeito, de que ele e o regime eram os objetos.

Com o auxílio da retórica – e ela era então onipotente – a imprensa e a tribuna se enfunavam de liberalismo sob um soberano essencialmente liberal, e as frases incisivas, e os felizes achados de estilo dos antagonistas de ocasião da Coroa se propagavam com uma singular rapidez numa sociedade política que não oferecia mais resistência, devido à sua falta de coesão. “Mentira de bronze” – gritava um, se se elevava ao fundador do Império, sob a forma tradicional de uma estátua, o monumento a que ele tinha direito. “Lápis fatídico” – exclamava outro, se o soberano, exercendo livremente sua prerrogativa, riscava mais de uma vez um nome da lista senatorial apresentada à sua escolha. “Caricatura de César, Luís XI” – apostrofava um terceiro denunciando que o jogo dos partidos obedecia antes às preferências imperiais que à oscilação regular do sufrágio. Os censores, uma vez tendo tomado lugar nos conselhos do Império, inteiravam-se da injustiça de suas declamações, prontos entretanto a recomençar, em muitos casos, quando se julgavam vítimas de um castigo iníquo, com que os tinha ferido a autoridade suprema.

Outra das grandes qualidades de D. Pedro II, foi seu amor sincero pela paz, devido tanto à sua timidez íntima quanto ao seu liberalismo, que se estendia desde o horror pelas violências até o respeito escrupuloso

pelos direitos de outrem. Os inimigos do Brasil denunciavam à toda força o imperialismo desse soberano que teve de tomar parte em duas guerras estrangeiras, delas recolheu louros, mas não anexou ao seu país nenhum território novo. E houve inimigos do Brasil, sobretudo entre as repúblicas do continente, que, na ebulição do sangue espanhol, que lhes corre nas veias do povo, e dos sentimentos democráticos que as caracterizam, tinham má vontade para as nossas origens portuguesas, e não nos perdoavam a forma monárquica de nosso governo.

A guerra de 1852, em que o Brasil se aliou aos revolucionários de Montevideu e à província argentina de Entre-Rios, teve como resultado derrubar a tirania implacável de Rosas, em Buenos Aires, a qual começava a inquietar a Europa. Teve como resultado garantir a independência do Uruguai, já ocupado pelas tropas argentinas, e ainda o de garantir a liberdade de navegação no rio da Prata. Era, ao mesmo tempo, servir aos interesses da civilização, consolidar indiretamente a preponderância do Brasil sobre as disputas entre repúblicas belicosas, que se haviam constituído dos destroços do antigo vice-reinado. Mas qual é o governo, digno desse nome, que não tem o cuidado de sua autoridade e da grandeza da nação, de que preside os destinos?

A guerra seguinte do Paraguai serviu a preceito de pretexto ao publicista argentino Alberdi, dotado de um grande talento de escritor, para fazer ressoar em todo o continente da Europa os protestos das nacionalidades, supostas ameaçadas, contra o colosso a que se atribuía sua opressão. Ao mesmo tempo em que o chileno Lastarría, regressando de sua missão diplomática no Rio de Janeiro, levava consigo um verdadeiro libelo contra as liberdades, que qualificava de imaginárias, do Império do Brasil. Da guerra contra o Paraguai, Buenos Aires teve, não obstante, de participar, pois seu território houvera sido invadido pelo inimigo comum, possuído de um delírio de combatividade, que tinha, como base a servidão de todo um povo. Afinal a guerra foi de proveito, principalmente e enormemente, para a Argentina, cuja prosperidade foi fecundada pela chuva de ouro que fez cair sobre o país essa luta de cinco anos, para a qual a República serviu de grande fornecedora comercial.

Não tenho que fazer aqui história militar, e devo portanto abster-me de vos descrever o longo e doloroso romance dessa campanha que

nos custou um bilhão e meio de francos, além do sacrifício de cinquenta mil homens. Foi uma campanha feita a uma grande distância do centro de direção, e tendo a contrariá-la mil obstáculos a levantarem-se no caminho do exército aliado. As penosas marchas deste, através de florestas e pântanos, deviam, para ter bom êxito, apoiar-se na esquadra brasileira, vitoriosa, no primeiro encontro, com a frota inferior do Paraguai, mas paralisada durante longos meses que, reunidos, fizeram anos, em face de posições temíveis, onde a natureza servia maravilhosamente de defesa, as quais se haviam tornado quase inexpugnáveis graças a uma longa preparação guerreira.

A ofensiva do Paraguai foi de curto alento e depressa vencida; mas a defensiva foi prolongada e tenaz a mais não poder ser. Vossa história contém páginas tão heróicas e tantas, que as que encerram a história dessa guerra não têm o poder de vos comover, se bem que agradem ao nosso amor-próprio. Do lado do Brasil a honra nacional estava de todo comprometida, e o Imperador não enfraqueceu nunca, não cedeu absolutamente de sua obstinação patriótica, mesmo nas piores horas de desencorajamento, enquanto a partida não foi ganha, enquanto a capital do país inimigo não caiu em poder do exército do marechal duque de Caxias, e enquanto o tirano, perseguido nas montanhas do interior do Paraguai pelo novo comandante-chefe, um filho da França, o conde d'Eu, não foi morto por um de nossos lanceiros.

Um episódio dessa guerra inspirou ao Sr. d'Escragnolle Taunay um livro notável de nossa literatura e o único escrito originariamente em francês por esse descendente de uma distinta família da França. A vasta província interior de Mato Grosso, situada por via fluvial além do território do Paraguai, e invadida no começo da guerra pelas tropas de López, teve de ser socorrida por terra, pois nossos navios se achavam imobilizados em face das fortificações de Humaitá. A enorme distância não permitiu à expedição ali chegar senão ao cabo de dois anos de marcha, e, ainda assim, para ser forçada a bater em retirada, ora em face das forças inimigas, superiores e senhoras ainda do rio Paraguai, ora pela falta de víveres e por causa de uma violenta epidemia de cólera. O livro em questão intitula-se: *A Retirada da Laguna*. Vou destacar páginas dele, como a mais viva evocação que posso fazer desse período, ao mesmo tempo glorioso e lamentável, em que a firmeza de D. Pedro II foi a expressão de seu civismo, que tinha talvez

buscado nos louros militares a segurança de um regime comprometido pelas controvérsias ardentes dos partidos. A expedição, dizimada pela doença, não podia mais continuar a retirada, e o comandante teve, para salvar os válidos, tanto da epidemia quanto dos paraguaios, de abandonar os coléricos ao inimigo, fazendo exceção apenas dos convalescentes. Essas páginas foram há pouco reproduzidas numa conferência feita na Universidade de Roma, por um sobrinho do autor, o Sr. d'Escragnolle Dória:

“Enfim, cerca de meia-noite, o coronel Camisão convocou de novo os comandantes e os médicos. Acabava de tomar uma resolução suprema, que discutira consigo mesmo nos dias precedentes, como recurso extremo, e cuja idéia viera, sem dúvida, a todos os espíritos, como se apresentara ao seu, sem que pessoa alguma ousasse exprimi-la.

“Depois de expor em poucas palavras o estado das coisas, a urgência de uma marcha precipitada, sem a qual estávamos todos perdidos, e a impossibilidade, agora bem verificada e geralmente reconhecida, de levarmos mais longe os doentes, declarou aos comandantes que, sob sua responsabilidade e pela lei de rigor que lhe impunha esse dever, os coléricos, com exceção dos convalescentes, iam ser abandonados nesse mesmo pouso!

“Nenhuma voz se levantou contra essa resolução, cuja gravidade tomava inteira e generosamente a si: longo silêncio acolheu a ordem e consagrou-a.

“Os médicos foram no entanto convidados pelo coronel a apresentar as observações que porventura lhes inspirassem as obrigações de sua profissão.

“O doutor Gesteira, depois de alguma reflexão, disse que não podia aprovar nem desaprovar semelhante passo, que o seu juramento de médico, por um lado, e, por outro, a sua consciência de funcionário público junto à expedição, pareciam-lhe estar, no caso vertente, em completa contradição, e que conseqüentemente se via reduzido ao silêncio.

“O comandante então, como fora de si, ordenou que fossem imediatamente à luz dos arcotes, abrir uma clareira no bosque vizinho, para transportar para aí e aí ficarem os coléricos.

“Ordem terrível de dar, terrível de executar e que no entanto – forçoso é dizê-lo – não despertou dissentimento algum, censura alguma!

Os soldados puseram-se imediatamente a fazer os lúgubres aprestos, como se obedecessem a uma ordem habitual. E depois – tão facilmente desaparece a moralidade sob a pressão da necessidade! – colocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo, todos esses condenados inocentes, os desgraçados enfermos. Muitos deles, companheiros de longos tempos, alguns amigos provados por perigos comuns.

“E, coisa que parecerá extraordinária, os próprios coléricos, logo e sem que fosse necessário recorrer-se a subterfúgio, aceitaram com resignação esse último golpe da sorte. Contribuíram, por certo, para a indiferença deles, as dores da horrível enfermidade, talvez também a idéia do repouso substituído às torturas dos solavancos da marcha, mas principalmente esse fácil desprendimento da vida, que é próprio dos brasileiros e que os torna logo excelentes soldados. O que todos apenas pediam, era que lhes deixassem água para beber.

“Sob tantas impressões funestas, reuníamo-nos em torno da barraca do tenente-coronel Juvêncio. Seus gemidos para ali chamavam a atenção de todos. A doença acabava de atacá-lo também. Já não era possível reconhecê-lo, estava com a voz demudada e sinistra, correr à barraca dos médicos foi o nosso primeiro movimento, e dela voltávamos quando ouvimos junto de nós uma detonação, seguida de muitos tiros das sentinelas inimigas. Era o soldado de sentinela ao quartel-general que se tinha suicidado. Cãibras medonhas se tinham apoderado dele subitamente: acabava de libertar-se delas.

“Todos esses rumores tinham-se produzido sem que o tenente-coronel mostrasse percebê-los ou desejasse conhecer-lhes a causa. A sua agitação tomara pouco a pouco o caráter de alucinação frenética. Nós mesmos, que ficávamos perto dele, caindo de cansaço, exaustos de tantos abalos, não podíamos combater um estado de modorra pejada de visões de desalento e morticínio.

“A mudança das vítimas durara toda a noite, até os primeiros albores do dia. Foi nesse momento angustioso do abandono desses infelizes, que o velho guia Lopes, que na véspera voltara da excursão às suas terras, e que já havia dito que o filho estava doente, veio anunciar-nos a sua morte. Estava com a voz trêmula, mas a atitude calma. ‘Meu filho morreu – disse depois ao coronel – e desejo levar seu corpo para o primeiro sítio das

minhas terras, onde possa enterrá-lo: é um pequeno favor que peço para ele e para mim, pois sua vida, assim como a minha, pertencia à expedição. Deus, que é Senhor, salvou-o muitas vezes das mãos dos homens, para hoje levá-lo.”

“Tudo se entenebrecia a cada momento e por toda a parte em torno de nós. Nada era mais digno de inspirar simpatia e compaixão que o aspecto do coronel, depois da ordem que dera e que era cumprida, enquanto começávamos a marchar. Pesar, remorso, fraqueza de ânimo em apreciar as razões pró e contra que o tinham feito obrar, e que ele queria ainda pesar, no momento em que já fizera passar a sua decisão ao domínio dos fatos; sob tamanho esforço, estava pálido como um espectro, parando, a pesar seu, para escutar.

“Por mais silenciosos e tristes que fossem os preparativos, não foi sem gritos, sem rumores estranhos ao ouvido, e cuja causa assombrava a razão, que o momento da realização chegou: foi para todos nós insuportável. Deixávamos ao inimigo mais de cento e trinta infelizes sob a proteção de um simples apelo à sua generosidade, nestas palavras traçadas em letra grande sobre um cartaz pregado a um tronco de árvore: ‘Compaixão para os coléricos!’

“Pouco tempo depois de nossa partida, e já fora do alcance da vista, estrépito de nutrida fuzilaria veio ferir a todos os nossos corações; e que clamores não ouvimos então! Tínhamos medo de olhar uns para outros.

“Parece, conforme o que nos referiu mais tarde um desses miseráveis, milagrosamente salvo, que muitos dos doentes (ele não sabia bem se houvera, ou não, geral morticínio), que muitos desses infortunados se levantaram convulsivamente e, reunindo todas as forças, puseram-se a correr em nosso encalço; mas nenhum pôde alcançar-nos, ou fosse por fraqueza, ou fosse por perseguição inimiga. A nossa coluna tinha por si mesma demorado a marcha, instintivamente, como se quisesse esperar...”

Fui levado a falar-vos longamente de D. Pedro II, porque, como já vô-lo disse, sua grande figura ressalta a todos os olhos, do quadro do Império, com um relevo tão palpitante, que parece ser única a encher a tela. Acabam de escrever no Rio de Janeiro, no dia da inauguração de sua estátua que esse soberano tinha um zelo tão bem entendido de nossa

dignidade, que nossa história de tal modo se lhe identificara, que ele representava perante o mundo a consciência do Brasil. Mas, terei eu necessidade de justificar-me dos elogios que lhe foram prestados à memória em Paris, nessa Paris, que como escrevia Henry Fouquier: “Ama D. Pedro porque D. Pedro ama Paris e ama-a bem, como quer que a amem? Ele é verdadeiramente dessa grande Paris – como acrescentava o fascinante cronista – e reproduzia sobretudo no seu país um pouco da alma francesa, dessa alma inflamada de justiça e de ideal...” A Academia e as sociedades sábias, as oficinas e as usinas, as escolas e os museus conheciam perfeitamente esse monarca, modelo para todos os soberanos do mundo, conforme a frase de Gladstone; esse soberano de um país afastado e mal conhecido, que foi quase tão popular em vosso país quanto entre nós. O mesmo respeito o cercava nos dois países, e sua memória augusta parece pairar sobre nossa obra de aproximação moral, obra de que ele aliás deu em todo tempo o exemplo, esse Imperador homem de ciência, como o denominou Pasteur; – esse príncipe filósofo, como o designou Lamartine; – esse neto de Marco Aurélio, como o definiu Victor Hugo.

XII

No Brasil de ontem não havia apenas o Imperador de que nos ocupamos longamente noutro dia. Havia igualmente um pessoal político digno de participar do governo de um país em pleno desenvolvimento. Dois pujantes partidos disputavam entre si o poder, opondo um a outro, seus ideais e seus métodos; e esses dois partidos tradicionais, correspondendo aos nomes clássicos de conservador e liberal, tinham, como dissemo-lo, saído diretamente do primeiro agrupamento monárquico e constitucional, por um processo de evolução que se desenrolara, como outro qualquer, pela anexação de elementos mais aptos à peleja e pelo abandono de elementos esgotados, impróprios à luta pela existência.

Bernardo de Vasconcelos, notável homem de Estado, que organizara a reação conservadora de 1837, contra as tendências julgadas demasiado radicais da Regência, saída da revolução de 1831, explicou, com estas profundas palavras, sua conversão ao partido da ordem, mais preocupada com a autoridade que com a liberdade: “Fui liberal, então a liberdade era nova no país e estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas

idéias práticas: o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, e por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandono a causa que defendo nos dias de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é seu triunfo que até o excesso a compromete.”

Os conservadores se intitularam pois gente da ordem, e foram eles que não somente paralisaram o impulso quase federalista da Regência, porém também aproveitaram-se, após o feito dos liberais apressando a maioria do soberano, dos graves erros cometidos por esses adversários, em 1842 e em 1843, levantando em São Paulo, em Minas e em Pernambuco a bandeira das revoltas sem motivos mais sérios que sua queda do poder, determinada por um desacordo parlamentar ou por manifestação eleitoral, inda que inculpada, é verdade, de fraudes e de violências. Foram os mesmos conservadores que, mais tarde, gastos pelo poder, pregaram a conciliação; que opuseram às medidas julgadas precipitadas uma política de afrouxamento de atividade, mas não de parada ou interrompimento; que, enfim, sob a pressão da opinião pública, se aliaram ao movimento e realizaram, da mesma maneira que na Inglaterra, algumas das medidas mais audazes.

Os liberais, ao contrário, tinham-se na conta de gente progressista, que não se retardava senão na linguagem fora da moda da metafísica política. Foram eles que precisaram as maiores reformas políticas; que as subtraíram às discussões de canto de rua, para lhes conferir as honras de debates parlamentares; que suportaram as acusações de solicitude e de indisciplina; que, em uma palavra, assumiram as responsabilidades, perante a história, de uma legislação cujo mérito lhes escapara bastantes vezes.

Para avaliar bem da obra considerável dos partidos políticos no Brasil, ao tempo do Império, bastará evocar sucinamente em que pé estavam os problemas políticos e sociais de primeira importância no começo do regime e por ocasião de sua queda. Esses resultados lhes pertencem legitimamente mesmo que não se quisesse atribuir senão a um desenvolvimento fatal o progresso econômico do país, progresso que eu poderia facilmente resumir perante vós em cifras precisas, da mais persuasiva eloquência, se não temesse tornar demasiado áridas as considerações históricas que constituem o objeto deste curso.

Não posso, contudo, deixar de notar, de passagem, que a receita do Império, que, em 1831, era de 11.003 centos de réis, atingiu, em 1839, 153.000 contos; que o valor da produção nacional se elevou, durante esse período, de cem milhões de francos, para um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de francos; que existiam, por ocasião do advento da república, perto de 10.000 quilômetros de vias férreas em exploração e mais de 18.000 quilômetros de linhas telegráficas; enfim, que 131.260 imigrantes haviam desembarcado no Brasil, somente no ano de 1888. A terra jovem e suas riquezas naturais devem valer por muito nessa espantosa prosperidade; mas a sábia orientação, revelada pela administração imperial, era devida essencialmente àqueles que haviam assumido o encargo dos negócios públicos.

Encaremos, por exemplo, a questão religiosa. Descobriremos aí, sem esforço, uma evolução completa, desde o tratamento antiliberal, que pesava, no começo, sobre os cultos outros fora do culto romano – religião do Estado – não se permitindo, senão às igrejas católicas, o aspecto exterior dos templos, e prescrevendo-se os não católicos das funções políticas, até a Separação, que a República não pôde realizar, com tanta facilidade, sem que o Império a tenha indiretamente tornado possível por seu zelo realengo.

Tem-se acusado esse regime de ser voltairiano, e o Imperador era, creio, antes tíbio, em matéria de fé, e indiferente às práticas religiosas; mas o que o Estado afagava, acima de tudo, era o velho espírito real, hostil ao ultramontanismo. Assistimos, durante a monarquia brasileira, a um espetáculo que parece bem estranho à república na sua neutralidade confessional. Quero referir-me ao espetáculo de dois bispos, eminentes pela inteligência e pelas virtudes, ambos tidos entre as mais altas figuras da Igreja nacional, presos, obrigados a comparecer perante os tribunais de justiça e condenados à prisão por haverem, no decorrer de uma campanha empreendida contra a franco-maçonomia, publicado bulas pontificais, sem o *placet* do Imperador, e desprezado a autoridade civil. Não era certamente clerical a monarquia que procedia de tal maneira.

No que concerne à descentralização, que foi o santo e a senha de toda a oposição doméstica contra o Império, este se conduziu, com efeito, de maneira a fortificar a posição do poder central. A reação conservadora

de 1837 havia sido imediatamente seguida de uma lei interpretativa do Ato Adicional, na intenção de restringir as atribuições e sobretudo a autoridade das legislaturas provinciais, criadas para dar satisfação ao instinto particularista. As vias férreas e as linhas de navegação, encurtando as imensas distâncias, haviam de servir, em breve prazo, simultaneamente, à causa da unidade nacional e à supremacia de um governo, preocupado, cada dia mais, com os numerosos problemas econômicos, vindos de toda a parte e que, por consequência, faziam que voltasse a atenção para a expansão da agricultura e do comércio, para o progresso da colonização e a valorização dos capitais particulares.

O apaziguamento das lutas políticas, encerradas sob a forma revolucionária em 1848, permitiu a realização de todo um vasto programa de aperfeiçoamento legislativo, financeiro, administrativo, social, o qual foi servido à medida dos desejos por um pessoal recrutado nas fileiras do Parlamento e educado na escola da liberdade, temperada pelo senso da realidade. Este pessoal, à frente dos negócios públicos, afirmou, com uma variedade individual de conduta, uma grande unidade de vistas e revelou, sem exceção, entre os personagens de primeiro plano, uma concepção verdadeiramente superior das necessidades do progresso nacional.

Não farei mais desfilar perante vós todos os principais representantes desse movimento, que muito mereceu da pátria e da cultura universal, e isso porque em breve ter-lhes-eis esquecido os nomes e a contribuição de cada qual para a obra comum. Os mais ilustres foram o marquês do Paraná, que, mais que qualquer outro, substituiu as querelas de partido pelas questões de administração; – o duque de Caxias, que alternava o comando do exército conduzido por ele à extinção das revoltas civis e à derrota dos tiranos estrangeiros, com a presidência de Ministérios devotados à paz; – o marquês de Olinda, a quem, diz Euclides da Cunha, funções de último regente tinham dado a majestade de rei; – Nabuco de Araújo, reformador da justiça e do direito; – o visconde do Rio Branco, que regulou, como diplomata, as relações internacionais, tão delicadas, com as repúblicas vizinhas do Sul, e dirigiu, como estadista, uma situação fecunda em transformações; – o visconde de Itaboraí, hábil financeiro; – Zacarias de Góis, dialeta mordaz e pujante trabalhador; – Saraiva, liberal refletido, que garantiu ao sufrágio eleitoral

plena equidade e plena dignidade; – o barão de Cotegipe, espírito satírico e clarividente, que deu ao trono os últimos conselhos de prudência.

Euclides da Cunha, em seu estudo intitulado – “Da Independência à República”, que já vos citei por causa da penetração de seus bosquejos sob a forma ágil e vibrante de seu estilo tão pessoal, descreveu melhor que ninguém essa transição política, que se efetuou após 1850, e que nos conduziu à curva democrática de 1860, seguida da reorganização, em 1870, do partido republicano. O sintoma capital disso foi a denominada conciliação de partidos em 1853, provocada pelo cansaço do elemento que se achava no poder – o termo foi empregado no Parlamento – da mesma maneira que sua expressão decisiva foi a lei que substituiu o sufrágio de província pelo de circunscrição ou distrito.

“Com efeito, o que houvera desde 22 até aquele tempo, fora uma convergência de forças. A princípio a dispersão revolucionária, o ideal da independência, revolto ou esparso em facções, patrulhas sem número, mas arregimentadas, sob o prestígio de um príncipe. Depois, em 31, a delimitação dos lutadores, nos três partidos definidos da Regência. Subsecutivamente, com o despertar do prestígio monárquico em 1837, nova concentração em dois partidos únicos.

“Mas esse movimento, que se ostenta em nossa história, com um rigor de traçado geométrico numa composição mecânica de forças – o que acentuadamente reflete é a vitória dos elementos conservadores sobre os progressistas; uma revolução triunfante que pouco a pouco se gasta, e se remora, perdendo num curso de 38 anos (1822-1860) toda a velocidade da corrente, até desaparecer, afinal, de todo, no remanso largo do Império.

“Tínhamos por isso necessidade de alguém que se não deslumbrasse pelo quadro único da ordem inaugurada, e pudesse, sondando o sentimento do povo, desertar, a pouco e pouco, o elemento progressista que tombara na sanguieira das revoltas infelizes.

“Foi a missão do marquês do Paraná. Com ele extinguiram-se partidos em cujo antagonismo havia, desde 48, a força dispersiva do ódio; e sob seu influxo iam aparecer partidos modelados pela força construtora das idéias. O criador da Conciliação – e esta nada mais foi que a absorção do Partido Liberal exausto pelo conservador pujante – seria o criador póstumo da Liga, de 62, que nada mais foi do que a absorção da maioria

do Partido Conservador, cindido pelo liberalismo revivente. A eleição por distritos, de cada deputado, erguendo, diante das velhas influências históricas, sobretudo conservadoras, o prestígio nascente dos chefes ou influências regionais, alastraria, de fato, sobre todo o país, as responsabilidades políticas. Seria realmente, consoante a frase de um jornalista da época, a vitória da causa territorial contra o entricheiramento à beira-mar do velho regime. Pelo menos, extintos os deputados de enxurrada, conforme a ironia fulminante do marquês do Paraná, os povos eleitos retratariam, com mais fidelidade, a vontade do país. Deste modo o grande homem demarca um trecho decisivo da nossa história constitucional – e centraliza-a. Enfeixa as energias do passado e desencadeia as do futuro. Separa duas épocas. Foi o ponto culminante do Império. Depois dele, o que dizem todos os fatos é o decair contínuo do princípio monárquico até 1889, gastando na descensão quase tanto tempo para a subida. Realmente a República, que não devemos confundir com a bela parada comemorativa de 15 de Novembro de 1889, tinha, lançados, seus primeiros fundamentos. O princípio democrático renasceu da Lei dos Círculos. Triunfou ruidosamente nas eleições de 1860.”

A marcha do liberalismo foi desde esse momento resoluta e agressiva. O parlamentarismo, que triunfara em 1830 sobre os desígnios autocráticos de D. Pedro I, e era onipotente durante a Regência, se sentia diminuído desde 1841 (23 de novembro), pelo restabelecimento do Conselho de Estado, criação napoleônica, que tinha igualmente surgido com o nosso Império e que consistia em um corpo consultivo, ao qual era confiado o estudo preliminar, e pode-se dizer decisivo, dos projetos de leis de tratados governamentais. Do mesmo modo, as garantias individuais, que não gozam em nenhum país latino da amplitude e da solenidade que revestem nas comunidades anglo-saxônicas, se achavam severamente atingidas pelo código do processo do mesmo ano de 1841 (3 de dezembro), ano que marcou o apogeu da reação conservadora.

Afinal, ainda que a Constituição Imperial tivesse estipulado numerosas liberdades políticas e civis, estas, na prática, não eram escrupulosamente respeitadas, principalmente porque o ambiente social não oferecia com elas uma completa harmonia. A fim de corrigir uma licença que eventualmente se desenharia, tal como não suportaria de modo nenhum um país

de cultura avançada, devia-se contar com os abusos de autoridade que teriam sido igualmente impossíveis em um país de franca e sólida civilização.

Faltava então no Brasil, como aliás ainda falta hoje, um povo verdadeiramente consciente de seus direitos e de seus deveres. O pessoal político agitava-se em uma esfera superior e fechada, inda que apelando a cada passo para a soberania desse povo que, na realidade, não podia senão se furtar a uma intervenção direta nos problemas do governo, os quais eram, aos seus olhos, páginas indecifráveis. O corpo eleitoral, restrito como era – representativo por conseguinte, como se manifestava – tomava entretanto de novo o hábito de se pronunciar contra as tendências da autoridade, e inaugurava definitivamente o regime de instabilidade governamental que devia lançar o descrédito contra o sistema. – De fato; toda a agitação daquele ano decisivo se fez em roda de três nomes que, vitoriosos nas urnas, faziam mais do que ressuscitar o Partido Liberal, lentamente destruído numa luta de quarenta anos: Francisco Otaviano, Teófilo Ottoni e Saldanha Marinho. O primeiro, um ateniense dos trópicos, sonhador e poeta, ficaria abraçado à legenda histórica do liberalismo; o segundo, cujo papel foi o de detonar a expansão popular pela eloquência explosiva, que o incompatibilizaria depois com a luta no Parlamento, permaneceria para sempre dúbio, com a sua feição de rebelado. O último, porém, dava os primeiros passos de longo itinerário...” – que o conduziria à República.

Era somente lá que se devia deter a transformação do liberalismo. O Trono se viu pouco a pouco assaltado, mesmo no mais estrito exercício de suas prerrogativas, e as manifestações eleitorais, refletindo a opinião da classe dominante, davam razão às que se afastavam da ortodoxia monárquica, exclamando com Francisco Otaviano “que o Império constitucional era a última homenagem que a hipocrisia rendia ao século.”

O próprio governo desculpava-se de ser cortesão: não ostentava senão a independência de seus gestos e de suas atitudes. As bancadas parlamentares se povoavam de novos recrutas que achincalhavam as superstições antiquadas dos veteranos, e exigiam outros sacrifícios à sombra de novos ritos. E, quando o velho espírito conservador mostrou vontade de agitar-se e de combater, sustentado pela Coroa, a que tantos sintomas de insubmissão assustava, as forças alistadas sob o estandarte liberal replicaram com o grito de: “Reforma ou revolução!” A primeira para conjurar a

segunda. Isso se passava em 1869; e em 1870 o partido republicano, armado para a guerra – digamos, antes, para a propaganda, visto que o Império, fazendo apelo, alternativamente, à energia e à anistia, havia encerrado o ciclo revolucionário – publicava o manifesto de 3 de dezembro, dois meses após o advento da terceira República na França.

Aproximai estas datas das duas histórias: 1789, que recorda em nosso país a conspiração de Minas Gerais; 1830 e 1831, que assinalam em nosso país o advento do regime monárquico liberal, por meio de uma transação com o espírito republicano; 1848, que revela em nosso país a última convulsão do espírito xenófobo, de que o elemento português havia sido a vítima; 1870, que assinala em nosso país a organização do Partido Republicano, vitorioso em 1889, graças à união com o elemento militar.

Não são apenas simples coincidências: são os indícios da considerável influência e às vezes decisiva, exercida pela vossa evolução sobre a nossa. São primeiramente as cobiças da França dos Valois, que estimulam a proteção de nosso território apenas descoberto. É em seguida a ambição sempre ativa da França dos Bourbons, constituindo um dos perigos que mantém vivo o instinto de defesa da metrópole portuguesa. E, mais tarde, a primavera, de vosso século filosófico por excelência, semeando em nosso país as idéias de liberdade que a revolução republicana, ajudada pela França, fez irromper. E, enfim, a França do século XIX, batalhadora apaixonada pelos progressos morais, que acompanham e, por assim dizer, orientam nosso desenvolvimento político e social.

O liberalismo rejuvenescido de 1869 compreendia em seu programa, ao lado da reforma eleitoral que os liberais realizaram em 1880, e da reforma judiciária, de que a situação nascida da reação de 1841 tornava imperioso o corretivo que recebeu em 1871, a maior reforma, denominada em linguagem parlamentar: “do elemento servil”, e que os conservadores levaram a cabo em breve, guiados por um chefe eminente.

A abolição da escravatura foi o mais grave dos problemas que o Império teve a resolver. Os interesses agrícolas, onipotentes em um país de censo limitado à propriedade, se pronunciavam contra toda a iniciativa filantrópica do governo que, de seu lado, devia procurar poupar o zelo humanitário da Inglaterra, pois esta houvera feito do empenho que tomara na extinção do tráfico dos negros a condição de reconhecimento de nossa independência.

O tráfico dos escravos foi mais de uma vez reconhecido ilegal. Mas uma apatia intencional operava por inércia, e esta provocou da parte da Inglaterra a adoção, em 1845, do célebre Bill Aberdeen, que atribuía aos cruzeiros ingleses, em nome do Parlamento de Westminster, a faculdade de capturar os navios negreiros nas águas territoriais, e sujeitar o julgamento das presas aos tribunais britânicos. As suscetibilidades nacionais não podiam deixar de irritar-se por motivo dessa intromissão, que desafiava a soberania de uma nação, e que produziu, a princípio, resultados contrários ao fim que visava, pois que a indignação geral excitada pelos negreiros, se revelou da maneira mais inesperada, isto é, por um aumento considerável do tráfico. O número de africanos desembarcados, que em 1840 havia sido de 30.000, e em 1845 de menos de 20.000, elevou-se um ano depois do Bill Aberdeen, a mais de 50.000; em 1847, a 56.000; no ano de 1848, atingiu mesmo 60.000.

Todavia a lição não foi absolutamente perdida. Em 1850 o tráfico estava completamente abolido, havendo mesmo o imperador declarado que preferia abdicar a ver o tráfico subsistir. Bastara o governo haver manifestado no assunto sua boa vontade, o que quer dizer, energia na repressão, para que o número de negros transportados descesse, em 1851, a 3.000; em 1852, a 700. E assim por diante, muito rapidamente, até a completa extinção do vil comércio.

Não era senão natural, numa sociedade em que as preocupações morais tinham seu lugar, em que os princípios cristãos eram professados e em que o idealismo contava partidários ferventes, que a escravidão fosse propriamente abominada. E vimos que já na Constituinte as primeiras vozes se faziam ouvir em favor da abolição. A riqueza territorial se baseava, não obstante, nesta instituição, que tinha seu crédito, tinha vozes que a defendiam. O exemplo dos Estados Unidos, cujo governo não houvera feito, até 1861, senão defender e consolidar a servidão negra, servia bastante para apoiar a opinião dos que, em nosso país, se recusavam a crer no futuro do trabalho livre. Foi a grande guerra de separação que, no Brasil, deu impulso aos projetos de liberdade da raça proscrita, fazendo nascer ao mesmo tempo a apreensão de que o desenlace dessa crise social viesse a ser em nosso país igualmente violento.

Nas admiráveis *Cartas do Solitário*, Tavares Bastos, um publicista de vistas ousadas, falecido na flor da idade e que, entretanto, agitou em nosso país mais idéias que nenhum outro – idéias que o tempo tornou vitoriosas – promovia desde então – e não era o único a proceder assim – a solução humanitária que devia fatalmente se impor. “Queixava-se Bastiat, – escrevia ele – aquele homem de coração, de que os jornais importantes em 1849 se agarrassem exclusivamente à política militante e estéril dos partidos, e se esquecessem de agitar as questões de fundo, as questões sociais. Eu dirijo a mesma queixa à imprensa e aos homens do nosso tempo. Desçamos, meu amigo, desçamos às mais baixas camadas, penetremos na escuridão. Avivemos uma esperança no coração do oprimido e acendamos um farol nas trevas do seu futuro...” “E não está dito tudo. Há ainda, abaixo do homem livre o homem escravo; há ainda, depois do miserável que se possui, o miserável africano livre de nome somente... Penetrando nessas galerias, por assim dizer, subterrâneas; descendo a essas minas da miséria, falta o ar aos pulmões, e o pensamento parece envolver-se numa nuvem pesada de tristeza e desânimo. Mas cumpramos a nossa missão. Começemos pelo quadro que parece mais tristonho; começemos pela sorte dos negros...”

O papel do imperador na evolução do problema abolicionista foi de um liberalismo moderado, porém contínuo, e um oportunismo calculado, de maneira a dar satisfação às exigências da civilização e, ao mesmo tempo, a não fazer dano ao princípio monárquico junto aos partidos. Sendo dado seu caráter e seus princípios, sua aspiração pessoal não podia deixar de ser filantrópica, e graças a diversos atos não duvidosos, favoreceu, tanto quanto estava em seu poder, os progressos da idéia, progressos aliás constantes, pois no Brasil o número era muito restrito – se era que existiam depois de certo tempo – dos que, como acontecia em todo o sul dos Estados Unidos, consideravam a escravatura uma instituição que devia ser perpetuamente mantida.

Em nosso país as alforrias eram frequentes. As sociedades emancipadoras rivalizavam de zelo em sua obra de resgate. Milhares de libertos alistaram-se no exército durante a guerra do Paraguai, e os casos de libertação em massa não podem ser tidos como raros, tais como o dos recém-nascidos dos 1.600 escravos pertencentes à Ordem dos Beneditinos, de todos

os escravos dos domínios imperiais e, nos últimos tempos da escravidão, dos escravos, sem exceção, de vários dos mais ricos proprietários territoriais, havendo às vezes o movimento se estendido a províncias inteiras. Demais, a doçura que é um dos traços particulares do caráter nacional, cuja energia é menos dura e a simpatia mais humana que as de outros povos, tornava no Brasil a sorte dos escravos menos rigorosa, assim como a ausência de preconceitos de raça tornava menos humilhante a dos libertos.

Um quarto da população do país era ainda composta de escravos, quando, em 1865, a abolição começou a figurar no número das reformas legislativas possíveis. Sua marcha foi desde então rápida, visto que, em 1888, os escravos, cujo número estava já reduzido a 700.000, aproximadamente, numa população de quinze milhões, tornaram-se completamente livres. Houve uma verdadeira gradação nas medidas adotadas: nenhuma transformação foi jamais levada a cabo com mais precauções.

Começou-se pela libertação dos recém-nascidos, o que fazia cessar a segunda das fontes da escravatura – a primeira cessara pela abolição do tráfico e suprimia uma situação que Sales Torres Homem havia definido, em um dos seus mais brilhantes discursos no Senado, “como a pirataria exercida em torno dos berços, sobre as águas de jurisdição divina e sob as vistas imediatas de um povo cristão. Esses seres não vivem ainda! – exclama o orador. – O pó de que seus corpos se formarão flutua ainda esparso sobre a Terra, o espírito imortal, que deve animá-los, repousa ainda, calmo e livre, no seio do poder criador, e já o ímpio escravagista os condena, reclama-os como sua propriedade, reivindica-os no limiar do domínio de Deus, para precipitá-los no inferno da escravidão.”

A lei – conhecida pela denominação de “Lei do Vente Livre” – foi aprovada em 1871, após uma tempestuosa campanha parlamentar, que durou cinco meses, à qual visconde do Rio Branco, chefe de um gabinete conservador, fez frente corajosamente, conseguindo levar a cabo a iniciativa tomada pelo marquês de São Vicente, autor do primitivo projeto, estudado e aceito pelo Conselho de Estado. A reforma era completada pela atribuição de certos impostos, que se cobravam pela libertação gradual dos escravos adultos, e pela facilidade para o escravo de resgatar-se pessoalmente e por meio de seu próprio pecúlio.

Cabe a Joaquim Nabuco a honra de ter apresentado à Câmara dos Deputados, em 1879, senão o primeiro projeto de abolição total, fixada para o primeiro de janeiro de 1890, pelo menos o que, repellido embora pelo Ministério e pela maioria parlamentar, ambos liberais, recebeu, todavia, o favor geral e foi o ponto de partida de uma agitação, tão séria, da opinião pública, que absorveu todas as demais questões. A liberdade dos escravos, de sessenta anos de idade, associada a uma tarifa do valor dos escravos, decrescente com os anos, foi a medida de composição votada em 1885, para ter por termo a emancipação absoluta, decretada no dia 13 de maio de 1888. Joaquim Nabuco podia então exclamar, com justa razão, da tribuna da Câmara: “A geração atual não conheceu jamais uma tão pujante emoção. Para encontrarmos uma semelhante, é preciso ascender até aquela que sentiram nossos pais pela proclamação da Independência. Para nós, brasileiros, 1888 será uma data mais considerável que 1789 para a França. Para nós, é literalmente uma nova pátria que começa.”

A circunstância sobretudo a reter, e cuja importância ela não vos escapará, o mesmo é dizer sua influência sobre a formação histórica de nossa nacionalidade, é a que Victor Schoelcher, vosso generoso abolicionista, assinalou dizendo que o Brasil tinha felizmente para ele escapado à fatalidade conhecida, pela qual “as vias do progresso social têm sido muitas vezes ensanguentadas pela resistência que encontram.” A abolição da escravatura realizou-se com efeito da maneira mais pacífica, como devia realizar-se, um ano após a mudança de regime.

Durante os vinte anos que decorreram de 1869 a 1889, e que constituíram o período mais perturbado de nossa história, do ponto de vista das idéias que se chocavam e se confundiam, os choques não tendo mais lugar somente nas reuniões públicas, porém em pleno Parlamento, o Império e a República se acharam face a face, dispostos um e outra, a um encontro definitivo, para o qual se deviam servir das armas tão diversas, que o arsenal da propaganda pela imprensa, pela tribuna e pela escola estava em estado de lhes fornecer.

Euclides da Cunha condensou muito bem esse momento histórico na passagem seguinte: “O novo pensamento político, incaracterístico ou mal vinculado às tendências separatistas nas insurreições incoerentes que vieram até 1817, inoportuno em 1822 e 1831, por contrariar o inte-

resse maior da unidade da pátria”; repellido em 1837-1848 porque ainda se tornara indispensável à ação exclusiva da força centrípeta da realeza; evoluindo, imperceptível, e perdendo de ano em ano o caráter separatista com esposar os ressentimentos alastrados pelo país inteiro na trégua partidária de 1852-1858; aflorando, por fim, mais íntegro no violento revide de 1862, que uma guerra externa abrandou, desviando as preocupações nacionais: – depois dessas vicissitudes, em 1870, impunha-se. Para vencer tinha a força das novas aspirações sociais tão vigorosas que se refletiam nos próprios partidos dinásticos talhados em dissidências que se digladiavam, dessangrando-se, sem poupar, em seus golpes, como vimos, à própria figura imperial.

A instituição monárquica sentia-se, ao contrário, esgotada e sobretudo abandonada nesse meio. Os elementos com os quais poderia contar, não somente lhe faltavam, mas ainda não cessavam de invocar seus motivos e de expor suas queixas. Assim, a Igreja se declarava atingida em suas liberdades essenciais. A vigilância do Estado, qualificada de despotismo, a ofendia, “Liberdade, dai liberdade à Igreja de Jesus Cristo! – exclamava o bispo do Pará – ela não vos subjuga, não vos constrange, deixa-vos seguir vossas doutrinas realengas, ou não importa quais outras doutrinas ou seitas que quiserdes abraçar. Mas deixai-a também se governar segundo suas leis.” Em outros termos, era a separação, que o prelado reclamava e que o Império recusava, cioso de sua autoridade.

O exército se sentia, de seu lado, desprezado e se dizia diminuído. A guerra do Paraguai tinha-o dotado das glórias militares, de que sentia antes a necessidade, e que serviram para tornar mais hostil sua atitude em face do Trono, ocupado por um príncipe de temperamento muito mais burguês que guerreiro, quando a incompatibilidade se revelou de súbito mais aguda, – a mesma incompatibilidade que se havia já esboçado em 1831 e cujo golpe a Regência houvera desviado, tratando de tornar o exército menos irreconciliável com o espírito civil do Regime Político do Brasil. Essa desinteligência e o descrédito que, em certo sentido, se refletiu sobre nosso país, por nos termos medido com a espada, até o esmagamento do sistema dominante num país adversário, cuja exiguidade de território e de recursos exercia estar em desproporção com a nossa grandeza e a nossa riqueza, foram as duas consequências desastrosas da campanha estrangeira.

A questão militar acentuou-se e envenenou-se pelas reclamações de classe e por disputas com as autoridades civis, de onde o prestígio do governo saiu arranhado, segundo a confissão, um pouco cínica, feita no Senado, por um presidente de Conselho, homem de espírito satírico e de visão profética. Quando nos derradeiros dias da escravidão, o exército se recusou a perseguir os escravos que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, obedecendo aos conselhos dos agitadores e dos abolicionistas, abandonavam em massa as fazendas e engenhos, – o princípio indispensável da obediência sofreu um tal golpe, que, desde esse dia, a confiança ficou abalada no sustentáculo que a força pública emprestaria de então por diante à Coroa, ameaçada por todos os lados.

No decorrer da propaganda, que faziam, os abolicionistas censuravam ao soberano sua tibieza, sua proteção disfarçada dos interesses ultraconservadores, e o ameaçavam com represálias nascidas do sentimento liberal revoltado. Depois da abolição, – uma cartada política em que a Coroa arriscou sua própria existência – os proprietários territoriais, a quem os recursos pecuniários proibiam de exhibir-se como abolicionistas à força, dirigiram contra o Trono o áspero ressentimento de decepcionados, que eram, e tornaram o imperador responsável pela ruína que os assaltara. As fileiras dos republicanos se acresceram de todos esses desiludidos, que, até então, tinham julgado achar no governo uma proteção eficaz, e aos quais houvera sido injustamente recusada a esmola de uma indenização, como a que, nas colônias inglesas e francesas, tinha permitido aos senhores de terras escravos a adaptação às novas condições de trabalho.

Não devemos esquecer que uma metade do país sofria mais que outra, por um tal abandono. O Norte atravessava uma crise econômica e determinada pela baixa de preço do açúcar, e era aquela exatamente a região do Brasil onde, pela natureza do clima tropical, a imigração branca teria mais dificuldade de prosperar. No Sul uma forte corrente de colonos europeus logo se esboçou, atraída pelos preços elevados do café, e permitindo à agricultura local libertar-se do embaraço resultante da falta de trabalhadores.

De um único ponto de vista talvez, o Imperador não foi o soberano mais conveniente ao Brasil durante o período de expansão consecutiva ao solver, em suma bem feliz – a despeito do lado pouco risonho, que

acabo de assinalar-vos, isto é, o empobrecimento de numerosos proprietários agrícolas – dessa crise econômica e social que pesava desde a Independência sobre o futuro do país.

Muito apaixonado pelo progresso moral, D. Pedro II era menos fervente quanto ao progresso material. Estava certamente convencido da necessidade do progresso material, e encorajava-o mesmo. Mas não se mostrava bastantemente de acordo, ao que se pretende – pois eu estaria longe de censurá-lo – com o espírito de sua época, e ainda menos disposto a encorajar os apetites de fortuna, que sentia serem latentes em torno de si. Como poderia D. Pedro II – inimigo pessoal do luxo, inclinado a preferir a companhia das pessoas inteligentes, embora pouco afortunadas, à dos arrivistas da riqueza e à das mediocridades sem requintes intelectuais – manifestar simpatia por aqueles que não sonhavam senão com transformações e opulências?

Sua desconfiança era tão grande a respeito dessas violentas mudanças, implicando em negar as tradições nacionais, que chegava a lhe inspirar uma repulsa invencível por uma colonização demasiado abundante, que poderia trazer o perigo de abafar o caráter do Brasil antigo, do Brasil histórico, que houvera sido o domínio de seus antepassados e a pátria de sua dinastia. Foi este, creio, o único aspecto de um sentimento de casta, ou seja antes de um orgulho de classe, e ainda assim, isso não era, na essência, senão um tradicionalismo pouco egoísta e, de fato, superior. D. Pedro II, não obstante suas maneiras democráticas, atinha-se ao Brasil como prolongamento do passado, a um Brasil fortificado pela defesa de suas glórias e pela vibração ininterrupta de seus sofrimentos.

A afluência demasiado grande de imigrante, cuja assimilação, dada a diversidade de línguas e de raças, ter-se-ia tornado aos seus olhos inteiramente impraticável, preocupava-o como um mal a evitar, em lugar de lhe surgir como um bem a ser desejado. Entretanto, o país experimentava a necessidade de uma expansão que, com ou sem motivo parecia, aos que disso podiam julgar, pouco em harmonia com o sistema dominante. A expansão propriamente não fazia falta. Mas desejava-se-lhe mais amplitude nos planos, mais realismo nos desígnios e menos carrancismo na moralidade.

A ação do Poder Executivo, que até então contrabalançara por seu vigor as tendências do Parlamento, se havia entrementes afrouxado por motivo das sucessivas doenças do soberano, que, conforme se conjecturava, estava incapaz de prestar de então em diante aos negócios do país sua antiga e incansável atividade. Graças a esses motivos, os políticos mostravam-se agora céticos e hesitantes quanto à fidelidade às instituições. Foi fácil perceber-se isso em face do coro de adesões que saudou a República.

A própria eloquência política se ressentia da mudança. Passara o tempo das lutas bem pautadas da tribuna. O que se viu surgir e dominar no seu lugar, foi o que Euclides da Cunha pintou tão a preceito, com uma eloquência quase selvagem na sua arrogante rudeza, na energia nova com a qual reivindicava o direitos populares, nas suas rebeliões de formas e nas suas grandes temeridades de julgamentos. Silveira Martins – escreve o autor citado – corrigia de improviso sua estatura atlética de Danton.

Se se desse ouvidos aos que o atacavam nas vésperas de 1889 – e poucos eram os que cuidavam em defendê-lo – o Império não oferecia mais à vista senão um acúmulo de erros. Suas liberdades no entanto não haviam nunca sido suprimidas; não se podia sentir-lhe a falta. Chegava-se ao ponto de rebaixar os êxitos militares, com os quais o Segundo Reinado julgara apagar os reveses do Primeiro. Muitos discutiam a sabedoria de nossas constantes intervenções diplomáticas e armadas em Montevideú, a justiça de nossa ingerência minuciosa e irritante nos negócios políticos da zona do Prata, a equidade da proteção tão belicosa conferida aos interesses de nossos nacionais. Uma das primeiras idéias, sugeridas por ocasião do advento do novo regime, foi a restituição dos troféus da Guerra do Paraguai. E, se não foi posta em prática, deve-se a que os próprios começos da República foram militares, e a que os sentimentos dos oficiais, não imbuídos das doutrinas positivistas, tão em graça no exército, quero dizer, nos corpos de engenharia, de artilharia, de terra e mar, não podiam senão ser hostis a essa espécie de retratação. O exército tornou-se assim, instintivamente, o agente conservador, que reclamava a continuidade das tradições nacionais, quando tudo se desmoronava em torno do Trono, quando a Igreja, a propriedade e o saber se recusavam a apoiá-lo à custa do menor sacrifício.

.....
Índice onomástico

A

ABBEVILLE, Claude d' – 71, 72, 73
ABRANTES (duquesa de) – 141
ABREU, Capistrano de – 94
ABREU, Casimiro de – 214
AÇUMAR (conde de) – 139
ACUÑA, Rodrigo de – 45, 46
ADAM, Villiers de l'Isle – 62
AFONSO HENRIQUES – 142
AGUIAR (conde de) – 147
ALBA (duque de) – 60, 77
ALBERDI [Rafael] – 216
ALBUQUERQUE, Afonso de – 97
ALBUQUERQUE, Jerônimo de – 71, 72
ALBUQUERQUE, Matias de – 81
ALENCAR, José de – 48, 212
ALVARENGA PEIXOTO – 137, 138
ÁLVARES, Diogo – ver CARAMURU
ANADIA (conde de) – 147
ANCHIETA, José de – 50, 51, 52, 101,
111
ANDRADA (Sr.) – Ver JOSÉ BONIFÁ-
CIO
ANDRADAS (os) – 130, 171, 184, 187
ANDRÉIA (general) – 201
ANDREONI (jesuíta italiano) – 79
ANHANGUERA – 111
ANJOU, Felipe d' – 105
ANTÔNIO CARLOS – 171, 187
ARAGO, François – 156
ARARIPE JÚNIOR – 111
ARISTÓTELES – 40
ARMITAGE [João] – 200

ARSÈNE DE PARIS (sacerdote) – 71
ARTIGAS – 192
ARTISZEWSKI – 82
ARTUR ORLANDO – 92
AUGUSTO (imperador romano) – 148

B

BACHAREL DE CANANÉIA – 43
BAGNUOLO – 83
BALZAC [Honoré de] – 183
BARBACENA (marquês de) – 191
BARCA (conde da) – 148, 150
BARLAEUS [Gaspar] – 81, 82
BARRAS – 150
BARROS, João de – 58, 76
BARROSO (almirante) – 183
BASTIAT – 230
BEAUHARNAIS, Eugênio de – 196
BECKFORD – 151
BECKMAN [Manoel] – 100, 129
BELGRANO – 169
BERT, Paul – 48
BERTOUX (abade) – 109, 110
BETTENCOURT RODRIGUES – 20
BOCAIÚVA, Quintino – 214
BOHMER – 50
BOLIVAR –
BONAPARTE, José – 143
BOSSUET – 143
BOURBONS (os) – 106, 143, 152, 228
BRAGANÇA (duque de) – 87, 196
BRAGANÇA (casa de, família de) – 141,
163, 178, 179
BRAGANÇA, Bárbara de – 107

BROWN (almirante) – 191
 BURTON, Richard – 100

C

CABEZA DE VACA – 105
 CABRAL, Pedro Álvares – 40, 41, 42
 CAFFAREL, M. Paul – 43
 CALABAR – 81, 86
 CALDEIRA – 103
 CALVINO – 62
 CAMARÃO (cacique índio) – 89
 CAMINHA, Pero Vaz de – 47
 CAMISÃO (coronel) – 218
 CAMÕES, Luís de – 58
 CANECA (frei) – 188
 CANNING – 175, 179, 180, 191
 CARAMURU – 44
 CÁRCANO, Ramón – 192, 193
 CARLOS I – 187
 CARLOS MAGNO – 59, 107
 CARLOS V – 62, 75, 78, 106
 CARLOS X – 59, 196
 CARLOTA JOAQUINA – 149
 CARLYLE [Thomas] – 201
 CARVALHO, Alfredo de – 54
 CASTRO, Caetano – 126
 CATARINA d'ÁUSTRIA (rainha) – 71
 CAVENDISH – 76
 CAVOUR – 160
 CAXIAS (duque de) – 217, 224
 CÉSAR – 214, 215
 CHATEAUBRIAND – 48, 132, 179, 212
 CÍCERO – 212
 COCHRANE (almirante) – 183, 184, 191
 COELHO, Duarte – 69, 71, 81, 97, 119
 COLIGNY (almirante) – 62, 67

COLOMBO, Cristóvão – 42
 CONSTANT, Benjamin – 149
 COOPER, [John] Fenimore – 212
 COPPET – 149
 CORINA, Osvaldo de – 149
 CORTESÃO, Jaime – 11
 COSTA, Cláudio Manuel da – 137, 138
 COSTA, Hipólito da – 147
 COTEGIPE (barão de) – 225
 COUTO, Diogo do – 76
 CRISTINA (rainha da Suécia) – 102
 CRISTÓVÃO JACQUES – 46
 CROISET, Alfred – 33
 CROMWELL – 67, 187
 CUNHA, Euclides da – 13, 16, 121, 145, 146, 165, 173, 175, 201, 224, 225, 232, 236
 CUNHA, Luís da – 107, 108

D

DANDRADE – 91
 DANTON – 236
 D'AVEZAC – 81
 DE LASTRE – 72
 DEBRET – 152, 157
 DENIS, Ferdinand – 55, 56, 57
 D'EU (conde) – 217
 D'EVREX, Yves – 71, 72
 DIAS, Henrique – 89
 DIDEROT – 67
 DOMINGOS Jorge – 126
 DORREGO (imperador) – 191
 DRYDEN – 150
 DUGUAY-TROUIN – 22, 61, 92, 114
 DUMAS, Alexandre – 96
 DURÃO, Santa Rita – 44

E

EDMUNDSEN, (reverendo) – 80

ELZEVIRS (os) – 81
ERASMO (pseudônimo de José de Alen-
car) – 212
ESCHWEGE, Von – 120, 199
ESCRAGNOLE Taunay, d' – 211, 217
ESCRAGNOLLE DÓRIA, D' – 61, 218
ESPARBÉS d' – 183
ESTRABÃO (geógrafo) – 40, 41

F

FEIJÓ, Antônio (padre) – 51, 198, 200,
201, 202, 203
FERNANDO VI (Dom) – 107
FERNANDO VII (Dom) – 142, 149
FILIPE II – 59, 70, 82
FILIPE IV – 82
FILIPE V – 106, 107
FILIPES (os) – 74
FONTANAI – 105
FOUILLÉ (padre) – 105
FOUQUIER, Henry – 221
FRANCIA – 192
FRANCISCO I (rei) – 46
FRANCISCO OTAVIANO – 227
FREIRE, Francisco de Brito – 90
FREITAS, Serafim – 77
FREYCINET – 151, 156
FROGER – 112
FUGGER – 75

G

GALLOWAY – 112, 113
GAMA, Vasco da – 41
GARCIA –
GAVROCHE – 111
GAZET, Clément – 93
GESTAS (conde de) – 196
GESTEIRA (Dr.) – 218
GLADSTONE – 221

GOIÁS (duquesa de) – 99, 196
GÓIS, Zacarias de – 224
GONÇALVES DIAS – 214
GONZAGA [Tomás Antônio Gonzaga]
– 137, 138
GORDON (general) – 100
GOUVEIA Antônio (padre) – 96, 97
GRAÇA ARANHA – 93
GRAY – 150
GROTIUS – 77
GUÉRIN, M. E – 42, 43
GUERRA, Gregório de Matos – 110,
111
GUSMÃO, Alexandre de – 29, 104, 108
GUSMÃO, Luísa de – 102
GUSTAVO ADOLFO – 144

H

HABSBURGOS (os) – 205
HANDELMANN [Heinrich] – 107
HANNON (navegador) – 109
HARISSE, Henry – 42
HEGEL – 121
HENRIQUE II – 55, 60
HENRIQUE VII – 54
HENRIQUES, Afonso (o navegador) –
142
HÉRCULES LÍBICO – 109
HÉRCULES TEBANO – 109
HEREDIA, José Maria – 95
HEULHARD, Arthur – 61
HEYN, Piet – 78
HUBNER (barão) – 204

I

ITABORAÍ (visconde de) – 224

J

JAY, John – 131

JEFFERSON, Thomas – 131
 JOÃO I (Dom) – 74
 JOÃO II (Dom) – 60, 78
 JOÃO III (Dom) – 46
 JOÃO IV (Dom) – 89, 102
 JOÃO V (Dom) – 104, 107
 JOÃO VI (dom) – 137, 140, 141, 142,
 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149,
 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157,
 158, 159, 169, 178, 181, 189, 194,
 199, 208
 JOSÉ BONIFÁCIO – 128, 160, 162,
 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170,
 171, 172, 173, 184, 198
 JOSÉ MAURÍCIO (padre, compositor)
 – 144
 JOSEFINA (rainha) – 196
 JUNOT (general) – 141, 142, 151
 JUVÊNCIO (tenente-coronel) – 219

K

KAEMPFER – 112

L

LA RAVARDIÈRE – 72, 129
 LABATUT – 183
 LAFAYETE – 175
 LAMARTINE – 58, 221
 LAMAS, André – 193
 LANCASTER, James – 76
 LANNES (marechal) – 151
 LASTARRÍA – 216
 LAVALLEJA – 192
 LE GENTIL – 112, 113, 114
 LEBRETON – 152
 LECLERC – 60, 92
 LEOPOLDINA (arquiduquesa) – 153,
 196
 LEPPE, Diego de – 42

LÉRY, Jean de – 63, 64
 LEUCHTENBERG, Amélia – 196
 LIÉVEN (princesa de) – 196
 LINHARES (conde de) – 145, 147, 148,
 149, 150
 LINIERS, Jacques – 190
 LINSCHOT – 42
 LISBOA, João Francisco – 115
 LITTRÉ – 174
 LOPES (guia da retirada da Laguna) –
 219
 LÓPEZ [Francisco Solano] – 183, 206,
 217
 LOULÉ (marquês) – 156
 LUÍS XI – 215
 LUÍS XIII – 60, 71
 LUÍS XIV – 85, 105
 LUÍS XVI – 144, 173, 187
 LUIZ-PHILIPPE – 205
 LUND – 54
 LUTERO, Martin – 62, 160
 LUXEMBURGO (duque de) – 143

M

MADEIRA (general) – 183
 MAGALHÃES, Domingos de – 67
 MAGALHÃES, Fernão de – 45
 MAIA – 131, 132, 134
 MALER (coronel) – 143, 150, 162, 163,
 167, 169, 170, 173, 196
 MANDOCE (Dom) – 91
 MANUEL (rei) – 70, 74, 78
 MARCGRAF (naturalista) – 84
 MARCO AURÉLIO – 221
 MARESCHAL (barão de) – 163, 1653
 168, 196
 MARGRY – 43
 MARIA (rainha) – 147
 MARIA II (rainha) – 169

MARIA DA GLÓRIA (princesa, rainha) – 169
MARIA LUÍSA (rainha) – 175
MARMONTEL – 67
MARTIM FRANCISCO – 171, 184
MARTIUS – 54, 84, 85, 88, 151
MASSENA – 142
MATOS, Gregório de – Ver GUERRA, Gregório de Matos
MAURÍCIO – Ver Nassau-Siegen, João Maurício
MÉDICIS, Catarina de (rainha) – 22, 44, 55, 60
MELO, Bernardo Vieira – 134
MENDONÇA (Dom) – 91
MENTOR – 171
MESTRE JOÃO – 41
METTERNICH (príncipe) – 160, 163, 165, 177, 178, 181, 184, 196, 197
MIGUEL (Dom) – 169, 198
MIRABEAU – 131
MIRANDA – 140
MITRE – 204
MOEMA – 45
MOLIÈRE – 97
MONDEVERGNE (governador-geral da França oriental) – 91
MONGLAVE, Eugène de – 44
MONOD, Gabriel – 50
MONTAIGNE – 57
MONTEBELLO (duque de) – 151
MONTESQUIEU – 67, 130
MONTIGNY, Grandjean de – 152
MORAIS, Manuel de – 89
MOZART – 144

N

NABUCO DE ARAÚJO – 224
NABUCO, Joaquim – 13, 14, 198, 200, 232,

NAPOLEÃO I – 86, 209
NAPOLEÃO III – 209
NASSAU, Maurício de – Ver NASSAU-SIEGEN, João Maurício de
NASSAU-SIEGEN, João Maurício de – 83
NAVARRA, Henrique de – 106
NEGREIROS, Vidal de – 89
NESSELRODE – 179, 180
NETSCHER – 81
NÓBREGA (padre) – 51

O

OLINDA (marquês de) – 198, 202, 224
OLIVARES d' (conde duque) – 82
OLIVEIRA MARTINS – 92
OLIVEIRA, José Feliciano – 134
OQUENDO (almirante) – 82
ORLEANS (conde de) –
ORELLANA [Francisco de] – 101
OTAVIO (imperador) – Ver AUGUSTO
OTTONI, Teófilo – 227

P

PALMELA – 149, 149, 150
PARANÁ (marquês do) – 224, 225, 226
PASTEUR – 221
PATER (almirante) – 82
PEDRA BRANCA (visconde de) – 179
PEDRO I – 181, 184, 189, 190, 194, 198, 200, 202, 203, 208, 226
PEDRO II – 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 215, 217, 220, 235
PINTO, Bento Teixeira – 71
PINZÓN, Yánez – 42
PISO – 84
PLANTE – 81
PLANTIN-MORETUS – 81

POCAHONTAS (princesa da Virgínia) – 44
 POITIERS, Diana de – 57
 POMBAL (marquês de) – 103, 104, 120, 127, 129, 151, 154
 POMPADOUR (marquesa) – 195
 PONSONBY (lorde) – 191
 PORTO SEGURO (visconde de) – Ver VARNHAGEN, F. A.
 PORTOGALO – Ver PORTUGAL, Marcos
 PORTUGAL, Marcos – 144
 PORTUGAL, Tomás Antônio Vilanova – 145
 POST, Franz – 82
 PRADIER – 152

Q

QUEIRÓS, Eça de – 40

R

RALEIGH – 119
 RAMALHO, João – 44
 RASILLY – 72
 RAVARDIÈRE, La – 72, 129
 RAYNAL (abade) – 67
 REDEMOINHO (doutor) – 150
 REHNAUD – 97
 RENNEFORT, Souchu de – 91
 RESENDE (marquês de) – 181
 RHODES, Cecil – 141
 RIBEIRO, João – 51, 78, 117, 118, 119, 135, 199, 213
 RIBEYROLLES – 39
 RICHELIEU – 89
 RIGORD – 105
 RIO BRANCO (visconde de) – 224, 231
 RIO MAIOR (conde de) – 177

RIVADAVIA – 169
 ROCHA PITA – 109, 110
 ROCHA, Justiniano José da – 214
 RODRIGO (dom) – Ver Acuña, Rodrigo de
 ROOSEVELT, Theodore – 205
 ROSAS – 202, 206, 216
 ROUSSEAU, Jean-Jacques – 57
 ROUSSIN (almirante) – 194

S

SAINT-HILAIRE, Auguste de – 56, 151
 SALDANHA MARINHO – 227
 SALES TORRES HOMEM – 210, 231
 SALVADOR, Manuel de – 86
 SALVADOR, Vicente do – 92
 SAMPAIO (pregador sacro) – 144
 SAN MARTIN –
 SANTOS (marquesa de) – 195, 196
 SANTOS Filipe dos – 139
 SÃO CARLOS (pregador sacro) – 144
 SÃO VICENTE (marquês de) – 231
 SARAIVA – 224
 SASSETTI, Filippo – 76
 SCHETZ – 75
 SCHOELCHER, Victor – 232
 SEBASTIÃO (dom) – 71
 SEBASTIÃO (rei) – 60
 SILVA, Antônio José da – 97
 SILVA, José Bonifácio de Andrada e – Ver JOSÉ BONIFÁCIO
 SILVEIRA MARTINS – 236
 SMITH (capitão) – 44
 SOARES MORENO – 111
 SOARES, Gabriel – 59, 74, 76
 SOLIS – 39
 SOUL – 142
 SOUSA CORREIA – 30
 SOUSA, Martim Afonso de – 44, 96

SOUSA, Tomé de – 136
SOUTHEY [Robert] – 200
SPIX – 84, 85, 151
STADE, Hans – 63, 111
STEINEN, Karl von – 54
STRANGFORD, Lord – 153
STROZZI – 60
STUART, Charles – 180, 181
STUART, Maria – 61
STURMER (barão de) – 160, 163
SUCRE (general) – 189
SUZANNET (conde de) – 206, 208

T

TÁCITO – 76, 148, 212
TAINE – 118
TALLEYRAND – 150
TAUNAY (visconde de) – 12, 32
TAVARES BASTOS – 230
TAYLOR – 183
TEGHETOFF – 183
TEIXEIRA, Pedro – 101
TELÊMACO – 171
TELES DA SILVA – 181
TEMPERLEY, Haroldo – 211
THÉVET, André – 63
TICIANO – 140
TIMANDRO (pseud. de Sales Torres Homem) – 215
TIRADENTES – 134, 135, 138, 139
TOLEDO, Fradique de (dom) – 80
TORRE (conde da) – 82
TORRES HOMEM – ver SALES TORRES HOMEM
TURGOT – 173

U

ULLOA – 79

V

VALOIS – 60, 228
VARNHAGEN, F. A. – 28, 70, 81
VASCONCELOS, Bernardo de – 202, 221
VAZ DE CAMINHA – Ver Caminha, Pero Vaz de
VEIGA, Evaristo da – 199, 200, 201, 21311
VELOSO, Conceição – 152
VERÍSSIMO, José – 138
VESPÚCIO, Américo – 44, 47, 81
VIEIRA DE MELO – Ver MELO, Bernardo Vieira de – 134
VIEIRA, Antônio – 101, 102, 103, 117
VIEIRA, Francisco José – 177
VIEIRA, João Fernandes – 86, 89
VILLEGAIGNON, Nicolas Durand de – 55, 57, 61, 62, 111, 182
VOLTAIRE – 130

Y

YÁNEZ PINZÓN – Ver Pinzón, Vicente
YVES (padre) – Ver d'Evreux, Yves

W

WELLINGTON (Lorde) – 142
WHITELOCK – 190
WIED-NEUWIED, Maximiliano de – 148, 151

Formação histórica da nacionalidade brasileira, de Oliveira Lima,
foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê
areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações),
do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em março de 2012,
de acordo com o programa editorial e projeto gráfico
do Conselho Editorial do Senado Federal.

